



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 2003 - 2006

**Texto aprovado no dia 8/5/2003 41ª Assembléia Geral
Itaici – Indaiatuba, SP, 30 de abril a 9 de maio de 2003**

Objetivo Geral

Evangelizar
*proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo,
 caminho para a santidade
 por meio do serviço, diálogo, anúncio
 e testemunho de comunhão,
 à luz da evangélica opção pelos pobres,
 promovendo a dignidade da pessoa,
 renovando a comunidade
 formando o povo de Deus e
 participando da construção de uma sociedade
 justa e solidária,
 a caminho do Reino definitivo*

APRESENTAÇÃO

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil foram o tema central da 41ª Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaici de 30 de abril a 9 de maio deste ano. Tendo por base o texto preparado por uma Comissão encarregada para isso, a Assembléia estudou, debateu, emendou e, finalmente, aprovou o texto que agora é colocado à disposição das dioceses, paróquias, comunidades e agentes de pastoral de todo o Brasil.

As novas Diretrizes, por um lado, estão numa linha de continuidade com as precedentes, e nem poderia ser diversamente, pois a missão da Igreja continua sendo a mesma e o contexto no qual ela realiza esta missão também é, basicamente, o mesmo. No entanto, nas Diretrizes também são levadas em conta as circunstâncias mudadas, as questões emergentes e os novos e grandes desafios culturais, sociais e religiosos que a Igreja enfrenta no Brasil, bem como a sua renovada consciência da missão recebida de Jesus Cristo, sobretudo a partir da celebração do Grande Jubileu do ano 2000.

O Objetivo Geral parte da fundamental "diretriz" que Jesus mesmo deu à Igreja, quando enviou os discípulos em missão: "Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16,15). Evangelizar é a grande graça e, ao mesmo tempo, a constante tarefa da Igreja: "Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho!" (1Cor 9,16). O anúncio do Evangelho é uma dívida que a Igreja tem para com todo o povo de Deus. E a proclamação da Boa-Nova tem, antes de tudo, a finalidade de atrair as pessoas a Jesus Cristo e de levá-las ao encontro com ele: Jesus mesmo é a "boa notícia" que Deus enviou ao mundo, "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6); a Boa-Nova de Jesus Cristo é caminho para a santidade e esta é a grande proposta que os evangelizadores têm para fazer a todas as pessoas: "Não hesito em dizer que o horizonte para o qual deve tender todo o caminho pastoral é a santidade" (*Novo millennio ineunte*, n. 30).

Vários são os passos e os modos de evangelizar: as diversas formas de serviço ao próximo e à sociedade, o diálogo cultural e religioso, o anúncio explícito do Evangelho e do patrimônio da fé da Igreja, bem como o testemunho de vida cristã e de comunhão fraterna e eclesial. A pessoa humana, com suas pobreza e carências, mas também com sua dignidade intocável, é sempre o grande destinatário e o primeiro beneficiário da Boa-Nova da salvação; ao mesmo tempo, esta é também uma proposta para a constante renovação e revitalização da comunidade humana e eclesial, e para a formação do povo de Deus, conforme o desígnio do próprio Deus. Mediante a sua ação evangelizadora, a Igreja quer participar da ingente tarefa de construção de uma sociedade justa e solidária e animar a todos na esperança, a caminho do Reino definitivo.

Faço votos e peço a Deus que as novas Diretrizes ajudem a Igreja no Brasil a “avançar para águas mais profundas”; que possam nortear a elaboração dos planos de pastoral das dioceses, a fim de que sejam produzidos muitos e bons frutos. Que a Virgem Maria, que teve pressa em levar a “alegre notícia” à sua prima Isabel (cf. Lc 1,39) e com quem aprendemos a contemplar o rosto de Jesus Cristo, proteja-nos e ampare a Igreja em sua missão.

Brasília, 13 de maio de 2003.
D. Odilo Pedro Scherer
Secretário Geral da CNBB

INTRODUÇÃO

1. A Igreja se compreende como imagem viva da Trindade Santa, povo de Deus, corpo de Cristo, templo do Espírito Santo¹. Nela, *todos agem coordenadamente* para o objetivo comum da evangelização.² Inserida na história e atenta à realidade, mantendo sua identidade, procura discernir nos desafios os sinais dos tempos.³

2. Para que a Igreja no Brasil possa agir de maneira articulada, eficiente, fiel à sua missão e atenta aos novos desafios, apresentamos agora as “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora”, como *orientação para o planejamento pastoral* no período 2003-2006.

3. Elas são a continuação de um esforço que vem desde a época do Concílio Vaticano II. O Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) já *desdobrava o objetivo geral em seis linhas de trabalho*, hoje chamadas “dimensões”. Estas dimensões não são ações isoladas, mas diferentes aspectos que devem estar presentes em toda ação pastoral, construindo um trabalho coordenado, orgânico, como convém a um corpo, em que cada órgão precisa dos outros. Assim, em todo trabalho da Igreja, temos em vista as dimensões: 1) comunitário-participativa; 2) missionária; 3) bíblico-catequética; 4) litúrgica; 5) ecumênica e de diálogo inter-religioso; 6) sociotransformadora.

4. Além do esquema das seis linhas ou dimensões, existe a possibilidade de *novos enfoques*, que não se afastam do Concílio Vaticano II, mas contribuem para realizar melhor suas orientações. A Igreja no Brasil aprendeu muito com o próprio processo de planejamento, que há tanto tempo vem desenvolvendo. Ele trouxe um contínuo esforço de análise da realidade e de acompanhamento das mudanças socioeconômicas, culturais e religiosas, junto com o progresso da reflexão teológica, em sintonia com a Igreja latino-americana e universal.

5. Até 1994 tivemos, a cada quatro anos, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral*. A partir de 1995, o documento orientador do planejamento passou a chamar-se *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora*. Dava-se uma nova *ênfase à evangelização*, na qual se destacavam os seguintes aspectos:⁴

a) *Inculturação*: processo global e complexo, que tem analogia com a encarnação e visa a comunicar a fé de modo mais ligado ao contexto em que se desenvolve a evangelização;

b) *Exigências intrínsecas da evangelização*: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão;

c) Proposta de uma *nova evangelização*: um novo contexto, de pluralismo e secularismo, exige uma nova evangelização mesmo em países já evangelizados há séculos.

6. Formulando agora as novas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, para os anos 2003-2006, percebemos a necessidade de *dar continuidade à rica herança de experiência e reflexão pastoral* acumulada nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, discernir as *respostas pastorais aos novos desafios*, que estão emergindo e que deverão marcar os próximos anos.

7. Especial inspiração e empenho nos vêm da Carta apostólica *Novo millennio ineunte* [No início do novo Milênio]. "*Contemplar o rosto de Cristo e contemplá-lo com Maria*" é a proposta do Papa à Igreja na aurora do Terceiro Milênio, "convidando-a a avançar para águas mais profundas da história, lançando-se com entusiasmo na nova evangelização".⁵ Enfim, é o próprio Cristo o programa expresso no Evangelho e na Tradição viva. Este programa não é novo. "É necessário, no entanto, traduzi-lo em orientações pastorais ajustadas às condições de cada comunidade".⁶

8. Estas *Diretrizes Gerais* são nossa proposta de evangelização para o Brasil no próximo quadriênio. Deverão inspirar dioceses, paróquias e comunidades, na elaboração de seus planos ou programas pastorais, no espírito de uma *recepção criativa*.⁷

9. Conforme lembra a *Novo millennio ineunte*, a Igreja deve viver uma *dupla fidelidade a Cristo*: por um lado, *fidelidade às origens, à Tradição recebida*, ao que o Espírito já fez germinar sobre a base dos apóstolos e profetas da primeira geração cristã;⁸ por outro lado, *fidelidade à tarefa missionária*, de anunciar o Evangelho a novas gerações e enfrentar novos desafios.

10. *Estas duas fidelidades não estão, na realidade, separadas*. São dois esforços em tensão, que se alimentam e estimulam reciprocamente. A fidelidade à Palavra e à Tradição impulsiona para a missão, para novos avanços, descobertas e criações. A fidelidade à missão e o encontro com os novos desafios estimulam a Igreja a interrogar-se novamente, com maior abertura e sensibilidade, sobre sua herança, seu patrimônio: as insondáveis riquezas de Cristo.⁹ Por isso, com a assistência do Espírito, a Igreja toma consciência sempre mais ampla da vontade de Deus e das exigências da fé.

11. Os discursos de Paulo mostram que, desde o início da pregação apostólica, o *Cristo morto e ressuscitado é anunciado de forma diferente* e adequada à compreensão e cultura de cada povo. O discurso *aos judeus* (At 13,16-43) supõe o conhecimento da história de Israel; o discurso *aos camponeses da Licaônia* (At 14,15-18) supõe o conhecimento das estações climáticas e dos rudimentos da agricultura; o discurso *aos intelectuais atenienses* (At 17,16-31) cita filósofos e poetas.

12. *Estas novas Diretrizes procuram sempre conjugar os dois aspectos*: o da fidelidade à missão permanente da Igreja (capítulo I), e o da apreciação da realidade e discernimento dos novos desafios (capítulo II). Com base nestes fundamentos, propomos *pistas de ação* para os próximos anos (capítulo III).

CAPÍTULO I: MISSÃO DA IGREJA: EVANGELIZAR

13. Nos últimos tempos, cresceu a consciência de que *o encontro do Evangelho com as pessoas*, sem perder seu caráter individual e único, acontece *no contexto da cultura*. A tarefa da evangelização foi descrita por Paulo VI, com estas palavras: "Para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores, mas de chegar a atingir e como que a transformar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade [...]. É preciso evangelizar – não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz

superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até as suas raízes – a cultura e as culturas humanas, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et spes* (n. 53), a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus”¹⁰.

14. Desde então se tornou comum o uso na Igreja do termo *inculturação*, para indicar uma dimensão intrínseca da evangelização. A inculturação é uma perspectiva que acompanha permanentemente a evangelização e não se reduz a uma etapa prévia. A inculturação, na verdade, deve ser compreendida em analogia com a encarnação.¹¹ Na encarnação, o Filho de Deus vem de junto do Pai e se insere na história humana, partilhando da sua fragilidade marcada pelo sofrimento, pelo pecado e pela morte, assumindo-a para redimi-la. A comunicação do Evangelho também quer se inserir na história dos povos e pessoas a que se destina, num diálogo respeitoso. Esse diálogo beneficia tanto o evangelizador quanto o evangelizado, num intercâmbio e numa interação enriquecedora. A própria cultura que acolhe o Evangelho também se transforma, abrindo-se a novas perspectivas e purificando-se de seus aspectos negativos. O ponto de partida é a certeza de que Deus está presente e atua em cada cultura.

15. Estas novas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* continuam ressaltando quatro “*exigências intrínsecas da evangelização*”: o *serviço*, o *diálogo*, o *anúncio* e o *testemunho de comunhão*. O evangelizador ou a evangelizadora – fazendo-se presente num ambiente ou numa cultura não evangelizada – deverá, em primeiro lugar, buscar reconhecer seus valores e se fazer acolher, mostrando a disposição ao *serviço* e à solidariedade para com aquela cultura e aquele povo. Isso já é um sinal do Cristo que vem “não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida”.¹² À medida que o evangelizador ou evangelizadora se inserir numa cultura ou numa comunidade humana, comunicar-se-á com ela e iniciará um *diálogo*, para refletir com os outros sobre o sentido da vida, a fé em Deus, a oração, o motivo da missão. Esse diálogo tornará possível um *anúncio* do Evangelho que possa ser retamente entendido e acolhido, suscitando a fé em Cristo. Unida pela fé, nascerá uma nova *comunidade* cristã, chamada a dar testemunho dos valores em que crê, celebra e vive na fraternidade e na fidelidade ao Evangelho.¹³

16. A ordem “serviço-diálogo-anúncio-comunhão” expressa, portanto, uma seqüência pedagógica das exigências – todas elas essenciais – da evangelização. Do ponto de vista das finalidades ou dos valores, porém, *o anúncio do Evangelho deve ter primado ou prioridade permanente*. É para ele que se volta a evangelização ou missão: “A evangelização conterà sempre – como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo – uma proclamação clara de que em Jesus Cristo a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus”.¹⁴

17. *Anúncio e testemunho* são duas formas, complementares e conexas, da missão cristã. O *anúncio* indica mais propriamente a “proclamação explícita” da mensagem do Evangelho. O *testemunho* pode ser dado pela palavra, mas é principalmente uma atitude de vida, muitas vezes silenciosa. O mundo de hoje “escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas”.¹⁵ O testemunho pode assumir diversos aspectos. Um ato de solidariedade ou de serviço, uma atitude de diálogo, uma declaração franca da própria fé, o exemplo de uma vida fraterna e inspirada pelo amor: tudo isso é *testemunho, que pode chegar à máxima expressão na doação da própria vida*.¹⁶

18. Expressão privilegiada de testemunho é a comunhão eclesial, condição para que o mundo creia. “Fazer da Igreja *a casa e a escola da comunhão*: eis o grande desafio que nos espera. [...] Antes de planejar iniciativas concretas, é preciso *promover uma espiritualidade da comunhão*”.¹⁷ “Espiritualidade de comunhão significa ter o coração voltado para o mistério da Trindade. [...] Significa a capacidade de sentir o irmão de fé como ‘um que faz parte de mim’ [...] É ainda a capacidade de ver, acima de tudo, o que há de positivo no outro. [...] Por fim, espiritualidade da comunhão é saber ‘criar espaço’

para o irmão, levando ‘os fardos uns dos outros’¹⁸ e rejeitando as tentações egoístas que sempre nos insidiam e geram competição, arrivismo, suspeitas, ciúmes”.¹⁹

19. A evangelização exige muita atenção à situação em que vivemos, sincera abertura de espírito e solidariedade diante das *aspirações, angústias e interrogações da nossa época*.²⁰ Mas, ao mesmo tempo, por fidelidade ao próprio Cristo e à missão que dele recebeu, a Igreja tem a estrita responsabilidade de *oferecer, em cada época, o acesso à Palavra de Deus,*²¹ *à celebração da Eucaristia e aos demais sacramentos, e de cuidar da caridade fraterna e do serviço aos pobres*. Uma antiga tradição, que se inspira na Palavra de Deus e que foi diversamente retomada na história da Igreja, descreve essa responsabilidade segundo um tríptico múnus: *ministério da Palavra, ministério da liturgia, ministério da caridade*.²²

Ministério da Palavra

20. O Concílio Vaticano II colocou, conscientemente, *o ministério da Palavra de Deus em primeiro lugar*. Paulo louvava os cristãos de Tessalônica que a tinham recebido “não como palavra humana, mas como o que ela de fato é: palavra de Deus, que age em vós que acreditais”.²³ A escuta e a acolhida da Palavra – desde que traduzidas coerentemente em atos²⁴ – são fundamento da vida e da missão da Igreja. “Alimentar-nos da Palavra para sermos ‘servos da Palavra’ no trabalho da evangelização: tal é, sem dúvida, uma prioridade da Igreja ao início do novo milênio”.²⁵

21. A proclamação e a escuta da Palavra ocupam um lugar central na liturgia. Nela Cristo “está presente na sua palavra, pois é ele quem fala quando se lêem as Sagradas Escrituras”.²⁶ Assim *a proclamação da Palavra na liturgia torna-se para os fiéis a primeira e fundamental escola da fé*. Por isso, é essencial que pastores e fiéis se empenhem para que a Palavra seja claramente anunciada nas celebrações ao longo do ano litúrgico, seja comentada e refletida com homilias cuidadosamente preparadas, seja encarnada na vida.²⁷

22. Seja também incentivada e reforçada *a prática da leitura pessoal e orante da Bíblia* conforme as orientações do Concílio²⁸ e, especialmente, a prática dos “*círculos bíblicos*” ou das reuniões de grupo, para a leitura da Bíblia e a reflexão sobre a vida hoje, com o decorrente compromisso cristão. Também dioceses e paróquias incentivem as formas mais adequadas e acessíveis de formação bíblica, inclusive para multiplicar o número dos animadores do apostolado bíblico.

23. O ministério da Palavra exige o ministério da *catequese*. *Hoje, na cultura marcadamente pluralista*, os ambientes da escola, do trabalho e da vida social de modo geral não comunicam os valores cristãos. A própria família está incapacitada para assumir sozinha a responsabilidade da educação da fé. Neste contexto, a catequese, em processo de renovação, adquire uma nova importância. Sem reduzir seu dinamismo em relação às *crianças* e aos *jovens*, coloca sua prioridade na “*catequese adulta com adultos*”, na verdade modelo para todas as formas de catequese. Também é oportuno incentivar e orientar a *catequese em família*, com a participação dos pais, apoiando-os na educação religiosa dos filhos, desde a primeira idade. Haja, por isso, um cuidadoso preparo dos catequistas e dos pais.

24. Aos fiéis leigos, sejam oferecidas oportunidades de *formação bíblica e teológica* e de uma “*formação integral*”, hoje indispensável para uma atuação cristã mais consciente na sociedade.²⁹ Escolas e universidades católicas colaborem na educação cristã de jovens e adultos, por meio de uma catequese em harmonia com as paróquias. As dioceses, colaborando entre si e com o Estado, apoiem o *ensino religioso* nas escolas públicas e particulares e cuidem da formação de professores competentes. Embora este não se situe mais na perspectiva da catequese, é um importante instrumento para responder à dimensão religiosa da pessoa humana. Nas escolas católicas, e onde for possível, apresentem-se os conteúdos fundamentais do cristianismo e da doutrina da Igreja. Além

disso, é preciso dar apoio decidido à Pastoral de Juventude e à Pastoral de Adolescentes, inseridas na Pastoral de Conjunto.

25. É pela “pregação da Palavra”³⁰ que todos podem ter acesso à fé e à salvação, chegando a conhecer o Deus único e verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que o Pai enviou.³¹ As comunidades eclesiais tenham viva consciência de que “aquilo que uma vez foi pregado pelo Senhor” deve ser *proclamado e espalhado até os confins da terra*, de modo que “tudo quanto foi feito uma vez por todas, pela salvação dos homens, alcance o seu efeito em todos, no decurso do tempo”.³² A Palavra é escutada e acolhida pelos fiéis também para que Deus se valha deles para difundir sua mensagem entre todos os povos³³.

Ministério da liturgia

26. *A celebração litúrgica é o momento mais visível da comunidade eclesial, o momento em que ela se reúne, convocada pelo Espírito de Deus e pela Palavra, para louvar o Senhor, alimentar a fé e celebrar a vida.*

*A liturgia é fonte e vértice da vida da Igreja.*³⁴ Isso é especialmente válido para a celebração eucarística.

“A eucaristia edifica a Igreja, e a Igreja faz a eucaristia.”³⁵

27. *Pela graça do batismo, os cristãos têm o direito e a obrigação de participar, de forma plena, consciente e ativa, das celebrações litúrgicas.*³⁶ Toda comunidade eclesial deve empenhar-se para que *a liturgia seja celebrada no espírito e segundo as orientações da Igreja*. Isso exige que nas ações litúrgicas não se esqueça a centralidade do mistério pascal e o caráter celebrativo da liturgia. Deve-se realizar uma sábia “mistagogia”, ou seja, uma introdução ao mistério celebrado, um itinerário de fé que conduza ao encontro com Deus e à plena vivência eclesial e, na sociedade, ao testemunho da justiça e da caridade.

28. Procure-se conscientizar – pela própria prática e atitudes corretas – a assembléia de que é ela que celebra, sob a presidência do ministro ordenado ou do ministro leigo. A liturgia é essencialmente comunitária. Ritos e símbolos litúrgicos devem ser, quanto possível, sóbrios e compreensíveis por si mesmos. Mas a longa tradição bíblica e eclesial, em que se inserem as formas atuais da liturgia, exige uma *formação dos fiéis*, uma educação litúrgica, que não só os ajude a compreender a liturgia, mas a inseri-la no coração da própria vida cristã. Especial cuidado merece a formação das pessoas que exercem diversos ministérios (leitores, acólitos, “equipes litúrgicas”, animadores...), sem as quais não será possível uma celebração comunitária viva e ordenada.³⁷

29. “A participação na eucaristia seja verdadeiramente, para cada batizado, o *coração do domingo*: um compromisso irrenunciável, assumido não só para obedecer a um preceito, mas como necessidade para uma vida cristã verdadeiramente consciente e coerente.”³⁸ Em muitas das nossas comunidades, no meio rural e na periferia das metrópoles, não é possível a celebração regular ou assídua da eucaristia dominical. Valorizamos o empenho das comunidades que se reúnem para celebrações da Palavra de Deus, com distribuição da comunhão, quando possível, alimentando o desejo da celebração eucarística. Seja valorizada também a celebração eucarística em dias de semana, especialmente nas comunidades que não contam com a eucaristia dominical.

30. A reforma litúrgica do Concílio trouxe maior clareza e riqueza espiritual na *celebração do ano litúrgico*. Com isso, o mistério de Cristo vai sendo celebrado no decorrer do ano, tendo como ponto culminante a Páscoa. A Igreja inclui, também, no ciclo anual a memória da bem-aventurada Virgem Maria, dos mártires e dos santos e as comunidades devem celebrar suas festas populares no espírito da Igreja. As comunidades valorizem a celebração dos tempos litúrgicos, ressaltando a espiritualidade e as atitudes próprias de cada tempo, sempre na perspectiva do mistério pascal.

31. Os *Sacramentos* são sinais da comunhão com Deus em Cristo, que marcam com sua graça momentos fortes da vida. A Igreja acolhe pelo *batismo* os filhos das famílias cristãs e todos os que querem aderir à comunidade eclesial. Confere o vigor do Espírito na *crisma*, para uma vida cristã madura e o compromisso missionário. Celebra a *eucaristia*, comunhão com Cristo, que se oferece em sacrifício ao Pai por nós, alimentando-nos com seu próprio Corpo, e nos convida à partilha fraterna. Na *reconciliação*, celebra o perdão, o reencontro com o Pai, o dom da paz e um recomeço apoiado na graça. Aos doentes e idosos leva, pela *unção*, o conforto do perdão e o alívio no sofrimento. Com o sacramento da *ordem*, constitui os ministros que, de modo especial e único, fazem as vezes do Cristo Bom Pastor. Abençoa em Cristo o *matrimônio*, que faz do amor do casal um sinal da aliança com Deus.³⁹

32. *A celebração dos Sacramentos favoreça a evangelização e a catequese do povo de Deus, superando o ritualismo e os hábitos apenas devocionais e jurídicos de sua recepção.*

33. *A pastoral sacramental, de fato, não se dirige apenas aos católicos “praticantes”, que têm um bom conhecimento da doutrina da Igreja, participam assiduamente da liturgia e mesmo, em muitos casos, dão uma contribuição ativa à evangelização e ao trabalho pastoral. A pastoral sacramental deve, também, cuidar do grande número de católicos que desejam manter algum vínculo com a Igreja, especialmente em certas ocasiões: matrimônio, batismo e primeira comunhão dos filhos, exéquias ou missas pelos defuntos da família...*

34. Muitos desses católicos pouco praticantes, por razões diferentes, não conhecem, não aceitam ou não se sentem motivados para abraçar formas mais completas da vida da Igreja. Entretanto, pedem os sacramentos, mesmo com motivações que, hoje, parecem incompletas ou insatisfatórias, às vezes fruto de antigos esforços de evangelização e catequese. Isso torna estas *peessoas dispostas a algum diálogo pastoral*, mesmo se pouco disponíveis a um empenho maior. Estas ocasiões de encontro e de diálogo não devem ser desprezadas ou subestimadas. Toda pessoa que procura a Igreja deve ser acolhida com simpatia. Particular atenção deve ser dada aos jovens e adultos que pedem o batismo, para o qual devem ser preparados segundo as indicações do Rito próprio.⁴⁰

35. Não devemos impor a todos, de forma indiscriminada, idênticas exigências, quando na realidade as pessoas são diversas e os graus de proximidade com a vida eclesial são muito diferentes. Também *“não se pode exigir dos adultos de boa vontade aquilo para o que não lhes foi dada adequada motivação”*.⁴¹ Por isso, os pastores, com a ajuda de ministros leigos e equipes pastorais, devem procurar o diálogo pessoal, considerando cada caso segundo suas exigências específicas.⁴² Mesmo se o diálogo levar à conclusão de que a pessoa não tem condições de ser admitida ao sacramento, ela deve sair do encontro sentindo que foi acolhida e escutada e que poderá voltar, quando mais disposta a assumir os compromissos da fé cristã.

36. A comunidade eclesial deve sentir-se responsável pela evangelização de todos. Para isto a participação nas celebrações litúrgicas e na vida sacramental é muito importante. *Deve, também, acolher com atenção e discernimento a religiosidade popular.* A veneração de Maria Santíssima, modelo dos discípulos e discípulas, e dos santos e santas, seguidores de Jesus, aproxima-nos também de Cristo e mantém aberta no coração das pessoas, especialmente das mais pobres, a procura do Deus verdadeiro, Deus-conosco.

Ministério da caridade

37. Se as fontes da vida da Igreja são a Palavra e o Sacramento, *a essência da vida cristã é o “amor”, o amor-doação, o amor que vem de Deus mesmo, a “caridade”, que o apóstolo Paulo aponta como o mais alto dos dons.*⁴³ Não poderia ser diversamente, se o próprio Jesus faz do amor o distintivo dos cristãos: “Como eu vos amei, assim também

vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois os meus discípulos: se vos amardes uns aos outros".⁴⁴

38. O amor cristão tem duas faces inseparáveis: faz brotar e crescer a *comunhão fraterna* entre os que acolheram a Palavra do Evangelho (a "koinonia", a partilha dos bens, a solidariedade, "um só coração e uma só alma") e leva ao *serviço dos pobres*, ao cuidado para com os sofredores, ao socorro de todos os que precisam, sem discriminação.⁴⁵ O Papa nos exorta ao "compromisso dum amor ativo e concreto a cada ser humano". Além disso, ele reafirma a opção preferencial pelos pobres: "Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo no rosto daqueles com quem ele mesmo quis identificar-se: 'Pois eu estava com fome, e me destes de comer...' (Mt 25,35-46)".⁴⁶

39. O amor é atento às *necessidades reais das pessoas*, especialmente das mais pobres de nosso tempo, os excluídos da sociedade. O grande escândalo da nossa época⁴⁷ é que, apesar da disponibilidade de grandes recursos econômicos e tecnológicos, persistam a concentração de uma enorme riqueza nas mãos de poucos e a insensibilidade ética e a falta de vontade política de nossa sociedade de acabar com a fome, de prevenir as doenças comuns, de alfabetizar e educar a todos! As nossas comunidades, que geralmente promovem uma ampla variedade de atividades caritativas e obras sociais, tenham o cuidado de *não atender apenas às antigas formas de pobreza, mas também às novas*, que surgem em conseqüência das numerosas mudanças econômicas e sociais dos últimos anos e atingem novos segmentos da população.

40. Ainda mais, tenham o cuidado de *não deixar decair a verdadeira caridade* em assistencialismo paternalista. Não somente devemos partilhar da consciência democrática, que exige o respeito pela dignidade de cada pessoa e a promoção efetiva de seus direitos, mas também ver na prática da caridade uma oportunidade de doar e doar-se, de *aprender e crescer na troca mútua* dos bens materiais e dons espirituais.⁴⁸

41. O testemunho cristão se estende também à *defesa dos direitos humanos* – ao respeito pela vida de cada ser humano, desde a concepção até a morte. "A caridade tomará então, necessariamente, a forma de serviço à cultura, à política, à economia, à família, para que em toda a parte sejam respeitados os princípios fundamentais de que depende o destino do ser humano e o futuro da civilização."⁴⁹ Nunca é demais lembrar que o nosso serviço da caridade deve envolver aqueles a quem servimos não como objetos, mas como sujeitos da conquista de seus direitos como pessoas, criadas à imagem de Deus.

42. Levados pela caridade, *os cristãos são também impulsionados pelo Espírito a participar da vida política*, para que a própria organização da sociedade seja cada vez mais impregnada de valores evangélicos. Esta participação política, motivada pela fé, pode assumir diferentes formas, desde o interesse pelos problemas sociais, que é compromisso de todo cidadão, até a filiação a partidos e a aceitação de cargos eletivos. Os cristãos poderão, assim, dar sua contribuição para o aprimoramento da cidadania.

43. A vivência da tríplice dimensão – *escuta da Palavra, comunhão fraterna e compromisso com a justiça* – alimenta e expressa a espiritualidade "baptismal", que configura o cristão com Cristo e o faz viver como filho, irmão e servidor.

CAPÍTULO II: NOVOS DESAFIOS NO INÍCIO DO NOVO MILÊNIO

44. A sociedade brasileira, inserida na sociedade mundial, que se encontra numa fase de globalização, está atravessando mudanças profundas. A primeira delas é a *complexidade*. A sociedade é "complexa" porque nela funcionam muitos sistemas autônomos: ciência, tecnologia, economia, política, comunicação, ideologia, religião... Isso torna difícil compreender o que vai acontecer e alimenta as incertezas. Podemos, porém, apontar movimentos e tendências que marcam – às vezes, contraditoriamente – o nosso presente e o futuro próximo.

45. A “globalização” de nossa sociedade é um fenômeno recente, embora tenha tido antecedentes. Os últimos quinze, vinte anos viram um crescimento muito intenso das comunicações entre pessoas, empresas e países,⁵⁰ um expressivo fluxo de migração entre os diversos países e o aumento do peso das relações internacionais, financeiras e políticas. A globalização recente provoca crescimento econômico muito desigual, favorável para alguns países, fraco ou até negativo para outros. Particularmente prejudicial aos países em desenvolvimento tem sido a circulação de capitais especulativos, sempre em busca do maior lucro, que repentinamente abandonam esses países e os condenam a crises profundas. Não se vê uma clara tendência à diminuição das desigualdades; antes, elas parecem ter aumentado, tanto no interior de um mesmo país como entre as diversas nações.⁵¹

46. Apesar de aspectos positivos da globalização (maior produção e circulação de bens, facilidade de comunicação, progressos tecnológicos), a impressão que prevalece na opinião pública, inclusive nos países ricos, os mais beneficiados pela globalização, é de desencanto.⁵² Em nossa sociedade, em lugar da segurança e do progresso prometidos, a globalização provocou um *aumento sensível dos riscos*. Muitos temem sobretudo as catástrofes climáticas e ecológicas, conseqüências da intervenção humana sem limites, agressiva ao meio ambiente, as catástrofes químicas e atômicas, o terrorismo. Mesmo quem não se preocupa com esses fenômenos mundiais, teme pelo seu posto de trabalho, pela insegurança do seu futuro e pela violência cotidiana, inclusive dentro de casa.

47. Diante da incerteza e do risco, *a reação das pessoas* é a busca do imediato, da *satisfação aqui e agora*. A atual sociedade de consumo mantém aceso o desejo de adquirir mais, criando artificialmente novas necessidades, e procura dar a impressão de que cada um pode escolher e comprar o que quiser. Na esfera da vida privada, difunde-se uma mentalidade pela qual cada um se julga absolutamente dono de suas decisões e sempre menos aceita orientações da sociedade, às vezes mesmo os imperativos éticos mais elementares, levando a um permissivismo, acirrando o ambiente de sensualidade. A *busca da felicidade, da realização pessoal, da satisfação* do indivíduo, que em si são aspirações legítimas, tomadas, porém, como absolutas, têm conseqüências negativas sobre as relações sociais, as instituições, os compromissos duradouros, que se tornam frágeis e facilmente descartáveis.

48. Um aspecto importante dessa mudança de mentalidade é o *enfraquecimento da política*. Isso decorre das mudanças culturais como a difusão do individualismo e, principalmente, do crescimento do poder dos grandes grupos econômicos multinacionais, que pretendem impor suas decisões à sociedade e substituir as instâncias políticas. Daí o risco de esvaziamento da democracia, que a opinião pública procura corrigir com uma maior vigilância sobre as decisões políticas e com o exercício de pressões populares, diretas, em favor das causas que lhe parecem essenciais: contra a guerra, contra a exploração econômica, contra a corrupção, inclusive a eleitoral, em defesa dos direitos humanos e da soberania popular. Houve desencanto e diminuição da confiança do povo nos políticos e nas instituições públicas; em contrapartida, há novos sinais de esperança e empenho político. Surgem organizações alternativas, não-governamentais. Muitas pessoas, inclusive muitos jovens, reúnem-se em movimentos sociais, sem vinculação partidária, para defender com energia os direitos individuais e para expressar a esperança de que um outro mundo é possível.

49. Há também uma *mudança socioeconômica*, que se caracteriza pela diminuição da mão-de-obra empregada na indústria, pela fragmentação do processo produtivo e pela flexibilização das relações de trabalho. Neste contexto de luta pela sobrevivência, o “salve-se quem puder” ameaça a união dos trabalhadores e seu empenho nas lutas coletivas. O fenômeno do desemprego é particularmente grave, pela amplitude que alcançou e porque atinge muito diretamente a vida e a dignidade de milhões de pessoas, a começar pelos jovens.

50. A sociedade contemporânea *enfraqueceu*, às vezes eliminou, as “comunidades” tradicionais. A passagem da agricultura para a indústria provocou uma rápida *urbanização* e concentrou nas cidades a população antes dispersa nos campos.⁵³ Mais recentemente essa concentração produziu as chamadas “megalópoles”. O aumento das comunicações de massa levou a cidade a exercer uma influência ainda mais extensa, difundindo seus padrões culturais também em regiões rurais. A grande cidade moderna favorece o contato com uma pluralidade de experiências e expressões culturais, multiplicando as possibilidades de escolha do indivíduo. Ao mesmo tempo, priva-o da solidariedade – mas também do controle – que encontrava nas comunidades menores. A violência urbana e a criminalidade criam um clima de medo. A enorme expansão das comunicações sociais torna o indivíduo muito menos preso ao seu território. Variadas atividades humanas se conectam com uma rede de contatos e trocas que cobre o mundo inteiro.

51. O mundo atual aprecia a novidade e tende a desprezar a tradição e a sabedoria dos antigos. Em geral, a sociedade tem substituído os papéis atribuídos pelo nascimento por papéis escolhidos pelo indivíduo. Não se herda mais da família a profissão, a religião, a cultura, o partido político... Escolhe-se a partir da própria experiência de vida. *O indivíduo constrói a própria identidade*. Por outro lado, muitos correm o risco de não ter mais uma identidade estável e bem definida. A aceleração das mudanças contribui para deixar as pessoas estressadas ou desorientadas.

52. Diante do perigo da massificação, o indivíduo tem ainda na *família* um apoio fundamental, embora ela também esteja menor, reduzida ao seu núcleo, mais frágil e exposta a rupturas. Contribuem para fragilizá-la o trabalho fora de casa de pai e mãe, a entrega da educação dos filhos a outros, a influência da televisão na vida das crianças e adolescentes etc. Além da família, o indivíduo procura sempre mais *relações a partir de sua escolha, por afinidade de interesses*. Entre as novas experiências comunitárias – fundadas em afetos e afinidades emocionais – estão também as experiências de novas comunidades e movimentos religiosos, unidos ao redor de uma causa, de um carisma, de um líder e sobretudo de uma acolhida recíproca, cheia de calor humano, que atrai e une os membros do grupo.

53. Apesar do individualismo, há *movimentos sociais* que se articulam em favor de causas mais amplas que a classe ou o interesse local. Assim, a luta contra as discriminações, a promoção dos direitos das mulheres, a preservação do meio ambiente, a defesa dos direitos de culturas e etnias específicas têm-se revelado como causas capazes de mobilizar grande número de pessoas. A busca da justiça social e de um “outro mundo possível” reúne uma extraordinária e variada adesão de grupos e movimentos. Este fenômeno manifesta uma consciência planetária e a percepção de que fazemos parte de uma única família universal.

54. A tendência individualista alastrou-se, também, no campo religioso. *O indivíduo sempre mais escolhe sua religião num contexto pluralista*. Mesmo aderindo a uma tradição ou instituição religiosa, escolhe crenças, ritos e normas que lhe agradam subjetivamente ou se refugia numa “adesão parcial”. Ou, ainda, procura construir, numa espécie de mosaico, sua religião pessoal com fragmentos de doutrinas e práticas de várias religiões. Finalmente, aumenta o número dos que recusam a adesão a qualquer instituição religiosa e fazem de suas convicções uma “religião invisível”, com pouca ou nenhuma prática exterior.⁵⁴ Alastra-se também o fenômeno da Nova Era, com aspectos também religiosos e diversas vertentes, afetando negativamente a fé cristã.⁵⁵ Ao mesmo tempo, cresce a atração pelas práticas esotéricas.

55. Outra tendência é a *inversão de sentido da experiência religiosa*. A religião deixa de ser pensada e vivida como uma forma de reconhecimento, adoração e entrega ao Criador, obediência na fé, serviço a Deus. Torna-se busca de *utilidade para o indivíduo*, seja ela um sentido para a vida, paz interior, terapia ou cura de males, sucesso na vida e nos negócios, como prometido pela assim chamada “teologia da prosperidade”. Dessa forma, a religião, longe de desaparecer, é intensa e difusamente procurada, inclusive na

mídia, como não se via há anos. A *mídia* pode banalizar a religião, reduzi-la a mais um espetáculo para “entreter” o público. Há também, em novas expressões religiosas, uma tendência difusa e generalizada, inclusive por influência de certa psicologia, a afirmar a inocência dos indivíduos. Segundo elas, ninguém deve se sentir pecador ou culpado. Outros grupos religiosos atribuem toda a culpa a demônios ou espíritos malignos. Conseqüentemente, ninguém se sente responsável por corrigir o que está errado na sociedade, na qual convivem, estranhamente, muita religiosidade e muita criminalidade, busca de Deus e injustiça.

56. Essas tendências, no Brasil, aparecem nos *dados do Censo 2000*, que evidenciam também a diversidade das situações regionais: metrópoles e mundo rural, litoral e interior, Nordeste e outras grandes áreas.

Os principais dados relativos à questão “religião” são três:

- a *diminuição da porcentagem dos cristãos católicos*, de 83,3% (1991) para 73,9% (2000);⁵⁶ esta diminuição, de quase dez pontos percentuais em nove anos, foi muito rápida, se considerarmos que uma diminuição semelhante aconteceu, anteriormente, num prazo de noventa anos (de 98,9% em 1890 para 89,0% em 1980);
- o *aumento da porcentagem dos cristãos evangélicos*, de 9,0% (1991) para 15,6% (2000);⁵⁷
- o *aumento dos que se declaram “sem religião”*, que passam de 4,7% da população (1991) para 7,4% (2000), ou de 7 milhões para 12,5 milhões.⁵⁸

57. A novidade não é apenas o aumento real do número dos evangélicos ou dos “sem religião”, mas o *aumento das pessoas que não têm mais receio de assumir publicamente tal condição*. Para avaliar devidamente os resultados do Censo, são necessárias, ainda, algumas considerações. O Censo pergunta pela “religião” do entrevistado. Ora, um bom número de brasileiros *freqüenta atos religiosos de várias denominações*. A recente pesquisa do CERIS nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras⁵⁹ encontrou cerca de 25% dos entrevistados que freqüentam atos de mais de uma religião e cerca de metade deles (12,5% do total) o fazem sempre. Além disso, uma pesquisa qualitativa mostraria que há muitos modos de crer e de praticar dentro do próprio catolicismo, no mundo evangélico, ou em outras religiões.

58. Uma outra observação importante é que os dados sobre religião podem ser comparados com outros dados do Censo, como diminuição da natalidade, aumento das uniões consensuais sem legalização, aumento da escolaridade etc. Todos esses dados apontam para uma *“modernização” dos hábitos da população brasileira* e para um crescimento do individualismo e subjetivismo.

59. Também não parece exato dizer que o País se tornou menos religioso. As pesquisas atuais mostram que a religiosidade continua alta entre os brasileiros. A *declaração “sem religião” parece indicar mais uma “des-institucionalização” da religião* e a emergência da chamada “religião invisível”. O indivíduo não adere mais a uma religião institucionalizada, mas não deixa de acreditar em Deus e de rezar, ocasionalmente.

60. Na opinião de muitos pastoralistas, se o catolicismo perdeu, nas últimas décadas, um certo número de católicos “nominais” (católicos só de nome), *ganhou em participação ativa dos fiéis* na vida eclesial, na evangelização e no compromisso social. No catolicismo contemporâneo existe um número elevado de fiéis que dedicam, voluntariamente, muitas horas por semana ao trabalho pastoral ou de evangelização, assumindo, como batizados, tarefas que, antigamente, eram reservadas ao clero.

61. Muitas Igrejas evangélicas se mostram dinâmicas na procura de novos fiéis, chegando, às vezes, até ao proselitismo. Não queremos encarar as outras Igrejas cristãs como rivais; antes, queremos que cresça a dimensão ecumênica da evangelização. Cabe, porém, uma avaliação da qualidade da nossa presença junto ao povo, como exigência da própria missão de evangelizar. *A organização da Igreja Católica* está muito dependente

do padre e da paróquia. Ora, o número de padres não tem crescido no mesmo ritmo da população.⁶⁰ Podemos nos perguntar se, diante das mudanças socioculturais, as estruturas pastorais e o atendimento da Igreja Católica conseguiram alcançar de forma suficiente as populações nas periferias metropolitanas, nas fronteiras agrícolas e na região amazônica. A vocação apostólica dos leigos e leigas, bem como sua formação, e novas formas de organização da vida eclesial no mundo urbano e nas áreas mais marcadas pela mobilidade humana devem ser mais incentivadas.

62. É significativo que os *estados com maior porcentagem de católicos pertençam à região do semi-árido nordestino*: Piauí, 91,3%; Ceará, 84,9%; Paraíba, 84,2%; Maranhão, 83%; Alagoas, 81,9%; Sergipe, 81,7%; Rio Grande do Norte, 81,7%. As diferenças significativas entre uma região e outra não se explicam apenas pelo fenômeno da urbanização, que é recente, ou pela atuação da Igreja Católica ou de outras Igrejas nas últimas décadas. O fenômeno tem raízes profundas em séculos de história. O catolicismo hoje, tanto nas regiões onde se alimenta numa tradição mais firme quanto nas regiões em que foi mais desgastado pelas mudanças recentes, enfrenta novos desafios, que estão a exigir – como recordou o santo padre João Paulo II na Carta sobre o início do Novo Milênio – a coragem de ousar e de avançar para “águas mais profundas”.

CAPÍTULO III: DIRETRIZES DE AÇÃO

63. Os desafios da hora atual são, como vimos, numerosos e complexos. Procurando a fidelidade à missão que Cristo confiou à Igreja e a docilidade ao seu Espírito, e visando evitar a dispersão em nossa ação evangelizadora, destacamos para os próximos anos três âmbitos de ação: *pessoa, comunidade e sociedade*.⁶¹ Não são realidades a serem consideradas separadamente, mas três enfoques interligados, complementares.

64. Para cada âmbito indicamos: 1) um *desafio* principal; 2) uma *reflexão cristã*, que ofereça fundamentos e critérios de ação; 3) *pistas de ação*. Nossas indicações e propostas são orientações básicas a serem desenvolvidas, adaptadas e concretizadas pelas Igrejas particulares e comunidades locais.

1. Promover a dignidade da pessoa

1.1. O desafio

A construção da identidade pessoal e da liberdade autêntica numa sociedade consumista

65. *O desejo de autonomia* das pessoas é uma das características da modernidade. Tal desejo se manifesta por uma série de atitudes como a reivindicação dos direitos individuais, a participação nos destinos da sociedade, a liberdade de escolha e decisões da própria pessoa, liberta de padrões e de regulamentos.

66. Há uma situação cultural de *individualismo*, que tem aspectos positivos, enquanto promove a individualidade, e que não deve ser confundida com o *egoísmo*, atitude moral negativa, que rompe os laços de solidariedade com o próximo.

67. As mudanças que a modernidade recente trouxe para a sociedade e para os indivíduos são ambíguas: oferecem mais liberdade; no entanto, esta liberdade está ameaçada por muitos condicionamentos, numa *sociedade voltada para o consumo insaciável*. Cada um se vê na situação de construir a própria identidade, descobrir-se quem é, dar sentido ao que realiza.

68. São também desafios à promoção da dignidade da pessoa as *várias formas de desrespeito à vida*, como a manipulação genética, o aborto, a eutanásia, a esterilização, a comercialização do sexo e do corpo, bem como as diversas formas de violência.

1.2. A fé cristã: a dignidade absoluta da pessoa - "Filhos de Deus, nós o somos!" (1Jo 3,2)

69. A fé cristã é, antes de tudo, *adesão à pessoa de Jesus Cristo e ao seu Evangelho*, acolhida do dom gratuito que vem de Deus. A fé tem também uma dimensão ética; comporta desdobramentos éticos, morais. Mas ela é, fundamentalmente, confiança em Deus que se nos revela e nos fala, "como a amigos".⁶²

70. O que a revelação nos diz do ser humano, da pessoa? Qual seu sentido, seu destino? A primeira resposta está no início da Bíblia.⁶³ *Deus criou o ser humano*, "homem e mulher ele os criou".⁶⁴ Mais: "Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus o criou". O salmo 8 dirá, com admiração, diante dessa obra tão especial de Deus: "Que coisa é o homem, para dele te lembrares, Senhor, que é o ser humano, para o visitares? No entanto o fizeste só um pouco menor que um deus, de glória e honra o coroaste. Tu o colocaste à frente das obras de tuas mãos. Tudo puseste sob os seus pés [...]".⁶⁵

71. Afirmar que Deus cria o mundo e os seres humanos significa afirmar a *liberdade de Deus*: a criação é fruto de uma vontade pessoal, de amor, não resultado do acaso. Significa também reconhecer que *homem e mulher*, criados semelhantes ao Criador, *são pessoas dotadas de liberdade* e chamadas à criatividade, à responsabilidade e ao amor oblato. Assim como no mistério de Deus Trinitário a pessoa divina é relação amorosa para as outras pessoas, assim também homens e mulheres, criados à imagem e semelhança do mesmo Deus, devem abrir-se, oblativamente, às outras pessoas, até aos inimigos, para merecerem ser chamados filhos e filhas de Deus.⁶⁶

72. Deus não criou um mundo já todo pronto. Se tudo já estivesse perfeito ou, simplesmente "feito", poder-se-ia pensar que o ser humano não tem nada a fazer e a vida seria sem sentido. O ser humano não está na terra simplesmente para guardar uma ordem, mas para colaborar com o Criador. *O ser humano foi criado para criar*. Os animais e as plantas foram criados para se reproduzirem "segundo suas espécies",⁶⁷ repetindo sempre o mesmo programa, enquanto todo filho de uma família humana é *único*, diferente dos outros. Toda criança que nasce suscita uma nova alegria.⁶⁸

73. Deus criou o ser humano à própria imagem, porque o quis próximo de si, não somente amigo, mas filho. *Deus fez os seres humanos "capazes de Deus"*. Isto significa que *o ser humano está aberto ao Infinito*, "capaz" de participar da vida divina. Paulo, em Atenas, citando um poeta grego, afirma: "Somos da raça do próprio Deus".⁶⁹ *Somos seres feitos para Deus*. João confirma: "Desde já somos filhos de Deus, mas nem sequer se manifestou o que seremos!" (1Jo 3,2).

74. Crer que Deus nos quer como filhos é crer que Deus nos ama. A revelação nos diz que Deus é "amor".⁷⁰ *Crer no amor de Deus é crer que ele quer a nossa felicidade*. A Bíblia, que começa e acaba com uma situação de paraíso, nos diz que a felicidade é o destino, o projeto de Deus para o ser humano. São inúmeros os passos do Antigo Testamento que falam das bênçãos de Deus, das alegrias concretas que o Senhor oferece a seus filhos: matrimônio feliz, filhos numerosos, campos férteis, rebanhos que se multiplicam... A felicidade na terra, fruto da reciprocidade no amor, é vista como imagem e antecipação de outra felicidade, para uma vida além da morte. No Novo Testamento, a alegria é a nota principal. As bem-aventuranças, o "programa" da vida do cristão, começam todas com: "Felizes...".

75. Em nossa sociedade tornou-se muito freqüente ouvir ou ler: "Tenho direito de ser feliz". Mas esta reivindicação parece mais um grito de angústia de quem não consegue encontrar a felicidade. As pessoas humanas têm muita *dificuldade em aceitar o sofrimento*, hoje, talvez, mais do que nunca. E o mal constitui para elas um escândalo, algo incompreensível. Isso se agrava devido a um conceito errôneo de felicidade, confundindo-a com bem-estar, diferentemente do conceito bíblico. O conceito atual não inclui a capacidade de compreender e aceitar o sofrimento. Soa até estranha a palavra

forte de Jesus: “Quem quiser seguir-me, renuncie a si mesmo e tome sobre si a sua cruz”.⁷¹

76. O sofrimento, a violência, as doenças, enfim *todas as misérias humanas angustiam e afligem, também, o cristão* e, às vezes, levam as pessoas a duvidarem da bondade de Deus. O cristão sabe que muitos males e sofrimentos são consequência do pecado ou da finitude e limitação de todo o ser criado. Mas o cristão não busca, antes de tudo, explicações, tendo consciência de estar diante de um “mistério”. O cristão vê no mal um desafio, que é chamado a combater, seguindo o exemplo de Cristo e com o auxílio da sua graça.

77. *Deus não ficou insensível diante do sofrimento humano.* A resposta de Deus é Jesus Cristo. Ele “*tem compaixão*”, assume a nossa condição frágil e precária, sofre com o ser humano.⁷² O cristão, como Jesus, acredita que Deus está a seu lado no sofrimento, está ao lado das vítimas da desgraça ou da injustiça. E acredita que o mal não terá a última palavra, mesmo quando parece vencer com a morte do ser humano. O cristão acredita que *Deus ressuscitou Jesus e ressuscitará a todos*,⁷³ para que os justos tenham uma existência incorruptível, liberta do mal, sem dor nem lágrimas,⁷⁴ e vejam uma glória que “*não tem proporção com os sofrimentos do tempo presente*”.⁷⁵

78. Nas atitudes de Jesus de Nazaré se tornou mais evidente até que ponto Deus nos ama ou, melhor, *o amor incondicional, sem medida, de Deus para conosco.* Jesus deu a sua vida por nós, prova suprema do amor⁷⁶ que ele nos demonstrou, morrendo por nós quando ainda éramos pecadores,⁷⁷ e mostrou que ama todo ser humano, sem perguntar antes quem ele é ou qual é sua história.⁷⁸ Ele se identifica com o “bom samaritano”, que socorre a vítima dos assaltantes (símbolo de toda vítima inocente do mal do mundo), sem se perguntar pela raça ou religião dele. Ele cura inúmeras pessoas, vítimas da doença ou daquelas forças malignas que atacam os seres humanos. Ele traz uma palavra de esperança aos pobres e reparte o pão com eles, promessa de um futuro diferente, de um outro mundo possível. Ele acolhe e perdoa os pecadores. Ele é misericordioso. Estende a mão para levantar o caído, acolhe com abraço o que volta arrependido e vai ao encontro do afastado. Em tudo isso, Jesus não faz assistencialismo ou paternalismo. Devolve o ser humano às suas tarefas, às suas responsabilidades, à sua dignidade.⁷⁹

79. O cristão é aquele que se distingue porque “acreditou no amor”.⁸⁰ A referência, para o cristão, é clara: amar como Deus ama. E, se isso parece muito alto (“sede perfeitos como o Pai que está nos céus”),⁸¹ o exemplo concreto nos vem de Jesus: “*Amai-vos como eu vos tenho amado*”.⁸² Fazer reconhecer e reencontrar o amor em nossa sociedade: eis a tarefa do cristão! Para nós, cristãos, construir uma sociedade justa e solidária significa também construir uma sociedade fraterna e caridosa.

80. Seguindo o exemplo de Jesus e pela força de sua graça, o cristão é chamado a fazer a doação de sua vida e amar “até o fim”.⁸³ Nisto, como o apóstolo Paulo, *alegra-se nos sofrimentos, suportados pelo bem de todos* os irmãos e completará, em seu corpo, “o que falta às tribulações de Cristo”.⁸⁴ Assim estará exercendo o sacerdócio batismal ou comum de todos os fiéis.⁸⁵

81. *A santidade é a vocação de todo cristão, a “medida alta” da vida cristã ordinária*,⁸⁶ que a Igreja propõe, sem hesitação, a todos os fiéis. Por isso, também a santidade é o “horizonte para o qual deve tender todo o caminho pastoral”.⁸⁷ Missão de todo cristão é levar, à sociedade de hoje, a certeza de que a verdade sobre o ser humano *só se revela, plenamente, no mistério do Verbo encarnado*.⁸⁸ O testemunho de santidade tornará este anúncio plenamente digno de fé.

1.3. Pistas de ação

82. *Toda a ação evangelizadora e pastoral* seja inspirada por aquela visão da pessoa humana que acenamos acima e que nos é oferecida, plenamente, pela Revelação e pela tradição viva da Igreja.

83. As pistas de ação são apresentadas seguindo o *esquema “serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão”*. *Todas essas atividades devem ser consideradas como interligadas* e a listagem que as separa não deve impedir que haja coordenação ou integração efetiva dos diversos aspectos.

1.3.1. Serviço

84. Deve-se pensar aqui quais iniciativas podem ajudar, hoje, as pessoas a alcançar – antes de tudo no plano humano – a formação e o desenvolvimento (no campo afetivo, cognitivo, profissional, social e religioso) que cada um deseja e procura para realizar-se conforme o plano de Deus. Tenham prioridade *as iniciativas voltadas para os mais pobres e excluídos*.

85. Apontamos alguns aspectos que merecem nossa atenção (a comunidade local pode descobrir outros):

a) *Acolhida e orientação* – Qualquer pessoa que procure a comunidade eclesial deve ser recebida por alguém que a *escute e ajude a encontrar uma solução* para sua necessidade (um conselho, uma orientação para encontrar assistência religiosa ou psicológica ou médica ou jurídica ou mesmo material...) e alguma forma de apoio, seja na comunidade eclesial, seja em outras instituições.

b) *Atenção às necessidades básicas* – Muitas vezes, as pessoas que procuram nossas comunidades necessitam, antes de tudo, prover às suas necessidades básicas de *alimentação, saúde, moradia...* A comunidade eclesial, no espírito do “ministério da caridade”,⁸⁹ procure oferecer, com generosidade e dedicação, todos os serviços que puder, lembrando que “a caridade das obras garante uma força indubitável à caridade das palavras”.⁹⁰

c) *Educação fundamental* – *A Igreja tem uma proposta educativa* que visa ao desenvolvimento integral da pessoa como imagem de Deus, e que é urgente, sobretudo no ensino fundamental e médio. A comunidade eclesial deve despertar a consciência e a responsabilidade das famílias. A comunidade pode prestar apoio a *escolas*, públicas ou particulares, montar esquemas de reforço escolar, apoiar o ensino religioso, incentivar os pais a uma participação maior na vida das escolas, organizar creches ou núcleos de educação pré-escolar, apoiar iniciativas específicas, como os programas de alfabetização de adultos do MEB (Movimento de Educação de Base), as atividades da Pastoral da Criança, os programas de educação rural, o ensino para portadores de deficiências...

d) *Educação superior e profissional* – Há, hoje, uma forte demanda disso também nos meios pobres. Uma iniciativa das comunidades eclesiais – já experimentada em vários lugares – é a organização de “cursinhos” gratuitos em preparação para o Vestibular. Área de atuação pastoral e social relevante é também a *formação profissional*. Mesmo pequenas iniciativas (por ex. cursos de informática) podem ajudar os jovens a encontrar trabalho. Outra dimensão importante da educação a ser incentivada e favorecida é a *educação de todos à solidariedade e à cidadania*.⁹¹

e) *Centros ou cursos de formação* – Sejam oferecidas oportunidades de aprofundamento de *formação integral da pessoa*: afetiva, relacional, social, intelectual, religiosa...

f) *Formação da juventude*⁹² – Sejam incentivadas ou apoiadas as iniciativas que favoreçam a *educação dos jovens*, visando à formação de uma personalidade madura e equilibrada, à correta vivência da sexualidade, à vivência do amor verdadeiro, ao autocontrole em face dos desvios do alcoolismo, da dependência de drogas e do consumismo fácil e ilusório.

g) *Formação do espírito crítico* – É importante educar as pessoas a um *correto uso da "mídia"*, para que possam refletir, discernir e tomar posição, evitando serem manipuladas.

h) *Serviços de terapia ou de aconselhamento* – Podem ser oferecidos por paróquias e comunidades, a jovens, adultos e idosos.

i) *Serviços especiais* em favor dos idosos, dos migrantes e das crianças e jovens em situação de risco.

1.3.2. Diálogo

86. Partimos, aqui, da convicção de que faz parte da missão dos cristãos renovar o milagre de Pentecostes, "inverter Babel" e *estabelecer o diálogo e a recíproca compreensão entre seres humanos de língua, cultura, religião e etnia diferentes*. A sociedade moderna acentua o pluralismo e a necessidade de respeitar o outro, o diferente. Os cristãos, neste terreno, têm uma contribuição específica a oferecer.

87. A globalização tende a impor modelos culturais comuns, a implantar a mesma economia e a vender os mesmos produtos, em todos os lugares. Em reação, muitos defendem de forma radical, às vezes fanática e exclusivista, suas tradições e suas particularidades. Está aí o desafio do diálogo: tornar possível a união e o entendimento entre todos. Aqui, com relação à pessoa, importa, antes de tudo, contribuir para *educar as pessoas para o diálogo* e abertura de horizontes culturais mais amplos.

88. Urge um *diálogo integral*, orientado ao conhecimento, à escuta, à compreensão dos valores de cada um, que supere apressadas avaliações e respeite a fé que o outro vive. Diálogo que suscite relacionamentos de amizade e objetive a fraternidade universal, tendo como modelo o *amor desinteressado e radical que Jesus ensinou e viveu*.

89. Antes da formação específica para o diálogo ecumênico, inter-religioso ou intercultural, é importante ajudar a todos a reconhecer que, *somente no diálogo, a pessoa pode realizar-se*. A pessoa não se desenvolve num "esplêndido isolamento", mas na comunicação constante com os outros, a começar pela família.

90. Para o *diálogo com irmãos de outras Igrejas cristãs*, dê-se uma preparação específica segundo as orientações do *Diretório Ecumênico*,⁹³ e sejam valorizadas todas as oportunidades para crescer no conhecimento, na compreensão e na estima para com os nossos irmãos em Cristo. Sejam promovidos, também, momentos de oração comum e de diálogo, em particular a *Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos*, entre Ascensão e Pentecostes.

91. Para o *diálogo com fiéis de outras religiões*, promova-se uma preparação adequada segundo as orientações dos documentos *Diálogo e missão*⁹⁴ e *Diálogo e anúncio*,⁹⁵ e sejam valorizadas as oportunidades para fazer crescer o conhecimento e à compreensão das outras religiões. Ofereçam-se, a pessoas maduras na fé ou interessadas nesse diálogo, oportunidades de conhecimento e estudo, para uma formação sistemática e participação em eventos inter-religiosos.

92. Para o *diálogo intercultural*, sejam oferecidas oportunidades de encontro entre católicos preparados e pessoas de outras tradições culturais, visando à busca da fraternidade e do bem comum, inclusive por meio de ações de alcance social e humanitário.

1.3.3. Anúncio

93. O *anúncio do Evangelho de Jesus Cristo, de sua pessoa, vida, morte e ressurreição* visa a possibilitar o encontro da pessoa com Cristo, ajudá-la na adesão a ele e no compromisso de segui-lo na tarefa missionária por ele confiada. "Não haverá nunca

evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados".⁹⁶

94. "Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho!"⁹⁷ Os cristãos não podem guardar só para si, mas são chamados a partilhar, com entusiasmo, o que de graça receberam e que enche o coração até transbordar. São desafiados a anunciar o Evangelho, por meio de uma "nova evangelização", não apenas em "países de missão" ou "não-cristãos", mas também em nosso próprio país. No anúncio do Evangelho na família, na escola, no trabalho, na comunidade, no bairro, os cristãos realizam sua vocação missionária e encontram o caminho para descobrir *a dimensão missionária universal* da Igreja e a responsabilidade de todos para com a missão *ad gentes*, além-fronteiras.⁹⁸ Por outro lado, a formação missionária – voltada para esta missão "além-fronteiras" – deve ocupar um lugar central na vida cristã e a tarefa especificamente missionária não deve tornar-se "uma realidade diluída na missão global de todo o povo de Deus".⁹⁹

95. No anúncio, é importante prestar especial atenção às condições e expectativas dos destinatários e *evitar classificações e rótulos*, que levam a preconceitos. As pesquisas mostram, geralmente, uma persistência da fé, muito maior que a frequência da prática sacramental e, ao mesmo tempo, lacunas generalizadas no conhecimento da doutrina cristã, mesmo em pontos essenciais. O objetivo da evangelização é levar a uma fé vivida, a uma adesão pessoal a Cristo, superando uma adesão meramente cultural ao catolicismo. Para isso, deve-se dar atenção e acolhida especial às pessoas que, embora não guardem o preceito da missa dominical ou raramente se aproximem dos sacramentos, continuam professando a fé católica, aceitando a substância da doutrina de Cristo e da Igreja e esforçando-se para praticar a caridade fraterna e a ética cristã.

96. Tudo isso impõe a *urgência do anúncio* em nosso meio, e ao mesmo tempo a necessidade – no contexto em que vivemos, marcado pelo pluralismo e subjetivismo – de uma *grande atenção às pessoas*, de um atendimento personalizado. O anúncio deve considerar também "o mundo íntimo da pessoa, a verdade sobre o ser humano, 'primeira e fundamental via da Igreja'".¹⁰⁰

97. Um aspecto da pedagogia do anúncio que merece destaque é a necessidade de *conceber o anúncio também em termos de diálogo e, especificamente, de reflexão sobre a experiência de vida*, abrindo-a a seu verdadeiro sentido. É importante valorizar e respeitar a liberdade de cada um. Toda pessoa humana carrega um desejo e uma capacidade de encontro com a Palavra de Deus, que o próprio Espírito Santo suscita. Por isso, o anúncio procura *partir da experiência de vida das pessoas*, dialogar com ela.

98. Não se trata de vencer pelo "argumento de autoridade", aceito pelo prestígio do mestre ou da instituição. As pessoas querem se convencer pessoalmente; querem discutir, refletir, avaliar, ponderar os argumentos a favor e contra determinada visão, doutrina ou norma. Portanto, *o evangelizador deve ter consciência* de que, mesmo em se tratando da "Boa-Nova", não pode "impor", nem receberá audiência fácil, mas *deverá esforçar-se para persuadir o ouvinte, pelo testemunho de vida e por uma argumentação sincera e rigorosa*, que estimule no interlocutor a busca da verdade, respeitando, porém, sua liberdade de escolha.

99. Importante também é ressaltar que as pessoas não buscam em primeiro lugar as doutrinas, mas *o encontro pessoal, o relacionamento solidário e fraterno, a acolhida*. O "encontro" é o primeiro dom ou carisma que o Espírito concede às pessoas e é ele, o Espírito Santo, o protagonista da missão, aquele que chega primeiro. O cristão, portanto, deve dar grande valor ao encontro com as pessoas, atento a discernir os sinais do que o Espírito está pedindo dele e da pessoa que encontra. O cristão que tomou consciência de sua missão de evangelizador, deverá não apenas acolher bem quem se aproxima, mas *ir ao encontro dos outros* e retomar a prática evangélica das *visitas às casas*¹⁰¹. A "visitação" tem um profundo sentido teológico: a pessoa enviada por Deus representa o próprio Deus que visita seu povo. As visitas, também, podem inserir-se no contexto das missões populares e dos círculos bíblicos.

100. Dentro da sociedade atual, assume relevância *o testemunho pessoal de cada cristão*. É necessário também que ele saiba discernir entre as verdades centrais e essenciais da fé e as formas históricas, inclusive expressões e linguagens, diversas e mutáveis, que revestiram ou revestem essas verdades. Às vezes, é a forma – e não o conteúdo da mensagem – que uma pessoa tem dificuldade em aceitar.

101. O Espírito acompanha e assiste os evangelizadores. Isso não os dispensa de se *prepararem para a sua missão*, nem dispensa as comunidades eclesiais de oferecer-lhes *oportunidades adequadas de formação*. Mais do que cursos intensivos, é importante que dioceses e comunidades ofereçam apoio permanente aos evangelizadores. “Mas nada substitui a experiência do Deus vivo, no encontro com Cristo, alimentando-se constantemente pela escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida; pela participação na eucaristia e demais celebrações; pela oração generosa e aberta a Deus e à sua presença na realidade humana; pelo abandono ao Espírito que precede a ação do evangelizador, assiste-o, cotidianamente confortando nas dificuldades e mesmo nos fracassos; enfim, pela doação de si mesmo no serviço aos demais”.¹⁰² Merece atenção especial a formação permanente dos presbíteros, animadores da evangelização.

102. Além do anúncio na realidade local, *cabará à comunidade eclesial promover a consciência missionária e a cooperação com a missão “ad gentes”*. Alguns fiéis poderão cooperar assumindo tarefas específicas na animação missionária, inclusive através dos Conselhos Missionários Paroquiais (COMIPAs) e Conselhos Missionários Diocesanos (COMIDIs). Mas todos são chamados a contribuir, cada um segundo suas possibilidades e seus dons, para que o Evangelho seja anunciado “por toda parte”¹⁰³ e a formação missionária ocupe um lugar central na vida cristã.¹⁰⁴

103. Os destinatários do anúncio são as pessoas, as comunidades e as massas. Isso torna mais urgente a implantação e o *incentivo à Pastoral da Comunicação* e a presença pública da Igreja junto à sociedade, para que o anúncio chegue até os confins da terra.

1.3.4. Testemunho de comunhão

104. É necessário tomar consciência que a ação pastoral deve dar muito mais valor à pessoa enquanto tal, com suas exigências e expectativas. Muitos passos já foram dados para a maior participação e valorização dos fiéis leigos, considerados como membros vivos da comunidade eclesial e testemunhas de Cristo no mundo. “A *ação dos leigos é indispensável* para que a Igreja possa ser considerada realmente constituída, viva e operante em todos os seus setores, tornando-se plenamente sinal da presença de Cristo entre os homens”.¹⁰⁵ Longo caminho, porém, temos ainda a percorrer para superar o clericalismo subjacente na mentalidade de parte dos leigos e de parte do clero.

105. Após o Concílio Vaticano II, os novos Códigos de Direito Canônico (para a Igreja latina e para as Igrejas orientais) destacam os direitos de todos os batizados e afirmam: “Entre todos os fiéis vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma *verdadeira igualdade*, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo”.¹⁰⁶ Os sacramentos da iniciação cristã – batismo, crisma e eucaristia – conferem não somente direitos, mas também deveres e responsabilidades, vale dizer: uma *missão*, da qual todos são participantes, em espírito de comunhão. Para que as comunidades possam ser lugar de “comunhão e participação” e, por isso mesmo, de valorização da pessoa, algumas atitudes são necessárias:

a) cuidar para que, em suas manifestações, especialmente na liturgia, e em suas estruturas visíveis, a Igreja se revele verdadeiramente *comunidade fraterna, onde as diferentes vocações não escondam a igual dignidade de todos os fiéis* nem desestimulem a participação ativa de todos;¹⁰⁷

- b) estimular, no interior das estruturas eclesiais mais amplas e complexas, a formação de *comunidades menores*, de dimensão humana, de participação mais direta e pessoal;
- c) empenhar-se para que as comunidades eclesiais de base e os diversos grupos, organismos e movimentos particulares *se articulem ou se integrem* convenientemente na paróquia e na diocese.¹⁰⁸ “É, sem dúvida, necessário que associações e movimentos, tanto no âmbito da Igreja universal como no das Igrejas particulares, atuem em plena sintonia eclesial e obediência às diretrizes autorizadas dos pastores”;¹⁰⁹
- d) fazer com que todos os fiéis, homens e mulheres, diretamente ou por meio de representantes eleitos, *participem* quanto possível não só da execução, mas também *do planejamento e das decisões* relativas à vida eclesial e à ação pastoral, bem como da *avaliação*; para isso promovam-se, periodicamente, assembleias e sínodos do povo de Deus, e sejam mantidos, em todos os níveis, conselhos pastorais, como recomenda o Concílio,¹¹⁰ Puebla o reafirma,¹¹¹ inclusive através de explícito compromisso dos bispos,¹¹² e os Códigos de Direito Canônico preceituam;¹¹³
- e) oferecer aos fiéis oportunidades reais tanto de *informação* sobre os assuntos da vida eclesial quanto de *formação* cristã, sem a qual dificilmente poderão participar, consciente e responsabilmente, na comunidade;
- f) desenvolver um esforço amplo e constante de evangelização de jovens e adultos, que lhes proporcione o conhecimento da palavra de Deus, a que têm direito pelo batismo, e que os ajude a *discernir, criticamente, ideologias e propostas religiosas* que tentam reduzir ou instrumentalizar a fé;¹¹⁴
- g) incentivar na Igreja uma *opinião pública* para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição de progresso para seu pensamento e ação. Com a ausência da opinião pública, faltar-lhe-ia qualquer coisa de vital.¹¹⁵

106. O Papa explicita as condições para se cultivar o espírito de comunhão na Igreja: “Os espaços de comunhão devem ser *aproveitados e promovidos dia a dia, em todos os níveis*, no tecido da vida de cada Igreja. A comunhão deve resplandecer nas relações entre bispos, presbíteros e diáconos, entre pastores e o conjunto do povo de Deus, entre clero e religiosos, entre associações e movimentos eclesiais. Devem-se valorizar cada vez mais os organismos de participação previstos no direito canônico, tais como os Conselhos Presbiterais e Pastorais [...]. A teologia e a espiritualidade da comunhão inspiram uma *escuta recíproca* e eficaz entre pastores e fiéis, mantendo-os unidos em tudo o que é essencial e, ante o que é opinável, incentivando-os a convergir para decisões ponderadas e compartilhadas”.¹¹⁶ É preciso garantir a *mais ampla escuta de todo o povo de Deus*.¹¹⁷

107. “Muitas vezes, o mais generoso e eficaz trabalho de inculturação do Evangelho é feito pelas *mulheres*, através da educação dos filhos, da animação da vida comunitária, da participação eclesial e de muitas outras formas. Essa presença feminina, predominante nos trabalhos de base, deverá ter maior acesso às responsabilidades de direção e à participação nas decisões importantes da vida eclesial. Mais ainda: é preciso que a questão do reconhecimento da dignidade da mulher na Igreja e a busca de relações verdadeiramente humanas entre homens e mulheres seja objeto de reflexão teológica e de efetivo progresso na vida pastoral das comunidades”.¹¹⁸

108. A tarefa de construir “comunhão e participação” deve ser encarada com *continuidade e perseverança*. Exige uma mudança de mentalidade, que muitas vezes ainda não aconteceu. Em alguns casos, existem queixas de retrocesso na prática da comunhão e participação para um “clericalismo” incompatível com os ideais evangélicos e a eclesiologia da comunhão. O testemunho se manifesta, também, na transparência administrativa do pároco, do conselho paroquial, das coordenações das comunidades, de pastorais e de movimentos, na prestação de contas, dízimo, coletas e campanhas. Esta deve ser também uma preocupação constante na formação presbiteral.

109. Um fator importante da educação da fé é a *educação para a oração*. Esta “não se pode dar por suposta; é necessário aprender a rezar, voltando sempre de novo a conhecer esta arte dos próprios lábios do divino Mestre”.¹¹⁹ O cultivo da oração vem ao encontro de uma intensa busca de espiritualidade, que renasce em nossas comunidades e em outras religiões. Nossas comunidades “devem tornar-se autênticas ‘escolas’ de oração, onde o encontro com Cristo não se exprima apenas em pedidos de ajuda, mas também em ação de graças, louvor, adoração, contemplação, escuta, afetos da alma, até se chegar a um coração verdadeiramente ‘apaixonado’. Uma oração intensa, mas que não afasta do compromisso na história”.¹²⁰

110. A educação à oração pessoal contribua também para a *formação litúrgica* dos fiéis, para que sua participação nos ritos não seja meramente exterior.¹²¹ A melhor formação litúrgica será dada por meio de uma adequada catequese e das próprias celebrações da eucaristia e dos outros sacramentos. Celebrações descuidadas dificultam aos fiéis compreender e admirar a riqueza que Deus lhes está oferecendo.

111. Na sociedade atual, principalmente nas grandes cidades, é cada vez mais difícil para as pessoas encontrarem-se com outras fora de casa, nos horários noturnos, para reuniões e celebrações. Diminui o número dos que freqüentam atividades comunitárias ou assembléias litúrgicas. A facilidade de encontrar programas radiofônicos e televisivos de caráter religioso leva muitas pessoas a dispensarem a ida à igreja, na semana e mesmo aos domingos. É preciso estimular a vida comunitária, mas não podemos ignorar o novo contexto. Temos o dever de oferecer às pessoas programas de boa qualidade para a espiritualidade cristã, *mediante os novos meios de comunicação*, que aliás penetram, para além do mundo urbano, em todos os cantos, mesmo os mais remotos, do País, sem deixar de conscientizar acerca do valor da presença na igreja.

2. Renovar a comunidade

2.1. O desafio: A fragmentação da vida e a busca de relações mais humanas

112. Temos uma organização social que acentua o *isolamento dos indivíduos*, incentiva um comportamento que leva ao egoísmo e coloca as pessoas numa competição estressante. Especialmente nas áreas urbanas, *o enfraquecimento da família, a diluição da vida comunitária e a violência* acentuam o isolamento e a incerteza, gerando desconfiança e medo nas relações cotidianas dos cidadãos. A modernidade tende a submeter a sociedade ao mercado e ao poder, levando-a a perder muitos valores. A cultura brasileira, todavia, conservou muitos desses valores: o sentido da festa, o prazer da convivência, a abertura ao diferente e a mistura de raças e povos... Subsiste, também, em muitos a *aspiração a relações comunitárias*, comunhão, de fraternidade e de amor mútuo, verdadeiramente humanas e humanizadoras.

113. *Renovar a comunidade* não significa voltar à comunidade natural ou à comunidade tradicional. Nosso esforço será criar condições para que as pessoas possam viver *relações de solidariedade e de fraternidade* que permitam sua maior realização, no contexto atual.

2.2. A fé cristã: Da dignidade de filhos à realização da fraternidade - “Vós todos sois irmãos!” (Mt 23,8)

114. O Novo Testamento não usa o termo “fraternidade” em abstrato, mas freqüentemente fala dos discípulos de Jesus como “irmãos”. *Porque existe um só Pai* de toda a humanidade, *todos somos chamados a ser irmãos ou irmãs*. É irmão aquele que se reconhece como tal, que reconhece a Deus por Pai e aos outros como irmãos e irmãs. Esta fraternidade se baseia no dom do Espírito, que nos faz filhos e filhas no Filho.

115. *A fraternidade cristã é aberta* e quer acolher a todos os seres humanos e não faz discriminação. “Deus não faz acepção de pessoas”.¹²² Todos os povos são chamados a formar a única família de Deus. A fraternidade vai além dos vínculos de sangue ou de

raça. Pedro nos diz no livro dos Atos: "Deus me mostrou que homem algum é profano ou impuro".¹²³ O fato de sermos pecadores não elimina a fraternidade.¹²⁴ Também os pecadores são irmãos.¹²⁵

116. A condição de "irmãos" e "irmãs" estende aos discípulos e discípulas de Jesus aquela *solidariedade que é comum nas famílias de sangue*. De fato, os discípulos colocam em comum seus bens, praticam a comunhão fraterna.¹²⁶ Quando as comunidades cristãs se multiplicaram, e não foi possível continuar nos mesmos moldes a experiência de comunhão da primeira comunidade, *os cristãos continuaram a se chamar "irmãos" e a praticar a fraternidade*. Ela significa busca de unidade entre os irmãos e caridade para com todos os que precisam, inclusive na forma de socorro material. Um testemunho eloqüente nos vem da tradição litúrgica, que está plena de orações pelos irmãos e se constitui, ela própria, num encontro de irmãos. Na história da Igreja, todas as vezes em que se buscaram formas mais elevadas de vida no Evangelho, colocou-se na vida fraterna seu apoio fundamental.

117. O Concílio Vaticano II reafirma *a fraternidade como característica essencial da vida cristã*. A Igreja, novo povo de Deus, é descrita como corpo de Cristo, uno na variedade dos membros, os quais todos têm igual dignidade. "É uno o povo eleito de Deus: 'Um só Senhor, uma só fé, um só batismo';¹²⁷ comum é a dignidade dos membros pela sua regeneração em Cristo, comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só a salvação, uma só a esperança e a unidade sem divisão".¹²⁸

118. Ainda mais insistentemente, o Concílio Vaticano II propõe, como vocação da humanidade inteira e como meta a ser efetiva e intensamente procurada, a *fraternidade universal*. Afirma, também, que a revelação cristã "favorece poderosamente esta comunhão entre as pessoas", e ao mesmo tempo leva a uma compreensão mais profunda das leis da vida social.¹²⁹

119. A fundamentação teológica da "comunhão" e fraternidade entre os seres humanos foi desenvolvida, ulteriormente, no documento de Puebla, que ressalta *a relação entre a visão cristã de Deus, como comunhão das Três Pessoas, e a crítica a uma sociedade que contradiz e nega a comunhão*.¹³⁰

120. Deus, modelo de comunhão na Trindade, não anula as pessoas, mas as plenifica no amor. Ser imagem e semelhança do Criador é também trazer no coração um enorme anseio de ser comunidade. *A fecundidade da comunhão que vem de Deus nos impulsiona para a transformação da sociedade*: "O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, 'ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê' (1Jo 4,20)".¹³¹

2.3. Pistas de ação

121. *Toda a ação evangelizadora e pastoral seja inspirada por aquela visão da comunidade humana e da vida de comunhão eclesial que apresentamos acima*. Assim, estaremos forjando "uma comunidade eclesial repleta de vitalidade e evangelizadora, que vive uma profunda experiência cristã alimentada pela Palavra de Deus, pela oração e pelos sacramentos, coerente com os valores evangélicos na sua existência pessoal, familiar e social".¹³²

122. A promoção de relações humanas sadias e fraternas e a edificação da comunidade eclesial devem *estar a serviço da promoção integral da pessoa humana* conforme o plano de Deus, apresentada na seção anterior. Tanto no planejamento como na avaliação da ação, é necessário verificar se as propostas comunitárias valorizam devidamente a pessoa e a família, com suas diversas exigências.

2.3.1. Serviço

123. Apontamos algumas sugestões de serviços que a comunidade cristã pode desenvolver com vistas a um relacionamento mais humano e humanizador:

a) *educação ao relacionamento* não apenas correto e respeitoso, mas *solidário e fraterno*, das pessoas entre si. Isto exige atenção às pessoas, aos seus anseios e condicionamentos, e diálogo ou convivência com essas mesmas pessoas. Não há um único modelo válido para todos. Tendo consciência disso, procurar-se-á oferecer às pessoas oportunidades de encontro, de contato e conhecimento com outras, inclusive com aquelas que são “diferentes”, que ainda não fazem parte da experiência de vida do grupo; promover-se-ão oportunidades de práticas solidárias ou de participação em projetos comuns, experiências de amizade e reciprocidade, experiências de doação gratuita a serviço dos irmãos;

b) *educação à solidariedade e à fraternidade* – inicia-se com as crianças e continua com os adolescentes e jovens. Atenção especial deve ser dada às *famílias*. Fala-se hoje, freqüentemente, de “crise” da família.¹³³ A crise *não deve ser interpretada apenas como enfraquecimento* da família, *mas como um desafio maior*: o de reestruturação das relações no interior da família e das famílias entre si. Nesta reorganização, a família não assume uma forma única nem segue o modelo tradicional (patriarcal), mas tende a buscar novas formas de realização. Isso exige, por parte da comunidade cristã, uma atitude de discernimento e de abertura, que procure ajudar as famílias, na diversidade das situações em que vivem hoje, a buscar uma realização mais plena à luz dos valores essenciais da concepção cristã da família;¹³⁴

c) *defesa dos direitos das famílias e das pequenas comunidades* – isso pode incluir empenho para que as *políticas públicas* ofereçam condições necessárias ao bem-estar das famílias e evitem tudo o que as prejudica gravemente. Quando as políticas públicas são insuficientes ou ineficazes, a própria comunidade local será chamada a tomar *iniciativas de solidariedade* para com pessoas, famílias e grupos atingidos mais gravemente pela miséria e pela fome. A Igreja no Brasil assumiu um claro compromisso com esta luta;¹³⁵

d) *atenção aos “núcleos de convivência”*, como residências de estudantes, cortiços, alojamentos de trabalhadores e peões das fazendas, albergues de moradores de ruas, prisões... Nestes ambientes, vivenciam-se, muitas vezes, *valores humanos profundos*, que os cristãos devem reconhecer e apoiar;

e) *serviço de prevenção de HIV e assistência a soro-positivos* – a Igreja assume este serviço e, sem preconceitos, acolhe, acompanha e defende os direitos daqueles e daquelas que foram infectados pelo vírus da AIDS. Faz, também, um trabalho de prevenção, pela *conscientização dos valores evangélicos*, sendo presença misericordiosa e promovendo a vida como bem maior;

f) *atenção ao problema da violência e da droga* – levando em conta as situações locais, continue-se o trabalho de *prevenção contra a droga e de combate à sua difusão*. Ofereça-se apoio às famílias e às instituições que lidam com toxicod dependentes. A comunidade também poderá promover – com a participação mais ampla possível – campanhas pela pacificação do bairro ou da área, pelo desarmamento, pela paz;¹³⁶

g) *educação crítica para o uso dos meios de comunicação* – as comunidades eclesiais podem dar uma importante contribuição para o uso desses meios,¹³⁷ incentivando a *comunicação em nível local* e orientando a consciência crítica para evitar a massificação e a manipulação. A comunicação nas comunidades locais deve valorizar as pessoas, favorecer a informação e a educação, promover a solidariedade.¹³⁸ É igualmente essencial *educar o público* a selecionar, criticar, reagir diante dos programas e negar “audiência” ao lixo e à baixaria;¹³⁹

h) *mundo do trabalho* – a comunidade eclesial deve considerar a *centralidade do trabalho na vida da pessoa e na sociedade humana*, promovendo a conscientização e a luta contra o desemprego, inclusive buscando caminhos alternativos de geração de renda e economia solidária;

i) *serviço aos migrantes* – é dever da comunidade cristã *acolher o migrante* e ajudar sua inserção nela, no trabalho e na sociedade. Regionais, dioceses e paróquias colaborem entre si a fim de que os migrantes encontrem apoio e solidariedade desde o seu lugar de origem até o seu destino;

j) *serviço a marítimos, pescadores e caminhoneiros* – ao longo do litoral e principais rios do Brasil, especialmente nos portos, é preciso *dar atenção aos marítimos e aos pescadores*. Um cuidado particular exigem os *motoristas de caminhão*, nas estradas ou nos locais de estacionamento;

k) *pastoral do turismo* – acolher os turistas que buscam, nas temporadas e fins de semana, as praias, as montanhas e outros locais de descanso.

2.3.2. Diálogo

124. A comunidade eclesial, tanto em sua vida interna como em sua atuação na sociedade, deve dar um claro testemunho de seu empenho para *superar toda forma de discriminação*, no espírito do Evangelho (“Deus não faz discriminação entre as pessoas”) e conforme as orientações do Concílio Vaticano II: “Nós não podemos invocar Deus, Pai de todos os homens, se nos recusamos a comportar-nos como irmãos para com alguns homens criados à imagem de Deus”.¹⁴⁰

125. As comunidades eclesiais católicas devem, particularmente, continuar a busca da reaproximação com os irmãos das outras Igrejas ou comunidades cristãs.¹⁴¹ É o *movimento ecumênico*, em sentido próprio. Coerentemente, o espírito ecumênico deve impregnar toda a ação pastoral das comunidades católicas e, particularmente, a sua dimensão catequética. “O empenho pela ‘espiritualidade de comunhão’ imprime um novo impulso ao ecumenismo, pois leva a discernir formas e maneiras aptas a melhor favorecer a realização de anelos à unidade de todos os cristãos, que Jesus nos deixou como dom e missão na última Ceia”.¹⁴²

126. O diálogo ecumênico entre os cristãos de diferentes Igrejas, depois do Concílio Vaticano II, não pode ser mais entendido como algo que toca apenas de longe as nossas comunidades, nem como algo acessório em suas vidas. Todos os fiéis em Cristo, mesmo se ainda imperfeitamente, pertencem ao seu corpo que é a Igreja, que é e permanece una. Apesar das incompreensões entre os cristãos, João XXIII dizia que *há mais coisas que os unem do que coisas que os dividem*. É preciso, portanto, viver o amor recíproco entre nós, para que Jesus mesmo – escreve João Paulo II na *Ut unum sint* – esteja “realmente presente” e ilumine os passos que devemos dar para alcançar a plena unidade.¹⁴³

127. O Concílio Vaticano II recomenda “mútuo conhecimento e estima” entre judeus e cristãos, que “podem ser obtidos sobretudo pelos estudos bíblicos e teológicos e pelo diálogo fraterno”.¹⁴⁴ O recente documento da Pontifícia Comissão Bíblica, *O povo judeu e as suas sagradas escrituras na Bíblia cristã*, ajuda-nos a compreender melhor o *valor da tradição bíblica, desde as suas origens judaicas*, e a superar os preconceitos contra o judaísmo, que por muito tempo nos afastaram de nossos irmãos.¹⁴⁵

128. A *busca de aproximação e diálogo* se estende além dos cristãos, aos *seguidores de outras religiões* e a todas as pessoas empenhadas na busca da justiça e na construção da fraternidade universal. A tradição brasileira é geralmente favorável à tolerância e à aproximação entre as diversas religiões e culturas. Em tal contexto, a comunidade católica age, ao mesmo tempo, para manter a paz e o diálogo e para, neste diálogo,

propor com serenidade e firmeza a sua fé, sem ceder às modas de confusões e misturas superficiais.

129. A ação pastoral e catequética da Igreja Católica assuma conscientemente uma *dimensão ecumênica e de diálogo inter-religioso*. Os católicos demonstrem sempre sincero respeito pela *liberdade religiosa* e pelas convicções dos outros em matéria de religião e costumes. Diante de atitudes sectárias e proselitistas, evitem polêmicas estéreis, quando não contraproducentes. “A Igreja também não fecha os olhos ao perigo do fanatismo ou fundamentalismo”.¹⁴⁶ O *Diretório para o Ecumenismo* pede que, onde esse trabalho ecumênico “encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias, os católicos sejam pacientes e perseverantes”. Atuem “com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos. Essa forma de proceder [...] é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria a ruína do verdadeiro espírito ecumênico”.¹⁴⁷

130. É urgente que a comunidade eclesial continue seus esforços para assegurar a *subsistência das diversas culturas indígenas*, reconhecendo também seus grandes valores religiosos, nos quais a Igreja contempla a presença de “sementes do Verbo”.¹⁴⁸ A Igreja toda se considera comprometida com as comunidades indígenas,¹⁴⁹ para que tenham seus direitos reconhecidos, suas terras demarcadas e protegidas, suas culturas preservadas dentro do dinamismo que lhes é próprio.¹⁵⁰

131. Outra responsabilidade particular se impõe à comunidade eclesial no Brasil, nesta conjuntura histórica, em face da tomada de consciência de que, apesar da unanimidade contra o racismo, a *sociedade brasileira continua profundamente injusta em relação à população de origem africana*. As comunidades eclesiais podem e devem contribuir para a superação de todos os preconceitos, reconhecendo os valores religiosos da cultura africana e facilitando o acesso de crianças e jovens da população afro-descendente à educação e à saúde.

132. *No interior da comunidade eclesial, o diálogo deve ser uma regra permanente* para a boa convivência e o aprofundamento da comunhão. A variedade de vocações, espiritualidades e movimentos deve ser vista como riqueza e não como motivo para competição e rejeição. Também *deve ser evitada qualquer discriminação* (como ainda pode acontecer com pobres, mulheres, portadores de deficiências etc.) e a comunidade eclesial deve, efetivamente, mostrar sua estima pelo princípio de que todos somos irmãos e iguais em dignidade.¹⁵¹ Quanto maior for sua união, tanto mais a comunidade será eficaz em seu testemunho.

2.3.3. Anúncio

133. O anúncio da comunidade eclesial é *anúncio da fraternidade*. A ordem de Jesus “Ide e fazei discípulos”¹⁵² significa “Ide e fazei irmãos”. Em muitas passagens do evangelho de Mateus, Jesus insiste que quer apenas “irmãos”¹⁵³ e até proíbe chamar alguém de “mestre” na comunidade eclesial.¹⁵⁴ Assim, os evangelizadores não são mestres, nem devem ceder à tentação de se sentirem superiores aos outros. São testemunhas daquilo que viram, encontraram, experimentaram.

134. Pode-se dizer que *a própria comunidade cristã deve ser ela mesma anúncio*. Deve irradiar a presença de Deus, de Cristo Deus-conosco. Deve proclamar com a palavra e com a vida: “Cristo está vivo entre nós”. Vendo-a reunida no amor e em oração, as pessoas de hoje deveriam exclamar, como o visitante de quem fala Paulo aos Coríntios: “Verdadeiramente, Deus está entre vós!”.¹⁵⁵

135. Homens e mulheres do nosso tempo apreciam, principalmente, o testemunho. Mas isso não dispensa a comunidade – como não dispensa cada cristão – de prestar o *serviço da proclamação ou do anúncio explícito*, oferecendo a indivíduos, grupos e também à massa do povo a pregação do Evangelho, nas *variadas modalidades que o ministério da Palavra pode assumir*. Recomendamos as “missões populares”, nas suas diversas formas.

Elas, na preparação do Grande Jubileu do ano 2000, mostraram sua eficácia e encontraram boa recepção. Recomendamos as diversas formas de pastoral bíblica, em particular aquelas que reúnem grupos e pequenas comunidades para refletir sobre a vida à luz da Palavra e lêem a Bíblia como Palavra viva, que Deus dirige, hoje, ao seu povo.¹⁵⁶

136. A comunidade deverá perguntar-se quais são *os grupos humanos ou as categorias sociais que merecem uma atenção especial* e devem ter prioridade no trabalho de evangelização. Entre esses grupos estão os que têm pouco vínculo com a Igreja: às vezes são jovens, pessoas vivendo na periferia de nossas cidades, outras vezes intelectuais, artistas, formadores de opinião, trabalhadores com grande mobilidade, nômades etc.

137. Entre os grupos humanos aos quais deve-se dirigir o anúncio missionário a partir das nossas comunidades eclesiais estão *os povos indígenas do Brasil*, na perspectiva de uma evangelização inculturada, pelas atitudes do serviço, do diálogo, do testemunho e do anúncio explícito da mensagem cristã.

138. Nossas comunidades eclesiais, apesar de sobrecarregadas de tarefas e muitas vezes contando com escassos recursos, devem “dar de sua pobreza”¹⁵⁷ também para a evangelização “*ad gentes*” ou para as missões em outras regiões e além-fronteiras. Uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a Missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária.

2.3.4. testemunho de comunhão

139. Após o Concílio Vaticano II houve um grande empenho no sentido de valorizar o *aspecto comunitário* da Igreja. Isto se expressou na *busca de comunidades eclesiais menores*, de rosto humano, mais afetivas e acolhedoras, com mais participação. Formaram-se comunidades eclesiais de base, grupos e, também, como decorrência de movimentos supraparóquiais ou transnacionais, diversos tipos de associações. Nessa fermentação toda, acolhemos um *dom do Espírito*, que suscita uma renovação e um novo vigor. Os pastores devem acolher, valorizar e orientar os movimentos, ajudando seus membros, em espírito de comunhão, a viverem sua própria espiritualidade, a abrirem-se aos desafios da atual conjuntura e a participarem das comunidades, envolvendo-os na Pastoral de Conjunto.

140. Na atualidade, deve-se continuar a incentivar *formas associativas e comunitárias* que ofereçam aos cristãos uma experiência de convivência, solidariedade, participação ativa e co-responsável, de valorização da pessoa. Trata-se, porém, de compreender bem o que é uma *comunidade eclesial*. A experiência oferecida deve ir além da “comunidade emocional”, que satisfaz os sentimentos mas que não chega a uma experiência autêntica da fé e do compromisso. É importante, também, que as pessoas não se fechem no grupo, recusando a solidariedade e a comunhão que devem à Igreja como instituição, representada pela paróquia e pela diocese.

141. A Igreja, como instituição, baseia-se sobre um sólido fundamento, que é Cristo e seu Evangelho. É na fidelidade a este fundamento que ela se organiza ao longo da história, em formas diversas, e pode evoluir, exatamente porque se mantém aberta às aspirações e anseios que emergem das comunidades de fiéis. Não há, entretanto, identificação entre uma comunidade concreta, com seus condicionamentos históricos, e *os aspectos essenciais da Igreja, que permanecem como um ideal a ser sempre procurado*.

142. Concretamente, para a maioria dos nossos fiéis, a relação entre *instituição e comunidade* acontece na *paróquia*. É aí que todos podem encontrar a Igreja. Na paróquia, os fiéis encontram o que a Igreja tem a obrigação de lhes oferecer: *a Palavra de Deus, os sacramentos e as demais celebrações litúrgicas, a caridade fraterna, a assistência espiritual, a referência comum* para que a sua fé esteja realmente voltada

para Cristo e para Deus e seja partilhada com os irmãos. Por outro lado, pelo número de fiéis que deve atender, pelo estilo com que é às vezes “administrada”, por hábitos de rotina pastoral, a paróquia pode deixar insatisfeitas muitas pessoas, que buscam formas comunitárias de viver a sua fé. Esta busca *está gerando*, no interior da paróquia, comunidades *eclesiais* de base e outras formas associativas ou de grupo e *indica a necessidade de novas estruturas para a evangelização*. Dentre elas destacam-se as áreas pastorais, formadas por redes de comunidades e assistidas por equipes de ministros.

143. O Magistério da Igreja indica critérios para que um grupo ou movimento de fiéis leigos possa se considerar, autenticamente, eclesial: ¹⁵⁸

- a *primazia dada à vocação de cada cristão à santidade*, favorecendo e encorajando “uma unidade íntima entre a vida prática e a própria fé”;
- a responsabilidade em *professar a fé católica no seu conteúdo integral*, acolhendo e professando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a pessoa humana;
- o testemunho de uma *comunhão sólida com o papa e com o bispo*, na “estima recíproca de todas as formas de apostolado da Igreja”;
- a conformidade e a *participação na finalidade apostólica da Igreja*, que é a evangelização e santificação das pessoas;
- o empenho de uma *presença na sociedade a serviço da dignidade integral da pessoa humana*, mediante a participação e solidariedade, para construir condições mais justas e fraternas.

144. Podemos resumir, em outras palavras, estes mesmos critérios: nossas comunidades são *realmente eclesiais quando buscam a comunhão com a Igreja universal* por meio da comunhão com sua *Igreja local*. Ainda é oportuno lembrar que nenhuma comunidade (ou associação, instituto de vida consagrada, grupo, movimento...) pode, em sua particularidade, considerar-se como a Igreja, ou erguer-se em estrutura paralela à paróquia ou à diocese, ou considerar os que não pertencem àquela comunidade ou àquele movimento como cristãos de segunda categoria.

145. As comunidades de religiosos e de religiosas, um dom na Igreja, brilhem pelo testemunho de fraternidade e de serviço. Esmerem-se por viver em comunhão com a diocese, no ministério apostólico que exercem, e somar forças na Pastoral de Conjunto. Da mesma forma, os grupos que recebem orientações e referências de organismos supradiocesanos não podem se afastar e muito menos ir contra as orientações diocesanas. Dificuldades podem nascer de um excesso de subjetivismo, de interpretações pessoais e pouco abertas à comunicação com o conjunto da Igreja. É *pelo diálogo e a compreensão recíproca que iremos superar as dificuldades que se apresentem*.

146. A paróquia abrange não somente os membros mais ativos ou os que militam em pastorais, congregações, comunidades e movimentos. A paróquia *é o lugar onde toda pessoa batizada*, em virtude do seu próprio batismo, *tem o direito de encontrar a Palavra e os Sacramentos*.

147. Uma responsabilidade particular em ordem à comunhão eclesial *cabe ao bispo e ao presbitério*. Assim como o bispo é “sinal da unidade” da diocese com a Igreja universal e com todas as Igrejas irmãs, o presbítero é “sinal de unidade” da paróquia ou comunidade local com a diocese e a Igreja toda. Seu carisma específico é o da *presidência da comunidade* e, portanto, da animação, coordenação e – com a indispensável participação ativa e adulta de toda a comunidade – do discernimento final dos carismas. Em muitas situações, tarefas de coordenação de comunidades e áreas pastorais são assumidas por leigos, leigas e religiosas, que prestam assim um importante serviço à comunhão eclesial.

148. O pároco ou presbítero não detém o monopólio da ministerialidade da Igreja. *Não tem, pode-se dizer, a “síntese dos ministérios”, mas o “ministério da síntese”*.¹⁵⁹ Deve, portanto, acolher e valorizar os carismas ou dons de seus irmãos, os fiéis. É importante que o pároco ou presbítero cuide para que a paróquia seja a expressão de uma

verdadeira comunhão de fé e de amor, uma “sinfonia” em que o som de cada instrumento não é abafado, mas ressaltado pela sua participação na obra comum. “É necessário que a Igreja do Terceiro Milênio estimule todos os batizados e crismados a tomarem consciência de sua responsabilidade ativa na vida eclesial”.¹⁶⁰

149. É necessária uma “*espiritualidade de comunhão*”, alimentada pela celebração eucarística, pois “a eucaristia cria comunhão e educa para a comunhão”.¹⁶¹ Esta espiritualidade se torna visível também no modo de orar. É preciso saber equilibrar as orações que expressam o “eu” (as necessidades do indivíduo) com a expressão do “nós” (a solicitude pela comunidade).

150. Finalmente, é oportuno lembrar que uma “espiritualidade de comunhão” deve levar as comunidades a abrirem-se umas para as outras, superando a tentação de tornarem-se unidades auto-suficientes. Muita economia de recursos e esforços acontece quando comunidades diferentes, em todos os níveis, de paroquial a interdiocesano, relacionam-se e partilham descobertas e conquistas. Deve ser *incentivada a prática de paróquias-irmãs*, dentro e fora da diocese, análoga ao projeto Igrejas-irmãs. Deve-se estimular sempre mais, com oportunas iniciativas, a partilha e comunhão dos bens na Igreja do Brasil, desenvolvendo e ampliando, também em campo econômico, o projeto “Igrejas Irmãs” nas dioceses, nos regionais e em nível nacional, levando em conta a situação de grave necessidade financeira das regiões mais carentes do País.

151. O desejo de Puebla nos desafia a fazer de *nossas comunidades eclesiais o fermento de uma nova sociedade*: “Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir um exemplo de modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde se manifeste uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo [...]”.¹⁶²

3. Construir uma sociedade solidária

3.1. Desafio: O escândalo da exclusão e da violência na sociedade consumista

152. *A sociedade brasileira é hoje uma das mais desiguais do mundo*. Nas últimas décadas, a renda do 1% mais rico se manteve igual à dos 50% mais pobres.¹⁶³ Tal situação reflete um modelo social que propõe um ideal de consumo ilusório para os pobres (pois o consumo não passa de imagens na televisão ou na propaganda) e efetivo e sofisticado para os ricos, enquanto alimenta a difusão da violência, que é resultado dos muitos conflitos e tensões produzidos por este mundo desigual, incapaz de respeitar a dignidade das pessoas. Tal desigualdade, aos olhos do cristão, *é um escândalo* e, ao mesmo tempo, *um desafio*, diante do qual não basta protestar ou lamentar, mas é preciso redobrar com lucidez e perseverança o empenho na construção de uma sociedade justa e solidária.

153. O Brasil, entre 173 países, ocupa o 73º lugar, com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).¹⁶⁴ O IDH do Brasil é 0,757, mas as *diferenças entre os municípios* vão de 0,919 (São Caetano do Sul – SP) até 0,467 (Manari – PE). Os cem municípios brasileiros com menor desenvolvimento estão todos no Nordeste e Norte. Os cem com maior desenvolvimento estão todos (exceto Fernando de Noronha e Distrito Federal) no Sul e Sudeste.

154. *A desigualdade* aparece especialmente *entre a população branca* (IDH: 0,811) e *a negra* (0,700). A renda média por pessoa da população negra é apenas 40% da renda média da população branca. Adotando a linha de pobreza do IPEA,¹⁶⁵ o Brasil contava, no período 1995-2000, com 54 milhões de *pobres* (33% da população) e 23 milhões de *indigentes* (14% da população). A porcentagem de pobres, no mesmo período, era de 20% no Sudeste, 25% no Sul e Centro Oeste, 43% no Norte, 58% no Nordeste (66% no Maranhão, 65% no Piauí).

155. Graves são: o problema da *concentração fundiária*; o problema do *desemprego*, que aumentou três vezes de 1989 a 1998; o da *Previdência Social*, cujo gasto passou de 25% (1987) para 61% (2001) do Orçamento Federal da Área Social, e no qual os servidores públicos aposentados no final de 2002 recebiam, em média, por mês, R\$ 3.900,00 e os aposentados do "Regime Geral" recebiam R\$ 410,00; o das *políticas públicas "regressivas"*, que tiram dos pobres para distribuir entre os grupos sociais mais abastados. Gravíssimo é o *aumento da violência e da criminalidade*, principalmente em consequência do tráfico de drogas: a taxa de assassinatos duplicou entre 1980 e 1996, com alto índice de assassinatos de jovens entre 15 e 29 anos, e continua aumentando; a população carcerária passou de 148.760 pessoas (1995) para 235.460 (2002).

3.2. proposta cristã - A realização da solidariedade - "não havia necessitados entre eles" (At 4,34)

156. Participar da construção de uma sociedade "justa e solidária" constitui *um dos objetivos da ação evangelizadora* da Igreja no Brasil.¹⁶⁶ A amplitude dos desafios a enfrentar nos impõe distinguir ao menos três linhas de ação, que se completam mutuamente:

- *iniciativas e práticas solidárias;*
- *reivindicação de políticas públicas;*
- *participação política e reflexões prospectivas.*

Iniciativas e práticas solidárias

157. Empreender ações solidárias para aliviar os sofrimentos dos que estão à margem da sociedade, excluídos do acesso aos recursos mínimos necessários à sobrevivência, não significa deixar de *pensar e lutar por uma sociedade justa e solidária*. É simplesmente reconhecer que fome e doença, por exemplo, "não esperam". Elas podem matar e matam, se ficarmos apenas aguardando reformas estruturais ou discutindo planos de desenvolvimento. A figura do bom samaritano, aquele que, "movido de compaixão", correu imediatamente em socorro do ferido, é modelo para toda a Igreja. A reflexão sobre o tema "Fraternidade e excluídos, na Campanha de 1995, reforçou a consciência de que devemos ser *"Igreja samaritana"*.¹⁶⁷ Nos últimos anos, tanto organizações católicas como movimentos sociais têm intensificado a ação de assistência social e de combate à miséria, em face do empobrecimento e da degradação das condições de vida de amplos setores da população. A partir da Assembléia da CNBB de abril de 2002, assumimos o compromisso de um *"Mutirão nacional para a superação da miséria e da fome"*.¹⁶⁸

158. Nessa luta contra a miséria e a exclusão social, procure-se *colaboração com outras instituições da sociedade civil e parceria com instituições públicas* municipais, estaduais e federais. Após o mapeamento das necessidades e uma organização eficiente, cuide-se para que os recursos cheguem, de fato, ao seu objetivo. Apóie-se a organização dos movimentos sociais ou populares, visando a que os oprimidos e excluídos tornem-se sujeitos da própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade.¹⁶⁹

159. O exercício da solidariedade não se limita apenas ao combate contra a fome. Cada comunidade ou grupo, diante do seu "próximo", deve *prestar atenção às suas reais necessidades e urgências* e estabelecer prioridades para sua ação.¹⁷⁰

160. Valorize-se o *voluntariado*, seja ele orgânico ou ocasional, tanto nas organizações católicas (Pastoral da Criança, Sociedade São Vicente de Paulo etc.) quanto nas Organizações Não-Governamentais.

161. É importante *aprofundar o conhecimento da realidade* e procurar dados seguros sobre a desnutrição infantil e as doenças ligadas à desnutrição. Esse conhecimento, que hoje falta, é indispensável para avaliar com seriedade os resultados dos programas e ações realizados.

162. As organizações católicas devem *superar a dispersão de esforços e buscar uma melhor articulação* ou coordenação entre si. *A avaliação da eficácia da ação deve tornar-se permanente.*¹⁷¹

Reivindicação de políticas públicas

163. Na perspectiva ética da busca do bem comum, a Igreja incentiva seus fiéis, bem como todos os cidadãos, a *buscar políticas públicas adequadas nos diversos níveis* em que se organiza a República: municipal, estadual, federal. São políticas que visam a uma reorientação do Estado, no sentido de contribuir para uma sociedade justa e solidária, por meio de ações duradouras, capazes de reformar as instituições.

164. Diante da complexa situação social, a Igreja não pode unicamente apelar à sua própria experiência ou doutrina, mas deve participar de um *esforço de discernimento* para o qual contribuem não apenas forças políticas organizadas e movimentos sociais, mas também, crescentemente, a assessoria técnica de pesquisadores e peritos.

165. A doutrina social da Igreja reconhece a *economia de mercado* como eticamente admissível desde que *enquadrada num sólido contexto jurídico*. "Os ensinamentos do Santo Padre assinalam a necessidade de ações concretas dos poderes públicos para que a economia de mercado não se converta em algo absoluto ao qual se sacrifique tudo, acentuando a desigualdade e a marginalização das grandes maiorias. Não pode haver uma economia de mercado criativa e ao mesmo tempo socialmente justa, sem um sólido compromisso de toda a sociedade e seus atores com a solidariedade através de um marco jurídico que assegure o valor da pessoa, a honra, o respeito à vida e à justiça distributiva, e a preocupação efetiva com os mais pobres."¹⁷²

166. Nos últimos anos, a Igreja no Brasil tem chamado a atenção sobre os desafios que considera prioritários para a ação política e para a administração pública. Entre *os desafios mais urgentes e atuais* salientamos:¹⁷³

a) Garantir condições mínimas de subsistência

É preciso encontrar meios eficazes para se chegar a resultados consistentes e *evitar que verbas destinadas aos programas sociais sejam desviadas de seu destino*. O fenômeno do desemprego merece atenção muito especial, e deve ser combatido por meio de políticas que facilitem a criação de novos empregos, inclusive a Reforma Agrária. Já afirmamos sua urgência e de uma política agrícola, como meios para a redistribuição da terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas.¹⁷⁴ Também, deve-se assegurar crédito aos pobres, por meio de instituições que emprestam com juros baixos.

b) Promover a justa distribuição de renda

Garantir a renda mínima ou tornar o crédito acessível aos pobres supõem o crescimento econômico, com *justa distribuição de renda*. Não cabe aqui discutir aspectos técnicos da questão, mas é nossa responsabilidade reafirmar que: "É estrito dever de justiça fazer que as necessidades humanas fundamentais sejam satisfeitas".¹⁷⁵

c) Garantir a segurança alimentar e nutricional

É preciso garantir, a todo o povo brasileiro, o direito humano básico à alimentação e à nutrição. Com vista a isso, é particularmente urgente implantar o *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional*, que contribuirá, também, decisivamente para a saúde da população.

d) Combater a corrupção e a impunidade

As estruturas jurídicas e as leis não terão eficácia se não forem efetivamente acompanhadas pelo *combate à corrupção e à impunidade*. É indispensável “transparência” em toda a administração pública. É preciso, também, continuar o combate contra *a corrupção eleitoral*, utilizando-se da Lei n. 9.840 e de outras iniciativas das Comissões Justiça e Paz. Enfatize-se, também, que nenhum cristão pode, qualquer que seja a vantagem, aceitar esquemas de corrupção e de impunidade.

e) Garantir a segurança e combater a criminalidade

A falta de segurança e as crescentes ondas de violência têm-se constituído, nos últimos tempos, num dos maiores sofrimentos da população. Isto torna urgente uma *redefinição radical dos programas de segurança pública* e de combate à criminalidade. Igualmente urgente é a ampliação das reflexões sobre a estrutura das polícias, para definir, com maior clareza, suas competências e cuidar melhor da formação de seus quadros. A superação da impunidade penal, a reforma do poder judiciário e o combate à corrupção dos aparatos responsáveis pela segurança pública poderão significar passos concretos no sentido de termos uma polícia sempre mais eficaz e preparada para enfrentar o crime organizado.

f) Promover uma sociedade que respeite as diferenças

É preciso efetivar outro aspecto da democracia: a convivência pacífica das diversas etnias, culturas e expressões religiosas, o *respeito das legítimas diferenças*, a valorização daquela parte da população até hoje discriminada.

g) Preservar o meio ambiente

É preciso *evitar a depredação da natureza* e não deixar às novas gerações uma terra poluída e devastada. É necessário também preservar a água, patrimônio da humanidade, evitando sua privatização.¹⁷⁶ Nossa obrigação é maior porque o Brasil conta com riquezas naturais excepcionais. O esforço por um maior crescimento econômico deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável, que respeite o ecossistema. A questão ambiental se põe no Brasil também no meio urbano, onde se concentra cerca de 80% da população e há um quadro preocupante de deterioração física, social e econômica e de degradação ambiental.

167. A elaboração, implantação e execução das políticas públicas necessárias para superar esses desafios são de responsabilidade de municípios, estados e União, mas exigem *o acompanhamento e o controle democrático por parte de todos os cidadãos*. A democracia se exerce não apenas entregando o poder aos homens e mulheres que elegemos, mas pela participação constante e ativa de toda a sociedade na vida política. Por isso, ressaltamos a necessidade da participação política de todos.

Participação política

168. É preciso continuar incentivando *a participação política de todos os cidadãos e cidadãs e, particularmente, dos cristãos e cristãs*. Deve-se valorizar esta dimensão da sociedade, recentemente muito enfraquecida pela perda de poder do Estado ante o mercado e às grandes empresas e pelo descrédito da própria ação política. Também deve-se reforçar a nova consciência da necessidade de que a política deva estabelecer regras e objetivos à economia. Os leigos cristãos, como lembra o Papa, “não podem absolutamente abdicar da participação na ‘política’, ou seja, da múltipla e variada ação [...] destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum”,¹⁷⁷ em formas e níveis diferentes. Todos são “destinatários e protagonistas da política”, mesmo que não exerçam cargos públicos.¹⁷⁸

169. A participação política dos católicos se inspira numa *dupla fidelidade: à própria natureza da política*, realidade criada por Deus e dotada de legítima autonomia,¹⁷⁹ e à *própria vocação cristã*, iluminada pela palavra do Evangelho. Este princípio implica que o

cristão, atuando na política, deve fazê-lo com verdadeiro espírito democrático e, nesse espírito, pode fazer sua própria opção, entre as várias visões da política ou os diversos partidos, desde que isto não fira os valores éticos fundamentais.¹⁸⁰ “A Igreja [...] sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política.”¹⁸¹ A política exercida em sua forma autêntica, inspirada nos princípios do Evangelho, é um caminho de santificação.

170. Uma “Nota doutrinal” da Congregação da Doutrina da Fé, além de *defender os valores éticos fundamentais*, hoje frequentemente contestados por um inaceitável relativismo ético, relembra os *princípios básicos da atuação política cristã*. Ela esclarece que “a promoção [...] do bem comum da sociedade política nada tem a ver com o *confessionalismo* ou a *intolerância religiosa*. Para a doutrina moral católica, a laicidade entendida como autonomia da esfera civil e política da religiosa e eclesiástica – mas não da moral – é um valor adquirido e reconhecido pela Igreja, e faz parte do patrimônio de civilização já conseguido”.¹⁸²

171. É importante sublinhar, inclusive em nosso contexto nacional, que *a posição católica sobre as relações entre religião e democracia* distingue-se de outras posições. Ela procura ficar longe das soluções extremadas, tanto a de quem expulsa a religião da vida política quanto a de quem pretenderia submeter a política a orientações confessionais ou aos interesses próprios de uma instituição religiosa. Religião e democracia política são *duas formas legítimas de serviço à pessoa humana e aos seus direitos*. A Igreja, em nosso país, trabalha por uma democracia autêntica, não apenas formal, inspirada por uma concepção elevada da pessoa humana.¹⁸³

172. A própria natureza da sociedade e da ação política impõe uma *particular atenção ao momento histórico* ou à conjuntura. A política não é o campo das decisões imutáveis. Imutáveis são os grandes princípios éticos. A ação política deve levar em conta as circunstâncias.¹⁸⁴

173. A busca de uma *democracia plena*, ou de uma “*democracia participativa*”, faz parte hoje dos ideais de muitos cidadãos, inclusive de muitos jovens. Na verdade, nossa democracia não tem oferecido a todos oportunidades de participação adequada nos benefícios da sociedade. “A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juízes da vida democrática de uma nação.”¹⁸⁵ Hoje, novos avanços são possíveis e desejáveis: *inclusão de um maior número de cidadãos nos processos de decisão política; democratização da informação; descentralização do poder quanto possível; maior participação popular na administração pública*.

174. Para além do objetivo mais imediato de uma participação democrática intensa e qualificada, é necessário *pensar mais radicalmente a nossa sociedade*. O pensamento moderno reduziu a sociedade a dois pólos, o poder político e a atividade econômica, desencadeando processos em que as pessoas estão expostas à violência ou à mercantilização. A modernidade tem dificuldade em reconhecer o espaço da religião na sociedade, e desconhece outro setor fundamental das relações humanas: o das relações que não se baseiam sobre a troca ou o poder, mas sobre a gratuidade do dom e do amor (como grande parte das relações familiares, de amizade, de solidariedade, de serviço voluntário e gratuito aos irmãos...). Se é pelos frutos que se reconhece a árvore, uma sociedade que produz consumismo e violência revela que o seu mal vem das raízes e deve ser repensada e reorganizada radicalmente.

175. A reorganização da sociedade tem uma *dimensão mundial*, global. Em face desse desafio, o Papa propõe a “*globalização da solidariedade*”.¹⁸⁶ Isto exige que a nossa visão da solidariedade vá além de nossas fronteiras: devemos *contribuir para um mundo solidário e justo*. Devemos, também, colaborar para a busca de uma solução humanitária para a dívida internacional dos países pobres e para a superação da fome, que ainda

atinge muitas populações, particularmente na África. Um mundo justo e solidário tem como pressuposto necessário *a paz entre todos os povos*. Recusamos a guerra preventiva e rechaçamos como blasfêmia as tentativas de justificar a guerra em nome da religião, forma hipócrita de esconder outros interesses, políticos e econômicos, que estão na origem das agressões e violações do direito internacional. Reafirmamos que o nome de Deus “deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: um nome de paz, um imperativo de paz”.¹⁸⁷

3.3. Pistas de ação

3.3.1. Serviço

176. *As comunidades eclesiais e instituições católicas empenhem-se com todas as suas forças, no serviço da cidadania, na luta contra a exclusão, a miséria e a violência, colaborando com outras instituições privadas ou públicas.*

177. *Continuem, especialmente, o esforço de realização do Mutirão para a superação da miséria e da fome, solicitando generosa participação dos cristãos, dando continuidade às muitas iniciativas de inspiração católica ou cristã neste campo e articulando melhor seus esforços com os do governo e da sociedade toda. Criem-se comissões diocesanas e locais para a realização do Mutirão e dê-se continuidade às iniciativas já em ato.*

178. *Promovam, periodicamente, pesquisas e levantamentos sobre a situação da miséria e da fome e para detectar as mudanças nas condições sociais, perceber o surgimento de novas necessidades, evitar a formação de novos bolsões de pobreza, e avaliem a eficácia do trabalho realizado, corrigindo e aperfeiçoando seus rumos.*

179. *Participem das iniciativas da sociedade civil, visando à superação das desigualdades, da exclusão, da miséria e da violência. Reivindiquem democraticamente a implantação e execução de políticas públicas,¹⁸⁸ prioritariamente o combate à miséria e à fome, em vista de uma sociedade justa e solidária.*

180. *Incentivem a participação social e política nos diversos níveis e instituições, inclusive promovendo grupos de reflexão, formação e ação, que cuidem de incentivar a participação da sociedade civil na política, à luz da fé cristã.*

181. *Acompanhem o trabalho do Legislativo e do Executivo municipal, estadual e federal, representando as aspirações populares e vigiando a fim de evitar a corrupção, a impunidade, o prejuízo ao bem comum e legislação que atente contra a vida e a lei natural. Grupos específicos, com a colaboração de organizações não-governamentais, podem ser constituídos; por exemplo, Comitês para vigiar a aplicação da Lei n. 9.840, de combate à corrupção eleitoral. Incentivem a participação ativa e consciente nos Conselhos Paritários.*

182. *Incentivem iniciativas que estendam a todos o direito à informação e busquem sua democratização, criando espírito crítico atento à manipulação da opinião pública pela mídia.¹⁸⁹*

183. *Trabalhem por uma mudança de mentalidade, visando a superar o excessivo apego aos bens materiais e ao consumismo. Adotem um modo de vida sóbrio, simples e austero, condição de uma sociedade sustentável, que respeita o meio ambiente e usa com sabedoria os recursos naturais, ao mesmo tempo em que garante condições dignas de vida para todos. Quanto aos cristãos, especificamente, adverte-nos o papa João Paulo II: “[...] devem estar dispostos a renunciar a qualquer vantagem econômica ou social, se não for por meios absolutamente honestos, não somente de acordo com as leis civis, mas segundo o excelso padrão moral marcado pelo próprio nome de cristãos, que seguem o rastro de Cristo sobre a Terra”.¹⁹⁰*

184. *Dêem atenção especial aos migrantes em busca de trabalho e moradia.* Igualmente merecem atenção os novos migrantes estrangeiros, em busca de sobrevivência, sobretudo latino-americanos sem documentação, que se encontram em situação de não-cidadania e discriminação, e os inúmeros brasileiros e brasileiras que buscam sobrevivência em outros países.¹⁹¹ Neste sentido, valorizem as iniciativas já existentes.

185. Empenhem-se em formar uma consciência moral e uma prática social de inspiração cristã e incentivem *o diálogo e a reflexão* de teólogos, pastoralistas, cientistas e outros profissionais *acerca dos novos problemas de ordem ética* que o avanço das ciências suscita em vários campos do saber e do agir humanos. Sejam lembradas, a título de exemplo, as novas responsabilidades na defesa da vida, na preservação do meio ambiente, na manipulação do patrimônio genético, no tratamento das doenças, na proteção dos direitos à informação e à privacidade etc.¹⁹²

3.3.2. Diálogo

186. Na busca de uma sociedade justa e solidária, respeitosa das diversidades culturais e antropológicas, é particularmente importante que os cristãos *colaborem com outros grupos religiosos ou da sociedade civil, em espírito ecumênico e cidadão*, e estabeleçam parcerias suprapartidárias visando à difusão da solidariedade.

187. Visando à *superação da violência* – desde a violência doméstica até a guerra entre os povos –, os católicos apoiem a iniciativa ecumênica conhecida como “*Década para a superação da violência*”.¹⁹³

188. Na luta contra a corrupção, os cristãos procurem unir-se às *Organizações Não-Governamentais* e a todas as forças vivas da sociedade.

189. Seja dado apoio às propostas e políticas que favoreçam a *inclusão social* e o reconhecimento dos direitos das mulheres e particularmente das populações de origem indígena e africana, visando a restabelecer um efetivo acesso aos direitos da cidadania para aqueles setores da população que dela foram excluídos por nossa história de colonização, discriminação e escravidão.¹⁹⁴ Igualmente a Igreja empenhe-se para que as *legítimas tradições culturais e religiosas indígenas e afro-brasileiras sejam respeitadas e valorizadas*.

190. Mesmo onde o diálogo não é imediatamente possível, *estudem-se as novas tendências religiosas e as tradições não-cristãs*, para discernir os valores a serem acolhidos e elaborar respostas autenticamente cristãs à nova sensibilidade.

191. A ação ecumênica tem um campo privilegiado *na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana*, como: desarmamento e promoção da paz, socorro de urgência a refugiados e a vítimas de catástrofes naturais, alimento aos famintos, estruturas de ensino para analfabetos, programas de reabilitação para drogados e alcoólicos, combate à prostituição de crianças, jovens e adultos.¹⁹⁵

192. Promova-se o *diálogo sobre as grandes questões éticas*, colocadas a uma sociedade que precisa, urgentemente, escolher entre a insensatez de um egoísmo desenfreado e a racionalidade de uma ordem social construída sobre valores universais, reconhecimento da dignidade da pessoa humana e preservação do meio ambiente.¹⁹⁶

3.3.3. Anúncio

193. *A coerência da vida dos cristãos com sua fé* é condição de eficácia da evangelização. Somente esta coerência poderá evitar os desvios do materialismo, do consumismo e do hedonismo e superar as “*estruturas geradoras de injustiça*”¹⁹⁷ que foram impostas a um povo de tradição cristã. É preciso mostrar que a religião, especialmente *o cristianismo, é fermento de libertação da pessoa e de transformação da sociedade*. Muitas ações para

construir uma sociedade justa e solidária devem-se à iniciativa ou contam com a parceria de cristãos e de comunidades eclesiais. Estes não percam a oportunidade de explicitar as razões de sua esperança,¹⁹⁸ a motivação profunda de sua fé e o seu objetivo último, que é o Reino.

194. No contexto de uma sociedade excludente e consumista, voltada basicamente para o lucro, os cristãos devem estar vigilantes contra a tentação de transformar também a religião em mercadoria, *evitando toda aparência ou semelhança de práticas religiosas com práticas comerciais*. A transformação da sociedade atual exige, mais do que nunca, o espírito das bem-aventuranças evangélicas.¹⁹⁹

195. Os *meios de comunicação de massa* devem ser utilizados de maneira correta e competente, para a proclamação e inculturação do Evangelho.²⁰⁰ Mas é preciso advertir que eles são dominados, em grande parte, por interesses econômicos e por uma mentalidade "secularista". A Igreja deve, portanto:

- despertar o *espírito crítico* nos fiéis;
- tornar eficaz a sua *presença nos meios de comunicação de massa*, evitando ambigüidades, como a mercantilização e a banalização do sagrado;
- apoiar *seus próprios meios de comunicação*, tornando-os adequados instrumentos do trabalho de evangelização;
- valorizar os *amplios recursos da Internet*;
- cuidar que a própria *linguagem da Igreja* seja atualizada, evitando tudo o que pode obscurecer o essencial de sua mensagem e dificultar a comunicação;²⁰¹
- investir na *formação de comunicadores*, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral;
- incentivar uma *informação e uma comunicação aberta ao mundo*, que favoreça o conhecimento das realidades internacionais e que faça surgir laços sempre mais fraternos com outros povos, em vista da construção de um mundo justo e solidário.

196. Especial atenção merece a *pastoral urbana*, com a criação de estruturas eclesiais novas que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática das enormes concentrações humanas e as novas formas de cultura em gestação. Exemplos de caminhos novos são:

- *multiplicar e diversificar as comunidades eclesiais* nas periferias e em ambientes específicos;
- incentivar a *reflexão e o planejamento pastoral em comum* entre paróquias da mesma cidade ou área;
- criar ou desenvolver pólos ou *centros de evangelização* que atendam à mobilidade da população urbana e que ofereçam oportunidades múltiplas de contato com a mensagem evangélica e a experiência eclesial;
- tecer uma *rede de comunicação e contatos* com aqueles cidadãos que dificilmente conseguem ligar-se de forma permanente com uma comunidade estável.²⁰²

197. No processo de evangelização, *seja valorizada a religiosidade popular*. "A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo."²⁰³

198. Cuidado particular merecem *os jovens*, considerando-se a situação que encontram na sociedade de hoje. Ela lhes apresenta uma oferta imensa de experiências potenciais e de conhecimentos, mas não lhes fornece recursos adequados para satisfazer suas aspirações. Além disso, muitas vezes os desvia para caminhos ilusórios de busca do prazer. Os jovens "são um grande desafio para o futuro da Igreja", que deve torná-los

*“protagonistas da evangelização e artífices da renovação social”.*²⁰⁴ Grande importância tem uma Pastoral da Juventude, amadurecida e assumida pela Igreja em seu conjunto. Muito importante é também a Pastoral da Universidade, visando à formação das futuras lideranças sociais e políticas.

3.3.4. Testemunho de comunhão

199. O interesse autêntico e sincero pelos problemas da sociedade, que nasce da solidariedade para com as pessoas,²⁰⁵ deve ser *manifestado por toda a comunidade cristã*, e não apenas por algum grupo ou alguma pastoral social. É sinal privilegiado do seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido.²⁰⁶ Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos e à luta para vencer a injustiça é um contra-testemunho, e celebra indignamente a própria liturgia.²⁰⁷

200. O empenho da Igreja pela promoção humana e pela justiça social exige também um amplo e decidido esforço para *educar os católicos no conhecimento da Doutrina Social da Igreja* como decorrência ética imprescindível da própria fé cristã. A ética social cristã não é opção facultativa ou generoso empenho de poucos, mas exigência para todos. Ela é contribuição própria da Igreja para a construção de uma sociedade justa e solidária e deve ocupar lugar de destaque em nossos programas de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho.²⁰⁸

201. A educação dos católicos à solidariedade e ao engajamento social pode ser adquirida através da *formação na ação*, segundo modalidades já experimentadas ou outras a criar. Por exemplo: constituição ou apoio a grupos e escolas de “Fé e Política”; iniciativas de formação social e política, particularmente dos jovens; engajamento nas Campanhas da Fraternidade, que anualmente destacam um tema social relevante da realidade brasileira; empenho nas iniciativas da Cáritas e das Comissões Justiça e Paz, participação no Grito dos Excluídos e no Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome etc.

202. *Celebrações nos grandes momentos* da vida do povo podem, também, incentivar a prática da solidariedade e reforçar a consciência da cidadania.

203. As comunidades eclesiais tenham consciência de que devem praticar, elas mesmas, a solidariedade que pregam para a sociedade. É preciso, por isso, *superar as desigualdades econômicas e sociais, existentes no interior da própria Igreja*, tornando muito mais efetiva e dinâmica a circulação e partilha de recursos materiais e humanos entre dioceses e paróquias ricas e pobres. Este será um testemunho visível de comunhão.

CONCLUSÃO: UMA RECEPÇÃO CRIATIVA

204. Tão importante quanto a produção de um texto é sua recepção. Estas *Diretrizes*, dando continuidade ao processo evangelizador da Igreja no Brasil, situam-se no espírito das primeiras que, em 1975, o episcopado nacional colocava nas mãos dos agentes de pastoral. Decidiu-se, então, por diretrizes e não por planos, no intuito de favorecer uma maior adaptação às diversas realidades regionais do País.

205. Em todas as avaliações realizadas a cada quatro anos, emergiu a *importância das Diretrizes para as Igrejas Particulares*, mesmo para as mais distantes dos grandes centros de decisão e de influência do território nacional. Muitos planos diocesanos foram elaborados, tendo como referência o objetivo geral das Diretrizes. Muitas dioceses organizaram sua ação evangelizadora a partir das indicações das Diretrizes.

206. Trata-se agora de dar *um passo a mais*, levando em conta toda a riqueza vivida. Estas Diretrizes, mais do que novas estruturas, sugerem *um novo espírito, um novo ardor, um novo impulso* ao processo evangelizador de nossa Igreja.

207. Profundamente atentas aos novos desafios advindos quer da sociedade civil, quer do interior da própria Igreja, estas Diretrizes chamam a atenção para os três eixos fundamentais de toda a vida humana: *a pessoa, a comunidade e a sociedade*. Estes três eixos querem servir de referencial para as análises do momento sócio-ecclesial atual e a produção dos futuros planos de pastoral de nossas Igrejas Particulares, visando à evangelização aberta às suas quatro exigências: *serviço, diálogo, anúncio e comunhão*.

208. Ao entregar às nossas Igrejas estas novas Diretrizes, colocamos uma grande esperança em sua *recepção criativa*. Num primeiro momento é desejável que nossas dioceses promovam o estudo de seu texto com o presbitério, os Conselhos Diocesanos e os leigos e leigas engajados nos vários ministérios e serviços. O mesmo esperamos dos movimentos com seus quadros dirigentes. Recomendamos aos nossos meios de comunicação social o estudo e a divulgação destas Diretrizes. Essa reflexão deverá estender-se às paróquias, comunidades e grupos.

209. A partir daí as "Diretrizes" deverão estar sempre presentes, como perspectiva orientadora, nas Assembléias e na elaboração dos planos e projetos pastorais. Pedagogicamente, poder-se-á *aprofundar cada um de seus aspectos no decorrer dos próximos quatro anos*, por meio de dias de estudos, seminários, cursos. Para isso, a CNBB, durante todo o período, continuará oferecendo subsídios, preferencialmente de cunho popular, atendendo à diversidade das grandes regiões.

210. "Agora, devemos olhar para a frente, temos de 'fazer-nos ao largo', confiados na palavra de Cristo: '*Duc in altum!*'". "Na causa do Reino, não há tempo para olhar para trás, menos ainda para dar-se à preguiça. *Há muito trabalho à nossa espera*; por isso, devemos pôr mãos a uma eficaz programação pastoral",²⁰⁹ tendo sempre presente o primado da graça.²¹⁰

211. Nesse caminho até o *Reino definitivo*, acompanha-nos a Virgem Santíssima, "Aurora Luminosa do Novo Milênio". Caminhando conosco vai o Peregrino de Emaús, aquecendo nossos corações com suas palavras e deixando-se reconhecer "ao partir o Pão",²¹¹ tornando-nos testemunhas que correm junto aos irmãos, levando-lhes o grande anúncio: "Vimos o Senhor!"²¹²

Nota:1

cf. **Concílio Vaticano II, LG, n. 4-7**: "Consumada a obra que o Pai confiara ao Filho para que Ele a realizasse na terra (cf. Jo 17,4), no dia de *Pentecostes* foi enviado o Espírito Santo para santificar continuamente a Igreja e assim dar aos crentes acesso até ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2,18). Este é o Espírito da vida, a fonte da água que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4,14; 7,38-39); por Ele, o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado, até que um dia ressuscitem em Cristo os seus corpos mortais (cf. Rm 8,10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1 Cor 3,16; 6,19): neles ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4,6; Rom 8,15 e 26). Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total (Jo 16,,13), unifica-a na comunhão e no ministério, dota-a e dirige-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos, e embeleza-a com os seus frutos (cf. Ef 4,11-12; 1 Cor 12,4; Gl 5,22). Faz ainda rejuvenescer a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e leva-a à união consumada com o seu Esposo (3). Pois o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: "Vem!" (cf. Ap 22,17).

Assim aparece a Igreja inteira como "povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (4).

5. O ministério da Santa Igreja manifesta-se logo na fundação da mesma. O Senhor Jesus deu início à sua Igreja com a pregação da boa nova, quer dizer, da vinda do Reino de Deus, prometido havia séculos nas Escrituras: "os tempos estão cumpridos, e o reino de Deus está iminente"(Mc 1,15; cf. Mt 4,17). Este reino começa a aparecer claramente aos homens nas palavras, nas obras e na presença de Cristo. A palavra do Senhor é comparada à semente lançada ao campo (Mc 4,14): quem a ouve com fé e entra a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo (Lc 12,32), esse recebeu o Reino de Deus; e a semente germina então por virtude própria e cresce até ao tempo da ceifa (cf. Mc 4,26-29). Também os milagres de Jesus comprovam que o Reino de Deus já chegou à terra: "mas, se Eu expulso os demônios pelo dedo de Deus, é que chegou até vós o Reino de Deus" (Lc 11,20; cf. Mt 12,28). Contudo o Reino manifesta-se principalmente na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, que veio "para servir e dar a sua vida em redenção por muitos" (Mc 10,45).

Depois de haver sofrido a morte na cruz pelos homens, Jesus, ressuscitando, apareceu constituído Senhor e Messias e Sacerdote eterno (cf. At 2,36; Hb 5,6; 7,17-21), e derramou sobre os seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2,33). A partir de então a Igreja, enriquecida pelos dons de seu Fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e estabelecer em todas as gentes o Reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e o início deste Reino. Entretanto, no seu crescer lento, aspira ao Reino perfeito, e com todas as suas forças espera e deseja unir-se ao seu Rei na glória.

6. Assim como no Antigo Testamento, a revelação do Reino foi muitas vezes apresentada em figuras, também agora a Igreja nos dá a conhecer a sua natureza íntima servindo-se de imagens – tiradas quer da vida pastoril,

da agricultura, e da construção, quer também da vida familiar e do noivado, imagens já delineadas nos Livros dos Profetas.

A Igreja é um *redil*, cuja porta única e necessária é Cristo (Jo 10,1-10). É um rebanho, do qual o próprio Deus anunciou haver de ser o Pastor (cf. Is 40,11; Ez 34,11 e ss.), e cujas ovelhas, governadas embora por pastores humanos, são incessantemente conduzidas e alimentadas pelo mesmo Cristo, Bom pastor e Príncipe dos pastores (cf. Jo 10,11; 1 Pd 5,4), que deu a vida pelas ovelhas (cf. Jo 10,11-15).

A Igreja é a *lavoura* ou campo de Deus (1 Cor 3,9). Neste campo cresce a oliveira antiga, cuja raiz santa foram os Patriarcas e na qual se obteve e completará a reconciliação dos judeus e dos gentios (Rm 11,13-26). Ela foi plantada pelo Agricultor celeste como vinha eleita (Mt 21,33-43 e lugares paralelos; cf. Is 5,1 e ss.). Cristo é a vide verdadeira que comunica a vida e a fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que pela Igreja permanecemos nele e sem o qual nada podemos fazer (Jo 15,1-5).

Mais frequentemente é a Igreja chamada *construção* de Deus (1 Cor 3,9). O próprio Senhor a si mesmo se comparou à pedra que os construtores rejeitaram, mas que se tornou pedra angular (Mt 21,42 e paralelos; cf. At 4,11; 1 Pd 2,7; Sl 117,22). Sobre tal fundamento foi a Igreja construída pelos Apóstolos (cf. 1 Cor 3,11), e dele recebe estabilidade e coesão. Este edifício toma vários nomes: casa de Deus (1 Tm 3,15) na qual habita a sua *família*, morada de Deus pelo Espírito (Ef 2,19-22), tenda de Deus entre os homens (Ap 21,3) e, especialmente, *templo* santo, que os antigos Padres exaltaram representado pelos santuários de pedra, e que a Liturgia com muita razão compara à Cidade Santa – a Jerusalém nova. Nela somos como pedras vivas, edificados aqui na terra em templo espiritual (1 Pd 2,5). Cidade Santa, que João contempla na renovação final do mundo, a descer do céu, de junto de Deus, preparada como esposa, que se adorna para o seu esposo (Ap 21,1 e ss.).

A Igreja é ainda chamada “Jerusalém celeste” e “nossa mãe” (Gl 4,26; cf. Ap 12,17), e descrita como *esposa* imaculada do Cordeiro Imaculado (Ap 19,7; 21,2 e 9; 22,17); Cristo “amou-a e por ela se entregou a fim de a santificar” (Ef 5,26); uniu-a a si em aliança indissolúvel, “nutre-a e acalenta-a incessantemente” (Ef 5,29); esposa que Jesus Cristo purificou e quis unida e sujeita a si no amor e na fidelidade (cf. Ef 5,24); que encheu para sempre de graça celeste, a fim de que nós possamos compreender a caridade de Deus e de Cristo para com os homens, amor que excede todo o conhecimento (cf. Ef 3,19). Mas enquanto, cá na terra, a Igreja prossegue na sua peregrinação longe do Senhor (cf. 2 Cor 5,6), busca e antegoza já agora, no exílio, as coisas do Alto, onde Cristo está sentado à direita do Pai, onde a vida da Igreja se encontra escondida com Cristo em Deus, até aparecer refulgente de glória com o seu esposo (cf. Cl 3,1-4).

7. O Filho de Deus, unindo a si a natureza humana e vencendo a morte com sua própria Morte e Ressurreição, remiu o homem, transformando-o numa nova criatura (cf. Gl 6,15; 2 Cor 5,17). E, pela comunicação do Espírito, constituiu com os seus irmãos, chamados de entre todas as gentes, o seu Corpo Místico.

Neste Corpo a vida de Cristo comunica-se aos crentes, que se unem, através dos Sacramentos, de modo íntimo e real, a Cristo que sofreu e foi glorificado. Pelo Batismo configuramo-nos com Cristo “porque num mesmo Espírito fomos batizados todos nós, para sermos um só corpo” (1 Cor 12,13). Este rito sagrado significa e efetua a nossa união à Morte e Ressurreição de Cristo: “pelo Batismo fomos sepultados em Ele na morte; e se n’Ele fomos enxertados por uma morte semelhante à sua, sê-lo-emos também pela ressurreição” (Rm 6,4-5). Nós, participando realmente do Corpo do Senhor na fração do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós. “Sendo um só pão, todos os que participamos deste pão único formamos também um só corpo” (1 Cor 10,17). Assim nos tornamos todos membros desse Corpo (cf. 1 Cor 12,17), “e cada um de nós, membro dos outros” (Rm 12,5).

Assim como os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam um corpo único, assim também os fiéis, em Cristo (cf. 1 Cor 12,12). Também na edificação do Corpo de Cristo há diversidade de membros e de funções. Único é o Espírito que para bem da Igreja (cf. 1 Cor 12,1-11) distribui os seus vários dons conforme as suas riquezas e a necessidade de cada ministério (cf. 1 Cor 12,1-11). De entre esses dons sobressai a graça própria dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito sujeitou até os carismáticos (cf. 1 Cor 14). O Espírito, unificando o corpo por si, com sua virtude e a coesão interna dos membros, produz e estimula a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro sofre, sofrem com ele os demais; se um membro recebe glória, todos os outros se regozijam com ele (cf. 1 Cor 12,26).

Cristo é a Cabeça deste Corpo. Ele é a imagem do Deus invisível, e nele foram criadas todas as coisas. Ele existe antes de todos, e tudo subsiste nele. Ele é a Cabeça do Corpo que é a Igreja. Ele é o princípio, o primogenito de entre os mortos, de modo que em tudo Ele tem a primazia (cf. Cl 1,15-18). Com a grandeza do seu poder domina o céu e a terra, e com a sua eminente perfeição e com o seu agir enche todo o Corpo, das riquezas da sua glória (cf. Ef 1,18-23).

Todos os membros devem conformar-se com Ele, até que neles se forme Cristo (cf. Gl 4,19). Por isso, somos incorporados nos ministérios da sua vida, configuramo-nos com Ele, morremos e ressuscitamos com Ele, até com Ele entrarmos a reinar (cf. Fl 3,21; 2 Tm 2,11; Ef 2,6; Cl 2,12 etc.). Durante a peregrinação terrena, seguimos as suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos à sua Paixão como o corpo à Cabeça e sofremos com Ele para com Ele sermos depois glorificados (cf. Rm 8,17).

Dele, “corpo inteiro recebe alimento e coesão, através dos ligamentos e juntas, realizando assim o seu crescimento em Deus” (Cl 2,19). Ele distribui continuamente ao seu corpo, que é a Igreja, os dons dos ministérios, pelos quais, graças ainda ao seu poder, nos ajudamos uns aos outros no caminho da salvação, para que, professando a verdade na caridade, crescamos de todos os modos para Ele, que é a nossa Cabeça (cf. Ef 4,11-16 grego).

Para que possamos renovar-nos constantemente nele (cf. Ef 4,23), repartiu conosco o seu Espírito, o qual, sendo um só e o mesmo na Cabeça e nos membros, vivifica, unifica e dirige de tal modo o corpo inteiro, que a sua função pode ser comparada pelos Santos Padres àquela que a alma, princípio da vida, exerce no corpo humano.

Cristo ama a Igreja como sua esposa, tornando-se o modelo do marido que ama a esposa como ao seu próprio corpo (cf. Ef 5,25-28); e a Igreja, por seu lado, está sujeita a Cristo, sua Cabeça (Id. 23-24). “Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade” (Cl 2,9), Ele enche com os seus dons divinos a Igreja, que é o seu Corpo e o seu complemento (cf. Ef 1,22-23), para que ela procure e alcance toda a plenitude de Deus (cf. Ef 3,19)”.

Nota:2

cf. **1Cor 12,4-26**: “Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos.

Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer. De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo. Assim acontece também com Cristo. Pois todos fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, quer sejamos judeus ou gregos, quer escravos ou livres. E todos bebemos de um só Espírito.

O corpo não é feito de um só membro, mas de muitos. Se o pé diz: “Eu não sou mão; logo, não pertenço ao corpo”, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. E se o ouvido diz: “Eu não sou olho; logo, não pertenço ao corpo”, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. Se o corpo inteiro fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo ele fosse ouvido, onde estaria o olfato? Deus é quem dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: “Não preciso de você”; e a cabeça não pode dizer aos pés: “Não preciso de vocês.”

Os membros do corpo que parecem mais fracos são os mais necessários; e aqueles membros do corpo que parecem menos dignos de honra são os que cercamos de maior honra; e os nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com maior decência; os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria”.

Nota:3

cf. **Concílio Vaticano II, GS, n. 4 e 11**: “4. Para levar a cabo esta missão, é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado a cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramáticos. Algumas das principais características do mundo atual podem delinear-se do seguinte modo.

A humanidade vive hoje uma fase da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra. Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas reincidem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar duma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa.

Como acontece em qualquer crise de crescimento, esta transformação traz consigo não pequenas dificuldades. Assim, o homem, que tão imensamente alarga o próprio poder, nem sempre é capaz de o pôr ao seu serviço. Ao procurar penetrar mais fundo no interior de si mesmo, aparece frequentemente mais incerto a seu próprio respeito. E, descobrindo gradualmente com maior clareza as leis da vida social, hesita quanto à direção que lhe deve imprimir.

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda dos analfabetos. Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica. Ao mesmo tempo que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua dos seus membros na solidariedade necessária, eilo gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, “radicais” e ideológicos, nem está eliminado o perigo duma guerra que tudo subverta. Aumenta o intercâmbio das idéias; mas as próprias palavras com que se exprimem conceitos da maior importância assumem sentidos muito diferentes segundo as diversas ideologias. Finalmente, procura-se com todo o empenho uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcionado.

Marcados por circunstâncias tão complexas, muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de os harmonizar com os novamente descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação, quando se interrogam acerca da evolução atual dos acontecimentos. Mas esta desafia o homem, força-o até a uma resposta.

11. O povo de Deus, levado pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus. Porque a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas.

O Concílio propõe-se, antes de mais, julgar a esta luz os valores que hoje são mais apreciados e pô-los em relação com a sua fonte divina. Tais valores, com efeito, na medida em que são fruto do engenho que Deus concedeu aos homens, são excelentes, mas, por causa da corrupção do coração humano, não raro são desviados da sua reta ordenação e precisam de ser purificados.

Que pensa a Igreja acerca do homem? Que recomendações parecem dever fazer-se, em ordem à construção da sociedade atual? Qual é o significado último da atividade humana no universo? Espera-se uma resposta para estas perguntas. Aparecerá então mais claramente que o povo de Deus e o gênero humano, no qual aquele está inserido, se prestam mútuo serviço; manifestar-se-á assim o caráter religioso e, por isso mesmo, profundamente humano da missão da Igreja”.

Lc 12,54-56: “Jesus também dizia às multidões: Quando vocês vêem uma nuvem vinda do ocidente, vocês logo dizem que vem chuva; e assim acontece. Quando vocês sentem soprar o vento do sul, vocês dizem que

vai fazer calor; e assim acontece. Hipócritas! Vocês sabem interpretar o aspecto da terra e do céu. Como é que vocês não sabem interpretar o tempo presente?”.

Nota:4

cf. **Cnbb, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora 1995-1998, doc. 54, n.83-101**: “Esse processo de penetração do Evangelho no cotidiano de um povo, de tal forma que ele possa expressar sua experiência de fé em sua própria cultura, é chamado de inculturação. Ela não é uma etapa prévia da evangelização, mas uma dimensão que a acompanha permanentemente, pois o Evangelho transcende toda cultura e a questiona. “Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda a cultura e de toda obra humana”.

84. A inculturação é, na verdade, um processo globalizante e complexo, que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja”, conduzido pelo Espírito, como um imperativo do seguimento de Jesus. Por ele, “a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro”. Por esse processo as comunidades eclesiais, em formação, poderão exprimir progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais”.

85. A inculturação, na verdade, deve ser compreendida em analogia com a encarnação. Na encarnação, o Filho de Deus vem desde o Pai e se insere na história humana, partilhando de sua fragilidade, marcada pelo sofrimento, pelo pecado e pela morte, assumindo-a para redimi-la. Na inculturação, o evangelizador parte do Evangelho assimilado em sua própria cultura. A comunicação do Evangelho se dá no interior de um diálogo intercultural entre o evangelizador e o sujeito histórico da cultura. Acolhendo a fé, ele se torna também sujeito da evangelização inculturada. Esse diálogo enriquece tanto o evangelizador quanto o evangelizado, num intercâmbio e numa interação enriquecedora. Por outro lado, a cultura que acolhe o Evangelho é redimida e purificada, num processo pascal de morte para seus aspectos negativos, provenientes do pecado. Desse processo surge uma cultura renovada pelo sopro de Pentecostes para uma nova e mais plena forma de realização humana.

No intercâmbio, o que se transmite fundamentalmente é a fé. Não é uma idéia abstrata, mas a certeza de que Deus está presente e atua em cada cultura.

86. Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e pela experiência dos anos que se lhe seguiram, a Igreja se defronta mais lucidamente com novas situações e novos desafios para a evangelização. Ela toma consciência, de um lado, das exigências intrínsecas da evangelização; de outro, da unidade profunda que deve presidir a todo o processo de evangelização inculturada.

87. A primeira exigência da evangelização é, pois, o serviço, como testemunho do amor gratuito de Deus para com cada pessoa humana. Por ele se reconhece a dignidade fundamental do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Pelo serviço ao mundo, ela se solidariza com as aspirações e esperanças da humanidade, levada pela “fome e sede de justiça”, a colocar-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, em vista de uma sociedade justa e solidária.

88. A Segunda exigência consiste em abrir-se ao diálogo, não como mera tática de conquista ou como jogo de interesses, mas como reconhecimento do real valor do outro como pessoa humana, querida e amada por Deus. O diálogo supõe reconhecer o outro como diferente de nós mesmos, como interlocutor, sujeito de valores que pertencem desde já ao Reino. O diálogo é exigido “pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito operou em cada homem”. Assim, o reconhecimento da presença operante do Espírito de Deus nos fiéis de outras religiões constitui o fundamento teológico do diálogo inter-religioso.

89. O diálogo supõe maturidade na fé, pela qual, abrindo-se ao diferente a partir da própria identidade, o fiel possa oferecer ao interlocutor o testemunho de uma vida coerente com o Evangelho. Neste contexto, diálogo e missão não se excluem. Antes, exigem-se mutuamente, de tal forma que o diálogo deve ser considerado como constitutivo da própria missão. De fato, o evangelizador se encontra com pessoas humanas, ricas de experiência cultural e religiosa.

90. A terceira exigência é o anúncio explícito de Jesus Cristo e de seu Evangelho. “A Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da “Boa Nova” de que Deus os ama e salva”. O centro e o ápice do dinamismo evangelizador da comunidade eclesial há de ser sempre uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”. Deve-se notar que o anúncio é um acontecimento salvífico em que ouvintes já despertados para a esperança do Reino, são chamados a participar na comunhão visível com a Igreja.

91. A Quarta exigência está na vivência comunitária da fé eclesial, de tal modo que as comunidades cristãs sejam “sinal da presença divina no mundo”. A comunidade cultiva sua ligação profunda com o mistério de Deus em Cristo, pela fé vivida no cotidiano de suas tarefas humanas; alimenta essa fé na celebração da Palavra e dos sacramentos; e se fortalece, desta forma, para o serviço ao mundo, articulando dons, carismas e ministérios para a plena realização de sua missão evangelizadora.

92. A comunidade cristã promove a educação pessoal e comunitária, progressiva e contínua, orgânica e sistemática do cristão na fé, na esperança e na caridade, pela constante interação entre Palavra de Deus, as formulações da fé cristã e as situações da vida. Ela interliga, desta forma, a experiência da fé com o crescimento da vivência eclesial, nos níveis pessoal, comunitário e social.

93. Como comunidade sacerdotal, organicamente estruturada pelos sacramentos, celebra os mistérios da fé. Colocando no seu centro a memória do Mistério pascal de Cristo e dos cristãos, que revela o amor do Pai para conosco e nos comunica o seu Espírito, a liturgia é fonte de comunhão com a Trindade e nos envia para a missão para proclamar o mistério de Cristo até que ele volte.

94. Por fim, a Igreja alimenta constantemente a consciência de que a unidade com Deus em Cristo, fundamento e alicerce da vida eclesial, há de ser vivida como comunhão entre irmãos na fé, entre comunidades vivas e apostólicas, entre Igrejas particulares que buscam alimentar constantemente a corresponsabilidade de todos os batizados no anúncio do Evangelho. Essa comunhão profunda se expressa nos diversos níveis de articulação eclesial, desde a colegialidade episcopal afetiva e efetiva para os Bispos, à partilha de corresponsabilidade colegial no presbitério por parte dos presbíteros, aos diáconos em comunhão com as

Igrejas locais e às mais diferenciadas comunidades eclesiais, grupos apostólicos ou movimentos eclesiais inseridos em seus variados contextos.

95. Essa unidade vivida na Igreja Católica não dispensa o esforço de buscar, com perseverança e confiança na graça de Deus, a comunhão com outras Igrejas e comunidades eclesiais. Inspirada pelo documento conciliar *Unitatis Redintegratio*, a Igreja sabe que “esta unidade consiste na profissão de uma só fé, na celebração comum do culto divino, na concórdia fraterna da família de Deus”. E mais, que essa unidade exige uma plena comunhão visível de todos os cristãos, sem sacrificar a rica diversidade de espiritualidade, de disciplina, de ritos litúrgicos e de elaboração da verdade revelada que se desenvolveram entre os cristãos, na medida em que essa diversidade se mantenha fiel à tradição apostólica”.

96. A evangelização, como bem ressaltou a “*Evangelii Nuntiandi*”, é uma realidade “rica, complexa e dinâmica”, da qual nenhuma definição parcial chega a dar razão. A descrição que aqui fizemos da evangelização poderia ser completada a partir de outros pontos de vista. Vamos concluir citando mais uma exigência da evangelização, que textos do Magistério apontam como a primeira, mas que podemos considerar como um aspecto que se expressa através de todos os que já mencionamos: serviço, diálogo, anúncio, vivência comunitária. Queremos falar do testemunho de vida. Ele é insubstituível, pois não poderia convencer aos outros quem não vive a própria fé. Ele é eficaz, como já lembrava São Pedro, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados, sem palavras, pelo comportamento”.

97. No limiar do terceiro milênio do cristianismo, o papa João Paulo II lançou o projeto de uma “Nova Evangelização”. Ele observa que, além dos destinatários estritos da missão “*ad gentes*” e daqueles fiéis e comunidades que realmente “são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente”, “especialmente nos Países de antiga tradição cristã, mas também nas Igrejas mais jovens, (há) grupos inteiros de batizados que perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho”. Já o Concílio Vaticano II acenava a situações que requerem de novo a “ação missionária” da Igreja.

98. Na verdade, estamos diante de tempos novos que “apresentam problemas e dificuldades mais graves em relação àqueles descritos pelo Concílio na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*”, tais como o indiferentismo religioso, o ateísmo, o secularismo, o consumismo, o fenômeno de novos movimentos religiosos que se espalham como resposta a aspirações e necessidades religiosas que não podem facilmente extinguir-se. Tudo isso revela uma profunda crise de fé no mundo atual.

99. Estamos diante de novos contextos, num mundo plural tanto do ponto de vista cultural quanto religioso. Esse mundo de fenômenos sociais e áreas culturais novos ou modernos areópagos é que desafia hoje o impulso missionário da Igreja e lhe apresenta novas prioridades para a evangelização. A comunidade eclesial, provocada pelo Espírito, não deve temer essas novas dificuldades, mas reconhecer nelas novas chances para a obra evangelizadora, renovando o seu ardor, seus métodos e suas expressões, e empenhando com força particular a ação dos fiéis leigos.

100. No contexto da sociedade brasileira, à luz dos nossos 500 anos, uma nova evangelização exige superar os limites históricos do nosso cristianismo, por um empenho mais profundo na articulação entre fé e vida; pela superação do “mais devastador e humilhante flagelo” da miséria extrema a que são submetidos milhões de brasileiros, atingidos por diversas formas de exclusão social, étnica e cultural, através da promoção da justiça e da libertação integral; pela renovação da experiência viva da fé através de uma evangelização inculturada, visando refazer o tecido cristão das comunidades eclesiais.

101. A evangelização nesses novos contextos exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais e a criação de novas estruturas que correspondam às exigências de uma nova evangelização, novo ardor, novos métodos, novas expressões e, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja cada vez mais missionária”.

Nota:5

João Paulo II, Ecclesia de eucharistia, n. 6, retomando as Cartas apostólicas Rosarium Virginis Mariae e Novo millennio ineunte: “6. É este “enlevo” eucarístico que desejo despertar com esta carta encíclica, que dá continuidade à herança jubilar que quis entregar à Igreja com a carta apostólica *Novo millennio ineunte* e o seu coroamento mariano – a carta apostólica *Rosarium Virginis Marie*. Contemplar o rosto de Cristo e contemplá-lo com Maria é o “programa” que propus à Igreja na aurora do Terceiro Milênio, convidando-a a fazer-se ao largo no mar da história lançando-se com entusiasmo na nova evangelização. Contemplar Cristo implica saber reconhecê-lo quer que ele se manifeste, com as suas diversas presenças mas sobretudo no sacramento vivo do seu corpo e do seu sangue. *A Igreja vive de Jesus eucarístico*, por ele é nutrida, por ele é iluminada. A Eucaristia é mistério de fé e, ao mesmo tempo, “mistério de luz”. Sempre que a Igreja a celebra, os fiéis podem de certo modo reviver a experiência dos dois discípulos de Emaús: “Abriram-se-lhes os olhos e reconheceram-no” (Lc 24,31)”.

Nota:6

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 29: “Eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo” (Mt 28,20). Essa certeza, amados irmãos e irmãs, acompanhou a Igreja durante dois milênios e foi agora reavivada em nossos corações com a celebração do Jubileu; dela devemos auferir *um novo impulso para a vida cristã*, ou melhor, fazer dela a força inspiradora do nosso caminho. É com a consciência dessa presença do Ressuscitado entre nós que hoje nos formulamos a pergunta feita a Pedro no fim do seu discurso de Pentecostes, em Jerusalém: “Que havemos de fazer?” (At 2,37).

Interrogamo-nos animados de confiante otimismo, embora sem subestimar os problemas. Certamente não nos move a esperança ingênua de que possa haver uma fórmula mágica para os grandes desafios do nosso tempo; não será um fórmula a salvar-nos, mas uma pessoa, e a certeza que ela nos infunde: *Eu estarei convosco!*

Sendo assim, não se trata de inventar um “programa novo”. O programa já existe: é o mesmo de sempre, expresso no Evangelho e na Tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar, imitar, para nele viver a vida trinitária e com ele transformar a história até sua plenitude na Jerusalém celeste. É um programa que não muda com a variação dos tempos e das culturas, embora se tenha em conta o tempo e a cultura para um diálogo verdadeiro e uma comunicação eficaz. Esse programa de sempre é o nosso programa para o terceiro milênio.

Mas é necessário traduzi-lo em *orientações pastorais adaptadas às condições de cada comunidade*. O Jubileu proporcionou-nos a oportunidade extraordinária de nos empenharmos, durante alguns anos, num caminho

comum da Igreja inteira, um caminho de catequese articulada sobre o tema trinitário e acompanhada por específicos compromissos pastorais em ordem a uma experiência jubilar fecunda. Agradeço a adesão ampla e cordial reservada à proposta que fiz na carta apostólica *Tertio millennio adveniente*. Agora, já não é uma meta imediata que se apresenta diante de nós, mas o horizonte mais vasto e comprometedor da pastoral ordinária. No respeito das coordenadas universais e irrenunciáveis, é necessário fazer com que o único programa do Evangelho continue a penetrar, como sempre aconteceu, na história de cada realidade eclesial. É *nas Igrejas locais* que se podem estabelecer as linhas programáticas concretas - objetivos e métodos de trabalho, formação e valorização dos agentes, busca dos meios necessários - que permitam levar o anúncio de Cristo às pessoas, plasmar as comunidades, permear em profundidade a sociedade e a cultura mediante o testemunho dos valores evangélicos.

Por isso, exorto vivamente os pastores das Igrejas particulares, valendo-se do contributo das diversas componentes do povo de Deus, a delinear confiadamente as etapas do caminho futuro, sintonizando as opções de cada comunidade diocesana com as das Igrejas limítrofes e as da Igreja universal.

Tal sintonia será certamente facilitada pelo trabalho colegial, que já é habitual, realizado pelos bispos nas conferências episcopais e nos sínodos. Porventura não foi esse também o motivo das assembléias continentais do Sínodo dos Bispos que marcaram a preparação do Jubileu, elaborado válidas diretrizes para o anúncio atual do Evangelho nos múltiplos contextos e nas diversas culturas? Esse rico patrimônio de reflexão não deve ser esquecido, mas levado à ação concreta.

Espera-nos, portanto, uma entusiasmante obra de relacionamento pastoral; uma obra que nos toca a todos. Entretanto, como incitamento e orientação comum, desejo apontar *algumas prioridades pastorais* que a experiência do Grande Jubileu me fez ver com particular intensidade”.

Nota:7

cf. **Cnbb, Projeto de evangelização Rumo ao Novo Milênio, doc. 56, nn. 167-179:** “**167.** Na tradição eclesial e, geralmente, na história de um povo, uma nova idéia e nova proposta de ação não são acolhidas apenas por seu valor intrínseco, mas porque a comunidade as reconhece como portadoras de vida nova e porque vê nelas um enriquecimento e desenvolvimento da sua tradição; algo que pode ser recebido como expressão da sua liberdade e criatividade.

168. Deus busca o diálogo com as pessoas humanas, como amigas (cf. DV 2). Propõe, não impõe. Assim na comunhão eclesial, pastores e comunidades buscam juntos a vontade de Deus e colocam em comum suas experiências e suas descobertas. Todo apelo que a Igreja hierárquica lança, inspirada pelo Espírito, só pode ser acolhido por uma “recepção criativa” pelos fiéis. Não se trata de algo mecânico, como um projeto técnico e detalhado, que só resta executar. Mas de um apelo a ser acolhido, na dimensão da fé e do amor, com todo o coração, com toda a alma, com todas as forças (cf. Dt 6,4; Mc 12,30 e par.). Fazendo não apenas o mínimo exigido, mas todo o esforço que o amor inspira, numa busca alegre e generosa de perfeição, beleza e doação. O que está em jogo é a glória do Senhor, o anúncio do seu Reino e o serviço do seu povo.

169. Por que falamos de “recepção criativa”? Porque acreditamos que este Projeto preparatório ao Jubileu do Ano 2000, proposto pelo Papa João Paulo II, está em conformidade com a vontade de Deus e é uma prova a mais de seu amor salvífico para toda a humanidade. Acreditamos que a realização deste projeto vai suscitar novo e maior ardor na evangelização.

170. Responsável pela evangelização é antes de tudo, a Igreja particular ou local. É nela, por menor e pobre de recursos que seja, que a única Igreja de Cristo se concretiza e se manifesta num lugar (cf. LG 23).

171. Por isso, o Projeto é concebido para oferecer uma linha comum de trabalho e formas de cooperação fraternas a todas as Dioceses do Brasil. Mas, principalmente, é pensando para suscitar a responsabilidade, a criatividade, a decisão autônoma de cada Diocese ou Igreja particular na preparação e celebração do Jubileu Ano 2000. Neste sentido cabe ao presbitério a decisiva tarefa de imprimir à comunidade diocesana novo elã missionário e animá-la na efetiva realização do Projeto evangelizador.

172. Para o bom êxito do Projeto, é indispensável a participação do presbitério e dos outros segmentos do povo de Deus nas Assembléias, Conselhos, e Encontros da Diocese, bem como uma cuidadosa preparação e realização das Visitas Pastorais.

173. Cada Igreja particular é convidada, portanto, a avaliar-se como está atuando em sua missão evangelizadora. Verificará se a palavra do Evangelho está chegando a todos os ambiente e grupos humanos: 1) através do testemunho do serviço e do empenho na humanização da sociedade; 2) através do diálogo com todos, em particular com as diversas culturas e religiões diferentes da nossa; 3) através do anúncio missionário do Evangelho aos que estão à procura das razões de nossa fé e para ela foram despertados; 4) através do testemunho de comunhão fraterna de nossas comunidades, que se alimentam na Palavra e na liturgia e daí partem para o serviço, o diálogo, o anúncio...

174. Em sentido prático, sugerimos que esta reflexão na Diocese seja facilitada por um roteiro de elaboração do Plano ou Projeto diocesano de evangelização (cf. anexo). É útil também para as Dioceses que já elaboram seu Plano ou que desejam confrontá-lo e/ou adaptá-lo ao novo Projeto Nacional. Basicamente estamos propondo dois passos:

- Um VER, que permita – através de uma pesquisa ou de uma observação mais sistematizada – avaliar pontos fortes e pontos fracos, acertos e lacunas, da ação evangelizadora da Diocese e de suas paróquias, pastorais e movimentos;

- Um JULGAR, que leve - à luz das DGAE e deste Projeto - a formular critérios ou estratégias, prioridades e etapas do AGIR.

175. Devidamente ordenados, estes passos ajudarão na elaboração do PLANO DIOCESANO, que articulará a ação em nível diocesano, setorial e paroquial com o “PROJETO NACIONAL RUMO AO NOVO MILÊNIO”.

176. Além do roteiro de elaboração do Plano, oferecemos ainda esquemas de reuniões para Assembléias Diocesanas, Conselhos Pastorais, grupos de presbíteros, religiosos (as) e leigos (as), para dar a conhecer o Projeto e motivar assumi-lo criativamente.

177. À luz do Plano diocesano, cada Diocese incentivará - em diversos níveis - atividades de formação dos agentes pastorais, visando prepará-los para uma ação inovadora, que vá além das tarefas pastorais comuns. Espera-se que o Projeto suscite assim um “grande mutirão” evangelizador.

178. Como Maria acolheu o Plano Salvífico e com ele o Evangelizador do Pai, Jesus Cristo, a Igreja no Brasil está sendo proclamada a receber este “Projeto Rumo ao Novo Milênio” como concretização, neste momento histórico, da vontade do Senhor e meio para acolher e celebrar, com renovado ardor, Jesus Cristo, por motivo do jubileu de seu nascimento. Como Maria cantou em ação de graças pela Encarnação, também a Igreja deseja cantar o Magnificat pelo tempo novo de evangelização. E assim como os discípulos de Emaús acolheram o Ressuscitado e reconheceram na partilha do pão, temos um tempo favorável para nos dispormos a reconhecê-lo e a acolhê-lo através da partilha de nossos dons e esforços, testemunho, diálogo e serviço. Estas atitudes facilitarão que Jesus Cristo seja mais conhecido e amado. E para os irmãos mais cansados na caminhada, lembramos a insistência do Senhor ao mandar seus discípulos lançarem as redes mais uma vez, após tanta labuta sem resultado (cf. Lc 5,1-11).

179. Podemos afirmar que este Projeto cumprirá sua missão se tiver da parte de todos nós, pastores e fiéis, uma recepção criativa nos seus métodos, nas suas expressões e na sua forma celebrativa”.

Nota:8

cf. **Ef 2,20:** “Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção”.

Nota:9

cf. **Ef 3,8.18-19:** “A mim, o menor de todos os cristãos, foi dada a graça de anunciar aos pagãos a incalculável riqueza de Cristo, vocês se tornarão capazes de compreender, com todos os cristãos, qual é a largura e o comprimento, a altura e a profundidade, de conhecer o amor de Cristo, que supera qualquer conhecimento, para que vocês fiquem repletos de toda plenitude de Deus”.

Rm 11,33: “Como é profunda a riqueza, a sabedoria e a ciência de Deus! Como são insondáveis as suas decisões, e como são impenetráveis seus caminhos!”.

Nota:10

cf. **Paulo VI, Evangelii nuntiandi, n.19-20:** “Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação.

20. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isso até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes*, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escrivizar e nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada”.

Nota:11

cf. **Concílio Vaticano II, LG, n. 8:** “Cristo, Mediador único, constituiu e sustenta indefectivelmente sobre a terra, como organismo visível, a sua Igreja santa, comunidade de fé, de esperança e de amor, e por meio dela comunica a todos a verdade e a graça. Contudo, sociedade dotada de órgãos hierárquicos e corpo místico de Cristo, assembléia visível e comunidade espiritual, Igreja terrestre e Igreja já na posse dos bens celestes, não devem considerar-se coisas independentes, mas constituem uma realidade única e complexa, em que se fundem dois elementos, o humano e o divino. Não é, por isso, criar uma analogia inconsistente comparar a Igreja ao mistério da Encarnação. Pois, assim como a natureza assumida pelo Verbo divino lhe serve de órgão vivo de salvação, a Ele indissoluvelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para fazer progredir o seu corpo místico (cf. Ef 4,16).

Esta é a única Igreja de Cristo, que no Símbolo professamos uma, santa, católica e apostólica, e que o nosso Salvador, depois da sua Ressurreição, confiou a Pedro para que ele a apascentasse (Jo 21,17), encarregando-o, assim como os demais Apóstolos, de a difundirem e de a governarem (cf. Mt 28,18 e Seg.), levantando-a para sempre como “coluna e esteio da verdade”(1 Tm 3,15). Esta Igreja, como sociedade constituída e organizada neste mundo, subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele, ainda que fora do seu corpo se encontrem realmente vários elementos de santificação e de verdade, elementos que, na sua qualidade de dons próprios da Igreja de Cristo, conduzem para a unidade católica.

Do mesmo modo que Jesus Cristo consumou a redenção na pobreza e na perseguição, assim também, para poder comunicar aos homens os frutos da salvação, a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho. Cristo Jesus, “sendo de condição divina, aniquilou-se e tomou a condição de servo” (Fl) e por causa de nós “fez-se pobre, Ele que era rico” (2 Cor 8,9): assim a Igreja, que certamente precisa de recursos humanos para cumprir a sua missão, não foi fundada para buscar glórias terrenas mas para pregar, também com o seu exemplo, a humildade e a abnegação. Cristo foi enviado pelo Pai “a anunciar a boa nova aos pobres, a proclamar a libertação aos cativos”(Lc 4,18), “a procurar e salvar o que estava perdido”(Lc 19,10): de modo semelhante a Igreja ama todos os angustiados pelo sofrimento humano, reconhece a imagem do seu Fundador, pobre e sofredor, nos pobres e nos que sofrem, esforça-se por aliviar-lhes a indigência, e neles deseja servir a Cristo. Mas enquanto Cristo “santo, inocente, imaculado”(Hb 7,26), não conheceu o pecado (2 Cor 5,21), e veio expiar unicamente os pecados do povo (cf. Hb 2,17), a Igreja reúne em seu seio os pecadores, e por isso, ao mesmo tempo que é santa, precisa também de purificação, e sem descanso prossegue no seu esforço de penitência e renovação.

A Igreja “continua o seu peregrinar entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus”, anunciando a cruz e a morte do Senhor, até que Ele venha (cf. 1 Cor 11,26). Mas encontra força no poder do Senhor ressuscitado, para vencer, na paciência e na caridade, as próprias aflições e dificuldades, internas e exteriores, e para revelar ao mundo, com fidelidade, embora entre sombras, o mistério de Cristo, até que por fim Ele se manifeste em luz total”.

Nota:12

Mc 10,45: “Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

Nota:13

As exigências intrínsecas da evangelização, agora descritas, correspondem fundamentalmente às seis *linhas* de ação ou *dimensões* adotadas no Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970):

- o *serviço* se concretiza especialmente na dimensão sociotransformadora (linha 6): “Linha de trabalho n 6 Promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os designios de Deus”;
- o *diálogo* se concretiza na dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso (linha 5): “Linha de trabalho n 5 Promover a ação ecumênica”;
- o *anúncio* se concretiza na dimensão missionária (linha 2): “Linhas de trabalho n 2 Promover a ação missionária”
- o *testemunho da comunhão* se concretiza na dimensão comunitário-participativa (linha 1): “Linha de trabalho n 1

Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica”; que se alimenta nas fontes da Palavra (dimensão bíblico-catequética – linha 3) e da liturgia (dimensão litúrgica – linha 4): Linha de trabalho n. 4 (Promover a ação litúrgica)”.

A apresentação das exigências da *evangelização* acentua o *aspecto missionário* da vida da Igreja. A organização pastoral, segundo as seis linhas ou dimensões, tem caráter mais prático e pode ser mantida onde continua funcional.

cf. **Cnbb, Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1999-2002, doc. 61, n.173:** “No planejamento pastoral, desde o PPC de 1966-1970, foram adotadas seis *linhas* de ação, depois pensadas mais exatamente como *dimensões*. Elas correspondem fundamentalmente às exigências intrínsecas da evangelização agora descritas:

- o *serviço* se concretiza especialmente na dimensão sócio-transformadora (linha 6);
- o *diálogo* se concretiza na dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5);
- o anúncio se concretiza na dimensão missionária (linha 2);
- o *testemunho da comunhão* se concretiza na dimensão comunitário-participativa (linha 1), que se alimenta nas fontes da Palavra (dimensão bíblico-catequética - linha 3) e da liturgia (dimensão litúrgica - linha 4).

A nossa apresentação das exigências da *evangelização* acentua o *aspecto missionário* da vida da Igreja e por isso foi assumida nestas Diretrizes. A implementação do Projeto Rumo ao Novo Milênio tem comprovado que, na maioria das Dioceses e Regionais, a articulação entre as seis dimensões e as quatro exigências não têm causado problemas de continuidade pastoral. A organização pastoral, segundo as seis linhas ou dimensões, tem caráter mais prático e deve ser mantida onde continua funcional”.

Nota:14

cf. **João Paulo II, Redemptoris missio, n. 44:** “O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da “Boa Nova” de que Deus os ama e salva. “A evangelização conterà sempre - como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo - uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus”.

Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz “no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele” e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objetivo Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a “vida nova”, divina e eterna. É esta a “Boa Nova”, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso ocorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai”.

Paulo VI, Evangelii nuntiandi, n. 27: “A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mais sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade”.

Nota:15

Paulo VI, Evangelii nuntiandi, n. 41: “E antes de mais nada - sem querermos estar a repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente

cristã entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas”. São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento”. Será pois, pelo seu comportamento pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade”.

Nota:16

No Novo Testamento, testemunho é *martyria* ou *martyrion*.

Nota:17

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 43:** “Fazer da Igreja *a casa e a escola da comunhão*: eis o grande desafio que nos espera no milênio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo.

Que significa isso concretamente? Também aqui o nosso pensamento poderia fixar-se imediatamente na ação, mas seria errado deixar-se levar por tal impulso. Antes de programar iniciativas concretas, é preciso *promover uma espiritualidade da comunhão*, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares onde se plasmam o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se constroem as famílias e as comunidades. Espiritualidade da comunhão significa em primeiro lugar ter o olhar do coração voltando para o mistério da Trindade, que habita em nós e cuja luz há de ser percebida também no rosto dos irmãos que estão ao nosso redor. Espiritualidade da comunhão significa também a capacidade de sentir o irmão de fé na unidade profunda do Corpo místico, isto é, como “um que faz parte de mim”, para saber partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, para intuir os seus anseios e dar remédio às suas necessidades, para oferecer-lhes uma verdadeira e profunda amizade. Espiritualidade da comunhão é ainda a capacidade de ver antes de mais nada o que há de positivo no outro, para acolhê-lo e valorizá-lo como dom de Deus: um “dom para mim”, como é para o irmão que diretamente o recebeu. Por fim, espiritualidade da comunhão é saber “criar espaço” para o irmão, levando “os fardos uns dos outros” (Gl 6,2) e rejeitando as tentações egoístas que sempre nos insidiam e geram competição, arrivismo, suspeitas, ciúmes. Não haja ilusões! Sem essa caminhada espiritual, de pouco servirão os instrumentos exteriores da comunhão. Revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento”.

Nota:18

Gl 6,2: “Carreguem os fardos uns dos outros, e assim vocês estarão cumprindo a lei de Cristo”.

Nota:19

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 43:** “Fazer da Igreja *a casa e a escola da comunhão*: eis o grande desafio que nos espera no milênio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo.

Que significa isso concretamente? Também aqui o nosso pensamento poderia fixar-se imediatamente na ação, mas seria errado deixar-se levar por tal impulso. Antes de programar iniciativas concretas, é preciso *promover uma espiritualidade da comunhão*, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares onde se plasmam o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se constroem as famílias e as comunidades. Espiritualidade da comunhão significa em primeiro lugar ter o olhar do coração voltando para o mistério da Trindade, que habita em nós e cuja luz há de ser percebida também no rosto dos irmãos que estão ao nosso redor. Espiritualidade da comunhão significa também a capacidade de sentir o irmão de fé na unidade profunda do Corpo místico, isto é, como “um que faz parte de mim”, para saber partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, para intuir os seus anseios e dar remédio às suas necessidades, para oferecer-lhes uma verdadeira e profunda amizade. Espiritualidade da comunhão é ainda a capacidade de ver antes de mais nada o que há de positivo no outro, para acolhê-lo e valorizá-lo como dom de Deus: um “dom para mim”, como é para o irmão que diretamente o recebeu. Por fim, espiritualidade da comunhão é saber “criar espaço” para o irmão, levando “os fardos uns dos outros” (Gl 6,2) e rejeitando as tentações egoístas que sempre nos insidiam e geram competição, arrivismo, suspeitas, ciúmes. Não haja ilusões! Sem essa caminhada espiritual, de pouco servirão os instrumentos exteriores da comunhão. Revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento”.

Nota:20

cf. **Vaticano II, GS, n.1:** “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos”.

Nota:21

cf. **At 2,42-47:** “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação”.

Nota:22

O Concílio Vaticano II descreveu, em vários lugares (cf. *Lumen Gentium* n.25-27; 34-36; *Presbyterorum ordinis* n.4-6), o ministério da Igreja como sendo ‘profético, sacerdotal e régio’ ou também como ‘múnus’ de ensinar,

santificar e governar. Esta descrição se baseia em figuras distintas na Antiga Aliança (profetas, sacerdotes, reis), que foram reunidas em Cristo, reconhecido pela fé como 'sacerdote, profeta e rei'.

LG, 25-27; 34-36: "25. De entre os deveres principais dos Bispos, sobressai a pregação do Evangelho. Os Bispos são, efetivamente, os arautos da fé, que levam a Cristo novos discípulos; e os doutores autênticos, isto é, investidos na autoridade de Cristo, que ao povo a ele confiado pregam a fé que deve crer e aplicar à vida, e a ilustram à luz do Espírito Santo, tirando do tesouro da Revelação coisas novas e velhas (cf. Mt 13,52); a fazem frutificar; e afastam com cuidado os erros que ameaçam as suas greis (cf. 2 Tim 4,1-4). Quando ensinam em comunhão com o Romano Pontífice, os Bispos devem ser considerados por todos como testemunhas da verdade divina e católica; e cada fiel deve aceitar o juízo que o seu Bispo dá em nome de Cristo, nas coisas de fé e moral, e aderir a ele com religioso respeito. Este assentimento religioso da vontade e da inteligência deve, em modo particular, prestar-se ao magistério autêntico em matéria de fé e costumes, enunciando não fala "ex cathedra"; de maneira que se reconheça com reverência o seu magistério supremo e se adira sinceramente à doutrina que o Papa apresenta, de harmonia com sua mente e a sua vontade manifesta, quais transparecem principalmente quer da índole dos documentos, quer da frequência em propor a mesma doutrina, quer da própria maneira de falar.

Embora não gozem da prerrogativa da infalibilidade pessoal, os Bispos, no exercício do seu magistério autêntico em matéria de fé e costumes, enunciando a doutrina de Cristo de modo infalível quando – dispersos pelo mundo, mas conversando a comunhão entre si e com o Sucessor de Pedro – concordam em propor uma sentença a seguir como definitiva. Isto é ainda mais manifesto quando, reunidos em Concílio Ecumênico, são para toda a Igreja juizes e doutores da fé e dos costumes, devendo aderir-se às suas definições com assentimento de fé.

A infalibilidade, de que o Divino Redentor dotou a sua Igreja para definir a doutrina de fé e costumes, abrange o depósito da Revelação, que deve ser guardado com zelo e exposto com fidelidade. O Romano Pontífice, Cabeça do Colégio Episcopal, goza desta infalibilidade em virtude do seu ofício, quando define uma doutrina de fé ou de costumes, como Supremo Pastor e Doutor de todos os cristãos, confirmando na fé os seus irmãos (cf. Lc 22,32). Por isso, as suas definições são irreformáveis só por si, sem necessidade do consentimento da Igreja, uma vez que não pronunciadas sob a assistência do Espírito Santo, prometida ao Papa na pessoa de Pedro: não precisam da aprovação de ninguém, nem admitem qualquer apelo a outro juízo. É que nestes casos, o Romano Pontífice não dá uma opinião como qualquer pessoa privada, mas propõe ou defende a doutrina da fé católica como Mestre Supremo da Igreja universal, dotado pessoalmente do carisma da infalibilidade que pertence à própria Igreja. A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal, quando ele exerce o magistério supremo com o Sucessor de Pedro. E s estas definições nunca pode faltar o assentimento da Igreja, devido à ação do Espírito Santo, que mantém e faz crescer na unidade da fé a grei de Cristo.

Quando o Romano Pontífice, ou o Corpo Episcopal juntamente com ele, define uma doutrina, fá-lo em harmonia com a Revelação, à qual todos devem obedecer e conformar-se. Esta, escrita ou comunicada através da legítima sucessão dos Bispos e, sobretudo, pelo cuidado do Romano Pontífice, é integralmente transmitida, conservada intacta na Igreja e exposta com fidelidade sob a luz do Espírito de Verdade. O Sumo Pontífice e os Bispos, cada qual na medida dos respectivos deveres e conforme a gravidade do assunto, esforçam-se cuidadosamente e usam os meios aptos para a investigação séria e a enunciação conveniente da Revelação; não reconhecem, porém, qualquer nova revelação pública como pertencendo ao depósito divino da fé.

26. O Bispo, revestido da plenitude do sacramento da ordem, é o administrador da graça do sumo sacerdócio, especialmente na Eucaristia que e oferece ou manda oferecer, e pela qual a Igreja vive e cresce continuamente. Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades de fiéis; elas mesmas, unidas aos seus pastores, recebem no Novo Testamento o nome de Igrejas. São, em cada território, o Povo novo, chamado por Deus no Espírito Santo e em grande plenitude (cf. 1 Ts 1,5). Nelas se reúnem os fiéis por meio da pregação do Evangelho de Cristo e se celebra o Mistério da Ceia do Senhor, "para que, pela carne e o sangue do corpo do Senhor, se mantenham unidos todos os irmãos". Cada comunidade reunida em volta do altar, sob o ministério sagrado do Bispo, é símbolo daquela caridade e "daquela unidade do corpo místico sem a qual não pode haver salvação". Cristo está presente nestas comunidades, por mais reduzidas e pobres e dispersas que sejam, e congrega pelo seu poder a Igreja una, santa, católica e apostólica. Na verdade, "a participação no corpo e no sangue de Cristo não opera outra coisa senão a nossa transformação naquilo que recebemos".

Toda a celebração legítima da Eucaristia é dirigida pelo Bispo, a quem foi confiado o dever de prestar à Majestade divina o culto da religião cristã e de o regular conforme os preceitos do Senhor e as leis da Igreja que ele deve especificar ulteriormente a seu critério, adaptando-as à sua diocese.

Deste modo, os Bispos, rezando pelo povo e trabalhando, repartem de vários modos e com abundância a plenitude da santidade de Cristo. Pelo ministério da palavra comunicam a força de Deus para salvação dos crentes (cf. Rm 1,16), e santificam os fiéis pelos sacramentos, cuja administração ordenada e frutuosa regulam com a própria autoridade. Regulamentam a administração do batismo que dá a participação no sacerdócio régio de Cristo. São eles os ministros primários da confirmação, os dispensadores das sagradas ordens, os ordenadores da disciplina penitencial; exortam e instruem com solicitude o seu povo, para que participe com fé e devoção na liturgia, especialmente no Santo Sacrifício da Missa. Devem, finalmente, edificar com o exemplo da vida aqueles de quem são chefes, guardando os seus costumes de todo o mal e levando-os, com a ajuda de Deus, até à última perfeição, para que possam chegar à vida eterna juntamente com a grei que lhes foi confiada.

27. Os Bispos regem com vigários e legados de Cristo as Igrejas particulares a eles confiadas, com os seus conselhos, exortações e exemplos, e ainda com a sua autoridade e o seu poder sagrado, de que se servem unicamente para fazer crescer a sua grei na santidade e na verdade, lembrados de que quem é o maior deve tornar-se o mais pequeno, e quem ocupa o primeiro lugar deve ser como aquele que serve (cf. Lc 22,26-27). Este poder, de que pessoalmente dispõem em nome de Cristo, é próprio, ordinário e imediato, ainda que o seu exercício seja regulado em última instância pela suprema autoridade da Igreja, e possa circunscrever-se dentro de limites determinados, tendo em vista a utilidade da Igreja ou dos fiéis. Por força deste poder, os Bispos têm o direito sagrado e, diante do Senhor, o dever, de legislar para os seus súditos, de os julgar, e de regular tudo quanto diz respeito à organização do culto e do apostolado.

A eles está confiado plenamente o ofício pastoral, isto é, a solicitude habitual e cotidiana das suas ovelhas, e não devem ser considerados como vigários do Romano Pontífice, já que estão revestidos de poder próprio, e são, com toda a verdade, os chefes dos povos que governam. Por isso, o seu poder não fica anulado pelo poder supremo e universal, mas antes é por ele confirmado, fortalecido e defendido, conservando o Espírito Santo intacta a forma de regime que Cristo Senhor Nosso estabeleceu na sua Igreja. Enviado pelo Pai de família, a governar a sua família, o Bispo tenha sempre diante dos olhos o exemplo do Bom Pastor que veio não para ser servido, mas para servir (cf. Mt 20,28; Mc 10,45) e dar a vida pelas suas ovelhas (cf. Jo 10,11). Escolhido de entre os homens e revestido, também ele, de fraquezas, pode compadecer-se dos ignorantes e dos extraviados (cf. Hb 5,1-2). Não se recuse a ouvir os seus súditos, amando-os como a verdadeiros filhos e exortando-os a colaborarem prontamente consigo. Consciente de que tem de dar contas a Deus pelas almas deles (cf. Hbr 13,17), abranja com a oração, a pregação e todas as obras de caridade, não só os súditos, mas também aqueles que não são ainda do único redil, os quais no entanto deve considerar como pessoas que lhe estão recomendadas no Senhor. Sendo ele para com todos devedor, como o Apóstolo Paulo, esteja pronto a anunciar o Evangelho a todos (cf. Rm 1,14-15), e estimule os seus fiéis a darem-se a atividades apostólicas e missionárias. Os fiéis, por seu lado, devem conservar-se unidos ao Bispo como a Igreja está unida a Jesus Cristo, e como Jesus Cristo ao Pai, para que todas as coisas se harmonizem na unidade e redundem em glória de Deus (cf. 2 Cor 4,15).

34. Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, querendo continuar também por meio dos leigos o seu testemunho e o seu ministério, vivifica-os com o seu Espírito e impele-os constantemente a toda a obra boa e perfeita.

Àqueles que une intimamente à sua vida e missão, dá-lhes também parte no seu múnus sacerdotal em ordem a exercerem um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por este motivo os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são dotados de capacidade para que o Espírito produza neles frutos sempre mais abundantes. Todas as suas obras, orações e iniciativas apostólicas, a vida familiar e conjugal, o trabalho cotidiano, o descanso do espírito e do corpo, se forem realizados no Espírito, e até mesmo as contrariedades da vida, se levadas com paciência, convertem-se em sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1 Pd 2,5), que, na celebração da Eucaristia, se oferecem piedosamente ao Pai, juntamente com a oblação do Corpo do Senhor. Assim também os leigos, procedendo santamente em toda a parte como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.

35. Cristo, o grande Profeta que, pelo testemunho da sua vida e pela força da sua palavra, proclamou o Reino do Pai, cumpre o seu múnus profético até à plena satisfação da glória, não apenas por meio da Hierarquia, que ensina em seu nome e com o seu poder, mas também por meio dos leigos, a quem nomeia suas testemunhas e a quem dá o sentido da fé e a graça da palavra (cf. At 2,17-18; Ap 19,10), para que façam brilhar a força do Evangelho na vida cotidiana, familiar e social. Eles apresentam-se como filhos da promessa, quando, fortes na fé e na esperança, aproveitam o tempo presente (cf. Ef 5,16; Cl 4,5) e com paciência esperam a glória futura (cf. Rm 8,25). Não escondam esta esperança no interior da alma, mas exprimam-na mesmo através das estruturas da vida social, por uma renovação contínua e pela luta “contra os dominadores deste mundo tenebroso e contra os espíritos do mal” (Ef 6,12).

Assim como os Sacramentos da Nova Lei, nos quais se alimenta a vida e apostolado dos fiéis, prefiguram um novo céu e uma nova terra (Ap 21,1), assim também os leigos se tornam válidos arautos daquela fé dos bens esperados (cf. Hb 11,1), se unirem sem desfalecimentos, a uma vida segundo a fé, a profissão da mesma fé. Esta evangelização, anúncio de Cristo, feito pelo testemunho da vida e pela palavra, adquire um aspecto característico e uma eficácia particular, pelo fato de se realizar nas condições ordinárias da vida no mundo.

Neste particular, tem grande importância aquele estado de vida que está santificado por um sacramento especial, isto é, na vida matrimonial e familiar. Nela se encontra um exercício e uma alta escola de apostolado dos leigos, quando a religião cristã penetra toda a organização da vida e cada dia a transforma para melhor. Nela têm cônjuges a própria vocação para serem, um para o outro e para os filhos, testemunhas da fé e do amor de Cristo. A família cristã proclama em alta voz tanto as virtudes presentes do Reino de Deus, como a esperança da vida eterna. Assim o seu exemplo e o seu testemunho acusam o mundo de pecado e iluminam aqueles que procuram a verdade.

Por conseguinte, os leigos, ainda quando se entregam a tarefas temporais, podem e devem realizar uma ação preciosa para a evangelização do mundo. Se alguns suprem determinados ofícios sagrados na medida em que lhes é permitido, - por falta de ministros próprios, ou por impedimento destes em caso de perseguição - e se muitos deles consomem todas as suas forças no trabalho apostólico é preciso que todos sem exceção cooperem para a dilatação e para o incremento do Reino de Cristo no mundo. Por isso esforcem-se os leigos com diligência por conhecer mais profundamente a verdade revelada e peçam instantaneamente a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo, tendo-se feito obediente até à morte, foi por isso mesmo exaltado pelo Pai (cf. Fl 2,8-9) e entrou na glória do seu Reino; a Ele estão submetidas todas as coisas, até que se sujeite a si mesmo e consigo sujeite toda a criação ao Pai, a fim de que Deus seja tudo em todos (cf. 1 Cor 15,27-28). Poder este que Jesus Cristo comunicou aos discípulos, para que, também eles, ficassem investidos num domínio livre, próprio de reis, pela abnegação de si mesmo e por uma vida santa, vencessem em si próprios o reino do pecado (cf. Rm 6,12); e mesmo para que, servindo a Cristo também nos outros, conduzissem pela humildade e paciência os seus irmãos àquele Rei a quem servir é reinar. Na verdade o Senhor deseja dilatar, também pela atividade dos fiéis leigos, o seu reino, reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz; neste reino também o mundo criado será libertado das cadeias da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus (cf. Rm 8,21). Grande é pois a promessa, e grande o mandato que se dá aos discípulos: “Todas as coisas são vossas, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus” (cf. 1 Cor 3,23).

Devem pois os fiéis reconhecer a natureza íntima de todas as criaturas, o seu valor e ordenação para a glória de Deus, e devem ajudar-se mutuamente a conseguir uma vida mais santa, mesmo através das atividades propriamente seculares, de modo que o mundo se impregne do espírito de Cristo e atinja o seu fim na justiça, na caridade e na paz. No desempenho deste dever de alcance universal, compete aos leigos a principal responsabilidade. Procurem, pois, através da sua competência e da sua atividade no domínio profano, interiormente elevadas pela graça de Cristo, contribuir eficazmente para que os bens criados se explorem em benefício de todos os homens; sejam melhor distribuídos segundo a ordenação do Criador e a iluminação do

seu Verbo, mediante o trabalho humano, a técnica e a cultura civil; e contribuam, na medida que lhes é própria, para o progresso universal na liberdade humana e cristã. Assim Cristo iluminará cada vez mais, através dos membros da Igreja, toda a sociedade humana com a sua luz salutar.

Além disso, congreguem os leigos os seus esforços para sanar as estruturas e as condições do mundo, se acaso elas incitam ao pecado, de modo que tudo se conforme às normas da justiça e, longe de impedir, favoreça a prática das virtudes. Agindo desta maneira, impregnarão de valor moral a cultura e as atividades humanas. Também se preparará melhor, assim, o campo do mundo para a semente da palavra divina e, ao mesmo tempo, se abrirão de par em par, à Igreja, as portas por onde há de entrar no mundo o anúncio da paz.

Para serem úteis à economia da salvação, aprendam diligentemente os fiéis a distinguir entre os direitos e as obrigações que lhes correspondem enquanto membros da Igreja, e os que lhes competem como membros da sociedade civil. Procurem com diligência harmonizá-los uns com os outros, lembrando-se que em toda a ocupação temporal devem orientar-se sempre pela consciência cristã, pois nenhuma atividade humana, nem sequer na ordem temporal, pode subtrair-se ao império de Deus. Sobretudo no nosso tempo, é sumamente necessário que esta distinção e esta harmonia transpareçam com maior clareza na maneira de agir dos fiéis, a fim de que a missão da Igreja possa corresponder mais plenamente às condições particulares do mundo moderno. Porque, assim como deve reconhecer-se que a cidade terrena, por sua natureza entregue às preocupações temporais, se rege por princípios próprios, assim também se rejeita com toda a razão a doutrina falaz que pretende construir a sociedade, prescindindo absolutamente da religião, e ataca e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.

PO, n. 4-6: “O povo de Deus é reunido antes de mais pela palavra de Deus vivo, que é justíssimo esperar receber da boca dos sacerdotes. Com efeito, como ninguém se pode salvar se antes não tiver acreditado, os sacerdotes, como cooperadores dos Bispos, tem, como primeiro dever, anunciar a todos o Evangelho de Deus, para que, realizando o mandato do Senhor: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a todas as criaturas” (Mc 16,15), constituam e aumentam o Povo de Deus. Com efeito, é pela palavra da salvação que é suscitada no coração dos infiéis e alimentada no coração dos fiéis a fé, mercê da qual tem início e se desenvolve a assembléia dos fiéis, segundo aquele dito do Apóstolo: “a fé vem pelo ouvido, o ouvido, porém, pela palavra de Cristo” (Rom 10,17). Por isso, os sacerdotes são devedores de todos, para comunicarem a todos a verdade do Evangelho, de que gozam no Senhor. Portanto, quer quando, por uma convivência edificante entre os povos, os levam a glorificar a Deus, quer quando, pregando abertamente, anunciam o ministério de Cristo aos que não crêem, quer quando ensinam o catecismo cristão ou explanam a doutrina da Igreja, quer quando procuram estudar à luz de Cristo as questões do seu tempo”, sempre é próprio deles ensinar não a própria sabedoria mas a palavra de Deus e convidar instantaneamente a todos à conversão e à santidade. A pregação sacerdotal, não raro difícilíssima nas circunstâncias hostilidades do mundo, se deseja mover mais convenientemente as mentes dos ouvintes, não deve expor apenas de modo geral e abstrato a palavra de Deus mas sim aplicando às circunstâncias concretas da vida a verdade perene do Evangelho.

Deste modo se exerce o multiforme ministério da palavra segundo as diversas necessidades dos ouvintes e os carismas dos pregadores. Nas regiões ou agrupamentos não cristãos, os homens são conduzidos à fé e aos sacramentos da salvação mediante a mensagem evangélica; na comunidade dos cristãos, porém, sobretudo para aqueles que parecem entender e acreditar pouco o que freqüentam, é necessária a pregação da palavra para o próprio ministério dos sacramentos, enquanto são sacramentos da fé que nasce da palavra e da palavra se alimenta; o que vale sobretudo para a Liturgia da palavra na celebração da missa, na qual se unem intimamente a anunciação da morte e da ressurreição do Senhor, a resposta do povo ouvinte e a própria oblação em que Cristo confirmou a nova aliança no seu sangue; nessa oblação comungam os fiéis não só com o desejo mas também com a recepção do sacramento.

5. Deus, que é o único Santo e santificador, quis unir a si como companheiros e colaboradores, os homens que servem humildemente a obra da santificação. Donde vem que os sacerdotes são consagrados por Deus, por meio do ministério dos Bispos, para que, feitos participantes do sacerdócio de Cristo de modo especial, sejam na celebração sagrada ministros daquele que exerce de modo eminente na Liturgia o seu ofício sacerdotal a nosso favor. Na verdade, introduzem, os homens no Povo de Deus pelo batismo; pelo sacramento da penitência, reconciliam os pecadores com Deus e com a Igreja; com o óleo dos enfermos, aliviam os doentes; sobretudo com a celebração da missa, oferecem sacramentalmente o sacrifício de Cristo. Em todos os sacramentos, porém, como já nos tempos da Igreja primitiva testemunhou Santo Inácio Mártir, os sacerdotes unem-se hierarquicamente de diversos modos com o Bispo, e assim o tornam de algum modo presente em todas as assembléias dos fiéis.

Os restantes sacramentos, porém, assim como todos os ministérios eclesiásticos e obras de apostolado, harmonizem-se com a Sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Com efeito, na Santíssima Eucaristia está contido todo o bem espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, a nossa Páscoa e o pão vivo que dá aos homens a vida mediante a sua carne vivificada e vivificadora pelo Espírito Santo; assim são eles convidados e levados a oferecer, juntamente com ele, a si mesmos, aos seus trabalhos e a todas as coisas criadas. Por isso, a Eucaristia apreze como fonte e coroa de toda a evangelização, enquanto os catecúmenos são pouco a pouco introduzidos na participação da Eucaristia, e os fiéis, já assinalados pelo sagrado batismo e pela confirmação, são plenamente inseridos no corpo de Cristo pela recepção da Eucaristia.

Portanto, o banquete eucarístico é o centro da assembléia dos fiéis a que o sacerdote preside. Ensinam, por isso, os sacerdotes aos fiéis a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da missa, e a fazer, com ela a oblação da vida; no espírito de Cristo Pastor, ensinam-nos a submeter de coração contrito à Igreja no sacramento da Penitência os próprios pecados, de tal modo que se convertam cada vez mais ao Senhor, lembrados das suas palavras: “Fazei penitência, porque o Reino dos céus está próximo” (Mt 4,17). De igual modo os ensinam a participar nas celebrações da Liturgia, para que também nelas realizem a oração sincera; guiam-nos a exercer durante a vida toda o espírito de oração cada vez mais perfeito, segundo as graças e necessidades de cada um, e entusiasmam a todos a observar os deveres do próprio estado, e aos mais adiantados a por em prática os conselhos evangélicos, do modo que convém a cada um.

Ensinam, por isso, os fiéis para que possam cantar ao Senhor nos seus corações com hinos e cânticos espirituais, dando sempre graças por tudo a Deus Pai em nome de Nosso Jesus Cristo (cf. Ef 5,19-20).

Os próprios sacerdotes ao recitar o Ofício, distribuem pelas horas do dia os louvores e ações de graças que usam na celebração da Eucaristia; é com o Ofício divino que eles, em nome da Igreja, rezam a Deus por todo o povo que lhes fora confiada, mais ainda, por todo o mundo.

A casa de oração em que é celebrada e conservada a Santíssima Eucaristia, e os fiéis se reúnem, e na qual a presença do Filho de Deus, nosso Salvador, oferecido por nós no altar do sacrifício, é venerada para auxílio e consolação dos fiéis, deve ser nobre e apta para a oração e para cerimônias sagradas. Nela são convidados os pastores e os fiéis a corresponderem generosamente ao dom d'Aquele que pela sua Humanidade continuamente infunde a vida divina nos membros do seu Corpo. Procurem os sacerdotes cultivar retamente a ciência e a arte litúrgica, para que, no seu ministério litúrgico, Deus, Pai e Filho e o Espírito Santo, seja louvado cada vez mais perfeitamente pelas comunidades e eles confiadas.

6. Exercendo, com a autoridade que lhes toca, o múnus de Cristo cabeça e Pastor, os sacerdotes reúnem, em nome do Bispo, a família de Deus, como fraternidade bem unida, e levam-na a Deus Pai por Cristo no Espírito. Para exercer este ministério, como também para os restantes ofícios sacerdotais é conferido o poder espiritual, que é dado para edificação. Na edificação da Igreja, porém, os sacerdotes devem conviver com todos, com grande humanidade, a exemplo do Senhor. Nem devem proceder para com eles, segundo o agrado dos homens, mas segundo as exigências da doutrina e da vida cristã, ensinando-os e admoestando-os como filhos caríssimos, de harmonia com as palavras do Apóstolo: "Insiste oportuna e importunamente, repreende, suplica, admoesta com toda a paciência e doutrina" (2 Tm 4,2).

Por isso, cabe aos sacerdotes, como educadores na fé, cuidar por si ou por outros que cada fiel seja levado no Espírito Santo a cultivar a própria vocação segundo o Evangelho, à caridade sincera e operosa, e à liberdade com que Cristo nos libertou. De pouco servirão as cerimônias, embora belas, bem como as associações, embora florescentes, se não se ordenam a educar os homens a conseguir a maturidade cristã. Os sacerdotes ajudá-los a promoverem esta maturidade, para que até nos acontecimentos grandes ou pequenos consigam ver o que as coisas significam, qual é a vontade de Deus. Sejam ensinados também os cristãos a não viverem só para si, mas, segundo as exigências da nova lei da caridade, cada um, assim como recebeu a graça, a administre mutuamente, e assim todos cumpram cristãmente os seus deveres na comunidade humana.

Embora sejam devedores de todos, os sacerdotes consideram como recomendados a si de modo particular os pobres e os mais fracos, com os quais o próprio Senhor se mostrou associado, e cuja evangelização é apresentada como sinal da obra messiânica. Também com particular diligência acompanham os jovens e, além disso, os cônjuges e os pais, que é para desejar se reúnam em grupos amigáveis, para se ajudarem mutuamente a proceder cristãmente com mais facilidade e plenitude na vida tantas vezes difícil. Lembrem-se os sacerdotes de que todos os religiosos, homens e mulheres, como parte muito excelente na casa do Senhor, são dignos de cuidado especial, para seu proveito espiritual em benefício de toda a Igreja. Finalmente, sejam o mais solícitos possível com os doentes e moribundos, visitando-os e confortando-os no Senhor.

Porém, o múnus de Pastor não se limita ao cuidado singular dos fiéis, mas estende-se propriamente à formação da genuína comunidade cristã. Para que seja cultivado devidamente o espírito de comunidade, deverá abraçar não só a igreja local mas também a Igreja inteira. A comunidade local, porém, não deve favorecer só o cuidado pelos seus fiéis mas também, imbuída de zelo missionário, deve preparar a todos o caminho para Cristo. Considere, todavia, como recomendados de modo especial os catecúmenos e os neófitos, que devem ser educados gradualmente no conhecimento da vida cristã. Nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter a sua raiz e o seu centro na celebração da Santíssima Eucaristia, a partir da qual, portanto, deve começar toda a formação do espírito comunitário. Esta celebração, para ser sincera e plena, deve levar não só às várias obras de caridade e ao auxílio mútuo, mas também à ação missionária, bem como às várias formas do testemunho cristão.

Além disso, a comunidade eclesial, pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, exerce uma verdadeira maternidade para com as almas que devem ser conduzidas a Cristo. Com efeito, ela constitui um instrumento eficaz que indica e prepara aos que ainda não crêem no caminho para Cristo e para a Sua Igreja, e também excita, alimenta e fortalece os fiéis em ordem ao combate espiritual.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes nunca servem alguma ideologia ou facção humana, mas como anunciadores do Evangelho e Pastores da Igreja, trabalham pelo aumento espiritual do Corpo de Cristo".

Nota:23

1Ts 2,13: "O motivo do nosso contínuo agradecimento a Deus é este: quando ouviram a Palavra de Deus que anunciamos, vocês a acolheram não como palavra humana, mas como ela realmente é, como Palavra de Deus, que age com eficácia em vocês que acreditam".

Nota:24

cf. **Mt 7,21-27:** "Nem todo aquele que me diz Senhor, Senhor, entrará no Reino do Céu. Só entrará aquele que põe em prática a vontade do meu Pai, que está no céu. Naquele dia muitos me dirão: Senhor, Senhor, não foi em teu nome que profetizamos? Não foi em teu nome que expulsamos demônios? E não foi em teu nome que fizemos tantos milagres? Então, eu vou declarar a eles: Jamais conheci vocês. Afastem-se de mim, malfeitores! Portanto, quem ouve essas minhas palavras e as põe em prática, é como o homem prudente que construiu sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, os ventos sopraram com força contra a casa, mas a casa não caiu, porque fora construída sobre a rocha.

Por outro lado, quem ouve essas minhas palavras e não as põe em prática, é como o homem sem juízo, que construiu sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, os ventos sopraram com força contra a casa, e a casa caiu, e a sua ruína foi completa!".

Nota:25

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 40: "Alimentar-nos da Palavra para sermos "servos da Palavra" no trabalho da evangelização: tal é, sem dúvida, uma prioridade da Igreja no início do novo milênio. Deixou de existir, mesmo nos países de antiga evangelização, a situação de "sociedade cristã" que, não obstante as muitas fraquezas que sempre caracterizam tudo o que é humano, tinha explicitamente como ponto de referência os valores evangélicos. Hoje tem-se de enfrentar com coragem uma situação que se vai tornando cada vez mais variada e difícil, com a progressiva mistura de povos e culturas que caracteriza o novo contexto da globalização. Ao longo destes anos, muitas vezes repeti o apelo à *nova evangelização*; e faço-o agora uma vez mais para inculcar sobretudo que é preciso recender em nós o zelo das origens, deixando-nos invadir pelo

ardor da pregação apostólica que se seguiu ao Pentecostes. Devemos reviver em nós o sentimento ardente de Paulo que o levava a excluir: “Ai de mim se não evangelizar!” (1 Cor 9,16).

Essa paixão não deixará de suscitar na Igreja uma nova missionariedade, que não poderá ser delegada a um grupo de “especialistas”, mas deverá corresponsabilizar todos os membros do povo de Deus. Quem verdadeiramente encontrou Cristo não pode guardá-lo para si; tem de o anunciar. É preciso um novo ímpeto apostólico, vivido como *compromisso diário das comunidades e grupos cristãos*. Que isso se faça, porém, no devido respeito pelo caminho próprio de cada pessoa e com atenção pelas diferentes culturas em que deve ser semeada a mensagem cristã, para que os valores específicos de cada povo não sejam renegados, mas purificados e levados à sua plenitude.

O cristianismo do terceiro milênio deverá responder cada vez melhor a essa *exigência de inculturação*. Permanecendo o que é, na fidelidade total ao anúncio evangélico e à tradição eclesial, o cristianismo assumirá também o rosto das diversas culturas e dos vários povos onde for acolhido e se radicar. Ao longo do ano jubilar, podemos saborear de modo especial a beleza desse rosto pluriforme da Igreja. Talvez seja só um início, um ícone apenas esboçado do futuro que o espírito de Deus nos prepara.

Cristo há de ser proposto a todos com confiança. A proposta seja feita aos adultos, às famílias, aos jovens, às crianças, sem nunca esconder as exigências mais radicais da mensagem evangélica, mas adaptando-a, quanto à sensibilidade e à linguagem, à situação de cada um, segundo o exemplo de Paulo, que afirmava: “Fiz-me tudo para todos, para salvar alguns a todo o custo” (1 Cor 9,2). Ao recomendar tudo isso, penso particularmente na *pastoral da juventude*. Precisamente vindo dos jovens, o Jubileu, como acima recordei, presenteou-nos com um testemunho de generosa disponibilidade. Temos de saber valorizar resposta tão consoladora, investindo aquele entusiasmo como um novo talento (cf. Mt 25,15) que o Senhor colocou nas nossas mãos para fazê-lo frutificar”.

Nota:26

Concílio Vaticano II, SC, n.7: “Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente em sua Igreja, e especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro, pois aquele que agora se oferece pelo ministério sacerdotal é o “mesmo que, outrora, se ofereceu na cruz”, como sobretudo nas espécies eucarísticas. Ele está presente pela sua virtude nos sacramentos, de tal modo que, quando alguém batiza, é Cristo mesmo quem batiza. Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala quando na Igreja se lêem as Sagradas Escrituras. Está presente, por fim, quando a Igreja ora e salmodia, Ele que prometeu: “onde se acharem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18,20).

Realmente, nesta grandiosa obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens são santificados, Cristo sempre associa a si a Igreja, sua amadíssima esposa, que invoca seu Senhor, e por Ele presta culto ao eterno Pai.

Com razão, portanto, a Liturgia é considerada como exercício da função sacerdotal de Cristo. Ela simboliza através de sinais sensíveis e realiza em modo próprio a cada um a santificação dos homens; nela o Corpo Místico de Jesus Cristo, Cabeça e membros, presta a Deus o culto público integral.

Por isso, toda celebração litúrgica, como obra de Cristo sacerdote e do seu corpo, que é a Igreja, é uma ação sagrada por excelência, cuja eficácia nenhuma outra ação da Igreja iguala, sob o mesmo título e grau”.

Nota:27

cf. **Ordo lectionum missae** (Elenco das Leituras da Missa), **n.7:** “A Igreja cresce e se constrói ao escutar a Palavra de Deus, e os prodígios que de muitas formas Deus realizou na história da salvação fazem-se presentes, de novo, nos sinais da celebração litúrgica [...]; Deus, por sua vez, vale-se da comunidade dos fiéis que celebra a liturgia, para que a sua palavra se propague e seja conhecida, e seu nome seja louvado por todas as nações”.

Nota:28

cf. **Concílio Vaticano II, DV, n. 25:** “É necessário, por isso, que todos os clérigos e sobretudo os sacerdotes e todos os que, como os diáconos e os catequistas, atendem legitimamente ao ministério da palavra, mantenham um contato íntimo com as Escrituras, mediante a leitura sagrada e o estudo aturado, “a fim de que nenhum deles se torne pregador vazio da palavra de Deus por fora, por não a ouvir de dentro”, tendo, como têm, a obrigação de comunicar aos fiéis que lhes estão confiados as grandíssimas riquezas da palavra divina, sobretudo na sagrada Liturgia. Do mesmo modo, o sagrado Concílio exorta com ardor e insistência todos os fiéis, mormente os religiosos, a que aprendam “a iminente ciência de Jesus Cristo” (Fl 3,8) com a leitura freqüente das divinas Escrituras, porque “a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo”. Debrucem-se, pois gostosamente sobre o texto sagrado, quer através da sagrada Liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, quer por outros meios que se vão espalhando tão louvavelmente por toda a parte, com a aprovação e estímulo dos pastores da Igreja. Lembrem-se, porém, que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada da oração, para que seja possível o colóquio entre Deus e o homem; “com Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos”.

Compete aos sagrados Pastores “depositários da doutrina apostólica”, ensinar oportunamente os fiéis que lhes foram confiados, no reto uso dos Livros divinos de modo particular do Novo Testamento, e sobretudo dos Evangelhos. E isto por meio de traduções dos textos sagrados que devem ser providas das notas necessárias e verdadeiramente suficientes, para que os filhos da Igreja se familiarizem dum modo seguro e útil com a Sagrada Escritura, e se embebam do seu espírito.

Além disso, façam-se edições da Sagrada Escritura, munidas das convenientes anotações, para uso também dos não-cristãos, e adaptadas às suas condições; e tanto os pastores de almas como os cristãos de qualquer estado procurem difundir-las com zelo e prudência”.

Aos pastores e educadores, recomenda-se o estudo do documento da Pontifícia Comissão Bíblica, *A interpretação da Bíblia na Igreja* (15/4/1993), precedido pelo **Discurso de S.S. João Paulo II à mesma Comissão** (23/4/1993): “1. Agradeço de todo o coração ao Senhor Cardeal Ratzinger os sentimentos que acaba de exprimir, ao apresentar-me o documento elaborado pela Pontifícia Comissão Bíblica sobre a interpretação da Bíblia na Igreja. É com alegria que recebo este documento, fruto de um trabalho colegial empreendido por sua iniciativa, Senhor Cardeal, e prosseguido com perseverança durante diversos anos. Ele vem ao encontro de uma preocupação que me está a peito, porque a interpretação da Sagrada Escritura é de importância capital para a fé cristã e para a vida da Igreja. «Com efeito, nos livros Sagrados – como justamente no-lo recordou o Concílio –, o Pai que está nos céus vem amorosamente ao encontro dos seus filhos

e conversa com eles; e é tanta a força e a virtude que se encerra na palavra de Deus, que é, na verdade, apoio e vigor para a Igreja, e, para seus filhos, firmeza da fé, alimento da alma, fonte pura e perene da vida espiritual» (*Dei Verbum*, 21). O modo de interpretar os textos bíblicos para os homens e as mulheres de hoje tem conseqüências diretas sobre a relação pessoal e comunitária dos mesmos com Deus, e está também estreitamente ligado à missão da Igreja. Trata-se de um problema vital, que merecia toda a vossa atenção.

2. O vosso trabalho completa-se num momento muito oportuno, porque me dá o ensejo de comemorar convosco dois aniversários ricos de significado: o centenário da Encíclica *Providentissimus Deus*, e o cinquentenário da Encíclica *Divino afflante Spiritu*, ambas dedicadas às questões bíblicas. A 18 de novembro de 1893, o Papa Leão XIII, muito atento aos problemas intelectuais, publicava a sua Encíclica sobre os estudos da Sagrada Escritura, com a finalidade, escrevia ele, «de os estimular e de os recomendar» e também de os «orientar de maneira que corresponda melhor às necessidades de época» (*Enchiridion Biblicum*, 82). Cinquenta anos mais tarde, o papa Pio XII dava aos exegetas católicos, na sua Encíclica *Divino afflante Spiritu* novos encorajamentos e novas diretrizes. Entretanto, o Magistério pontifício tinha manifestado a sua constante atenção aos problemas relativos à Sagrada Escritura com numerosas intervenções. Em 1902, Leão XIII criava a Comissão Bíblica; em 1909, Pio X fundava o Instituto Bíblico. Em 1920, Bento XV celebrava o milésimo quingentésimo aniversário a morte de São Jerônimo, com uma Encíclica sobre a interpretação da Bíblia. O vivo impulso dado assim aos estudos bíblicos, encontrou a sua plena confirmação no Concílio Vaticano II, de modo que a Igreja inteira deles se beneficiou. A Constituição dogmática *Dei Verbum* esclarece o trabalho dos exegetas católicos e convida os pastores e os fiéis a nutrirem-se mais assiduamente da palavra de Deus contida nas Escrituras.

Hoje, desejo pôr em realce alguns aspectos do ensinamento destas duas Encíclicas e a validade perene da sua orientação através das circunstâncias mutáveis, a fim de aproveitar melhor o seu contributo.

3. Em primeiro lugar, nota-se, entre estes dois documentos, uma diferença importante. Trata-se da parte polémica – ou, mais exatamente, apologética – das duas Encíclicas. Com efeito, tanto uma como outra manifestam a preocupação de responder aos ataques contra a interpretação católica da Bíblia, mas estes ataques não tinham o mesmo objetivo. A *Providentissimus Deus*, por um lado, quer sobretudo proteger a interpretação católica da Bíblia contra os ataques da ciência racionalista; por outro lado, a *Divino afflante Spiritu* preocupa-se mais em defender a interpretação católica, contra os ataques que se opõem à utilização da ciência, por parte dos exegetas, e que querem impor uma interpretação não científica, chamada «espiritual» das Sagradas Escrituras.

Esta mudança radical de perspectiva foi devida, obviamente, às circunstâncias. A *Providentissimus Deus* apareceu numa época marcada por polémicas virulentas contra a fé da Igreja. A exegese liberal trazia a estas polémicas um apoio importante, porque utilizava todos os recursos das ciências, desde a crítica textual até à geologia, passando pela filosofia, pela crítica literária, pela história as religiões, pela arqueologia e ainda por outras disciplinas. Pelo contrário, a *Divino afflante Spiritu* foi publicada pouco tempo depois de uma polémica muito diferente, surgida sobretudo na Itália, contra o estudo científico da Bíblia. Um opúsculo anónimo tinha sido largamente difundido, para prevenir contra o que ele descrevia como «um gravíssimo perigo para a Igreja e para as almas: o sistema crítico-científico no estudo e na interpretação da Sagrada Escritura, os seus desvios funestos e as suas aberrações».

4. Tanto num caso como no outro, a reação do Magistério foi significativa, porque, em vez de se limitar a uma resposta puramente defensiva, entrou no âmago do problema e manifestou assim – notamo-lo de passagem – a fé da Igreja no mistério da Encarnação.

Contra as ofensivas da exegese liberal, que apresentava as suas alegações como conclusões fundadas sobre aquisições da ciência, ter-se-ia podido reagir lançando anátema sobre a utilização das ciências na interpretação da Bíblia, e ordenando aos exegetas católicos que se limitassem a uma explicação «espiritual» dos textos.

A *Providentissimus Deus* não envereda por este caminho. Pelo contrário, a Encíclica convida insistentemente os exegetas católicos a adquirirem uma verdadeira competência científica, de modo a superarem os seus adversários no terreno dos mesmos. «O primeiro» meio de defesa, diz ela, «encontra-se no estudo das línguas antigas do Oriente, bem como no exercício da crítica científica» (*E.B.*, 118). A Igreja não tem medo da crítica científica. Ela só teme as opiniões preconcebidas, que têm a presunção de se fundar na ciência mas que, na realidade, fazem sair sub-repticiamente a ciência do seu domínio.

Cinquenta anos mais tarde, na *Divino afflante Spiritu*, o Papa Pio XII pode notar a fecundidade das diretrizes dadas pela *Providentissimus Deus*: «Graças a um melhor conhecimento das línguas bíblicas e de tudo o que diz respeito ao Oriente, ... numerosas questões levantadas no tempo de Leão XIII contra a autenticidade, a antiguidade, a integridade e o valor histórico dos Livros Sagrados... encontram-se hoje esclarecidas e resolvidas» (*E.B.*, 546). O trabalho dos exegetas católicos, «que fizeram um uso correto das armas intelectuais utilizadas pelos seus adversários» (n. 562), tinha dado frutos. E é precisamente por esta razão que a *Divino afflante Spiritu* se mostra menos preocupada do que a *Providentissimus Deus* com o combate contra as posições de exegese racionalista.

5. Mas tinha-se tornado necessário responder aos ataques provenientes dos partidários uma exegese chamada «mística» (n. 552), que procuravam fazer condenar pelo Magistério os esforços da exegese científica. Como responde a Encíclica? Ela teria podido limitar-se a salientar a utilidade e mesmo a necessidade destes esforços para a defesa da fé, o que teria favorecido uma espécie de dicotomia entre a exegese científica, destinada ao uso externo, e a interpretação espiritual, reservada ao uso interno. Na *Divino afflante Spiritu*, Pio XII evitou deliberadamente enveredar por este caminho. Pelo contrário, ele reivindicou a estreita união das duas iniciativas, por um lado salientando o alcance «teológico» do sentido literal, metodologicamente definido (*E.B.*, 251), por outro lado, afirmando que, para poder ser reconhecido como sentido de um texto bíblico, o sentido espiritual deve apresentar garantias de autenticidade. Uma simples inspiração subjetiva não é suficiente. Deve-se poder mostrar que se trata de um sentido «querido por Deus mesmo», de um significado espiritual «dado por Deus» ao texto inspirado (*E.B.*, 552-553). A determinação do sentido espiritual é da competência, pois, também ela, do domínio da ciência exegetica.

Verificamos assim que, apesar da grande diversidade das dificuldades a enfrentar, as duas Encíclicas se encontram perfeitamente no nível mais profundo. Elas rejeitam, tanto uma como outra, a ruptura entre o

humano e o divino, entre a investigação científica e o olhar da fé, entre o sentido literal e o sentido espiritual. Mostram-se, além disso, em plena harmonia com o mistério da Encarnação.

6. A estreita relação que une os textos bíblicos inspirados no mistério da Encarnação foi expressa pela Encíclica *Divino afflante Spiritu* nos termos seguintes: «Como o Verbo substancial de Deus se fez semelhante aos homens em tudo, exceto no pecado, assim também a palavra de Deus, expressa em língua humana, assemelhou-se em tudo à linguagem humana, salvo erro» (E.B., 559). Retomada quase literalmente pela Constituição conciliar *Dei Verbum* (n. 13), esta afirmação põe luz um paralelismo rico de significado.

É verdade que o fato de as palavras de Deus terem sido postas por escrito, graças ao carisma da inspiração relativa à Sagrada Escritura, foi um primeiro passo para a Encarnação do Verbo de Deus. Estas palavras escritas constituíram, de fato, um meio estável de comunicação e de comunhão entre o povo eleito e o seu único Senhor. Por outro lado, é graças ao aspecto profético destas palavras que foi possível reconhecer o cumprimento do desígnio de Deus, quando «o Verbo se fez homem e habitou entre nós» (*Jo 1,14*). Depois da glorificação celeste da humanidade o Verbo feito homem, é ainda graças a palavras escritas que a sua passagem entre nós permanece testemunhada de maneira estável. Unidos aos escritos inspirados da Primeira Aliança, os escritos inspirados da Nova Aliança constituem um meio verificável de comunicação e de comunhão entre o povo crente e Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Este meio não pode certamente ser separado do sopro de vida espiritual, que jorrou do Coração de Jesus crucificado e que se propaga graças aos sacramentos da Igreja. Ele tem, contudo, a sua consistência própria, precisamente a de um texto escrito, que merece crédito.

7. Por conseguinte, as duas Encíclicas solicitam os exegetas católicos a permanecerem em plena harmonia com o mistério de união do divino e do humano, numa existência histórica inteiramente determinada. A existência terrena de Jesus não se define apenas com lugares e datas do início do século I na Judéia e na Galiléia, mas também com a sua radicação na longa história de um pequeno povo do antigo Próximo Oriente, com as suas fraquezas e as suas grandezas, com os seus homens de Deus e os seus pecadores, com a sua lenta evolução cultural e as suas transformações políticas, com as suas derrotas e as suas vitórias, com as suas aspirações à paz e ao reino de Deus. A Igreja de Cristo leva a sério o realismo da Encarnação e é por este motivo que ela atribui uma grande importância ao estudo «histórico-crítico» da Bíblia. Longe de a reprovar, como teriam querido os partidários da exegese «mística», os meus predecessores aprovaram-na vigorosamente. «*Artis criticae disciplinam – escrevia Leão XIII –, quippe percipiendae penitus hagiographorum sententiae perutilem, Nobis vehementer probantibus, nostri (exegetae, scilicet, catholici) excolant*» (Carta Apostólica *Vigilantiae*, para a fundação da Comissão Bíblica, 30 de outubro de 1902: E.B., 142). A mesma «veemência» na aprovação, o mesmo advérbio («vehementer») se encontram na *Divino afflante Spiritu* a propósito das investigações de crítica textual (cf. E.B., 548).

8. A *Divino afflante Spiritu*, como se sabe, recomendou particularmente aos exegetas o estudo dos *gêneros* literários utilizados nos Livros Sagrados, chegando a dizer que a exegese católica deve «adquirir a convicção de que esta parte da sua tarefa não pode ser negligenciada, sem grave dano para a exegese católica» (E.B., 560). Esta recomendação parte da solicitude de compreender o sentido dos textos com toda a exatidão e precisão possíveis e, portanto, no seu contexto cultural histórico. Uma idéia falsa de Deus e da Encarnação leva um certo número de cristãos a tomar uma orientação oposta. Eles têm a tendência a crer que, sendo Deus o Ser absoluto, cada uma das suas palavras tem um valor absoluto, independente de todos os condicionamentos da linguagem humana. Não há motivos, segundo eles, para estudar estes condicionamentos para fazer distinções que relativizariam o alcance das palavras. Mas isto é iludir-se e recusar, na realidade, os mistérios de inspiração relativa à Sagrada Escritura e da Encarnação, aderindo a uma falsa noção do Absoluto. O Deus da Bíblia não é um Ser absoluto que, destruindo tudo aquilo que toca, suprimiria todas as diferenças e todas as nuances. Ele é, pelo contrário, o Deus criador, que criou a admirável variedade dos seres «cada um segundo a sua espécie», como diz e repete a narração do Génesis (cf. *Gn*, cap. 1). Longe de destruir as diferenças, Deus respeita-as e valoriza-as (cf. 1 *Cor* 12,18.24.28). Quando se exprime em linguagem humana, ele não dá a cada expressão um valor uniforme, mas utiliza-lhe as nuances possíveis com uma flexibilidade extrema, e aceita-lhe igualmente as limitações. É o que torna a tarefa dos exegetas tão complexa, tão necessária e tão apaixonante! Nenhum aspecto humano da linguagem pode ser negligenciado. Os progressos recentes das investigações lingüísticas, literárias e hermenêuticas levaram a exegese bíblica a juntar, ao estudo dos gêneros literários, muitos outros pontos de vista (retórica, narrativa, estruturalismo); outras ciências humanas, como a psicologia e a sociologia foram igualmente utilizadas. A tudo isto pode-se aplicar as recomendações dadas aos membros da Comissão Bíblica por Leão XIII: «Que eles não considerem alheio ao seu campo nada do que a investigação industriosa dos modernos tiver encontrado de novo; ao contrário, que eles tenham o espírito alerta para adotar sem demora o que cada momento traz de útil à exegese bíblica» (*Vigilantiae*: E.B., 140). O estudo dos condicionamentos humanos da palavra de Deus deve prosseguir com interesse incessantemente renovado.

9. Contudo, este estudo não é suficiente. Para respeitar a coerência da fé da Igreja e da inspiração da Escritura, a exegese católica deve estar atenta a não se limitar aos aspectos humanos dos textos bíblicos. É preciso que também ajude o povo cristão a perceber mais nitidamente nestes textos a palavra de Deus, de maneira a acolherem-na melhor para viverem plenamente em comunhão com Deus. Para este fim, é evidentemente necessário que o próprio exegeta perceba nos textos a palavra divina, e isto não lhe é possível senão se o seu trabalho intelectual for alimentado por um impulso de vida espiritual.

Faltando este fundamento, a investigação exegetica permanece incompleta; perde de vista a sua finalidade principal e limita-se a tarefas secundárias. Pode mesmo tornar-se uma espécie de evasão. O estudo científico apenas dos aspectos humanos dos textos pode fazer esquecer que a palavra de Deus convida cada um a sair de si mesmo para viver na fé e na caridade.

A encíclica *Providentissimus Deus* recordava a este respeito, o carácter particular dos Livros Sagrados e a exigência que daí resulta para a sua interpretação: «Os Livros Sagrados – declarava ela – não podem ser comparados com os escritos ordinários mas, dado que foram ditados pelo próprio Espírito Santo e têm um conteúdo de extrema gravidade, misterioso e difícil sob muitos aspectos, precisamos sempre, para os compreender e os explicar, da vida deste mesmo Espírito Santo, ou seja, da sua luz e da sua graça, que é evidentemente necessário pedir numa humilde oração e conservar mediante uma vida consagrada» (E.B., 89) Numa fórmula mais breve, tomada de Santo Agostinho, a *Divino afflante Spiritu* exprime a mesma exigência: «Orent ut intelligant!» (E.B., 569).

Sim, para chegar a uma interpretação inteiramente válida das palavras inspiradas pelo Espírito Santo, é preciso que cada um seja guiado pelo Espírito Santo e, para isto, é necessário rezar, rezar muito, pedir na oração a luz interior do Espírito, e acolher docilmente esta luz, pedir o amor, o único que torna capaz de compreender a linguagem de Deus, que «é amor» (1Jo 4,8.16).

Durante o próprio trabalho de interpretação, é necessário manter-se o mais possível na presença de Deus.

10. A docilidade ao Espírito Santo produz e reforça outra disposição, necessária para a justa orientação da exegese: a fidelidade à Igreja. O exegeta católico não alimenta a ilusão individualista a qual leva a crer que, fora da comunidade dos crentes, pode-se compreender melhor os textos bíblicos. O contrário é que é verdade, porque estes textos não foram dados aos investigadores individualmente, «para a satisfação da sua curiosidade ou para lhes fornecer assuntos de estudo e de investigação» (*Divino afflante Spiritu: E.B.*,566) eles foram confiados à comunidade dos crentes, à Igreja de Cristo, para alimentar a fé e guiar a vida de caridade. O respeito desta finalidade condiciona a validade da interpretação. A *Providentissimus Deus* recordou esta verdade fundamental e observou que, longe de impedir a investigação bíblica, o respeito deste elemento favorece-lhe o autêntico progresso (cf. *E.B.*, 108-109). É confortante verificar que estudos recentes de filosofia hermenêutica trouxeram uma confirmação a este modo de ver e que exegetas de diversas confissões trabalharam em perspectivas análogas, salientando, por exemplo, a necessidade de interpretar cada texto bíblico como fazendo parte do cânon das Escrituras reconhecido pela Igreja, ou estando mais atentos aos contributos da exegese patrística.

Ser fiel à Igreja significa, com efeito, situar-se resolutamente na corrente da grande Tradição que, sob a orientação do Magistério, certo de uma assistência especial do Espírito Santo, reconheceu os escritos canônicos como palavra dirigida por Deus ao seu povo e nunca cessou de os meditar e de descobrir suas inesgotáveis riquezas. O Concílio Vaticano II ainda afirmou: «Todas estas coisas, referentes à interpretação da Escritura, estão sujeitas, em última análise, ao juízo da Igreja, que exerce o divino mandato e o ministério de guardar a palavra de Deus» (*Dei Verbum*, 12).

Não é menos verdade – é ainda o Concílio que o declara, tomando uma afirmação da *Providentissimus Deus* – que «é dever dos exegetas trabalhar... para entenderem e exporem perfeitamente o sentido da Sagrada Escritura, a fim de que, como por meio de um estudo preparatório, amadureça o juízo da Igreja» (*Dei Verbum*, 12; cf. *Providentissimus Deus: E.B.*, 109: «ut, quae praeparato studio, iudicium Ecclesiae maturetur»).

11. Para desempenharem melhor esta tarefa eclesial muito importante, os exegetas devem ter a peito permanecer próximos da pregação da palavra de Deus, quer consagrando uma parte do seu tempo a este ministério, quer mantendo relações com aqueles que o exercem e ajudando-os com publicações de exegese pastoral (cf. *Divino afflante Spiritu, E.B.*,551). Eles evitarão, assim, de se perderem nos meandros de uma investigação científica abstrata, que os afastaria do verdadeiro sentido das Escrituras. Com efeito, este sentido não é separável da finalidade dos mesmos, a qual consiste em pôr os crentes em relação pessoal com Deus.

12. Nesta perspectiva – a *Providentissimus Deus* afirmava – «um vasto campo de investigação está aberto ao trabalho pessoal de cada exegeta» (*E.B.*, 109). Cinquenta anos mais tarde, a *Divino afflante Spiritu* renovava, em termos diferentes, a mesma verificação estimulante: «Permanecem, pois, muitos pontos, e alguns muito importantes, na discussão e na explicação dos quais a penetração do espírito e o talento dos exegetas católicos podem e devem exercer-se livremente» (*E.B.*, 565).

O que era verdade em 1943 ainda o é nos nossos dias, porque o progresso das investigações trouxe soluções para certos problemas e, ao mesmo tempo, novas questões a estudar. Na exegese, como em outras ciências, quanto mais se abrem as fronteiras do desconhecido, tanto mais se alarga o campo a explorar. Menos de cinco anos após a publicação da *Divino afflante Spiritu*, a descoberta dos manuscritos de Qumrân iluminava com uma nova claridade um grande número de problemas bíblicos e abria outros campos de investigações. Depois, muitas descobertas foram feitas e novos métodos de investigação e de análise foram elaborados.

13. Foi esta mudança de situação que tornou necessário um novo exame dos problemas. A Pontifícia Comissão Bíblica dedicou-se a esta tarefa e apresenta hoje o fruto do seu trabalho, intitulado *A interpretação da Bíblia na Igreja*.

O que impressionará à primeira vista neste documento, é a *abertura de espírito* com que foi concebido. Os métodos, as abordagens e as leituras usados hoje na exegese são examinados e, apesar de algumas reservas por vezes graves, que é necessário exprimir reconhece-se, em quase cada um deles, a presença de elementos válidos para uma interpretação integral do texto bíblico.

Porque exegese católica não tem um método de interpretação próprio e exclusivo mas, começando pela base histórico-crítica, isenta de pressupostos filosóficos ou de outros, contrários à verdade da nossa fé, ela utiliza todos os métodos atuais, procurando em cada um a «semente do Verbo».

14. Outro traço característico desta síntese é o seu *equilíbrio e a sua moderação*. Na sua interpretação da Bíblia, sabe harmonizar a diacronia e a sincronia, reconhecendo que as duas se completam e são indispensáveis para fazer ressaltar toda a verdade do texto e para dar satisfação às legítimas exigências do leitor moderno.

Mais importante ainda, a exegese católica não dedica só a sua atenção aos aspectos humanos da revelação bíblica, o que é por vezes o erro do método histórico-crítico, nem apenas aos aspectos divinos, como quer o fundamentalismo, ela esforça-se em realçar uns e outros, unidos na divina «condescendência» (*Dei Verbum*, 13), que está na base da Escritura inteira.

15. Poder-se-á, por fim, perceber o acento posto neste documento sobre o fato que a *Palavra bíblica ativa se dirige universalmente, no tempo e no espaço*, a toda a humanidade. Se «as palavras de Deus [...] se tornam semelhantes à palavra humana» (*Dei Verbum*, 13), é para serem ouvidas por todos. Não devem permanecer distantes, «acima das tuas forças nem fora do teu alcance. [...] não, elas estão muito perto de ti: estão na tua boca e no teu coração; e tu as podes cumprir» (*Dt 30,11.14*).

Tal é a finalidade da interpretação da Bíblia. Se a tarefa primária da exegese é alcançar o sentido autêntico do texto sagrado ou mesmo os seus diferentes sentidos, é preciso em seguida que ela comunique este sentido ao destinatário da Sagrada Escritura que é, se possível, toda a pessoa humana.

A Bíblia exerce a sua influência no curso dos séculos. Um processo constante de *atualização* adapta a interpretação à mentalidade e à linguagem contemporâneas. O caráter concreto e imediato da linguagem bíblica facilita grandemente esta adaptação, mas a sua radicação em uma cultura antiga causa mais do que uma dificuldade. É preciso, pois, traduzir de novo e sem cessar o pensamento bíblico na linguagem

contemporânea, para que ele seja expresso de uma maneira adequada aos ouvintes. Esta tradução deve, contudo, ser fiel ao original, e não pode forçar os textos para os adaptar a uma leitura ou uma tendência em voga em um dado momento. É preciso mostrar todo o brilho da palavra de Deus, mesmo se ela é «expressa por línguas humanas» (*Dei Verbum*, 13).

A Bíblia está hoje difundida em todos os continentes e em todas as nações. Mas para que a sua ação seja profunda, é preciso que ela tenha ali uma *inculturação* segundo a índole própria de cada povo. Talvez as nações menos marcadas pelos desvios da civilização ocidental moderna compreendam mais facilmente a mensagem bíblica do que as que já são insensíveis à ação da Palavra de Deus, devido à secularização e aos excessos da demitização.

Nos nossos tempos, é necessário um grande esforço, não só da parte dos sábios e dos pregadores, mas também dos divulgadores do pensamento bíblico: eles devem utilizar todos os meios possíveis – e hoje há muitos! – para que o alcance universal da mensagem bíblica seja largamente reconhecido e sua eficácia salvífica possa manifestar-se em toda parte.

Graças a este documento, a interpretação da Bíblia na Igreja poderá encontrar um novo impulso, para o bem do mundo inteiro, a fim de fazer resplandecer a verdade e exaltar a caridade, nas proximidades do Terceiro Milênio.

16. Ao terminar, tenho a alegria, como os meus predecessores Leão XIII e Pio XII, de poder apresentar aos exegetas católicos, e em particular a vós, membros da Pontifícia Comissão Bíblica, tanto agradecimentos como encorajamentos.

Agradeço-vos cordialmente o excelente trabalho que realizais a serviço da palavra de Deus e do Povo de Deus: trabalho de investigação, de ensino e de publicação; ajuda dada à teologia, à liturgia da Palavra e ao ministério da pregação; iniciativas que favorecem o ecumenismo e as boas relações entre cristãos e judeus; participação nos esforços da Igreja para responder às aspirações e às dificuldades do mundo moderno.

A isto, uno os meus calorosos encorajamentos para a nova etapa a percorrer. A complexidade crescente da tarefa requer esforços de todos e uma larga colaboração interdisciplinar. Num mundo onde a investigação científica adquire mais importância em numerosos campos, é indispensável que a ciência exegética se situe a um nível idêntico. É um dos aspectos da inculturação da fé que faz parte da missão da Igreja, em união com o acolhimento do mistério da Encarnação.

Jesus Cristo, Verbo de Deus Encarnado, vos guie nas vossas investigações, ele que abriu o espírito dos seus discípulos à compreensão das Escrituras (*Lc* 24,45)! A Virgem Maria vos sirva de modelo não só pela sua generosa docilidade à palavra de Deus, mas também, e primeiramente, pelo seu modo de aceitar o que lhe tinha sido dito! São Lucas narra-nos que Maria meditava no seu coração as palavras divinas e os acontecimentos que se realizavam «symballousa em tē kardia autēs!» (*Lc* 2, 19). Pelo seu acolhimento da Palavra, ela é o Modelo e a Mãe dos discípulos (cf. *Jo* 19,27). Ensine-vos ela, pois, a acolher plenamente a Palavra de Deus, não só com a investigação intelectual, mas também com toda a vossa vida!

Para que o vosso trabalho e a vossa ação contribuam cada vez mais para fazer resplandecer a luz das Escrituras, dou-vos de todo o coração a minha Bênção Apostólica”.

Nota:29

cf. **Cnbb, Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas, doc. 62, n.186ss: “186.** A formação de que o leigo católico precisa para atuar conforme sua vocação, desenvolvendo a riqueza dos dons e talentos recebidos, não é apenas uma formação espiritual. É **formação integral**, que ajuda a desenvolver a dimensão humano-afetiva, a capacidade de comunicação e relacionamento com os outros, a capacidade de compreender, discernir e avaliar, a perseverança no compromisso e a fidelidade aos valores.

187. As “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora” de 1999-2002 traçam as seguintes orientações para a **formação dos leigos:**

- seja programada e sistemática, não apenas ocasional;
- ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia dos seminários;
- seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferecendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo;
- seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado;
- desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano;
- seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos, seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política.

188. Na formação e nas atividades permanentes dos leigos merece destaque a dimensão ética. Recordamos como atual a indicação de *Puebla*, que solicita a participação dos leigos “construtores da sociedade pluralista” na **elaboração de uma ética social à altura das questões contemporâneas:** “A comunidade cristã conduzida pelo bispo estabelecerá a ponte de contato e diálogo com os construtores da sociedade temporal, a fim de iluminá-los com a visão cristã, estimulá-los com gestos significativos e acompanhá-los com atuações eficazes”. Neste contato e diálogo deve circular, numa atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente. Assim poderemos descobrir os critérios, normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a Doutrina Social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética social capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea”.

189. Da parte da hierarquia e particularmente dos presbíteros, espera-se efetiva **disposição de acompanhar** os leigos e leigas que atuam nos diferentes campos de evangelização. Muitas vezes os leigos reclamam apoio espiritual e orientação, que lhes faltam. Os Bispos, presbíteros e diáconos sintam-se convocados pela Igreja a acolher a participação dos leigos/as em toda a vida de comunidade, respeitando sua missão própria, incentivando sua formação integral e apoiando seu crescimento. Além disso, cabe de modo especial aos Bispos a escolha de assessores eclesiais e diretores espirituais para os movimentos e organizações laicais, que sejam realmente idôneos e bem formados, para manterem os fiéis na sã doutrina, alimentando sua espiritualidade, aconselhando, estimulando, dialogando e promovendo a unidade eclesial. Por outro lado, como lembramos citando o Concílio, os leigos “não pensem que seus pastores estão sempre de tal modo preparados

que tenham uma solução pronta para qualquer questão". Em todo caso, leigos e pastores procurem sempre o diálogo sincero e a complementação de suas vocações e ações a serviço da evangelização.

190. O protagonismo do cristão leigo requer profundas **mudanças no estilo do governo e no exercício da autoridade** por parte da hierarquia, para permitir e encorajar comunhão, a participação e a co-responsabilidade dos leigos na tomada de decisões pastorais, valorizando o voto dos conselhos pastorais e a presença ativa dos fiéis em Sínodos e Concílios particulares, conforme está previsto por documentos oficiais da Igreja". A *Christifideles laici* encoraja e afirma que "a participação dos fiéis leigos nesses conselhos (pastorais diocesanos) poderia aumentar o recurso à consulta, e o princípio de colaboração - que em determinados casos também é de decisão - e encontrará uma aplicação mais vasta e mais incisiva".

191. É desejável que em sua missão os cristãos leigos, superando eventuais divisões e preconceitos, busquem **valorizar suas diversas formas de organização, em especial os conselhos de Leigos** em todos os níveis. Eles sejam lugar de encontro, serviço, troca de experiências e articulação das iniciativas pastorais, organismos e movimentos, na busca constante de diálogo, comunhão e unidade na diversidade de dons e carismas.

192. Desde 1976, por iniciativa da CNBB, a organização dos leigos é promovida pelo **Conselho Nacional de leigos e leigas católicos do Brasil (CNL)**, que atualmente articula 12 Conselhos Regionais, 80 Conselhos Diocesanos e 30 Movimentos e Pastorais organizados no plano nacional. O CNL se propõe principalmente:

- articular e integrar as organizações e os leigos e leigas católicos entre si, e representá-los junto aos organismos eclesiais e da sociedade civil;
- incentivar, ainda mais, a organização dos leigos e leigas católicos nos diferentes níveis da Igreja no Brasil e, assim, estimular a sua atuação;
- despertar nos leigos católicos a consciência crítica, à luz da evangélica opção pelos pobres, dando ênfase, em seu trabalho, à dignificação da pessoa humana e da família;
- incentivar a participação dos leigos e leigas católicos nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, fortalecendo a consciência da Igreja-Povo de Deus;
- criar e apoiar estruturas de formação e capacitação, que ajudem os leigos e leigas católicos a descobrirem sua identidade e missão com vista à construção de uma sociedade justa e fraterna;
- ser presença nos espaços sociais, políticos e culturais do País;
- ser presença na caminhada ecumênica, incentivando a ligação e comunhão entre leigos e leigas católicos e de outras Igrejas cristãs, bem como estimular o diálogo inter-religioso com as demais tradições.

193. Finalmente, dioceses e paróquias favoreçam a **organização dos leigos** não somente dos que atuam em tarefas intra-eclesiais, mas também dos que se dedicam à transformação da sociedade. Criem espaços onde os leigos, com a necessária autonomia, possam realizar o intercâmbio de reflexão e de experiências e planejar ações comuns".

Nota:30

cf. **Rm 10,17**: "A fé depende, portanto, da pregação, e a pregação é o anúncio da palavra de Cristo".

Nota:31

cf. **Jo 17,3**: "Ora, a vida eterna é esta: que eles conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e aquele que tu enviaste, Jesus Cristo".

Nota:32

Concílio Vaticano II, AG, n. 3: "Este desígnio universal de Deus para a salvação do gênero humano realiza-se não somente dum modo quase secreto na mente humana, ou por esforços, ainda que religiosos, pelos quais os homens de mil maneiras buscam a Deus a ver se conseguem chegar até Ele ou encontrá-lo, embora Ele não esteja longe de cada um de nós (cf. At 17,27); com efeito, estes esforços precisam de ser iluminados e purificados, embora, por benigna determinação da providência de Deus, possam algumas vezes ser considerados como pedagogia ou preparação evangélica para o Deus verdadeiro. Para estabelecer a paz ou a comunhão com Ele e uma sociedade fraterna entre os homens, apesar de pecadores, Deus determinou entrar de modo novo e definitivo na história dos homens, enviando o seu Filho na nossa carne para, por Ele, arrancar os homens ao poder das trevas e de satanás (cf. Cl 1,13; At 10,38) e n'Ele reconciliar o mundo consigo (cf. 2 Cor 5, 19). Constituiu, portanto, herdeiro de todas as coisas Aquele por quem fizera tudo para n'Ele tudo restaurar (cf. Ef 1,10).

Cristo, de fato, foi enviado ao mundo como verdadeiro mediador entre Deus e os homens. Como é Deus, nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade (Cl 2, 9); e sendo o novo Adão pela sua natureza humana, é constituído cabeça da humanidade renovada, cheio de graça e de verdade (Jo 1,14). Assim, o Filho de Deus, pelo caminho duma verdadeira Encarnação, veio para fazer os homens participantes de sua natureza divina e, sendo rico, fez-se por nós necessitado para que nos tornássemos ricos da sua pobreza (2 Cor 8,9). O Filho do Homem não veio para que o servissem, mas para ser ele a servir e para dar até a sua vida em redenção por muitos, isto é, por todos (cf. Mc 10,45). Os santos Padres constantemente proclamam nada ter sido remido que não tivesse sido primeiro assumido por Cristo. Ora ele assumiu por inteiro a natureza humana tal qual ela existe em nós, pobres e miseráveis, rejeitando dela apenas o pecado (cf. Hb 4,15; 9,28). De si mesmo disse Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (cf. Jo 10,36): "O Espírito do Senhor está sobre mim; por isso me ungiu e me enviou anunciar a boa nova aos pobres, a sarar os contritos de coração, a proclamar a libertação dos cativos e a restituir a vista aos cegos" (Lc 4, 18). E outra vez: "Veio o Filho do Homem para buscar a salvar o que estava perdido" (Lc 19,10).

Aquilo que uma vez foi pregado pelo Senhor ou aquilo que n'Ele se operou pela salvação do gênero humano, deve ser proclamado e espelhado até aos confins da terra (At 1,8), começando por Jerusalém (cf. Lc 24, 47), de modo que tudo quanto foi feito uma vez por todas, pela salvação dos homens, alcance o seu efeito em todos, no decurso dos tempos".

Nota:33

cf. **Ordo lectionum missae, n.7**: "A Igreja cresce e se constrói ao escutar a Palavra de Deus, e os prodígios que de muitas formas Deus realizou na história da salvação fazem-se presentes, de novo, nos sinais da celebração litúrgica [...]; Deus, por sua vez, vale-se da comunidade dos fiéis que celebra a liturgia, para que a sua palavra se propague e seja conhecida, e seu nome seja louvado por todas as nações".

Nota:34

cf. **Concílio Vaticano II, SC, n.10**: “Contudo, a Liturgia é o cimo para o qual se dirige a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo batismo, se reúnam em assembléia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no sacrifício e comam a Ceia do Senhor.

A Liturgia, por sua vez, impele os fiéis a fim de que, saciados pelos “mistérios pascais”, vivam “unidos no amor” (Postcommunio da Vigília pascal e do Domingo da Ressurreição), e pede que “sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé” (oração da Missa de terça-feira da oitava da Páscoa); e pela renovação, Na Eucaristia, da aliança do Senhor com os homens, solicita e estimula os fiéis para a imperiosa caridade de Cristo. Da Liturgia, portanto, e particularmente da Eucaristia, como de uma fonte, corre sobre nós a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam como a seu fim todas as outras obras da Igreja”.

Nota:35

João Paulo II, Ecclesia de eucharistia, n. 26: “Se a Eucaristia edifica a Igreja e a Igreja faz a Eucaristia, como antes recordei, conseqüentemente há entre ambas uma conexão estreitíssima, podendo nós aplicar ao mistério eucarístico os atributos que dizemos da Igreja quando professamos, no Símbolo Niceno-Constantinopolitano, que é “uma, santa, católica e apostólica”. Também a Eucaristia é uma e católica; e é santa antes, é o Santíssimo Sacramento. Mas é principalmente sobre sua apostolicidade que agora queremos concentrar nossa atenção”.

Nota:36

cf. **Concílio Vaticano II, SC, n.14**: “É desejo ardente da santa Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação na celebração litúrgica que a própria natureza da Liturgia exige e à qual, por força do batismo, o povo cristão, “raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido” (1 Pd 2,9; cf. 2,4-5), tem direito e obrigação.

Na reforma e incremento da sagrada Liturgia cumpre dar especial atenção a esta plena e ativa participação dos fiéis, porque ela é a primeira e necessária fonte, da qual os fiéis haurem o espírito genuinamente cristão. Esta é a razão que deve levar os pastores de almas a procurarem-na com o máximo empenho, através da devida formação.

Mas, não havendo esperança alguma de que isto aconteça, se antes os pastores de almas se não imbuírem plenamente do espírito e da força da Liturgia e não se fizerem mestres nela, é absolutamente necessário que se resolva em primeiro lugar o problema da formação litúrgica do clero. Diante disso, determinou o sagrado Concílio quando segue”.

Nota:37

cf. **CNBB, Animação da vida litúrgica no Brasil (1989), doc. 43**. Este documento conserva sua validade substancial e, junto com outros subsídios para as celebrações dominicais, oferecidos periodicamente pela CNBB desde dezembro de 1996, pode ajudar grandemente a nossa pastoral litúrgica.: “60. Onde a necessidade da Igreja o aconselhar, podem também os leigos, na falta de ministros, mesmo não sendo leitores ou acólitos, suprir alguns de seus ofícios, a saber, exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, administrar o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, de acordo com as prescrições do direito”.

61. Hoje, para a Liturgia, o leitor é instituído para servir à Palavra, proclamando-a no culto e fazendo-a mais conhecida na Catequese; o acólito, no seu serviço prestado ao altar e à distribuição da Eucaristia, acrescenta a preocupação com a caridade, pois, sem amor ao próximo não tem sentido partilhar o Pão eucarístico.

62. Além dos acólitos e leitores, inúmeros homens e mulheres assumem na celebração serviços espontâneos, que a tornam mais participada. A Equipe de Pastoral Litúrgica, responsável pela animação da vida e ação litúrgicas, deve dar especial atenção a estas Equipes de Celebração, que ajudam o presidente e a assembléia nas celebrações litúrgicas.

63. Assim, a assembléia litúrgica servida por um conjunto de ministros, manifesta e realiza a “Igreja toda ministerial” e a diaconia que é a sua vocação. A presença e participação dos fiéis através de gestos, palavras, aclamações e posturas corporais tornam visíveis esplendidamente a Igreja em ação”.

Nota:38

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 36: “Por isso, desejo insistir na linha do que disse na carta apostólica *Dies Domini*, em que a *participação na eucaristia* seja verdadeiramente, para cada batizado, o *coração do domingo*: um compromisso irrenunciável, abraçado não só para obedecer a um preceito mas como necessidade para uma vida cristã verdadeiramente consciente e coerente. Estamos entrando num milênio que se anuncia caracterizado por uma profunda amálgama de culturas e religiões mesmo nos países de antiga cristianização. Em muitas regiões, os cristãos são - ou vão-se tornando - um “pequeno rebanho” (Lc 12,32). Isso os coloca perante o desafio de testemunhar com mais força, muitas vezes em condições de solidão e hostilidade, os aspectos específicos que os identificam. Um deles é a obrigação de participar todos os domingos na celebração eucarística. Ao congregar semanalmente os cristãos como família de Deus à volta da mesa da Palavra e do Pão de vida, a eucaristia dominical é também o antídoto mais natural contra o isolamento; é o lugar privilegiado, onde a comunhão é constantemente anunciada e fomentada. Precisamente por meio da participação eucarística, o *dia do Senhor* torna-se também o *dia da Igreja*, a qual poderá assim desempenhar de modo eficaz a sua missão de sacramento de unidade”.

cf. **João Paulo II, Ecclesia de eucharistia, n. 41**. Sobre o domingo, a exortação do papa João Paulo II está desenvolvida mais amplamente na Carta apostólica *Dies Domini* (*O Dia do Senhor*, 31 de maio de 1998): “41. Esta eficácia peculiar que tem a Eucaristia para promover a comunhão é um dos motivos da importância da Missa dominical. Já me detive sobre esta e outras razões que a tornam fundamental para a vida da Igreja e dos fiéis, na carta apostólica sobre a santificação do domingo *Dies Domini*, recordando, para além do mais, que participar na Missa é uma obrigação dos fiéis, a não ser que tenham um impedimento grave, pelo que aos Pastores impõe-se o correlativo dever de oferecerem a todos a possibilidade efetiva de cumprirem o preceito. Mais tarde, na carta apostólica *Novo millennio ineunte*, ao traçar o caminho pastoral da Igreja no início do Terceiro Milênio, quis assinar de modo particular a Eucaristia dominical, sublinhando a sua eficácia para criar comunhão: ‘É o lugar privilegiado, onde a comunhão é constantemente anunciada e fomentada. Precisamente através da participação eucarística, o *dia do Senhor* torna-se também o *dia da Igreja*, a qual poderá assim desempenhar de modo eficaz a sua missão de sacramento de unidade”.

Nota:39

cf. **Concílio Vaticano II, LG, n. 11:** “A índole sagrada e orgânica da comunidade sacerdotal exerce-se nos sacramentos e na prática das virtudes. Os fiéis, incorporados na Igreja pelo Batismo, recebem o caráter que os delega para o culto cristão, e, renascidos como filhos de Deus, são obrigados a professar diante dos homens a fé que pela Igreja receberam de Deus. Pelo sacramento da confirmação vinculam-se mais perfeitamente à Igreja e recebem especial vigor do Espírito Santo: ficam assim mais seriamente comprometidos como testemunhas verdadeiras de Cristo a difundir e defender a fé, por palavras e por obras. Participando no sacrifício eucarístico, que é fonte e ponto culminante de toda a vida cristã, oferecem a Deus a Vítima divina, e oferecem-se a si mesmos com ela: e assim, tanto pela oblação como pela sagrada Comunhão, todos realizam a sua parte própria na ação litúrgica, não de maneira igual, mas cada qual a seu modo. E, fortificados com o Corpo de Cristo na sagrada Comunhão, manifestam de forma concreta a unidade do Povo de Deus, convenientemente significada e admiravelmente operada por este sacramento augustíssimo.

Aqueles que se aproximam do sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram e, ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja que feriram pelo pecado, a qual procura levá-los à conversão pela caridade, pelo exemplo e pela oração. Pela santa unção dos enfermos e a oração dos sacerdotes, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor, que sofreu e foi glorificado, para que Ele os alivie e salve (cf. Tg 5,14-16), e exorta-os a unirem-se livremente à paixão e morte de Cristo (cf. Rm 8,17; Cl 1,24; 2 Tm 2,11-12; 1 Pd 4,13), e a contribuírem assim para o bem do Povo de Deus. Por sua vez, os fiéis que chegam a receber as Sagradas Ordens, ficam, em nome de Cristo, destinados a apascentar a Igreja, com a palavra e a graça de Deus.

Finalmente os esposos cristãos, pela virtude do sacramento do matrimônio, que faz que eles sejam símbolos do mistério de unidade e do amor fecundo entre Cristo e a Igreja, e que do mesmo mistério participem (cf. Ef 5,32), ajudam-se mutuamente a conseguir a santidade na vida conjugal e na aceitação e educação dos filhos, e gozam, para isso, no estado e na função que lhes são próprios, de um dom característico dentro do Povo de Deus (cf. 1 Cor 7,7). É realmente desta união que procede a família, em que para a sociedade humana nascem os novos cidadãos, os quais – pela graça do Espírito Santo e para perpetuarem através dos séculos o Povo de Deus – pelo batismo se tornam filhos de Deus. É necessário que nesta, que bem pode chamar-se Igreja doméstica, os pais sejam para os filhos, através da palavra e do exemplo, os primeiros arautos da fé, e fomentem a vocação própria de cada um, com especial cuidado a vocação sagrada.

Dispondo de meios tão numerosos e eficazes, todos os cristãos, qualquer que seja a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor a procurarem, cada um por seu caminho, a perfeição daquela santidade pela qual é perfeito o próprio Pai Celeste”.

Catecismo da Igreja Católica, n. 1113-1116: “Toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno do sacrifício eucarístico e dos sacramentos. Há na Igreja sete sacramentos: o Batismo, a Confirmação ou Crisma, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem, o Matrimônio. No presente artigo trataremos daquilo que é comum, do ponto de vista doutrinário aos sete sacramentos da Igreja. O que lhes é comum sob o aspecto da celebração será exposto no Capítulo II, e o que é próprio de cada um deles será objeto da Seção II.

1114. Fiéis à doutrina das Sagradas Escrituras, às tradições apostólicas (...) e ao sentimento unânime dos Padres”, professamos que “os sacramentos da nova lei foram todos instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo”.

1115. As palavras e as ações de Jesus durante sua vida oculta e durante seu ministério público já eram salvíficas. Antecipavam o poder de seu ministério pascal. Anunciavam e preparavam o que iria dar à Igreja quando tudo fosse realizado. Os mistérios da via de Cristo são os fundamentos daquilo que agora, por meio dos ministros de sua Igreja, Cristo dispensa nos sacramentos, pois “aquilo que era visível em nosso Salvador passou para seus mistérios”

1116. Os sacramentos são “forças que saem” do corpo de Cristo, sempre vivo e vivificante; são ações do Espírito Santo operante no corpo de Cristo, que é a Igreja; são “as obras-primas de Deus” a Nova e eterna Aliança”.

Nota:40

cf. **Rito de Iniciação Cristã dos Adultos.**

Nota:41

João Paulo II, Discurso aos bispos do Regional Nordeste 5, 19/10/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil, Paulinas, São Paulo, 2003, n.6, p. 64: “O novo cenário internacional, devido à globalização, impõe aos Estados importantes decisões quanto à sua capacidade de intervir na vida econômica também na tentativa de corrigir desequilíbrios e injustiças sociais. Já em 1967 meu venerado predecessor Paulo VI chamava a atenção sobre a crescente interdependência dos povos e sobre a impossibilidade de os países viverem isolados; ressaltava-se então que este processo de interdependência poderia ser equacionado por uma globalização solidária, na qual as nações mais fortes garantissem certas vantagens financeiras e comerciais às mais débeis, a fim de ajudar a nivelar, na medida do possível, o marco internacional de referência ou, pelo contrário, poderia servir para acentuar as distorções (cf. *Populorum progressio*, nn. 54-55). Infelizmente, ainda hoje a globalização age muitas vezes a favor do mais forte, fazendo com que as vantagens decorrentes do desenvolvimento tecnológico sejam vinculadas ao quadro normativo internacional.

Vosso país está também condicionado pelo entorno internacional, como os demais Estados, mas possui uma economia suficientemente forte que até hoje, permitiu enfrentar as recorrentes crises financeiras globais. A população, aliás, tem confiança na própria moeda e no funcionamento das instituições. Deve-se agradecer a Deus, portanto, que existem no conjunto da sociedade os elementos básicos para resolver os problemas sociais, à margem dos condicionamentos externos. É possível trabalhar no Brasil por uma sociedade mais justa, e o compromisso nesse trabalho faz parte das exigências derivadas da difusão da mensagem evangélica”.

Nota:42

O apóstolo Paulo lembra que, em certos casos, também nas coisas espirituais, é dever do pregador oferecer leite, e não alimento sólido (cf. 1Cor 3,2).

Nota:43

cf. **1Cor 13:** “Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e dos anjos, se eu não tivesse o amor, seria como sino ruidoso ou como címbalo estridente. Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência; ainda que eu tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tivesse

o amor, eu não seria nada. Ainda que eu distribísse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse o amor, nada disso me adiantaria. O amor é paciente, o amor é prestativo; não é invejoso, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais passará. As profecias desaparecerão, as línguas cessarão, a ciência também desaparecerá. Pois o nosso conhecimento é limitado; limitada é também a nossa profecia. Mas, quando vier a perfeição, desaparecerá o que é limitado. Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Depois que me tornei adulto, deixei o que era próprio de criança. Agora vemos como em espelho e de maneira confusa; mas depois veremos face a face. Agora o meu conhecimento é limitado, mas depois conhecerei como sou conhecido. Agora, portanto, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. A maior delas, porém, é o amor”.

Nota:44

Jo 13,34-35: “Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros. Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos”.

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 42:** “É por isto que todos saberão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35). Se verdadeiramente contemplamos o rosto de Cristo, amados irmãos e irmãs, a nossa programação pastoral não poderá deixar de inspirar-se no “mandamento novo” que ele nos deu: “Assim como eu vos amei, também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34).

É o outro vasto campo, em que se torna necessário um decidido empenho programático da Igreja universal e das Igrejas particulares: *o das comunhão (koinonia)*, que encarna e manifesta a própria essência do ministério da Igreja. A comunhão é o fruto e a expressão daquele amor que, brotando do coração do Pai eterno, se derrama em nós por meio do Espírito que Jesus nos dá (cf. Rm 5,5), para fazer de todos nós “um só coração e uma só alma” (At 4,32). Ao realizar essa comunhão de amor, a Igreja manifesta-se como “sacramento, ou sinal, e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”.

A tal respeito, as palavras do Senhor são tão precisas que não é possível reduzir o seu alcance. A Igreja terá necessidade de muitas coisas para a sua caminhada histórica, também no novo século; mas, se faltar a caridade (*ágape*), tudo será inútil. O apóstolo Paulo no-lo recorda no *hino da caridade*: ainda que falássemos as línguas dos homens e dos anjos e tivéssemos uma fé capaz “de transportar montanhas”, mas faltasse a caridade, de “nada” nos serviria (cf. 1 Cor 13,2). A caridade é verdadeiramente o “coração” da Igreja, como bem intuiui santa Teresa de Lisieux, que eu quis proclamar Doutora da Igreja precisamente como perita da *scientia amoris*: “Compreendi que a Igreja tem um coração, um coração ardente de amor; compreendi que só o amor levava os membros da Igreja a agir [...]; compreendi que o amor encerra em si todas as vocações, que o amor é tudo”.

Nota:45

cf. **At 3,1-9:** “Pedro e João iam subindo ao Templo para a oração das três horas da tarde, quando viram trazer um homem, coxo de nascença. Costumavam colocá-lo todos os dias na porta do Templo chamada Formosa, para pedir esmola aos que entravam no Templo. Quando viu Pedro e João entrando no Templo, o homem pediu uma esmola. Pedro e João olharam bem para o homem. E Pedro disse: “Olhe para nós.” O homem olhou os dois com atenção, esperando receber alguma coisa. Então Pedro disse: “Não tenho ouro nem prata, mas o que tenho eu lhe dou: em nome de Jesus Cristo, o Nazareu, levante-se e comece a andar!” Depois Pedro pegou a mão direita do homem e o ajudou a se levantar. Na mesma hora, os pés e tornozelos do homem ficaram firmes. Então ele deu um pulo, ficou de pé e começou a andar. E entrou no Templo junto com Pedro e João, andando, pulando e louvando a Deus.

O povo todo viu o homem andando e louvando a Deus”.

At 6,1-6: “Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos, e disseram: “Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra.” A proposta agradou a toda a assembléia. Então escolheram Estevão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; e também Filipe, Prócoro, Nicanor, Timon, Pármenas, e Nicolau de Antioquia, um pagão que seguia a religião dos judeus. Todos estes foram apresentados aos apóstolos, que oraram e impuseram as mãos sobre eles”.

At 9,36-42: “Em Jope havia uma discípula chamada Tabita, nome que quer dizer Gazela. Ela praticava muitas obras boas e dava grandes esmolas. Nesses dias, ela ficou doente e morreu. Então lavaram seu corpo e o colocaram no piso superior da casa. Como Lida ficava perto de Jope, os discípulos, ouvindo dizer que Pedro estava lá, mandaram dois homens com um recado: “Venha sem demora até nós!” Pedro partiu imediatamente com eles. Logo que chegou, os presentes o levaram ao piso superior, onde as viúvas foram ao seu encontro. Chorando, todas mostravam a Pedro as túnicas e mantos que Tabita havia feito quando vivia com elas. Pedro mandou que todas saíssem; em seguida se pôs de joelhos e rezou. Depois, voltou-se para o corpo e disse: “Tabita, levante-se!” Ela então abriu os olhos, viu Pedro e sentou-se. Pedro lhe deu a mão e ajudou para ela se levantar. Depois chamou os fiéis e as viúvas, e apresentou-lhes Tabita viva. O fato ficou conhecido em toda a cidade de Jope, e muitos acreditaram no Senhor”.

At 20,33-35: “Ademais, não cobicei prata, nem ouro, nem vestes de ninguém. Vocês mesmos sabem que estas minhas mãos providenciaram o que era necessário para mim e para os que estavam comigo. Em tudo mostrei a vocês que é trabalhando assim que devemos ajudar os fracos, recordando as palavras do próprio Senhor Jesus, que disse: ‘Há mais felicidade em dar do que em receber’”. etc.;

cf. **Novo millennio ineunte, nn. 49-53:** “49. Partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando *no compromisso de um amor ativo e concreto a cada ser humano*. Esse âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral. É de esperar que o século e o milênio que estão começando hão de ver a dedicação a que pode levar a caridade para com os mais pobres. Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber

vê-lo sobretudo no rosto daqueles com quem ele mesmo se quis identificar: “Por que tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber; era peregrino e me recolhastes; estava nu e me destes de vestir, adocei e me visitastes; estive na prisão e fostes ter comigo” (Mt 25,35-36). Esta página não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo. Nesta página, não menos do que o faz com a vertente da ortodoxia, a Igreja mede a sua fidelidade de Esposa de Cristo.

É certo que ninguém pode ser excluído do nosso amor, uma vez que, “pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem”, mas, segundo as palavras inequívocas do Evangelho que acabamos de referir, há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles. Por meio dessa opção, testemunha-se o estilo do amor de Deus, a sua providência, a sua misericórdia, e de algum modo continua-se a semear na história aqueles germens do Reino de Deus que foram visíveis na vida terrena de Jesus, ao acolher a quantos recorriam a ele para todas as necessidades espirituais e materiais.

50. No nosso tempo, de fato, são muitas as necessidades que interpelam a sensibilidade cristã. O nosso mundo começa o novo milênio, carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana. Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar?

E o cenário da pobreza poderá ampliar-se indefinidamente, se às antigas pobreza acrescentarmos as novas que freqüentemente atingem mesmo os ambientes e categorias dotadas de recursos econômicos, mas sujeitos ao desespero da falta de sentido, à tentação da droga, à solidão na velhice ou na doença, à marginalização ou à discriminação social. O cristão, que se debruça sobre esse cenário, deve aprender a fazer o seu ato de fé em Cristo, decifrando o apelo que ele lança a partir desse mundo da pobreza. Trata-se de dar continuidade a uma tradição de caridade, que já teve inumeráveis manifestações nos dois milênios passados, mas que hoje requer, talvez, ainda maior capacidade inventiva. É hora de uma nova “fantasia da caridade”, que se manifeste não só nem sobretudo na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna.

Por isso, devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como “em sua casa”. Não seria esse estilo a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino? Sem essa forma de evangelização, realizada pela caridade e pelo testemunho da pobreza cristã, o anúncio do Evangelho - e esse anúncio é a primeira caridade - corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta. A caridade das *obras* garante uma força inequívoca à caridade das *palavras*.

51. E como ficar indiferentes diante das perspectivas de um *desequilíbrio ecológico*, que torna inabitáveis e hostis ao homem vastas áreas do planeta? Ou diante dos *problemas da paz*, freqüentemente ameaçada com o íncubo de guerras catastróficas? Ou perante o *vilipêndio dos direitos humanos fundamentais* de tantas pessoas, especialmente das crianças? Muitas são as urgências a que o espírito cristão não pode ficar insensível.

Um especial empenho deve colocar-se em alguns aspectos da radicalidade evangélica que freqüentemente são menos compreendidos, chegando a tornar-se impopular a intervenção da Igreja, mas isso não pode fazer com que estejam menos presentes na agenda eclesial da caridade. Refiro-me à obrigação de se empenhar pelo *respeito da vida de cada ser humano*, desde a concepção até o seu ocaso natural. De igual modo, o serviço ao homem obriga-nos a gritar, oportuna e inoportunamente, que todos os que lançam mão das *novas potencialidades da ciência*, principalmente no âmbito das biotecnologias, não podem jamais descuidar as exigências fundamentais da ética, fazendo apelo a uma discutível solidariedade que acaba por discriminar vidas entre si, com desprezo pela dignidade própria de cada ser humano.

Para a eficácia do testemunho cristão, especialmente nesses âmbitos delicados e controversos, é importante fazer um grande esforço para explicar adequadamente os motivos da posição da Igreja, sublinhando sobretudo que não se trata de impor aos não-crentes uma perspectiva de fé, mas de interpretar e defender valores radicados na própria natureza do ser humano. A caridade tomará então necessariamente a forma de serviço à cultura, à política, à economia, à família, para que em toda parte sejam respeitados os princípios fundamentais de que depende o destino do ser humano e o futuro da civilização.

52. Tudo isso há de ser naturalmente realizado com um estilo especificamente cristão: compete sobretudo *aos leigos*, no cumprimento da vocação que lhes é própria, fazerem-se presentes nessas tarefas sem nunca ceder à tentação de reduzir as comunidades cristãs a agências sociais. De modo particular, o relacionamento com a sociedade civil deverá verificar-se no respeito da sua autonomia e competência, segundo os ensinamentos propostos pela *doutrina social da Igreja*.

É conhecido o esforço que o Magistério eclesial tem realizado, sobretudo no século XX, para ler a realidade social à luz do Evangelho e oferecer de forma cada vez mais concreta e orgânica o seu contributo para a solução da questão social, hoje alargada à escala planetária.

Essa vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão: há que rejeitar a tentação de uma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação e, em última análise, com a própria tensão escatológica do cristianismo. Se essa tensão nos torna conscientes do caráter relativo da história, não faz para nos desinteressarmos do dever de a construir. A tal respeito, continua sempre atual o ensinamento do Concílio Vaticano II: “A mensagem cristã não afasta os homens da tarefa de construir o mundo, nem os leva a desatender o bem dos seus semelhantes, mas, antes, os obriga ainda mais a realizar essas atividades”.

53. Para dar um sinal dessa dimensão da caridade e da promoção humana, que se funda nas exigências íntimas do Evangelho, quis que o ano jubilar, entre os numerosos frutos de caridade que já produziu durante a sua realização - penso de modo particular na ajuda prestada a muitos irmãos mais pobres que lhes permitiu tomar parte no Jubileu - deixasse também *uma obra* que de algum modo constituísse *o fruto e o selo da caridade jubilar*. Muitos peregrinos deram, de diversos modos, a sua esmola e, com eles, também muitos protagonistas da atividade econômica ofereceram apoios generosos, que serviram para garantir uma adequada

realização da ocorrência jubilar. Uma vez pagas as despesas que foi preciso fazer durante o ano, o saldo que houver deverá ser destinado para fins de caridade. É realmente importante que, de um acontecimento religioso tão significativo, seja afastado qualquer indício de especulação econômica. O que sobrar há de servir para se repetir, nesta circunstância também, a experiência já muitas vezes vivida ao longo da história, a começar dos primórdios da Igreja, quando a comunidade de Jerusalém deu o testemunho - que tanto impressionou os não-cristãos - de uma espontânea permuta de dons, até a posse comum dos bens, em favor dos mais pobres (cf. At 2,44-45).

A obra a realizar será apenas um pequeno rio que irá confluir no grande caudal da caridade cristã que atravessa a história. Um rio pequeno, mas significativo! O Jubileu fez com que o mundo olhasse para Roma, a Igreja "que preside à caridade", e deixasse nas mãos de Pedro a sua esmola. Essa caridade que se manifestara no centro da catolicidade derrama-se agora, de algum modo, sobre o mundo por meio deste sinal que se pretende seja fruto e recordação viva da comunhão experimentada por ocasião do Jubileu".

Nota:46

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 49:** "Partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando *no compromisso de um amor ativo e concreto a cada ser humano*. Esse âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral. É de esperar que o século e o milênio que estão começando não de ver a dedicação a que pode levar a caridade para com os mais pobres. Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo sobretudo no rosto daqueles com quem ele mesmo se quis identificar: "Por que tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber; era peregrino e me recolhastes; estava nu e me destes de vestir, adocei e me visitastes; estive na prisão e fostes ter comigo" (Mt 25,35-36). Esta página não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo. Nesta página, não menos do que o faz com a vertente da ortodoxia, a Igreja mede a sua fidelidade de Esposa de Cristo.

É certo que ninguém pode ser excluído do nosso amor, uma vez que, "pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem", mas, segundo as palavras inequívocas do Evangelho que acabamos de referir, há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles. Por meio dessa opção, testemunha-se o estilo do amor de Deus, a sua providência, a sua misericórdia, e de algum modo continua-se a semear na história aqueles germens do Reino de Deus que foram visíveis na vida terrena de Jesus, ao acolher a quantos recorriam a ele para todas as necessidades espirituais e materiais".

Nota:47

Desse escândalo, também os cristãos são co-responsáveis: cf. **João Paulo II, Tertio millennio adveniente, n. 36:** "Numerosos Cardeais e Bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a *Igreja de hoje*. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se *sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo*. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a *indiferença religiosa*, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, "pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social"?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa *um momento de incerteza* que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria *retidão teológica da fé*. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de *discernimento*, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos *em formas graves de injustiça e marginalização social*? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja. O exame de consciência não pode deixar de incluir também a *recepção do Concílio*, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a *Dei Verbum*? É vivida a liturgia como «fonte e cume» da vida eclesial, segundo o ensinamento da *Sacrosanctum Concilium*? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da *Lumen gentium*, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair par a um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares - oferecidas na *Gaudium et spes* e em outros documentos - de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho".

Nota:48

Dizia o bem-aventurado Frederico Ozanam, fundador da Sociedade São Vicente de Paulo: "Há duas espécies de assistência, das quais uma humilha os assistidos e a outra os honra [...]. A assistência humilha quando nela não há nada de recíproco [...] quando os colocais na necessidade, dolorosa para um bom coração, de receber sem poder dar por sua vez [...]. E a assistência honra quando acrescenta, ao pão que alimenta, a visita que consola, o conselho que esclarece, o aperto de mãos que levanta o ânimo abatido, quando trata o pobre com respeito, não só como igual, mas como superior, visto que suporta o que nós talvez não aguentaríamos, e visto que está entre nós como um enviado de Deus, para provar nossa justiça e nossa caridade, e salvar-nos por nossas obras" (cf. *L'ère nouvelle*, out./dez. 1848, vol. 7, pp. 292ss.). E o Pe. Ibiapina afirmava: "[...] O

programa da caridade é morrer com os pobres sequiosos e famintos, e não vê-los morrer de sede e fome. É essa a lei fundamental da caridade" (cf. *Crônicas*, 164).

Nota:49

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 51: "E como ficar indiferentes diante das perspectivas de um *desequilíbrio ecológico*, que torna inabitáveis e hostis ao homem vastas áreas do planeta? Ou diante dos *problemas da paz*, freqüentemente ameaçada com o incubo de guerras catastróficas? Ou perante o *villpêndio dos direitos humanos fundamentais* de tantas pessoas, especialmente das crianças? Muitas são as urgências a que o espírito cristão não pode ficar insensível.

Um especial empenho deve colocar-se em alguns aspectos da radicalidade evangélica que freqüentemente são menos compreendidos, chegando a tornar-se impopular a intervenção da Igreja, mas isso não pode fazer com que estejam menos presentes na agenda eclesial da caridade. Refiro-me à obrigação de se empenhar pelo *respeito da vida de cada ser humano*, desde a concepção até o seu ocaso natural. De igual modo, o serviço ao homem obriga-nos a gritar, oportuna e inoportunamente, que todos os que lançam mão das *novas potencialidades da ciência*, principalmente no âmbito das biotecnologias, não podem jamais descurar as exigências fundamentais da ética, fazendo apelo a uma discutível solidariedade que acaba por discriminar vidas entre si, com desprezo pela dignidade própria de cada ser humano.

Para a eficácia do testemunho cristão, especialmente nesses âmbitos delicados e controversos, é importante fazer um grande esforço para explicar adequadamente os motivos da posição da Igreja, sublinhando sobretudo que não se trata de impor aos não-crentes uma perspectiva de fé, mas de interpretar e defender valores radicados na própria natureza do ser humano. A caridade tomará então necessariamente a forma de serviço à cultura, à política, à economia, à família, para que em toda parte sejam respeitados os princípios fundamentais de que depende o destino do ser humano e o futuro da civilização".

Nota:50

Graças também à queda do preço dos meios de comunicação e da elaboração "eletrônica" das informações.

Nota:51

cf. **João Paulo II, Discurso aos bispos dos Regionais Sul 3 e Sul 4 (26/11/2002)**, n.6: "O novo cenário internacional, devido à globalização, impõe aos Estados importantes decisões quanto à sua capacidade de intervir na vida econômica também na tentativa de corrigir desequilíbrios e injustiças sociais. Já em 1967 meu venerado predecessor Paulo VI chamava a atenção sobre a crescente interdependência dos povos e sobre a impossibilidade de os países viverem isolados; ressaltava-se então que este processo de interdependência poderia ser equacionado por uma globalização solidária, na qual as nações mais fortes garantissem certas vantagens financeiras e comerciais às mais débeis, a fim de ajudar a nivelar, na medida do possível, o marco internacional de referência ou, pelo contrário, poderia servir para acentuar as distorções (cf. *Populorum progressio*, nn. 54-55). Infelizmente, ainda hoje a globalização age muitas vezes a favor do mais forte, fazendo com que as vantagens decorrentes do desenvolvimento tecnológico sejam vinculadas ao quadro normativo internacional.

Vosso país está também condicionado pelo entorno internacional, como os demais Estados, mas possui uma economia suficientemente forte que até hoje, permitiu enfrentar as recorrentes crises financeiras globais. A população, aliás, tem confiança na própria moeda e no funcionamento das instituições. Deve-se agradecer a Deus, portanto, que existem no conjunto da sociedade os elementos básicos para resolver os problemas sociais, à margem dos condicionamentos externos. É possível trabalhar no Brasil por uma sociedade mais justa, e o compromisso nesse trabalho faz parte das exigências derivadas da difusão da mensagem evangélica".

Nota:52

cf. a avaliação ética da globalização pelo papa **João Paulo II na Exortação Ecclesia in America, n. 20:** "A tendência à globalização é característica do mundo contemporâneo; fenômeno esse que, mesmo não sendo exclusivamente americano, é mais perceptível e tem maiores repercussões na América. Trata-se de um processo que fica a dever à maior comunicação existente entre as diversas partes do mundo, na prática levando à superação das distâncias, com evidentes efeitos nos mais distintos campos.

As repercussões do ponto de vista ético podem ser positivas ou negativas. Existe, certamente, uma globalização econômica que traz em si algumas consequências positivas, tais como o fenômeno da eficiência e o aumento da produção e que, com o crescimento das relações entre os diversos países no âmbito econômico, pode reforçar o processo da unidade dos povos e presta um melhor serviço à família humana. Porém, se a globalização é dirigida pelas puras leis do mercado aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as consequências só podem ser negativas. Tais são, por exemplo, a atribuição de um valor absoluto à economia, o desemprego, a diminuição e o deterioramento de alguns serviços públicos, a destruição do ambiente e da natureza, o aumento das diferenças entre ricos e pobres, a concorrência injusta que põe as nações pobres numa situação de inferioridade sempre mais acentuada. A Igreja, mesmo estimando os valores positivos que comporta a globalização, vê com preocupação os aspectos negativos por ela veiculados.

E que dizer, então, da globalização cultural produzida por pressão dos meios de comunicação social? Estes impõem em toda parte novas escalas de valores, com freqüência arbitrários e fundamentalmente materialistas, diante dos quais é difícil manter viva a adesão aos valores do Evangelho".

Nota:53

No Brasil, o Censo de 2000 classificou como urbana 81,25% da população. A população urbana brasileira cresceu cerca de dez vezes entre 1950 e 2000, enquanto a população rural permaneceu estagnada, até diminuir nos últimos anos. No mundo, as previsões da ONU apontam para uma concentração de 50% da população nas grandes cidades até 2025 e de 75% até 2050.

Nota:54

Estas tendências são documentadas pela pesquisa do CERIS em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo), realizada em 1999 e publicada em março de 2002: Ceris. *Desafios do catolicismo na cidade*. São Paulo, Paulus, 290 p.

Nota:55

cf. **Pontifício Conselho da Cultura – Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso**. *Jesus Cristo portador da água viva*. Uma reflexão cristã sobre a Nova Era, São Paulo, Paulinas, 2003.

Nota:56

Em números absolutos, os católicos aumentam de 122,3 milhões (1991) para 125,5 milhões (2000).

Nota:57

Em números absolutos, os evangélicos aumentam de cerca de 13 milhões (1991) para 26,4 milhões (2000).

Nota:58

As porcentagens indicadas acima valem para o total da população brasileira. Há, porém, *notáveis diferenças por Estado*. A porcentagem dos católicos é mais alta no Nordeste (Piauí, 91,3%; Ceará, 84,9%; Paraíba, 84,2%; Maranhão, 83%) ou em Minas Gerais (78,8%) e mais baixa no estado do Rio de Janeiro (57,2%), Rondônia (57,5%) e Espírito Santo (60,9%). As porcentagens dos evangélicos são mais altas em Rondônia (27,7%), Espírito Santo (27,5%), Roraima (23,6%), Rio de Janeiro (21%), Goiás (20,8%), Acre (20,4%). As porcentagens de "sem religião" são mais altas no Rio de Janeiro (15,5%), Pernambuco (10,9%), Bahia (10,2%), Espírito Santo (9,7%), Mato Grosso do Sul (8,5%), Goiás (7,9%). Para uma visão mais detalhada da situação, veja C. R. Jacob, D. R. Hees et alii, *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, Editora PUC-Rio/Loyola-CNBB, 2003, 240 p.

Nota:59

cf. **Ceris**, *Desafios do catolicismo na cidade*, op. cit., 5.

Nota:60

Em 1970, havia um padre para 7.100 habitantes; em 1990, um padre para 10.100 habitantes. Desde então a proporção padres/habitantes se mantém estável.

Nota:61

Esta perspectiva foi adotada na análise da realidade e nas orientações práticas do doc. 45 da **CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994**; cf. especialmente os capítulos III e IV: "105. O Concílio Vaticano II apontou a principal característica do mundo atual: "O gênero humano encontra-se, hoje, em fase nova de sua história, na qual *mudanças profundas e rápidas* estendem-se progressivamente ao universo inteiro".

106. O processo de *modernização* encontra-se na raiz dessas transformações, que atingem todas as dimensões da vida humana. É um processo complexo que se manifesta mais claramente nas transformações técnicas, econômicas e políticas, trazendo consigo uma nova visão do homem e da sociedade.

107. Como o Concílio observa, este processo tende a difundir-se rapidamente por todo o mundo. Uma das características da modernidade é a "*planetarização*", através da crescente internacionalização da economia, da técnica e dos meios de comunicação da massa.

108. Um dos fatores que desencadearam a modernidade foram as descobertas científicas, com suas aplicações técnicas, dando ao homem uma *capacidade de transformar a natureza*, multiplicando a produção de bens. A economia assumiu, na prática, uma influência determinante na nova sociedade. Os meios de produção foram adquirindo tanta importância, que o próprio pensamento passou a ser reduzido à "razão funcional" ou "instrumental", enquanto se perdia o sentido da ética ou dos valores morais.

109. Os sistemas implantados procuraram o domínio desses meios: o capitalismo, privilegiando o poder econômico, o "socialismo real", privilegiando o poder político como instrumento de dominação.

110. Esta obsessão de dominação leva à perda do sentido de convivência e de liberdade, bem como à ameaça de desequilíbrio ou mesmo da destruição predatória da natureza. A consciência ecológica levanta hoje, dramaticamente, a questão dos limites do crescimento econômico e da própria sobrevivência da humanidade.

111. É nas grandes transformações econômicas que mais aparecem os frutos do progresso tecnológico, e ao mesmo tempo suas contradições e limites. É preciso reconhecer que essas transformações econômicas vieram agravar a questão social, que adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e de povos inteiros desprovidos do mínimo necessário, difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual que nunca.

112. Diante dos desastres ecológicos e do crescente empobrecimento de muitos povos, a modernidade começa a *reconhecer seus limites* e a questionar sua concepção da razão e do progresso. Em nossa análise pastoral, convém ter presente este fato. Fica, assim, facilitado o caminho para perceber as oportunidades de evangelização que o mundo de hoje oferece. Isto não dispensa o discernimento crítico para apontar deficiências e indicar caminhos de superação. Nosso olhar sobre a modernidade quer perceber valores, identificar limites e discernir as atitudes pastorais mais adequadas. Ele se voltará especialmente para o Brasil, sem ignorar, contudo, o contexto internacional que o condiciona.

113. O *fenômeno da modernidade*, porém, é extremamente *complexo e diversificado*. Não é aqui o lugar de uma análise exaustiva. Aliás, é importante frisar, desde já, que o fenômeno da modernidade deve ser estudado e acompanhado permanentemente, se quisermos manter atualizada a nossa ação pastoral. Aqui selecionamos e salientamos três aspectos, particularmente significativos, que questionam a nossa consciência de cristãos e oferecem desafios inéditos para a evangelização.

114. O *processo de modernização*, iniciado há séculos, atingiu gradativamente as várias áreas da sociedade (ciência, técnica, economia, religião...) e transformou a própria concepção de vida das pessoas, primeiro entre as elites, depois em todos os níveis.

115. O *desejo de autonomia* do homem moderno, formulado de início filosoficamente, como afirmação do sujeito livre, dono de si mesmo, senhor da natureza, construtor do seu mundo, manifesta-se hoje - em larga escala - através da emergência não apenas da reivindicação sempre mais consciente e difusa de direitos individuais e de participação, mas também em *múltiplas formas de expressão e de defesa da subjetividade*. Pode-se citar como exemplo:

116. A recusa de sacrificar a felicidade pessoal a ideais coletivos que se tornaram incertos (daí a chamada "crise do militantismo"); a busca de realização no plano afetivo, com uma conseqüente valorização (às vezes excessiva e frustrante) da vida sexual, com rejeição dos padrões de comportamento até há pouco socialmente aceitos; a busca de liberação de papéis impostos pela sociedade tradicional, em favor de maior liberdade de escolha subjetiva; a reivindicação de uma efetiva igualdade de direitos para todas as pessoas, o que aparece mais vivamente nas reivindicações das mulheres, dos jovens e das minorias culturais; a procura de uma espiritualidade mais pessoal, menos padronizada por esquemas exteriores e menos diluída nas práticas coletivas e comunitárias.

117. Um outro fenômeno que revela a tendência ao individualismo nos países ricos é a diminuição do tamanho da família e o aumento do número das pessoas adultas, homens ou mulheres, que vivem sozinhas. Esta mesma realidade começa a se manifestar também no Brasil, particularmente nas camadas mais abastadas.

118. A modernidade pode proporcionar um *desenvolvimento mais autêntico da pessoa*, para assumir de maneira mais livre a configuração de sua vida. Homem e mulher modernos sentem-se protagonistas de sua realização pessoal, rica de possibilidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional lhes impunha. Ai podemos encontrar um dos pilares da tradição cristã, que afirma o valor da pessoa humana, de sua liberdade e de sua realização integral.

119. Mas existe também a possibilidade de interpretar ideologicamente a autonomia humana de forma radical, em oposição a qualquer reconhecimento da transcendência, podendo resvalar na *auto-suficiência* e no *ateísmo*. A autonomia do homem é saudável, faz parte do dom que recebeu de Deus em sua natureza humana. O que está errado é transformar esta autonomia em auto-suficiência. Errada é a autonomia que exclui o "outro" na pessoa do próximo, e exclui o "Outro", na recusa de Deus.

120. Nesse sentido não se deve confundir o *individualismo com o egoísmo*. Como fato cultural que caracteriza a sociedade moderna, o individualismo contém valores positivos (por exemplo, incentiva a responsabilidade pessoal), embora esteja sempre ameaçado pelo risco do fechamento sobre si mesmo. O *egoísmo*, entendido como atitude moral negativa, rompe os laços de solidariedade com o próximo.

121. A efetivação dos ideais modernos de liberdade e de realização individual está condicionada pela situação real (cultural, religiosa, política, econômica). No Brasil, a grande maioria da população tem possibilidades muito escassas até quanto às necessidades básicas para sua sobrevivência: alimentação, educação, saúde...

122. Mesmo assim, as pessoas não perdem a *esperança de um futuro melhor*, para si ou para os filhos. Essa esperança pode ser nutrida de ilusões, alimentadas pelos meios de comunicação social. Pode traduzir-se em ativa solidariedade e luta em defesa dos próprios direitos. Pode expressar-se na participação em movimentos sociais, políticos e religiosos. De qualquer forma, tende a crescer a consciência da dignidade de toda pessoa humana e a reivindicação de direitos fundamentais.

123. Entre as classes médio-superiores e entre os ricos, difunde-se a *tendência ao consumismo* e à imitação dos padrões de vida os países "avançados". Chega-se, às vezes, ao desperdício e à ostentação, mais escandalosos ainda em face do crescente empobrecimento do povo. O consumismo constitui uma forma de alienação da pessoa, como mostra perspicazmente a "Centésimo Anus".

124. Assim, o sonho moderno de uma plena realização da pessoa e de sua liberdade pode tragicamente transformar-se em *novas formas de escravidão*: a dos pobres, que lutam pela sobrevivência e não têm o necessário; a dos ricos, que acabam tornando-se dependentes de uma corrida incessante para ter mais, e frustram sua realização humana no consumismo e no materialismo.

125. Analisando a solidariedade moderna sob outro ponto de vista, constata-se que ela difere notavelmente da *sociedade tradicional*, onde predominava a comunidade rural, relativamente auto-suficiente. Nela, as atividades econômicas, políticas, religiosas e de lazer eram realizadas juntamente, num espaço restrito, familiar. A vida das pessoas era determinada pela tradição, apoiada e controlada pela comunidade. A própria estruturação do tempo e do espaço fazia convergir a vida comunitária para um centro e para "tempos fortes" onde a comunidade se reunia e se reconhecia, constituindo-se tanto como comunidade humana (ou civil) quanto como comunidade cristã. Isto gerava uma identificação, de fato, entre comunidade humana (civil) e comunidade eclesial.

126. Na *sociedade moderna*, urbana, a atividade humana tende a se dividir em áreas autônomas: economia, política, ciência, lazer, religião...A pessoa não está mais ligada a uma "comunidade" (no sentido tradicional), mas desenvolve sua vida em diversos ambientes, multiplicando seus relacionamentos. Nesse espaço complexo e diversificado, abre-se a possibilidade tanto para o individualismo (o indivíduo vive suas relações tendo como centro a si mesmo), quanto para a adesão a um novo tipo de comunidade (religiosa ou não) que dá apoio ao indivíduo e, às vezes, o controla e absorve quase completamente. Não é mais a sociedade que lhe impõe uma única visão do mundo. O indivíduo tem que construir sua identidade, fazendo escolhas, valorizando traços de sua experiência, ligando-se a grupos ou comunidades caracterizados por uma visão do mundo, uma tradição, uma cultura.

127. A *escolha do individualismo é mais freqüente entre as classes médias e superiores*, porque nelas o indivíduo tem recursos para escolher como quer. Nas classes populares, as possibilidades de escolha são menores as opções são impostas pela família ou pelo meio social, e o indivíduo necessita muito mais da solidariedade de um grupo ou de uma comunidade. De qualquer forma, os indivíduos não se acham mais - na sociedade moderna - diante de uma única "cultura" (conjunto de padrões de comportamento, valores, concepções de vida), mas diante de um fato novo: o *pluralismo*.

128. Ainda antes de compreender suas causas, o homem moderno constata que vive num mundo pluralista, onde coexistem lado a lado (tolerando-se mutuamente ou, às vezes, em conflito aberto) grupos humanos que possuem culturas, religiões, valores morais diferentes.

129. A sociedade tradicional tendia a reduzir ou submeter todos a uma única cultura, religião, visão do mundo. A sociedade moderna, promovendo o individualismo, incentivando a opção pessoal, defendendo em princípio a liberdade de pensamento e de religião, aos poucos, gerou um *mundo diferenciado e pluriforme*.

130. Embora as tradições culturais e étnicas continuem fortes, o indivíduo hoje pode se subtrair a elas e "converter-se" a outra visão do mundo, religião ou cultura, abandonando a de sua família ou de seu grupo de origem. Pode até criar sua visão do mundo pessoal, selecionando elementos de procedência diferente, operando um "sincretismo" cultural segundo seu próprio gosto.

131. O fenômeno é evidente também no *plano religioso*, onde encontramos, na sociedade moderna, um amplo leque de posições, desde o indiferentismo, o agnosticismo e o ateísmo, até a adesão fanática a movimentos fundamentalistas ou sectários. A maioria, geralmente permanece ligada às grandes religiões tradicionais, seja por simples adesão formal ou ocasional, seja pela participação plena e ativa. Outros preferem grupos novos, fervorosos, exigentes, às vezes, exotéricos.

132. A situação do pluralismo cultural tornou-se mais complexa e contraditória pela presença de uma "*indústria cultural*". Ela se serve principalmente dos meios de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio, TV, discos etc.) e seleciona seus produtos basicamente segundo um critério de rentabilidade. Esta cultura de massa entra

em conflito, não apenas com a cultura intelectual ou erudita, mas também com a cultura do povo. Este se vê agredido ou seduzido por produtos muitas vezes alheios e alienados, aos quais nem sempre consegue opor uma resistência consciente e crítica.

133. Resultado desses fatos é também uma situação de *pluralismo ético*. A sociedade moderna considera os valores morais uma questão de escolha pessoal. O resultado é uma fragmentação que torna problemática também a atuação das instituições. O Estado não encontra valores comuns sobre os quais fundar sua ação. Tende a gerir tecnicamente a administração pública, protegendo ou conciliando os interesses de grupos. Reforça-se assim o *corporativismo*, de um lado e o *clientelismo*, do outro. A escola e a educação encontram uma tarefa muito mais difícil que na sociedade tradicional. Seus esforços são, muitas vezes, solapados pela influência poderosa dos meios de comunicação social, a desorientação das famílias, a pluralidade de valores e modelos que a sociedade oferece.

134. A *tarefa educativa* torna-se, ao mesmo tempo, mais difícil, e mais necessária, para ajudar a criança e o jovem a adquirir uma personalidade coerente, madura, capaz de opções firmes e de discernimento crítico dos valores. O mesmo vale para missão da *família*.

135. No caso brasileiro, o pluralismo cultural possui raízes étnicas que não se encontram em outras sociedades modernas mais homogêneas. No momento atual é evidente a reivindicação do direito à existência das culturas indígenas, longamente reprimidas quando não eliminadas, e das culturas negras ou afro-brasileiras, que reivindicam liberdade de expressão e reconhecimento de sua dignidade.

136. O Brasil está marcado também por uma *rápida transição da cultura rural para a cultura urbana*. A população urbana, que não atingia 35% do total em 1950 está hoje próxima dos 75%. Além desse fenômeno global de *migração* do campo para a cidade, envolvendo boa parte da população brasileira, há um *fluxo migratório constante* e parcelas significativas da população trabalhadora (bóias-frias, garimpeiros etc.), que vivem em permanente instabilidade e, muitas vezes, em condições subumanas. Esses fenômenos contribuem para a desagregação da família e da cultura tradicional, sem introduzir condições de vida modernas ou mesmo, simplesmente, suportáveis.

137. Outros fenômenos de pluralismo cultural estão ligados à emergência de grupos que reivindicam liberdade de expressão e pleno reconhecimento de seus direitos em face de uma tradição patriarcal, que desconhecia - por exemplo - a igualdade de direitos de jovens e mulheres.

138. No plano religioso, que nos questiona mais diretamente, é possível fazer uma análise um pouco mais aprofundada, corroborada por dados estatísticos.

Antes de tudo, permanece no povo brasileiro uma *religiosidade de fundo*, que expressa de muitas maneiras. Quase todos os brasileiros acreditam em Deus (mesmo nas grandes cidades, os que declaram "não acreditar em nada" não passam de 1% a 1,5% dos adultos). A Igreja continua confiável para a grande maioria da população e por ela prestigiada (78%, segundo recente pesquisa do IBOP), muito acima das outras instituições (MCS, políticos etc.).

139. A *porcentagem dos que se declaram católicos*, porém, *continua diminuindo* lentamente, como vem acontecendo há mais de um século, na medida em que se difunde o pluralismo religioso. Segundo os censos, os católicos eram 98,9% em 1890; 95% em 1940; 91,8% em 1970, 89,1% em 1980. Estimativas recentes fazem pensar que o número atual dos católicos se aproxime de 85% da população.

140. Ao mesmo tempo, *creceu o número dos seguidores de outras religiões*. Os evangélicos (protestantes tradicionais e pentecostais) subiram de 1% em 1890 para 2,6% em 1940; 5,2% em 1970; 6,6% em 1980. Hoje, podem ser estimados em cerca de 8% da população.

141. As pesquisas mais recentes, por amostragem ou por observação direta, revelam novos *fenômenos qualitativos*, debaixo dos números citados. Estas pesquisas dizem respeito à população adulta das cidades médias e grandes (outro discurso deveria ser feito a respeito do interior rural ou das pequenas cidades).

142. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, coerente com a tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal*, a uma religião "invisível", que abandona totalmente ou quase as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8% a 9% das pessoas (sobretudo homens abaixo dos 50 anos) declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que têm uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

143. Entre os que aderem a outras igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Estas mesmas pessoas, porém, *frequêntam não raro, mais de uma religião, ou trocam de igreja com relativa facilidade*, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência nas implicações espíritas dessa doutrina).

144. Na origem da situação atual, existe não apenas o impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, as contínuas migrações, atividade missionária de igrejas e seitas etc. Existe também, e principalmente, a *história do catolicismo brasileiro*, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isto trouxe como conseqüência a falta de uma iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial.

145. Compreende-se, assim, como muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que estes católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

146. Um outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da renovação conciliar com aceleração do processo de modernização de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova situação da Igreja.

147. A renovação pastoral recente melhorado notavelmente a prática religiosa e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos (desde a Ação Católica até os mais recentes). Mas a maioria dos católicos é ainda pouco atingida pela ação do clero, que continua escasso (menos de um padre para 10.000 habitantes) e pelo apostolado leigo, ainda pouco desenvolvido institucionalmente.

148. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, tem gerado também fenômenos religiosos de apego ao passado e de busca de segurança dentro e fora do âmbito católico.

149. Esta busca de segurança pode se manifestar por duas atitudes religiosas: o fundamentalismo, que encontra a segurança na aceitação cega de formulações históricas da fé, e o sentimentalismo, que valoriza a religiosidade pelo simples fato de fazer parte dos seus sentimentos, nos quais o indivíduo encontra a afirmação de sua subjetividade.

150. O quadro da situação religiosa não seria completo, sem mencionar o esforço amplo e multiforme da ação pastoral da Igreja católica. A multiplicação das iniciativas tem até levado, nos últimos anos, a uma certa fragmentação da ação pastoral, algumas vezes por influência da modernidade, outras como fruto de divergências metodológicas e falta de diálogo e comunhão.

151. Problemas e desafios da ação pastoral, bem como orientações e caminhos para torná-la mais adequada e coerente, serão refletidos nos capítulos seguintes. Neles, procurar-se-á aproveitar a experiência acumulada em vinte e cinco anos de renovação conciliar, a tradição religiosa e pastoral mais antiga e, sobretudo, os esforços mais lúcidos já empreendidos para responder à modernidade e às mudanças recentes.

152. Os aspectos da modernidade que analisamos - individualismo e pluralismo - estão condicionados pela transformação da própria estrutura da sociedade. A sociedade tradicional era hierarquizada e tinha como eixo central ou referência, a religião. A sociedade moderna, voltada de forma obsessiva para a produção e o domínio da natureza, *valoriza antes de tudo a economia* e o poder político necessário para regulá-la ou, no mínimo, protegê-la. Ao mesmo tempo, ela gera um processo de *diferenciação* das instituições e de *especialização*, separando mais nitidamente ciência, religião, artes, lazer etc. A especialização contribui para a fragmentação da vida social e intelectual, e torna difícil a comunicação entre os diversos campos do saber e da existência humana.

153. A religião não mais é a guardiã de valores da sociedade. Hoje, com maior evidência, a política, a ciência, a técnica, a economia, as artes e a diversas expressões culturais reivindicam e praticam, de fato, uma autonomia pela qual não vêem razão de manter relações com a esfera religiosa e dela receber orientações.

154. A separação entre economia, ética e política manifesta-se tragicamente no enorme poder e na imensa riqueza acumulada por poucos, e na condição de penúria da maioria da humanidade.

155. Especialmente na última década, nos anos 80, década "perdida" para o desenvolvimento, na América Latina e em quase todo terceiro Mundo, o nível de vida dos pobres decaiu mais ainda. Enquanto isso, aumentava a concentração de renda e os capitais eram drenados para os países ricos, inclusive através dos serviços da dívida externa. Esta é uma das causas que contribuem para diminuir os investimentos e perpetuar a situação de empobrecimento do nosso povo. O endividamento externo representa uma forma moderna do tributo que as metrópoles cobravam dos povos colonizados.

156. A concorrência da economia internacional, nos anos 90, pode agravar ainda mais a situação, exigindo do Brasil um empenho maior em favor de investimentos produtivos e aumento de empregos.

157. Os indicadores sociais mostram que as condições de vida do povo estão se deteriorando. Dados educacionais revelam que, em 1988, o Brasil ainda contava com 18,9% de analfabetos na população de 15 anos ou mais, índice que sobe para 30,5% no Nordeste. O investimento estatal em obras e serviços como escolas, hospitais vem caindo a cada ano. A questão da habitação aflige grande parte da população, sobretudo os que são obrigados a sobreviver com o salário mínimo.

158. Os dados estatísticos comprovam o processo de concentração de renda e de marginalização dos pobres. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 1989, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 53,2% da renda nacional contra 0,6% dos 10% mais pobres. O que mostra o agravamento da situação, pois em 1981 os 10% mais ricos detinham 46,6% da renda contra 0,9% dos 10% mais pobres.

159. Uma outra pesquisa, do IPEA, revela que, de 1980 a 1989, o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto de salário mínimo, aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões. Com a estagnação econômica, a desvalorização dos salários e o desemprego, a população acaba por recorrer cada vez mais à economia informal. O departamento a economia informal chegava a 46 bilhões de dólares, ou seja, a cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB).

160. Uma inversão efetiva dessa tendência, para nosso país, supõe uma opção política bem definida e um projeto global coerente, metas claras, critérios de moralidade na administração da coisa pública, valorizando nosso potencial em recursos materiais e em recursos humanos.

161. Após o período de autoritarismo militar, Constituição de 1988 alimentou a esperança de solidificação do processo democrático. No entanto, a efetivação da ordem democrática tem se defrontado com numerosos obstáculos no campo sócio-político, sócio-econômico e sócio-cultural.

162. A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa.

163. A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça e a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática de uma nação.

164. A situação de desigualdade social tem tornado pequeno o peso político da massa popular, concentrado nos meios de comunicação, que têm se tornado mais instrumento de alienação do que de educação do povo para o ideal democrático.

165. A Igreja do Brasil, reafirmando a evangélica opção preferencial pelos pobres, tem dado crédito à democracia. Ela olha o conjunto do país a partir das "massas sobranças" da modernização, cujo grito não cessa de clamar aos céus. E aponta a solidariedade, a união e a organização do povo como caminho para uma sociedade justa e solidária, para uma sociedade democrática.

166. "Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção, quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da "subjetividade" da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação de corresponsabilidade".

167. No capítulo III, foram ressaltados três aspectos da modernidade que questionam fortemente a ação pastoral:

- individualismo e emergência da subjetividade;
- pluralismo cultural e religioso;
- contradições sociais e causas estruturais.

168. A esses desafios, propomos três respostas:

- valorização da pessoa e da experiência subjetiva;
- vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial;
- presença mais significativa da Igreja na sociedade.

169. A valorização da pessoa é um ponto central da antropologia cristã, da prática de Jesus e da tradição eclesial, desde os primeiros séculos até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia.

170. Ao lado da caridade a favor dos pobres e da prática da justiça, o testemunho evangélico a que o mundo de hoje é mais sensível é o da atenção às pessoas. Somos, pois, convocados a "evangelizar, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna."

171. Tanto o Concílio Vaticano II, como o atual Código de Direito Canônico, afirmam claramente o direito e o dever de todo cristão de participar da missão da Igreja e recordam a igualdade fundamental de direitos de todos os seus membros. O Papa João Paulo II tem reafirmado esses mesmos princípios, especialmente na Exortação Apostólica sobre os leigos ("Christifideles Laici") e em sua recente encíclica sobre "a validade permanente do mandato missionário" ("Redemptoris Missio"). Este dever de todo cristão é, também, dever e missão de toda família.

172. A própria dinâmica da fé faz apelo à dimensão pessoal e subjetiva, pois "a fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio".

173. Associa-se ao sentido da subjetividade, uma forte consciência da liberdade. Na visão cristã, a subjetividade deve estar subordinada à solidariedade e à doação. A liberdade deve ser vivida em Cristo, na perspectiva da caridade e do serviço aos outros, especialmente ao pobre, como fez Jesus que veio anunciar a Boa Nova aos pobres e apontou o serviço ao pobre como sinal da presença do Reino. A liberdade, entendida como capacidade de escolher o bem, leva diretamente à busca da verdade.

174. A todo cristão reconheça-se a condição de *sujeito*, no sentido pleno do termo, abrindo espaço para a experiência subjetiva e pessoal da fé, valorizando o sacerdócio comum dos fiéis e o consenso na fé de todo o povo de Deus.

175. A experiência religioso-cristã não se realiza em mera experiência subjetiva, mas no encontro com a Palavra de Deus confiada ao Magistério e à Tradição da Igreja, nos sacramentos e na comunhão eclesial.

176. A vocação, os dons e carismas pessoais sejam colocados a serviço da comunidade eclesial e de sua edificação, fazendo-se da participação ativa uma forma de realização cristã da pessoa.

177. Importância especial seja dada ao *acolhimento* às pessoas. Para isso, algumas medidas podem ser postas em prática: "ministério da acolhida", visitas às famílias que chegam; visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza; postura acolhedora, alegre, disponível e bem humorada, por parte do presbítero e demais agentes de pastoral.

178. A atitude de amizade e de acolhimento acentua a valorização de pessoa, num mundo onde a técnica e o progresso nem sempre deixam espaço para a comunicação pessoal. Assim, imita-se o gesto de Cristo acolhendo Zaquê que, por sua vez, o recebe alegremente em sua casa. Ou a atitude de Jesus ao acolher as crianças ou, ainda, o gesto de Filipe e André que acolhem alguns gentios desejosos de ver o Cristo e os apresentam ao Mestre.

179. A acolhida poderá traduzir-se também em formas sistemáticas e organizadas: *aconselhamento*, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas; revalorização do sacramento da reconciliação; disposição para o diálogo e a direção espiritual; diminuição da burocracia e prontidão para servir.

180. A pessoa precisa ser acolhida na comunidade, com abertura e sensibilidade para os diversos aspectos e dimensões de sua identidade e existência. A comunidade, seguindo o princípio da liberdade cristã, evite um controle excessivo sobre as pessoas, ajude seus membros a não cair em atitudes unilaterais, como o intelectualismo, o intimismo, a excessiva importância à experiência emocional, a busca desmedida do "maravilhoso" e a fuga do compromisso com a transformação social.

181. Ao acolhimento segue-se o *acompanhamento*. Após o primeiro anúncio, haja continuidade de contatos para envolver a pessoa na vida da comunidade eclesial.

182. Com relação aos que recebem o primeiro anúncio de Cristo, merecem especial atenção as condições reais da pessoa e sua predisposição subjetiva para receber a semente. Seja ressaltado como a palavra do Evangelho introduz no mistério do amor de Deus, chama-nos a um estreito relacionamento pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão.

183. A primeira e fundamental estrutura a favor da "ecologia humana" é a *família*, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma *pessoa*.

184. Na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, deve predominar o primado da *experiência espiritual*, no sentido forte de uma autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a uma vivência da fé e a uma mística profundas, nas quais a liberdade humana se abre à comunicação de Deus, em Cristo. A experiência espiritual cristã de alteridade encontra no Outro sua origem e fundamento. Cada um de nós é escolhido e amado primeiro para entrar em aliança e comunhão.

185. Daí decorre a *missão*. O Espírito chama e envia. A resposta ao chamado é sempre uma resposta ativa, de serviço. Para realizar a missão é necessário, porém, ser discípulo, pôr-se à escuta e entrar na escola do seguimento de Jesus, aprendendo com ele a construir o Reino. Isto desperta no cristão a consciência de sua responsabilidade *missionária* para que saiba, respeitando os outros, manifestar e comunicar a sua fé.

186. O católico deve ser levado a evangelizar “com renovado ardor missionário” e a promover a presença cristã nos diversos ambientes da sociedade, recordando-se que o êxito da evangelização depende, em grande parte, da espiritualidade e da mística de quem evangeliza.

187. Haja maior empenho na evangelização das pessoas marginalizadas, aproximando-se delas e acolhendo-as sem discriminação ou preconceito, buscando-se vivenciar concretamente a evangélica opção preferencial pelos pobres.

188. Na *catequese*, busque-se a necessária conexão entre a experiência pessoal e comunitária e a doutrina; entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição, à luz da Palavra de Deus.

Promova-se uma catequese mais atraente e diferenciada, respeitando os níveis de engajamento cristão das pessoas e procurando levá-las pedagogicamente à inserção na comunidade eclesial e não retardar o início da catequese infantil, pois, desde cedo, a criança está exposta a muitas influências, especialmente dos meios de comunicação.

189. Nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a Tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas e sua vivência.

É preciso descobrir o aspecto simbólico da liturgia, enfatizar o sentido do mistério e recuperar as dimensões de festa, alegria e esperança. As celebrações sejam menos apressadas e menos intelectualizadas, proporcionando maiores momentos de silêncio, interiorização e contemplação.

Na Liturgia, valorizem-se os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança. Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento é uma fonte inesgotável de expressão.

Promova-se maior aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades, através de uma legítima criatividade, adaptação e inculturação.

190. Pratique-se *ecumenismo* com as outras Igrejas cristãs e incentive-se o diálogo com pessoas e grupos de outras religiões.

A Igreja promova sempre o pleno respeito à liberdade religiosa e mantenha uma atitude de cooperação, com quantos se mostrem retamente interessados na busca da verdade e da justiça. Diante dos novos movimentos religiosos autônomos (seitas), a Igreja é chamada a realizar um discernimento conforme as indicações do Concílio Vaticano II. Faça um trabalho de esclarecimento, quando julgar necessário. No entanto, a melhor resposta da Igreja à situação de pluralismo religioso é seu esforço missionário, o empenho em conseguir a autenticidade evangélica de seu testemunho, a santidade de seus membros, a adequação de sua ação pastoral ao contexto em que se situa.

191. Respeite-se a liberdade do cristão na escolha de formas específicas de seu *empenho na sociedade*. Esta liberdade, porém, não deve ser abandonada a si mesma. No contexto da sociedade moderna e no meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia e das atividades profissionais. É, portanto, necessária e urgente um esforço para descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna e estimular melhor integração entre fé e vida.

192. Uma das maiores expressões da valorização da pessoa por parte da Igreja é certamente o empenho com que a Igreja tem promovido a *educação*, seja no âmbito familiar, seja na escola ou por outros meios. Através da educação, o indivíduo torna-se pessoa e amplia as dimensões de seu ser e de seu agir. É preciso, portanto, continuar e multiplicar as atividades educativas da Igreja, através das escolas católicas ou pelo empenho em levar a presença cristã às escolas públicas, dando-lhes nova qualidade e maior eficácia evangélica.

193. Num mundo tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que comunidades, movimentos, paróquias e instituições católicas de ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos num trabalho de evangelização, concretizando diversificadas formas de *pastoral familiar*. Na família evangelizada, pais e filhos tornam-se evangelizadores. Hoje, com o preceito constitucional, instituindo a pré-escola, deve-se atender ao despertar precoce da criança para o sentido dos valores no relacionamento com os outros. Não falte nessa fase da infância o despertar para a presença de Deus, que ama a cada um com ternura.

194. A maior parte da população no Brasil de hoje mora na cidade. A Igreja deve estimular os cristãos a assumir a realidade urbana em sua complexidade. O ambiente da cidade é fragmentário e fragmenta as pessoas. Se o caminho da Igreja é o caminho do homem e da mulher, a Igreja deve melhor imitar o exemplo de Jesus que conhece suas ovelhas e elas o conhecem.

195. Teologicamente, um novo impulso para repensar a comunidade eclesial veio da redescoberta da Igreja local, especialmente a partir do Vaticano II. A teologia da Igreja local procura critérios para estabelecer a “eclesialidade” dos diversos grupos. Segundo o Concílio, só a diocese pode ser chamada Igreja particular. Todavia, outras comunidades ou grupos, devidamente articulados com a Igreja particular, podem oferecer uma experiência de Igreja. O próprio Concílio, que às vezes parece tomar como modelo da Igreja local a diocese antiga, de pequenas dimensões, reconhece que as paróquias “de algum modo representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra”. De fato, a paróquia “permanece um ponto capital de referência para o povo cristão”.

196. Mas o que propriamente constitui a Igreja e a torna presente em determinado tempo e lugar? Conforme o próprio Concílio Vaticano II, a comunidade eclesial é edificada pelo Espírito Santo, mediante o anúncio da Palavra (Evangelho), a celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos, a vida de comunhão do povo de Deus com seus carismas e ministérios, entre os quais sobressai o ministério episcopal-presbiteral, que tem a responsabilidade de garantir a autenticidade dos laços que unem a comunidade de hoje com a Igreja apostólica e com o projeto missionário, evangelizador, que lhe foi confiado até o fim dos tempos.

197. A conversão e o batismo inserem na Igreja. Aproveite Deus “chamar os homens a participar da sua própria vida, não um a um, mas constituiu-os como povo no qual os seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade”. A atividade missionária tem como objetivo fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até à sua completa maturação”. A evangelização tem, pois, como um de seus principais objetivos “formar o povo de Deus”.

198. A comunidade eclesial deverá estar aberta especialmente aos pobres. Acolhendo-os, acolhe a Cristo. A eles dirige-se prioritariamente o anúncio do Evangelho. Eles trazem à Igreja uma experiência privilegiada da revelação. Assim, eles tornam-se sujeitos da evangelização, trazendo à Igreja um potencial missionário e uma

estreita ligação entre fé e vida, testemunho significativo no mundo moderno que freqüentemente ignora a solidariedade e a comunhão fraterna.

199. A valorização do aspecto pessoal nas comunidades eclesiais não deverá diminuir a dimensão da comunhão. A comunhão fortalece o relacionamento e enriquece a própria pessoa, abrindo-a aos outros. A atenção à dimensão comunitária evita também, que se caia nos extremos do individualismo ou da massificação que a sociedade moderna favorece.

200. Especial importância merece a pastoral urbana, com a criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje.

201. Na cidade é que se encontram em gestação os novos modos de cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a *pastoral urbana*.

Multiplicar e diversificar, especialmente no meio urbano, comunidades eclesiais que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço aos irmãos.

202. É preciso que se reconheça a possibilidade de diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis, sem querer impor um único modelo de comunidade. Deve-se buscar a unidade na diversidade.

203. A *paróquia* busque adequar-se às mudanças de nosso tempo. Ela não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo a família de Deus e comunidade dos fiéis. A paróquia está fundada sobre uma realidade teológica, pois ela é uma comunidade eucarística. Na eucaristia, está a raiz viva de sua edificação e o vínculo sacramental de sua comunhão com toda a Igreja.

204. Nos anos recentes, especialmente em face das grandes paróquias urbanas, caracterizadas por uma baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindica-se a transformação da paróquia em "comunidade de comunidades" ou a subdivisão da paróquia em comunidades de dimensões humanas, possibilitando relações pessoais fraternas. Seja, pois, estimulada a formação de comunidades também em nível ambiental, especialmente nas idades.

205. Transformando-se em "comunidade de comunidades", a paróquia deveria formar comunidades não só no meio popular, mas também em outros ambientes e estimular a formação de pequenas comunidades de fé por categorias profissionais.

206. Os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial, no seio de suas paróquias, e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

207. Urge estimular as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), dar maior apoio e formação aos leigos e abrir espaço para a diversificação dos ministérios, favorecendo as diferentes formas de participação e valorização das pessoas na Igreja.

208. As CEBs representam uma rica experiência eclesial, seja pela participação do laicado, seja pela criatividade pastoral, seja pelo empenho na transformação social. Elas são "força de evangelização". Entre os desafios das CEBs, hoje, destacam-se:

- trabalhar mais com as massas e não se fechar em pequenos grupos;
- acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de um excesso de racionalismo, principalmente por parte dos agentes de pastoral mais intelectualizados;
- abrir-se ao pluralismo;
- empenhar-se para que a experiência das CEBs se consolide e continue acompanhando as mudanças da sociedade;
- manter uma relação dinâmica entre fé e vida, dando maior atenção à espiritualidade.

209. As CEBs podem ajudar também a descentralizar e articular melhor a ação pastoral da Igreja local. Radicadas nos ambientes simples, sejam elas fermento de vida cristã e de transformação da sociedade. Sejam instrumento de evangelização e primeiro anúncio, fonte de novos ministérios e, animadas pela caridade de Cristo, cooperem para a superação das divisões.

210. A comunidade eclesial, pequena ou grande, territorialmente definida ou construída a partir de outro critério de agregação, não deve se fechar em si mesma. Deve estar aberta em duas direções:

- de um lado, para a pessoa, com sua singular experiência que quer encontrar na comunidade aquela valorização e participação que lhe permitam alcançar o que anseia;
- de outro lado, para as outras comunidades eclesiais e para a Igreja universal com sua missão. Esta missão abrange a atenção aos que devem ser evangelizados e a presença solidária dos cristãos na sociedade.

211. É necessário reconhecer a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido, o direito dos fiéis leigos em associar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja.

212. Os *movimentos eclesiais* integrem-se nas Igrejas Particulares, trazendo a contribuição de seu próprio carisma, porém sem se deixar condicionar totalmente pelas características do seu país de origem. Embora respondam muitas vezes a anseios das classes médias, procurem assumir a evangélica opção preferencial pelos pobres. Valorizem a fé como experiência pessoal, sem esquecer a dimensão comunitária e social. Cuidem da formação de seus membros, pondo sua organização moderna a serviço da evangelização.

213. Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que vão se impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

214. Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar sua contribuição fecunda e ordenada para a edificação da casa comum.

- 215.** É necessário valorizar e articular os *mecanismos de comunhão e participação* e melhorar a comunicação interna na Igreja para criar um clima de corresponsabilidade.
- 216.** As *pastorais específicas* ajudem nossas Igrejas a enfrentarem problemas e desafios urgentes da sociedade. Algumas “pastorais específicas” facilmente se articulam com a paróquia ou a diocese. Outras, mais especializadas e ligadas com a realidade mais conflituosas, às vezes, desenvolvem concepções de Igreja e de pastoral quem nem sempre se integram com a Igreja particular. Elas têm o mérito de buscar responder a desafios da modernidade e da realidade social, constituindo-se numa das formas mais eficazes de presença da Igreja no mundo. Daí a necessidade de se aprofundar o diálogo, na perspectiva da missão, visando à superação de certas dificuldades que ainda persistem.
- 217.** Especial atenção seja dada à *família*, também quando incompleta ou dividida. Seja dada atenção aos graves obstáculos que ela encontra na sociedade atual para realizar a sua missão. “É necessário voltar a considerar a família como o “Santuário da Vida”. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida”. Continua atual o apelo de João Paulo II: “Fazer todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei um campo tão prioritário com a certeza de que a evangelização do futuro depende em grande parte da “Igreja doméstica”.
- 218.** Urge levar adiante também, com grande empenho, a *opção preferencial pelos jovens*, “para que evangelizados, evangelizem e contribuam para a libertação integral da pessoa humana e da sociedade, levando a uma vida de comunhão e participação”.
- 219.** Não se pode perder de vista a necessidade de uma *pastoral para as massas*, revalorizando-se as missões populares, romarias, peregrinações, concentrações e outras formas de expressão religiosa do povo.
- 220.** Percebemos a emergência de *novos movimentos sociais* não-eclesiais, nos quais os católicos participam (por exemplo: movimento ecologista, feminista, da cultura negra e outros). Neles, os cristãos atuam como fermento na massa. Muitas vezes esses movimentos sociais colocam grandes desafios para a ação da Igreja no que se refere à evangelização, à catequese, à liturgia.
- 221.** A história da América Latina impôs uma política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando muitas vezes as culturas indígenas e africanas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar, com absoluta firmeza, o princípio do respeito a todas as culturas e particularmente defesa das culturas oprimidas e injustiçadas.
- 222.** É necessário que se aprofunde a *questão da inculturação*, tanto na evangelização de grupos caracterizados por uma cultura própria (por exemplo: negros, índios, nômades etc.), como na maioria do povo que vive um processo de fragmentação cultural.
- 223.** É preciso formar a *consciência missionária* nas comunidades e, em particular, apoiar atividades missionárias além-fronteiras, em sintonia com Puebla, que nos propõe “dar da nossa pobreza”.
- 224.** A *Catequese* busque formar para a consciência e vivência comunitária da fé. Isso exige que se continue investindo com vigor na Catequese Renovada e se dê atenção às diferentes culturas.
- 225.** Na *liturgia*, sejam valorizadas as expressões simbólicas e culturais da comunidade humana que celebra. Aprofunde-se a consciência comunitária pela celebração da Palavra, da Eucaristia, dos outros sacramentos e demais expressões litúrgicas.
- 226.** No *âmbito ecumênico*, aprofunde-se a reflexão teológica e pastoral sobre o pluralismo religioso e estimulem-se as ações comunitárias que facilitem o diálogo ecumênico e o clima de cooperação.
- 227.** Do ponto de vista teológico, a Igreja não pode se limitar a orientar a experiência religiosa individual, nem a formar grupos ou comunidades que vivam isolados. A tradição bíblica e eclesial, bem como o Magistério atual, querem que a Igreja, para ser fiel à sua missão, assuma uma posição explícita em face da sociedade e das macro-estruturas. A Igreja no Brasil quer decididamente “participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo”.
- 228.** Essa posição foi assumida pelo Vaticano II, que apresenta a Igreja como “Sacramento de Salvação”, sinal e instrumento que aponta para o destino de toda a humanidade. Isso é claramente manifesto também na “Gaudium et Spes” que, ao tratar das relações da Igreja com a política afirma: “A Igreja que, em razão de sua finalidade e competência, de modo algum se confunde com a comunidade político e nem está ligada a nenhum sistema político, é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana”.
- 229.** Em sua encíclica “Redemptoris Missio”, o Papa João Paulo II afirma: “Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o ser humano no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida”.
- 230.** A missão implica no cuidado da Igreja de não se nivelar com as forças políticas em busca do poder, mas em refletir a imagem de Cristo, Servidor da humanidade, sobretudo dos mais pobres. Veio para servir e não para ser servido.
- 231.** A “nova evangelização”, da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, deve incluir entre os seus aspectos essenciais anúncio da doutrina social da Igreja, a qual nos convida a reafirmar uma autêntica teologia da libertação.
- 232.** A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos na política e garante aos governados a possibilidade, quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de substituir os participantes, quanto tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetos ideológicos. A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política.
- 233.** No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias.
- 234.** No plano religioso, a atitude democrática comporta, ainda, respeito ao pluralismo e atitude ecumênica de diálogo.

235. No plano cultural, essa mesma atitude democrática exige a defesa dos direitos das minorias étnicas, dos povos indígenas, dos negros, a promoção das culturas oprimidas, em que a Igreja hoje se mostra particularmente empenhada.

236. A Igreja Católica, ciente de sua missão universal, testemunha também seu interesse ativo pela paz e solidariedade entre todos os povos e partilha, de forma significativa, a partir de sua pobreza, seus recursos humanos e materiais com as Igrejas de outros Países, em apoio à missão “ad gentes”.

237. A Igreja no Brasil quer continuar seu ensino social e sua atuação específica na sociedade. Todavia, diante dos novos desafios e das rápidas mudanças na sociedade, é importante prever também novas iniciativas e tornar mais significativas, do ponto de vista da evangelização, as atividades da Igreja no campo social.

238. A partir de uma atenta análise da realidade, a Igreja continuará a elaborar e desenvolver sua doutrina ou ética social, tornando-a mais acessível à compreensão da maioria do povo, de modo que possa inspirar uma efetiva ação de transformação da sociedade no sentido de maior justiça e solidariedade. Tal elaboração pode ser feita por pastores e leigos, com a colaboração de cientistas sociais e de todos os que possam contribuir para a mesma finalidade. Para superar a tendência de aceitar uma representação esquemática e simplificada da realidade social, é oportuno incentivar a pesquisa, o estudo da evolução da sociedade e o discernimento dos novos problemas e tendências.

239. Na reflexão sobre a ética social, a Igreja no Brasil procurará não se limitar apenas às grandes orientações gerais, mas descer às situações concretas e às realidades específicas. Esse tipo de reflexão entra mais diretamente nos problemas que angustiam o povo. Sendo objeto de debate na opinião pública, tem chance de ser mais significativo e de obter repercussão, também em nível de comunicação de massa.

240. Um ponto particular da ética social, que no atual contexto merece aprofundamento, é a crítica da ideologia liberal (ou neo-liberal) que, no fundo, apenas encobre sua incapacidade de subordinar a economia à política e à ética, segundo as exigências da democracia e da justiça. No contexto do capitalismo liberal e do consumismo, a Igreja se vê desafiada a desmascarar a idolatria do dinheiro e de um estilo de vida baseado sobre a acumulação da riqueza e, às vezes, o exibicionismo e o desperdício, tão mais graves e escandalosos em face da fome e da miséria de milhões de brasileiros.

241. Além de propor uma ética social, a Igreja mostre a raiz de tal ética, isto é, a revelação de Deus, em Cristo. Neste sentido, é importante superar a dicotomia entre mística e política, entre individual e social.

242. A Igreja não apenas proclama uma doutrina social, mas também presta serviços concretos à sociedade. Sobretudo, deve ser coerente e viver efetivamente a evangélica opção preferencial pelos pobres. O Papa João Paulo II exorta os discípulos de Cristo, as comunidades cristãs desde as famílias às dioceses, das paróquias aos institutos religiosos, a fazer uma revisão da própria vida na perspectiva da solidariedade com os pobres.

243. A Igreja não pode limitar-se à análise, à reflexão e à denúncia. Com as forças sociais e políticas e com os diversos movimentos que expressam o anseio do povo, especialmente dos mais pobres, a Igreja reivindica condições de saúde, alimentação, educação, moradia, trabalho, segurança a que todos têm direito. Ela deve também promover e incentivar a todos a fazer o que possam para aliviar os problemas dos necessitados, em particular dos mais abandonados (menores, doentes, idosos, marginalizados...) Deverá esforçar-se para que suas iniciativas apontem para a meta da “construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança”.

244. Este empenho prioritário mais necessitados e pela defesa dos direitos dos mais fracos não pode ser apenas uma expressão exterior da ação da Igreja, uma pastoral de tipo assistencialista. Deve levá-los a assumir o próprio destino, numa metodologia personalizante e de compromisso. Tal empenho penetre a vida e a ação eclesial, como opção evangélica, inspirando também a catequese e a liturgia. Este mesmo empenho deveria determinar as opções pastorais de paróquias, dioceses a distribuição dos recursos humanos e materiais, tornando efetivamente visível a evangélica opção preferencial pelos pobres.

245. Diante das graves e urgentes necessidades do povo brasileiro, especialmente dos pobres, a Igreja sente-se chamada, muitas vezes, a exercer uma função de suplência no campo social, assumindo serviços que deveriam ser realizados pelo Estado ou outros organismos da sociedade.

246. Nesta mesma perspectiva, incentive-se a solidariedade com os outros países pobres, em especial, com os outros povos da América Latina, levando em conta as relações entre Norte e Sul.

247. No contexto da modernidade e da atual fase de economia brasileira, merecem atenção especial, por parte da Igreja, os problemas do trabalho e dos trabalhadores. A Campanha da Fraternidade de 1991 e as orientações pastorais referentes ao “Mundo do Trabalho” do Doc. 40 da CNBB devem ser levados adiante por todas as forças vivas da Igreja no Brasil.

248. É urgente promover a atuação dos leigos nas diversas esferas da sociedade (política, ciências, técnicas, artes, MCS) e nos vários campos profissionais. Por isso, é preciso valorizar e reforçar as organizações do laicato.

249. A influência atual dos Meios de Comunicação Social na opinião pública e na formação das consciências requer da Igreja uma atitude mais ativa. A Igreja contribua também para que, na própria opinião pública cresça a consciência crítica em face dos MCS. A própria Igreja empenha-se para oferecer um tipo alternativo de comunicação, marcada pela transparência, pela capacidade de escutar, pelo esforço em dar a palavra a todos, especialmente aos que “não têm voz” na sociedade. Finalmente, atualize e aprimore seus próprios meios de comunicação, colocando-os efetivamente a serviço da evangelização e prepare seu pessoal para torná-lo mais apto a comunicar melhor.

250. Diante dos conflitos na sociedade e na Igreja, busque-se, antes de tudo, aceitar as diferenças e aprofundar a reflexão sobre os modos de manter o diálogo e expressar a comunhão.

251. É preciso levar adiante o esforço de formação específica, preparando os cristãos para uma inserção ativa na sociedade, inclusive, despertando as assembleias Litúrgicas para a dimensão social e política da caridade.

252. Para tornar mais claras as exigências do Evangelho e mais significativo o testemunho cristão na sociedade, procure-se a cooperação com outras Igrejas cristãs e com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

253. A pastoral da educação, tanto na escola católica quanto nas escolas públicas, seja estimulada e assumida com empenho nos diferentes níveis da Igreja no Brasil.

254. a presença pública da Igreja deve se manifestar em nível nacional. Isso exige reforçar iniciativas comuns, particularmente através da Conferência Episcopal e de outros organismos do povo de Deus, levando a Igreja a ser chama profética a serviço do Reino”.

Nota:62

cf. **Concílio Vaticano II, DV, n. 2:** “Aprove a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina (Ef 2,18; 2 Pdr 1,4). Com efeito, em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tim 1,17), na riqueza do seu amor, fala aos homens como a amigos (cf. Êx 33,11; Jo 15,14-15) e conversa com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. Esta economia da revelação faz-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, enquanto as palavras declaram as obras e o mistério nelas contido. Porém, a verdade profunda contida nesta revelação, tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação do homens, manifesta-se-nos na pessoa de Jesus Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação”.

Nota:63

cf. Gn **1,26ss:** “Então Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra’. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: “Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra”. E Deus disse: “Vejam! Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês. E para todas as feras, para todas as aves do céu e para todos os seres que rastejam sobre a terra e nos quais há respiração de vida, eu dou a relva como alimento”. E assim se fez. E Deus viu tudo o que havia feito, e tudo era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: foi o sexto dia”.

Gn 2,7-25: “Então Javé Deus modelou o homem com a argila do solo, soprrou-lhe nas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se um ser vivente.

Javé Deus plantou um jardim em Éden, no Oriente, e aí colocou o homem que havia modelado. Javé Deus fez brotar do solo todas as espécies de árvores formosas de ver e boas de comer. Além disso, colocou a árvore da vida no meio do jardim, e também a árvore do conhecimento do bem e do mal. Um rio saía de Éden para regar o jardim, e de lá se dividia em quatro braços. O primeiro chama-se Fison: é aquele que rodeia toda a terra de Hévilá, onde existe ouro; e o ouro dessa terra é puro, e nela se encontram também o bdélio e a pedra de ônix. O segundo rio chama-se Geon: ele rodeia toda a terra de Cuch. O terceiro rio chama-se Tigre e corre pelo oriente da Assíria. O quarto rio é o Eufrates.

Javé Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden, para que o cultivasse e guardasse. E Javé Deus ordenou ao homem: “Você pode comer de todas as árvores do jardim. Mas não pode comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comer, com certeza você morrerá”.

Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante”. Então Javé Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante.

Então Javé Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne. Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem!”. Por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne. Ora, o homem e sua mulher estavam nus, porém não sentiam vergonha”.

Nota:64

Gn 1,27: “E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher”.

Nota:65

Sl 8,5-7: “O que é o homem, para dele te lembrares? O ser humano, para que o visites? Tu o fizeste pouco menos do que um deus, e o coroaste de glória e esplendor. Tu o fizeste reinar sobre as obras de tuas mãos, e sob os pés dele tudo colocaste”.

Nota:66

cf. **Mt 5,43-45:** “Vocês ouviram o que foi dito: Ame o seu próximo, e odeie o seu inimigo! Eu, porém, lhes digo: amem os seus inimigos, e rezem por aqueles que perseguem vocês! Assim vocês se tornarão filhos do Pai que está no céu, porque ele faz o sol nascer sobre maus e bons, e a chuva cair sobre justos e injustos”.

Nota:67

cf. **Gn 1,23-25:** “Houve uma tarde e uma manhã: foi o quinto dia. Deus disse: “Que a terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um: animais domésticos, répteis e feras, cada um conforme a sua espécie”. E assim se fez. E Deus fez as feras da terra, cada uma conforme a sua espécie; os animais domésticos, cada um conforme a sua espécie; e os répteis do solo, cada um conforme a sua espécie. E Deus viu que era bom”.

Nota:68

Tanto no ventre de Eva (Gn 4,1) como no de Isabel (Lc 1,44).

Nota:69

At 17,28: “pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: ‘Somos da raça do próprio Deus’”.

Nota:70

cf. **1Jo 4,8.16:** “Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. E nós reconhecemos o amor que Deus tem por nós e acreditamos nesse amor. Deus é amor: quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus permanece nele”.

Nota:71

Mc 8,34: “Então Jesus chamou a multidão e os discípulos. E disse: Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e me siga”.

Nota:72

cf. **Hb 4,15:** “De fato, não temos um sumo sacerdote incapaz de se compadecer de nossas fraquezas, pois ele mesmo foi provado como nós, em todas as coisas, menos no pecado”.

Nota:73

cf. **1Cor 15,20-21:** “Mas não! Cristo ressuscitou dos mortos como primeiro fruto dos que morreram. De fato, já que a morte veio através de um homem, também por um homem vem a ressurreição dos mortos”.

Nota:74

cf. **Ap 21,9:** “Depois disso, um dos sete Anjos das sete taças cheias com as últimas pragas, veio até mim e disse-me: “Venha! Vou lhe mostrar a esposa, a mulher do Cordeiro””.

Nota:75

Rm 8,18: “Penso que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura que deverá ser revelada em nós”.

Nota:76

cf. **Jo 15,13:** “Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos”.

Nota:77

cf. **Rm 5,6s:** “Mas Deus demonstra seu amor para conosco porque Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores. Assim, tornados justos pelo sangue de Cristo, com maior razão seremos salvos da ira por meio dele. Se quando éramos inimigos fomos reconciliados com Deus por meio da morte do seu Filho, muito mais agora, já reconciliados, seremos salvos por sua vida. E não só isso. Também nos gloriamos em Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo, do qual obtivemos agora a reconciliação”.

Nota:78

Também na parábola do “filho pródigo” ou do “pai que ama” (Lc 15, 11ss.), o pai (símbolo das atitudes de Deus e das que Jesus assume em nome do Pai) não pergunta nada quando acolhe o filho que volta, mas imediatamente o abraça e lhe devolve a dignidade de filho (a veste, as sandálias, o anel, a festa...).

Nota:79

cf. **Lc 15,11ss:** “Jesus continuou: Um homem tinha dois filhos. O filho mais novo disse ao pai: Pai, me dá a parte da herança que me cabe. E o pai dividiu os bens entre eles. Poucos dias depois, o filho mais novo juntou o que era seu, e partiu para um lugar distante. E aí esbanjou tudo numa vida desenfreada. Quando tinha gasto tudo o que possuía, houve uma grande fome nessa região, e ele começou a passar necessidade. Então foi pedir trabalho a um homem do lugar, que o mandou para a roça, cuidar dos porcos. O rapaz queria matar a fome com a lavagem que os porcos comiam, mas nem isso lhe davam. Então, caindo em si, disse: Quantos empregados do meu pai têm pão com fartura, e eu aqui, morrendo de fome... Vou me levantar, e vou encontrar meu pai, e dizer a ele: Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Trata-me como um dos teus empregados. Então se levantou, e foi ao encontro do pai”.

Jo 8,1-11: “Jesus foi para o monte das Oliveiras. Ao amanhecer, ele voltou ao Templo, e todo o povo ia ao seu encontro. Então Jesus sentou-se e começou a ensinar. Chegaram os doutores da Lei e os fariseus trazendo uma mulher, que tinha sido pega cometendo adultério. Eles colocaram a mulher no meio e disseram a Jesus: Mestre, essa mulher foi pega em flagrante cometendo adultério. A Lei de Moisés manda que mulheres desse tipo devem ser apedrejadas. E tu, o que dizes? Eles diziam isso para pôr Jesus à prova e ter um motivo para acusá-lo. Então Jesus inclinou-se e começou a escrever no chão com o dedo. Os doutores da Lei e os fariseus continuaram insistindo na pergunta. Então Jesus se levantou e disse: Quem de vocês não tiver pecado, atire nela a primeira pedra. E, inclinando-se de novo, continuou a escrever no chão. Ouvindo isso, eles foram saindo um a um, começando pelos mais velhos. E Jesus ficou sozinho. Ora, a mulher continuava ali no meio. Jesus então se levantou e perguntou: Mulher, onde estão os outros? Ninguém condenou você? Ela respondeu: Ninguém, Senhor. Então Jesus disse: Eu também não a condeno. Pode ir, e não peque mais”.

Lc 23,39-43: “Um dos criminosos crucificados o insultava, dizendo: Não és tu o Messias? Salva a ti mesmo e a nós também! Mas o outro o repreendeu, dizendo: Nem você teme a Deus, sofrendo a mesma condenação? Para nós é justo, porque estamos recebendo o que merecemos; mas ele não fez nada de mal. E acrescentou: Jesus, lembra-te de mim, quando vieres em teu Reino. Jesus respondeu: Eu lhe garanto: hoje mesmo você estará comigo no Paraíso”.

Nota:80

1Jo 4,16: “E nós reconhecemos o amor que Deus tem por nós e acreditamos nesse amor. Deus é amor: quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus permanece nele”.

Nota:81

Mt 5,48: “Portanto, sejam perfeitos como é perfeito o Pai de vocês que está no céu”.

Nota:82

cf. **Jo 13,34:** “Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros”.

Jo 15,12: “O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu amei vocês”.

Nota:83

Jo 13,1: “Antes da festa da Páscoa, Jesus sabia que tinha chegado a sua hora. A hora de passar deste mundo para o Pai. Ele, que tinha amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim”.

Nota:84

Cl 1,24: “Agora eu me alegro de sofrer por vocês, pois vou completando em minha carne o que falta nas tribulações de Cristo, a favor do seu corpo, que é a Igreja”.

Nota:85

cf. **Concílio Vaticano II, LG, n. 10:** “Cristo Senhor, Pontífice tomado de entre os homens (cf. Hb 5,1-5), fez do novo povo “um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai”(cf. Ap 1,6; cf. 5,9-10). Pela renegação e pela unção do Espírito Santo, os batizados consagram-se para serem edifício espiritual e sacerdócio santo, a fim de, através de toda a sua atividade cristã, oferecerem sacrifícios espirituais e proclamarem as grandezas daquele que das trevas os chamou para a sua luz maravilhosa (cf. 1 Pd 2,4-10). Assim, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e no louvor de Deus (cf. At 2,42-47), ofereçam-se também a si mesmos como hósti

viva, santa, agradável a Deus (cf. Rm 12,1); dêem testemunho de Cristo em toda a parte; e, àqueles que por isso se interessarem, falem da esperança que possuem, na vida eterna (cf. 1 Pd 3,15).

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um para o outro mutuamente; de fato, ambos participam, cada qual a seu modo, do sacerdócio único de Cristo. O sacerdote ministerial, pelo poder sagrado de que é investido, organiza e rege o povo de Deus, realiza, na pessoa de Cristo, o sacrifício eucarístico, e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; por seu lado os fiéis, em virtude do seu sacerdócio régio, têm também parte na oblação da Eucaristia e exercem o mesmo sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, através do testemunho duma vida santa, da abnegação e da caridade operante”.

Cnbb, Missão e ministério dos cristãos..., cit., doc. 62, n. 73-74: “A participação no sacerdócio de Cristo faz da Igreja um povo sacerdotal. Há, com efeito, um único e indivisível sacerdócio: o de Jesus Cristo. Seu sacerdócio não é um sacerdócio ritual, nos moldes do Antigo Testamento. Jesus não pertencia à tribo sacerdotal de Levi, mas à de Judá: “É bem conhecido, de fato, que nosso Senhor surgiu de Judá, tribo a respeito da qual Moisés nada diz quando trata dos sacerdotes”, sua atividade se assemelhava mais à dos antigos profetas que à dos sacerdotes judeus; as esperanças messiânicas suscitadas por Sua pessoa e atividade são interpretadas mais na linha de um messianismo real do que de um messianismo sacerdotal; Ele morre fora do espaço sagrado da Cidade e do Templo... Seu sacerdócio - segundo a Carta aos Hebreus - é um *sacerdócio existencial* e consiste, fundamentalmente, na entrega de todo o seu ser e existência ao Pai, no Espírito, e aos irmãos e às irmãs, reconciliando-os com o Pai e entre si, realizando, assim, uma vez por todas, a perfeita e insuperável mediação entre Deus e os homens.

74. “Aderindo a Cristo sacerdote por meio da fé, deixando-se purificar por seu sangue e santificar pela oferta do seu corpo, entrando no movimento do seu sacrifício, os cristãos se tornam capazes de dar a Deus um culto autêntico, que consiste na *transformação de sua existência pela caridade divina*. Por sua participação no único sacerdócio de Cristo, o Povo de Deus da Nova Aliança é **conjuntamente sacerdotal**. Com efeito, todos os cristãos são chamados a “oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por meio de Jesus Cristo, um sacrifício de louvor” e a “não se esquecer de fazer o bem e de praticar a mútua ajuda comunitária, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus”, por isso, devem “eles próprios apresentar-se a Deus em sacrifício vivo e santo que lhe seja agradável”. A vocação dos cristãos não os leva “a pôr sua confiança em ritos exteriores, mas a passar pelo **sacrifício existencial de Cristo** e valer-se, assim, de sua meditação sacerdotal”. O Catecismo Tridentino explica esta realidade do sacerdócio comum dos fiéis num texto particularmente iluminante: “No que diz respeito ao sacerdócio interior, todos os fiéis, após terem sido purificados pela água salutar, são chamados sacerdotes; sobretudo, porém, os justos, que têm o Espírito de Deus e que, pelo dom da graça de Deus, foram feitos membros vivos de Jesus Cristo Sumo Sacerdote. Estes, de fato, graças à fé, que se faz ardente pela caridade, imolam a Deus vítimas espirituais no altar do próprio coração; neste gênero, devem ser consideradas todas as ações boas e honestas, que se endereçam à glória de Deus”. O sacerdócio comum é, pois, um sacerdócio comum a todos os fiéis, isto é, a todos os batizados enquanto professam e vivem a fé. Neste sentido, não é nenhum ministério, mas **“o culto cristão existencial**, que consiste na transformação da totalidade da vida por meio da caridade divina”. É, portanto, a própria vida cristã, feita de fé, de esperança e de caridade. É a vivência, suscitada e sustentada pelo Espírito, da vocação universal à santidade, colocando-se a serviço de Deus e de seu reino, como prosseguimento, na força do Espírito, da prática de Jesus!”.

Nota:86

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, nn. 30 e 31:** “Em primeiro lugar, não hesito em dizer que o horizonte para que deve tender todo o caminho pastoral é a *santidade*. Não era esse também o objetivo último da indulgência jubilar, enquanto graça especial oferecida por Cristo para que a vida de cada batizado pudesse purificar-se e renovar-se profundamente?

Espero que tenham sido tantos, dentre os que participaram do Jubileu, aqueles que gozaram de tal graça, com plena consciência do seu caráter exigente. Terminado o Jubileu, volta-se ao caminho ordinário, mas apontar a santidade permanece de forma mais evidente uma urgência da pastoral.

Assim, é preciso redescobrir, em todo o seu valor programático, o capítulo V da constituição dogmática *Lumen gentium*, intitulado “Vocação universal à santidade”. Se os padres conciliares deram tanto relevo essa temática, não foi para conferir um toque de espiritualidade à eclesiologia, mas para fazer sobressair a sua dinâmica intrínseca e qualificativa. A redescoberta da Igreja como “mistério”, ou seja, como “um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”, não podia deixar de implicar um reencontro com a sua “santidade”, entendida no seu sentido fundamental de pertença àquele que é o Santo por antonomásia, o “três vezes Santo” (cf. Is 6,3). Professar a Igreja como santa significa apontar o seu rosto de *Esposa de Cristo*, que a amou entregando-se por ela precisamente para santificar (cf. Ef 5,25-26). Esse dom de santidade, por assim dizer, objetiva é oferecido a cada batizado.

Mas o dom gera, por sua vez, um dever, que há de moldar toda a existência cristã: “Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação” (1Ts 4,3). É um compromisso que diz respeito não apenas a alguns, mas “os cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade”.

31. A recordação dessa verdade elementar, para fazer dela o fundamento da programação pastoral que nos ocupa no início do novo milênio, poderia parecer, à primeira vista, algo pouco operativo. Pode-se porventura “programar” a santidade? Que pode significar essa realidade na lógica de um plano pastoral?

Na verdade, colocar a programação pastoral sob o signo da santidade é uma opção carregada de consequências. Significa exprimir a convicção de que, se o batismo é um verdadeiro ingresso na santidade de Deus por meio da inserção em Cristo e da habitação do seu Espírito, seria um contra-senso contentar-se com uma vida medíocre, pautada por uma ética minimalista e uma religiosidade superficial. Perguntar a um catecúmeno: “Queres receber o batismo?” significa ao mesmo tempo pedir-lhe: “Queres fazer-te santo?”. Significa colocar no seu caminho o radicalismo do Sermão da Montanha: “Sede perfeitos, como é perfeito vosso Pai celeste” (Mt 5,48).

Como explicou o Concílio, esse ideal de perfeição não deve ser objeto de equívoco vendo nele um caminho extraordinário, que pode ser percorrido apenas por algum “gênio” da santidade. Os caminhos da santidade são variados e apropriados à vocação de cada um. Agradeço ao Senhor por me ter concedido, nestes anos, beatificar e canonizar muitos cristãos, entre os quais numerosos leigos que se santificaram nas condições

ordinárias da vida. É hora de propor de novo a todos, com convicção, essa “*medida alta*” da vida cristã ordinária: toda a vida da comunidade eclesial e das famílias cristãs deve apontar nessa direção. Mas é claro também que os percursos da santidade são pessoais e exigem uma verdadeira e própria *pedagogia da santidade*, capaz de se adaptar ao ritmo dos indivíduos; deverá integrar as riquezas da proposta lançada a todos com as formas tradicionais de ajuda pessoal e de grupo e as formas mais recentes oferecidas pelas associações e movimentos reconhecidos pela Igreja”.

Nota:87

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 30: “Em primeiro lugar, não hesito em dizer que o horizonte para que deve tender todo o caminho pastoral é a *santidade*. Não era esse também o objetivo último da indulgência jubilar, enquanto graça especial oferecida por Cristo para que a vida de cada batizado pudesse purificar-se e renovar-se profundamente?”

Espero que tenham sido tantos, dentre os que participaram do Jubileu, aqueles que gozaram de tal graça, com plena consciência do seu caráter exigente. Terminado o Jubileu, volta-se ao caminho ordinário, mas apontar a santidade permanece de forma mais evidente uma urgência da pastoral.

Assim, é preciso redescobrir, em todo o seu valor programático, o capítulo V da constituição dogmática *Lumen gentium*, intitulado “Vocação universal à santidade”. Se os padres conciliares deram tanto relevo essa temática, não foi para conferir um toque de espiritualidade à eclesiologia, mas para fazer sobressair a sua dinâmica intrínseca e qualificativa. A redescoberta da Igreja como “mistério”, ou seja, como “um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”, não podia deixar de implicar um reencontro com a sua “santidade”, entendida no seu sentido fundamental de pertença àquele que é o Santo por antonomásia, o “três vezes Santo” (cf. Is 6,3). Professar a Igreja como santa significa apontar o seu rosto de *Esposa de Cristo*, que a amou entregando-se por ela precisamente para santificar (cf. Ef 5,25-26). Esse dom de santidade, por assim dizer, objetiva é oferecido a cada batizado.

Mas o dom gera, por sua vez, um dever, que há de moldar toda a existência cristã: “Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação” (1Ts 4,3). É um compromisso que diz respeito não apenas a alguns, mas “os cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade”.

Nota:88

cf. **GS, n. 22:** “Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura do futuro, isto é, Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime. Não é por isso de admirar que as verdades acima ditas tenham nele a sua fonte e nele atinjam a plenitude.

“Imagem de Deus invisível” (Col 1,15), Ele é o homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que, n’Ele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo também em nós foi ela elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua Encarnação, Ele, o Filho de Deus, uni-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, mereceu-nos a vida com a livre efusão do seu sangue; n’Ele nos reconciliou Deus consigo e uns com os outros e nos arrancou da escravidão de demônio e do pecado. De maneira que cada um de nós pode dizer com o Apóstolo; o Filho de Deus “amou-me e entregou-se por mim” (Gl 2,20). Sofrendo por nós, não só nos deu exemplo, para que sigamos os seus passos, mas também abriu um novo caminho, em que a vida e a morte são santificadas e recebem um novo sentido.

O cristão, tornando conforme à imagem do Filho que é o Primogênito entre a multidão dos irmãos, recebe “as primícias do Espírito” (Rm 8,23), que o tornam capaz de cumprir a lei nova do amor. Por meio deste Espírito, “penhor da herança” (Ef 1,14), o homem todo é renovado interiormente, até à “redenção do corpo” (Rm 8,23): “Se o Espírito d’Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos dará também a vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que em vós habita” (Rm 8,11). É verdade que para o cristão é uma necessidade e um dever lutar contra o mal através de muitas tribulações, e sofrer a morte; mas associado ao mistério pascal, e configurado à morte de Cristo, vai ao encontro da ressurreição, fortalecido pela esperança.

E o que fica dito vale não só dos cristãos, mas de todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera ocultamente. Com efeito, já que por todos morreu Cristo e que a vocação última de todos os homens é realmente uma só, a saber a divina, devemos manter que o Espírito Santo a todos dá a possibilidade de se associarem a este mistério pascal por um modo só de Deus conhecido.

Tal é, e tão grande, o mistério do homem, que a Revelação cristã manifesta aos que crêem. E assim, por Cristo e em Cristo, esclarece-se o enigma da dor e da morte, o qual, fora do seu Evangelho, nos esmaga. Cristo ressuscitou, destruindo a morte com a própria morte, e deu-nos a vida, para que, tornados filhos no Filho, exclamemos no Espírito: Abba, Pai!”.

Nota:89

cf. **acima, nn. 37-43.**

Nota:90

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 50:** “No nosso tempo, de fato, são muitas as necessidades que interpelam a sensibilidade cristã. O nosso mundo começa o novo milênio, carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana. Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar?”.

Nota:91

Algumas indicações sobre a educação à cidadania se encontram no Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996, *Fraternidade e política* (cf., por exemplo, nn. 33-39 e 185-191).

Nota:92

cf. **João Paulo II, Discurso aos bispos dos Regionais Nordeste 1 e Nordeste 4, 26/10/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil**, Paulinas, São Paulo, 2003, n. 8, p.75-76: “8. Com maior razão, cabe uma diligente e atenta Pastoral da juventude, chamada a testemunhar os valores cristãos no novo milênio. Não é lugar comum afirmar novamente que os jovens são o futuro da humanidade. Preocupar-se pela sua maturação humana e cristã representa um precioso investimento para o bem da Igreja e da sociedade. Daqui parte a convicção de que “a Pastoral da Juventude deve estar sempre entre as preocupações primárias dos Pastores e das comunidades” (*Ecclesia in América*, n. 47).

Como sabemos, a juventude brasileira caracteriza a vida nacional não só numericamente mas, também, pela influência que exerce na vida social. A par do espinhoso problema do acompanhamento do menor privado da dignidade e da inocência; os problemas ligados à inserção no mercado de trabalho; o aumento da criminalidade juvenil condicionado, em boa parte, pela condição de pobreza endêmica e pela falta de estabilidade familiar, junto à ação, por vezes, deletéria de certos meios de comunicação social; a migração interna em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades; o preocupante envolvimento dos jovens no mundo da droga e da prostituição, constituem fatores que permanecem sempre na pauta das vossas atenções pastorais.

Os jovens não são indiferentes ao que a fé cristã ensina sobre o destino e o ser do homem. Ainda que não falem ideologias – e pessoas para sustentá-las – que permanecem fechadas, há em nossa época anseios elevados, misturados com atitudes rasteiras, heroísmos a par de covardias, idealismos ao lado de desilusões; criaturas que sonham com um mundo novo mais justo e mais humano. Por isso, “se Cristo lhes for apresentado com seu verdadeiro rosto, os jovens reconhecem-no como resposta convincente e conseguem acolher sua mensagem, embora seja exigente e marcada pela Cruz” (NMI, n.9)”.
Nota:93

Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo (1993).

Nota:94

Secretariado para os não-Cristãos, A Igreja e as outras religiões. Diálogo e missão (1984): “41. Deus continua a reconciliar os homens consigo, mediante o Espírito. A Igreja confia na promessa que lhe foi feita por Cristo de que o Espírito a guiará, na história, para a plenitude da verdade (cf. Jo 16,13). Por isso, vai ao encontro dos homens, dos povos e das suas culturas, consciente de que toda comunidade humana tem germens de bem e de verdade, e que Deus tem um projeto de amor para todas as nações (cf. At 17,26-27). A Igreja quer, pois, colaborar com todos para a realização deste projeto, valorizando assim as riquezas da sabedoria infinita e multiforme de Deus, e contribuindo para a evangelização da cultura (cf. EN 18-20).

42. “Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições precisos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-lo com entusiasmo.

Por nossa parte, o desejo de tal diálogo, guiado apenas pelo amor à verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem.

Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados a esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz” (GS 92; cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, Paulo VI e João Paulo II).

43. O diálogo torna-se, assim, fonte de esperança e fator de comunhão na transformação recíproca. É o Espírito Santo que guia a realização do plano de Deus na história dos indivíduos e de toda a humanidade, até todos os filhos de Deus, dispersos pelo pecado, estarem reunidos na unidade (cf. Jo 11,52).

44. Só Deus conhece os tempos, ele a quem nada é impossível, e cujo misterioso e silencioso Espírito abre, às pessoas e aos povos, os caminhos do diálogo para superar as diferenças raciais, sociais e religiosas, e enriquecer-se reciprocamente. Eis, pois, o tempo da paciência de Deus, no qual atua a Igreja e todas as comunidades cristãs, porque ninguém pode obrigar Deus a agir mais depressa do que ele decidiu fazer.

Mas, perante a nova humanidade do terceiro milênio, possa a Igreja irradiar um cristianismo aberto, para esperar, na paciência, que desponte a semente lançada com lágrimas e com confiança (cf. Tt 5,7-8; Mc 4,26-30)”.
Nota:95

Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Diálogo e anúncio (1991): “47. O diálogo requer uma atitude equilibrada tanto da parte dos cristãos como da parte dos seguidores das outras tradições. Não deveriam ser nem demasiado ingênuos nem hiper-críticos, mas abertos e acolhedores. Já se fez referência ao desinteresse e à imparcialidade, de assim como à aceitação das diferenças, e também às possíveis contradições. As outras disposições requeridas são a vontade de se empenhar em conjunto, ao serviço da verdade, e a prontidão em se deixar transformar pelo encontro.

48. Isto não significa que, ao entrar em diálogo, devam ser postas de lado as próprias convicções religiosas. Pelo contrário, a sinceridade do diálogo inter-religioso exige que se entre nele com a integralidade da própria fé. Ao mesmo tempo, permanecendo firmes na sua fé que em Jesus Cristo, o único mediador entre Deus e o ser humano (cf. *1Tm 2,4-6*), foi-lhes dada a plenitude da revelação, os cristãos não se devem esquecer que Deus também se manifestou de certo modo aos seguidores das outras tradições religiosas. Por conseguinte, são chamados a considerar as convicções e os valores dos outros abertamente.

49. Além disso, a plenitude da verdade recebida em Jesus Cristo não é aos cristãos, individualmente, a garantia de terem assimilado de modo pleno essa verdade. Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa por quem nos devemos deixar possuir. Trata-se, portanto, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim, mediante o diálogo, podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as idéias preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada.

50. Se os cristãos cultivarem esta abertura e aceitarem ser postos à prova, vão acolher os frutos do diálogo. Assim descobrirão tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade inteira. Longe de lhes enfraquecer a fé, o verdadeiro diálogo

torná-la-á mais profunda. Terão cada vez mais, consciência da sua identidade cristã e compreenderão mais claramente os elementos distintivos da mensagem cristã. A sua fé abrir-se-á a novas dimensões, ao mesmo tempo que descobrem a presença operante do mistério e Jesus Cristo para além dos confins visíveis da Igreja e do rebanho cristão”.

Nota:96

Paulo VI, Evangelii nuntiandi, n. 22: “Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se, com o andar do tempo, impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar “a razão da própria esperança” - explicitando por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimula pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que não de ouvi-lo? Este anúncio - Kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com frequência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto de evangelização”.

Nota:97

1Cor 9,16c: “Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!”

Nota:98

cf. **João Paulo II, Redemptoris missio, n. 83:** “A formação missionária é obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e de seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto como marginal, mas central na vida cristã. Mesmo para a “nova evangelização” dos povos cristãos, o tema missionário pode ser de grande proveito: o testemunho dos missionário mantém, efetivamente, seu fascínio sobre os que se afastaram e os descrentes, e transmite valores cristãos. As Igrejas locais, pois, insiram a animação missionária, como elemento fulcral, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis.

Para este fim serve, antes de mais nada, a informação, através da imprensa missionária e dos vários subsídios audiovisuais. Seu papel é extremamente importante, enquanto dão a conhecer a vida da Igreja, a palavra e as experiências dos missionários e das Igrejas locais, junto daquelas para quem trabalham. É necessário, pois, que nas Igrejas mais novas, as quais ainda não podem possuir um serviço de imprensa e outros subsídios, a iniciativa seja assumida pelos Institutos missionários que, para tal, dedicação o pessoal e meios necessários.

Para tal formação estão chamados os sacerdotes e seus colaboradores pastorais, os educadores e professores, os teólogos, especialmente aqueles que ensinam nos seminários e nos centros para leigos. O ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missionologia. Recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo, procurando, também, que alguns sacerdotes, ou alunos e alunas, se especializem nos diversos campos das ciências missiológicas.

As atividades de formação sejam sempre orientadas para seus fins específicos: informar e formar o Povo de Deus para a missão universal da Igreja, fazer nascer vocações *ad gentes*, suscitar cooperação para a evangelização. Não podemos, de fato, dar uma imagem que reduz a atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária está empenhada também nestes frentes. Porém, sua tarefa primeira é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais nada, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais que serão, depois, instrumento de libertação integral”.

Nota:99

João Paulo II, Redemptoris missio, 34: “A atividade missionária específica, ou missão *ad gentes*, tem como destinatários “os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo”, “aqueles que estão longe de Cristo”, entre os quais a Igreja “não está ainda radicada”, e cuja cultura ainda não foi influenciada pelo Evangelho. Distingue-se das outras atividades eclesiais por se dirigir a grupos e ambientes não-cristãos, caracterizados pela ausência ou insuficiência do anúncio evangélico e da presença eclesial. Vem a ser, portanto, a obra do anúncio de Cristo e de seu Evangelho, da edificação da Igreja local, da promoção dos valores do Reino. A peculiaridade da missão *ad gentes* deriva do fato de se orientar para os “não-cristãos”. É preciso evitar, por isso, que esta “tarefa especificamente missionária, que Jesus confiou e continua, cotidianamente, a confiar à sua Igreja, se torne numa realidade diluída na missão global de todo o Povo de Deus, ficando, desse modo, descurada ou esquecida.

De resto, os confins entre o *cuidado pastoral dos fiéis, a nova evangelização e a atividade missionária específica* não são facilmente identificáveis, e não se deve pensar em criar entre esses âmbitos barreiras ou compartimentos estanques. Não se pode, no entanto, perder a tensão para o anúncio e para a fundação de novas Igrejas entre povos ou grupos humanos, onde elas ainda não existem, porque esta é a tarefa primeira da Igreja, que é enviada a todos os povos, até aos confins da Terra. Sem a missão *ad gentes*, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação.

Registre-se, também, uma real e crescente *interdependência* entre as diversas atividades salvíficas da Igreja: cada uma influi sobre a outra, estimula-a e a ajuda. O dinamismo missionário permite uma troca de valores entre as Igrejas, e projeta, para o mundo exterior, influência positiva, em todos os sentidos. As Igrejas de antiga tradição cristã, por exemplo, preocupadas com a dramática tarefa da nova evangelização, estão mais conscientes de que não podem ser missionárias dos não-cristãos de outros países e continentes, se não se preocuparem seriamente com os não-cristãos da própria casa: a atividade missionária *ad intra* é sinal de autenticidade e de estímulo para realizar a outra, *ad extra*, e vice-versa”.

João Paulo II, Redemptoris missio, n. 83: “A formação missionária é obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e de seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto

como marginal, mas central na vida cristã. Mesmo para a “nova evangelização” dos povos cristãos, o tema missionário pode ser de grande proveito: o testemunho dos missionários mantém, efetivamente, seu fascínio sobre os que se afastaram e os descrentes, e transmite valores cristãos. As Igrejas locais, pois, insiram a animação missionária, como elemento fulcral, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis.

Para este fim serve, antes de mais nada, a informação, através da imprensa missionária e dos vários subsídios audiovisuais. Seu papel é extremamente importante, enquanto dão a conhecer a vida da Igreja, a palavra e as experiências dos missionários e das Igrejas locais, junto daqueles para quem trabalham. É necessário, pois, que nas Igrejas mais novas, as quais ainda não podem possuir um serviço de imprensa e outros subsídios, a iniciativa seja assumida pelos Institutos missionários que, para tal, dedicarão o pessoal e meios necessários.

Para tal formação estão chamados os sacerdotes e seus colaboradores pastorais, os educadores e professores, os teólogos, especialmente aqueles que ensinam nos seminários e nos centros para leigos. O ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missionologia. Recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo, procurando, também, que alguns sacerdotes, ou alunos e alunas, se especializem nos diversos campos das ciências missiológicas.

As atividades de formação sejam sempre orientadas para seus fins específicos: informar e formar o Povo de Deus para a missão universal da Igreja, fazer nascer vocações ad gentes, suscitar cooperação para a evangelização. Não podemos, de fato, dar uma imagem que reduz a atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária está empenhada também nestas frentes. Porém, sua tarefa primeira é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais nada, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais que serão, depois, instrumento de libertação integral”.

Nota:100

Diretório Geral para a Catequese (1997), n.170: “A adaptação realiza-se segundo as diversas circunstâncias em que se transmite a Palavra de Deus. Essas circunstâncias são determinadas pelas «diferenças de culturas, de idades, da vida espiritual, de situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese é dirigida». Tais circunstâncias deverão ser atentamente consideradas.

Recorde-se também que, no pluralismo das situações, a adaptação leva sempre em consideração a totalidade da pessoa e a sua unidade essencial, segundo a visão que dela tem a Igreja. Por isso, a catequese não se detém apenas na consideração dos elementos exteriores de uma determinada situação, mas considera também o mundo íntimo da pessoa, a verdade sobre o ser humano, «primeira e fundamental via da Igreja». Isso determina um processo de adaptação que é tanto mais condizente, quanto mais forem consideradas as interrogações, as aspirações e as necessidades da pessoa, no seu mundo interior”.

João Paulo II, Redemptor hominis, n. 14: “A Igreja não pode abandonar o homem, cuja « sorte », ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: «submetei-a (a terra) e dominai-a». (cf. Gn 1,28) Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é « pessoa ») tem uma própria história da sua vida e, sobretudo, uma própria história da sua alma. O homem que, segundo a interior abertura do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, o seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social – no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade – este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a *primeira e fundamental via da Igreja*, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da Encarnação e da Redenção.

Este homem assim precisamente, em o da a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o II Concílio do Vaticano, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: « É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto, por uma parte, ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade ». É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem – todos e cada um dos homens, sem exceção alguma – foi remido por Cristo; e porque com o homem – cada homem, sem exceção alguma – Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disso não se acha consciente: « Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes – a todos e a cada um dos homens – oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação ».

Sendo portanto este homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência quotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem que estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da « situação » de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cônica, outrossim, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que « a vida humana se torne cada vez mais humana » e para que tudo aquilo que compõe esta

mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônica de tudo aquilo *que é contrário* a um tal processo de nobilitação da vida humana”.

Nota:101

cf. as instruções de Jesus aos missionários **Mt 10,11-14**: “Em qualquer cidade ou povoado onde vocês entrarem, informem-se para saber se há alguém que é digno. E aí permaneçam até vocês se retirarem. Ao entrarem na casa, façam a saudação. Se a casa for digna, desça sobre ela a paz de vocês; se ela não for digna, que a paz volte para vocês. Se alguém não os receber bem, e não escutar a palavra de vocês, ao sair dessa casa e dessa cidade, sacudam a poeira dos pés”.

Mc 6,10-11: “E Jesus disse ainda: Quando vocês entrarem numa casa, fiquem aí até partirem. Se vocês forem mal recebidos num lugar e o povo não escutar vocês, quando saírem sacudam a poeira dos pés como protesto contra eles”.

Lc 10,5-7.38-42: “Em qualquer casa onde entrarem, digam primeiro: A paz esteja nesta casa! Se aí morar alguém de paz, a paz de vocês irá repousar sobre ele; se não, ela voltará para vocês. Permaneçam nessa mesma casa, comam e bebam do que tiverem, porque o trabalhador merece o seu salário. Não fiquem passando de casa em casa.

Enquanto caminhavam, Jesus entrou num povoado, e certa mulher, de nome Marta, o recebeu em sua casa. Sua irmã, chamada Maria, sentou-se aos pés do Senhor, e ficou escutando a sua palavra. Marta estava ocupada com muitos afazeres. Aproximou-se e falou: Senhor, não te importas que minha irmã me deixe sozinha com todo o serviço? Manda que ela venha ajudar-me! O Senhor, porém, respondeu: Marta, Marta! Você se preocupa e anda agitada com muitas coisas; porém, uma só coisa é necessária, Maria escolheu a melhor parte, e esta não lhe será tirada”.

Nota:102

Cnbb, Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1999-2002, doc. 61, n.115: “A ação evangelizadora e pastoral, como serviço da missão e obediência ao Espírito, exige do evangelizador cuidar da própria competência. Exige sãbia aplicação dos instrumentos modernos, com critérios evangélicos. Mas nada substitui a experiência do Deus vivo no encontro com Cristo vivo, alimentando-se constantemente pela escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida; pela participação na Eucaristia e demais celebrações; pela oração generosa e aberta a Deus e à sua presença na realidade humana; pelo abandono ao Espírito que precede a ação do evangelizador, assiste-o, quotidianamente, confortando-o nas dificuldades e mesmo nos fracassos; enfim, pela doação de si mesmo no serviço aos demais”.

Nota:103

Mc 16,20: “Os discípulos então saíram e pregaram por toda parte. O Senhor os ajudava e, por meio dos sinais que os acompanhavam, provava que o ensinamento deles era verdadeiro”.

Nota:104

cf. **João Paulo II, Redemptoris missio, n. 83**: “A formação missionária é obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e de seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto como marginal, mas central na vida cristã. Mesmo para a “nova evangelização” dos povos cristãos, o tema missionário pode ser de grande proveito: o testemunho dos missionários mantém, efetivamente, seu fascínio sobre os que se afastaram e os descrentes, e transmite valores cristãos. As Igrejas locais, pois, insiram a animação missionária, como elemento fulcral, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis.

Para este fim serve, antes de mais nada, a informação, através da imprensa missionária e dos vários subsídios audiovisuais. Seu papel é extremamente importante, enquanto dão a conhecer a vida da Igreja, a palavra e as experiências dos missionários e das Igrejas locais, junto daqueles para quem trabalham. É necessário, pois, que nas Igrejas mais novas, as quais ainda não podem possuir um serviço de imprensa e outros subsídios, a iniciativa seja assumida pelos Institutos missionários que, para tal, dedicarão o pessoal e meios necessários.

Para tal formação estão chamados os sacerdotes e seus colaboradores pastorais, os educadores e professores, os teólogos, especialmente aqueles que ensinam nos seminários e nos centros para leigos. O ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missionologia. Recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo, procurando, também, que alguns sacerdotes, ou alunos e alunas, se especializem nos diversos campos das ciências missiológicas.

As atividades de formação sejam sempre orientadas para seus fins específicos: informar e formar o Povo de Deus para a missão universal da Igreja, fazer nascer vocações ad gentes, suscitar cooperação para a evangelização. Não podemos, de fato, dar uma imagem que reduza a atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária está empenhada também nestas frentes. Porém, sua tarefa primeira é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais nada, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais que serão, depois, instrumento de libertação integral”.

Nota:105

João Paulo II, Discurso aos bispos dos Regionais Nordeste 1 e Nordeste 4, 26/10/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil, Paulinas, São Paulo, 2003, n.7, p.75: “A missão é única, mas os modos de realizar são diferentes, conforme os dons distribuídos pelo Espírito aos vários membros da Igreja. A ação dos leigos é indispensável para que a Igreja possa ser considerada realmente constituída, viva e operante em todos os seus setores, tornando-se plenamente sinal da presença de Cristo entre os homens. Mas isto supõe um laicato amadurecido, em comunhão plena com a hierarquia e comprometido a plasmar o evangelho nas distintas situações em que se encontrar.

A função dos pastores dirige a estimular e canalizar os esforços dos seus diocesanos, sempre que se trate de verdadeira obra missionária evangelizadora, conforme foi transmitida pelo Redentor à sua Igreja. Como mestres na fé, confirmam no seus diocesanos o respeito pelas leis canônicas da Igreja, procurando orientá-los, inclusive, a fim de que cumpram as leis do Estado, pois “não se distinguem dos outros homens pelo país, nem pela língua, nem pela organização política” (*Carta a Diogneto*, 5: PG 2, 1173); distinguem-se, sim, pela fé e esperança cristãs e pela pureza de vida”.

Nota:106

Código de Direito Canônico, cân. 208: “Entre todos os fiéis, por sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma verdadeira igualdade, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo”.

Código dos Cânones das Igrejas orientais, cân. 11.

Nota:107

cf. **LG, 32c:** “A Santa Igreja é, por instituição divina, organizada e dirigida em variedade admirável. “porque, como, em um só corpo, nós temos muitos membros, e nem todos os membros exercem a mesma função, assim nós, que muitos somos, constituímos em Cristo um corpo único, sendo individualmente membros uns dos outros” (Rm 12,4-5).

É, portanto, uno o povo eleito de Deus: “um só Senhor, uma só fé, um só Batismo”(cf. Ef. 4,5); comum é a dignidade dos membros pela sua regeneração em Cristo, comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e caridade indivisível. Nenhuma desigualdade existe em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, pois que não há “Judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher; todos vós sois “um” em Cristo Jesus”(Gl 3,28 grego; cf. Cl 3,11).

Mas se, na Igreja, nem todos caminham pela mesma via, todos são chamados à santidade e têm igualmente a mesma fé pela justiça de Deus (cf. 2 Pd 1,1).

E se é certo que alguns, por vontade de Cristo, são constituídos para os demais como doutores, administradores dos mistérios e pastores, reina afinal entre todos verdadeira igualdade no que respeita à dignidade e à ação comum do conjunto dos fiéis para a edificação do Corpo de Cristo. A distinção, que o Senhor estabeleceu, entre os ministros sagrados e o restante Povo de Deus, implica união, pois os pastores e os fiéis estão vinculados entre si por uma relação mútua; os Pastores da Igreja, seguindo o exemplo do Senhor, estejam ao serviço uns dos outros e dos fiéis, e estes por sua vez prestem de boa vontade colaboração aos Pastores e Doutores. Assim, na variedade, todos dão testemunho da admirável unidade de Corpo de Cristo, pois a própria diversidade de graças, de ministérios e de funções agrupa na unidade os filhos de Deus, já que “um só” e mesmo Espírito é o que opera todas estas coisas” (1 Cor 12,11).

Os leigos, se, por designação divina, têm a Cristo como irmão, Ele que, sendo Senhor de todos, veio não para ser servido mas para servir (cf. Mt 20,28), têm igualmente como irmãos aqueles que, constituídos no sagrado ministério e ensinando, santificando e governando por autoridade de Cristo, apascentam a Família de Deus de tal modo que todos cheguem a cumprir o preceito novo da caridade. A este propósito, diz com tanto acerto Santo Agostinho: “Se me aterra o ser para vós, consola-me o estar convosco. Para vós sou Bispo, convosco sou cristão. Aquele é o nome do ofício, este o da graça; aquele o do perigo, este o da salvação”.

Puebla, nn. 125, 925 etc.: “125. O seu sentido de pertença à Igreja aumentou em toda parte, não só pelo compromisso eclesial mais estável, mas também por sua participação mais ativa nas assembleias litúrgicas e nas tarefas apostólicas. Em muitos países as CEBs são prova desta incorporação e deste desejo de participação. O compromisso do laicato com o temporal, tão necessário para a mudança de estruturas, tem sido insuficiente. Em geral, poder-se-ia dizer que há uma valorização maior da necessária participação do laicato na vida da Igreja.

A mulher merece uma menção especial: tanto a religiosa quanto a dos institutos seculares e as simples leigas participam atualmente, cada vez mais, das tarefas pastorais, embora, em muitos lugares, ainda exista o medo desta participação.

925. A reforma e renovação litúrgicas fomentam a participação, que conduz à comunhão. A participação plena, consciente e ativa na liturgia é fonte primária e necessária do espírito verdadeiramente cristão. Por isso, as considerações pastorais, salva sempre a observância das normas litúrgicas, devem superar o mero rubricismo”.

Nota:108

cf. **Puebla, n. 640-643:** “Nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive.

Pergunta-se quando é que uma pequena comunidade pode ser considerada verdadeira comunidade eclesial de base na América Latina?

641. A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. “Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana” (EN 58).

642. Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, “a civilização do amor”.

643. As comunidades eclesiais de base são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo”.

Puebla 648-650: “Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o Espírito de Medellín e os critérios da Evangelii Nuntiandi, 58; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como possam as pequenas comunidades que se multiplicam sobretudo na periferia e na zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente.

649. Nas paróquias, é preciso prosseguir no esforço de renovação, superando os aspectos meramente administrativos; buscando maior participação dos leigos, mormente no conselho pastoral; dando prioridade aos

apostolados organizados e formando os seculares para que assumam, como cristãos, suas responsabilidades na comunidade e no ambiente social.

650. Deve-se insistir numa opção mais decidida em favor da pastoral de conjunto, especialmente com a colaboração das comunidades religiosas, promovendo grupos, comunidades e movimentos; animando-as a um esforço constante de comunhão, fazendo da paróquia o centro de promoção e dos serviços que as comunidades menores não podem assegurar”.

Nota:109

João Paulo II, Novo millenio ineunte, n. 46: “esta perspectiva de comunhão está intimamente ligada à capacidade que tem a comunidade cristã de dar espaço a todos os dons do Espírito. A unidade da Igreja não é uniformidade,mas integração orgânica das legítimas diversidades; é a realidade de muitos membros unidos num só corpo, o único Corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12, 12). Por isso, é necessário que a Igreja do terceiro milênio estimule todos os batizados e crismados a tomarem consciência da sua própria e ativa responsabilidade na vida eclesial. Ao lado do ministério ordenado, podem florescer outros ministérios - instituídos ou simplesmente reconhecidos - em proveito de toda a comunidade, ajudando-a nas suas diversas necessidades: da catequese à animação litúrgica, da formação dos jovens às várias expressões da caridade.

Um generoso empenho certamente há de ser posto - sobretudo mediante uma oração insistente ao Senhor da messe (cf. Mt 9,38) - na *promoção das vocações ao sacerdócio e de especial consagração*.

Trata-se de um problema de grande importância para a vida da Igreja em todo o mundo. Mas, em alguns países de antiga evangelização, tal problema tornou-se dramático em razão da alteração do contexto social e da aridez religiosa causada pelo consumismo e pelo secularismo. É necessário e urgente estruturar uma vasta e capilar *pastoral vocacional*, que envolva as paróquias, os centros educativos, as famílias, suscitando uma reflexão mais atenta sobre os valores essenciais da vida, cuja síntese decisiva está na resposta que cada um é convidado a dar ao chamado de Deus, especialmente quando este pede a total doação de si mesmo e das próprias forças à causa do Reino.

Nesse contexto, aparece em todo o seu valor cada uma das vocações, radicadas na riqueza da vida nova recebida no sacramento do batismo. Em particular, é preciso descobrir cada vez mais a *vocação própria dos fiéis leigos*, que são chamados, enquanto tais, a “procurar o Reino de Deus, tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus”, e têm também “um papel próprio a desempenhar na missão do inteiro povo de Deus, na Igreja e no mundo [...], com a sua ação para evangelizar e santificar os homens”.

Nessa mesma linha, reveste uma grande importância para a comunhão o dever de *promover as várias realidades agregativas* que, tanto nas suas formas mais tradicionais como nas mais recentes dos movimentos eclesiais, continuam a dar à Igreja uma grande vitalidade que é dom de Deus e constitui uma autêntica “primavera do Espírito”. É, sem dúvida, necessário que associações e movimentos, tanto da Igreja universal como das Igrejas particulares, atuem em plena sintonia eclesial e obediência às diretrizes autorizadas dos pastores. Mas a todos é dirigida, de forma exigente e peremptória, a advertência do Apóstolo: “Não extingais o Espírito, não desprezeis as profecias. Examinai tudo e retende o que for bom” (1Ts 5,19-21)”.

Nota:110

cf. **CD, n. 27:** “O cargo principal da Cúria diocesana é o de Vigário Geral. Mas, sempre que exija o bom governo da diocese, pode o Bispo nomear um ou vários Vigários Episcopais, que por direito, gozam do poder atribuído pelo direito comum ao Vigário Geral sobre uma determinada parte da diocese ou sobre um determinado gênero de assuntos ou sobre os fiéis dum determinado rito.

Entre os cooperadores do Bispo no governo da diocese, contam-se também os presbíteros que formam o seu senado ou conselho, como são os membros do capítulo catedral, o grupo dos consultores ou outros conselhos, segundo as circunstâncias e a índole dos diversos lugares. Estas instituições, sobretudo os capítulos catedrais, não de reorganizar-se quanto for necessário, para que se acomodem às necessidades atuais.

Os sacerdotes e os leigos, que pertencem à Cúria diocesana, lembrem-se de que prestam auxílio ao ministério pastoral do Bispo.

Organize-se a Cúria diocesana de modo que seja instrumento apto nas mãos do Bispo, não só para administrar a diocese mas também fomentar as obras de apostolado.

É muito para desejar que se estabeleça em cada diocese um Conselho pastoral, a que presida o Bispo diocesano e do qual façam parte clérigos, religiosos e leigos bem escolhidos. Terá, como missão, investigar e apreciar tudo o que diz respeito às atividades pastorais e formular conclusões práticas”.

AA, n. 26: “Ao nível diocesano, quanto possível, instituem-se conselhos que ajudem o trabalho apostólico da Igreja, quer no campo da evangelização e da santificação, quer no caritativo, social e noutros, cooperando convenientemente clérigos e religiosos com os leigos. Estes conselhos poderão servir para a mútua coordenação das várias organizações e iniciativas dos leigos, salva a própria índole e autonomia de cada uma.

Organizem-se tais conselhos, na medida do possível, também no âmbito paroquial ou interparoquial, interdiocesano e mesmo a nível nacional e internacional.

Constitua-se, além disso, junto da Santa Sé, um Secretariado especial para serviço e impulso do apostolado dos leigos, funcionando como centro que forneça, por meios aptos, informações acerca das várias iniciativas apostólicas dos leigos, se dedique às investigações dos problemas modernos que surgem neste campo e assista, com os seus conselhos, a hierarquia e os leigos, nas obras apostólicas. Façam parte deste Secretariado os vários movimentos e iniciativas de apostolado dos leigos, existentes em todo o mundo, cooperando com os leigos também clérigos e religiosos”.

Nota:111

cf. **Puebla, n. 645:** “Na Igreja particular, constituída à imagem da Igreja universal, encontra-se e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica. Ela é uma parte do povo de Deus, definida por um contexto sociocultural mais amplo, onde se encarna. Sua primazia no conjunto das comunidades eclesiais deve-se ao fato de ser presidida pelo bispo, dotado de forma plena e sacramental do tríplice ministério de Cristo, cabeça do corpo místico, profeta, sacerdote e pastor. O bispo é, em cada Igreja particular, princípio e fundamento de unidade da mesma”.

Nota:112

cf. **Puebla, n.704**: “Dar aos conselhos presbiteriais e pastorais e outros organismos pastorais a consistência funcionalidade requeridas pelo Concílio e promover com solicitude o crescimento espiritual e pastoral dos presbíteros”.

Nota:113

cf. **Código de Direito Canônico, cân. 511**: “Em cada diocese, enquanto a situação pastoral o aconselhar, seja constituído o conselho pastoral, ao qual compete, sob a autoridade do Bispo, examinar e avaliar as atividades pastorais na diocese e propor conclusões práticas sobre elas”.

536

Código dos Cânones das Igrejas orientais, cân. 272 e 295.

Nota:114

cf. **Puebla, n.98**: “Em alguns lugares não se deu a atenção conveniente ao trabalho de formação de CEBs. É lamentável que em algumas partes interesses visivelmente políticos as pretendam manipular e afastar da autêntica comunhão com seus bispos”.

Puebla 1197: “Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado”.

Hoje, mais que de ideologias, os fiéis devem guardar-se de movimentos espirituais ou religiosos que podem trazer graves deformações à fé. cf. o recente documento publicado conjuntamente pelo Pontifício Conselho da Cultura e o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, intitulado *Jesus Cristo portador da água viva*. Uma reflexão cristã sobre a Nova Era. São Paulo, Paulinas, 2003.

Nota:115

cf. **Pontifício Conselho para os Meios de Comunicação Social**, Instrução *Communio et progressio* (1971), n. 115: “Como corpo vivo, a Igreja necessita duma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação. «... com a ausência da opinião pública, faltar-lhe-ia qualquer coisa de vital, e a culpa recairia tanto sobre os Pastores como sobre os leigos». que remete do discurso do papa Pio XII ao Congresso Internacional de Jornalistas, de 17/2/1950.

Nota:116

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 45: “Os espaços da comunhão não devem ser aproveitados e promovidos dia a dia, em todos os níveis no tecido da vida de cada Igreja. Nesta, a comunhão deve resplandecer nas relações entre bispos, presbíteros e diáconos, entre pastores e o conjunto do povo de Deus, entre clero e religiosos, entre associações e movimentos eclesiais. Para isso, devem-se valorizar cada vez mais os organismos de participação previstos no direito canônico, tais como *os conselhos presbiteriais e pastorais*. Como se sabe, estes não se regem pelos critérios da democracia parlamentar, porque operam por via consultiva, e não deliberativa; mas nem por isso perdem o seu sentido e importância. É que a teologia e a espiritualidade da comunhão inspiram uma recíproca e eficaz escuta entre pastores e fiéis, que por um lado os mantém unidos *a priori* em tudo o que é essencial, e por outro os faz confluír normalmente para decisões ponderadas e compartilhadas mesmo naquilo que é opinável.

Com tal finalidade, é preciso assumir aquela antiga sabedoria que, sem prejudicar em nada o papel categorizado dos pastores, procurava incentivá-los à mais ampla escuta de todo o povo de Deus. É significativo o que São Bento lembra ao abade do mosteiro, ao convidá-lo a consultar também os mais novos: “É freqüente o Senhor inspirar a um mais jovem um parecer melhor”, E São Paulino de Nola exorta: “Dependemos dos lábios de todos os fiéis, porque, em cada fiel, sopra o Espírito de Deus”.

Dessa forma, se a ciência jurídica, ao estabelecer normas precisas de participação, manifesta a estrutura hierárquica de participação, manifesta a estrutura hierárquica da Igreja e esconjura tentações de arbítrio e injustificadas pretensões, a espiritualidade da comunhão confere uma alma ao dado institucional, ao aconselhar confiança e abertura que corresponde plenamente à dignidade e responsabilidade de cada membro do povo de Deus”.

Nota:117

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 45**: “É significativo o que São Bento lembra ao abade do mosteiro, convidando-o a consultar também os mais novos: ‘É freqüente o Senhor inspirar a um mais jovem um parecer melhor’” (Cf. *Reg.* III,3). E São Paulino de Nola exorta: “Dependemos dos lábios de todos os fiéis, pois o Espírito de Deus sopra em cada fiel” (*Epistula* 23,36).

Nota:118

Cnbb, Rumo ao Novo Milênio, doc. 56, n. 89: “Muitas vezes, o mais generoso e eficaz trabalho de inculturação do Evangelho é feito pelas mulheres, através da educação dos filhos, da animação da vida comunitária, da participação eclesial e de muitas outras formas. Esta presença feminina, predominante nos trabalhos de base, deverá ter maior acesso às responsabilidades de direção e à participação nas decisões importantes da vida eclesial. Mais ainda: é preciso que a questão do reconhecimento da dignidade da mulher na Igreja e a busca de relações verdadeiramente humanas entre homens e mulheres seja objeto de reflexão teológica e de efetivo progresso na vida pastoral das comunidades”.

Nota:119

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 32: “Para essa pedagogia da santidade, há a necessidade de um cristianismo que se destaque principalmente pela *arte da oração*. O ano jubilar foi um ano de oração, pessoal e comunitária, mais intensa. Mas a oração, como bem sabemos, não se pode dar por suposta; é necessário aprender a rezar, voltando sempre de novo a conhecer essa arte dos próprios lábios do divino Mestre, como os primeiros discípulos: “Senhor, ensina-nos a orar” (Lc 11,1). Na oração, desenrola-se aquele diálogo com Jesus que faz de nós seus amigos íntimos: “Permanecei em mim e eu permaneceréi em vós” (Jo 15,4). Essa reciprocidade constitui precisamente a substância, a alma da vida cristã, e é condição de toda a vida pastoral autêntica. Obra do Espírito Santo em nós, a oração abre-nos, por Cristo e em Cristo, à contemplação do rosto do Pai, Aprender essa lógica trinitária da oração cristã, vivendo-a plenamente – sobretudo na liturgia, meta e fonte da vida eclesial, mas também na experiência pessoal – , é o segredo de um cristianismo verdadeiramente vital, sem motivos para temer o futuro porque volta continuamente às fontes e aí se regenera”.

O Papa continua citando Lc 11,1 (“Senhor, ensina-nos a orar”) e Jo 15,4 (“Permanecei em mim...”).

Nota:120

João Paulo II, *Novo millennio ineunte*, n. 33: “Não será porventura um “sinal dos tempos” que se verifique hoje, não obstante os vastos processos de secularização, *uma generalizada exigência de espiritualidade*, que em grande parte se exprime precisamente numa *renovada carência de oração*? Também as outras religiões, já largamente presentes nos países de antiga cristianização, oferecem as suas respostas a tal necessidade, chegando às vezes a fazê-lo com modalidades cativantes. Nós que temos a graça de acreditar em Cristo, revelador do Pai e salvador do mundo, temos obrigação de mostrar a profundidade a que pode levar o relacionamento com ele.

A grande tradição mística da Igreja, tanto no Oriente como no Ocidente, é bem elucidativa a tal respeito, mostrando como a oração pode progredir, sob a forma de um verdadeiro e próprio diálogo de amor, até tornar a pessoa humana totalmente possuída pelo Amante divino, sensível ao toque do Espírito, abandonada filialmente no coração do Pai. Experimenta-se então ao vivo a promessa de Cristo: “Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu amá-lo-ei e manifestar-me-ei a ele” (Jo 14,21). Trata-se de um caminho sustentado completamente pela graça, que no entanto requer grande empenho espiritual e conhece também dolorosas purificações (a já referida “noite escura”), mas desemboca, de diversas formas possíveis, na alegria inexprimível vivida pelos místicos como “união sponsal”. Como não mencionar aqui, entre tantos testemunhos luminosos, a doutrina de São João da Cruz e de Santa Teresa de Ávila?

As nossas comunidades, amados irmãos e irmãs, devem tornar-se *autênticas “escolas” de oração*, onde o encontro com Cristo não se exprima apenas em pedidos de ajuda, mas também em ação de graças, louvor, adoração, contemplação, escuta, afetos de alma, até se chegar a um coração verdadeiramente “apaixonado”. Uma oração intensa, mas sem afastar do compromisso na história: ao abrir o coração ao amor de Deus, aquela abre-o também ao amor dos irmãos, tornando-nos capazes de construir a história segundo o desígnio de Deus”.

Nota:121

cf. **Concílio Vaticano II, SC, n.19:** “Com empenho e paciência procurem os pastores de almas dar a formação litúrgica e promovam também a participação ativa dos fiéis, tanto interna como externa, segundo a sua idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes deveres do fiel dispensador dos mistérios de Deus. Neste ponto guiem o rebanho não só com palavras mas também com o exemplo”.

Nota:122

At 10,34: “Pedro então começou a falar: “De fato, estou compreendendo que Deus não faz diferença entre as pessoas”.

Nota:123

At 10,28: “Vocês sabem que é proibido para um judeu relacionar-se com um estrangeiro ou entrar na casa dele. Deus, porém, mostrou-me que não se deve dizer que algum homem é profano ou impuro”.

Nota:124

cf. **1Jo 1,8-10:** “Se dizemos que não temos pecado, enganamos a nós mesmos, e a Verdade não está em nós. Se reconhecemos os nossos pecados, Deus, que é fiel e justo, perdoará nossos pecados e nos purificará de toda injustiça. Se dizemos que nunca pecamos, estaremos afirmando que Deus é mentiroso, e a sua palavra não estará em nós”.

Nota:125

cf. **Mt 18,15:** “Se o seu irmão pecar, vá e mostre o erro dele, mas em particular, só entre vocês dois. Se ele der ouvidos, você terá ganho o seu irmão”.

Nota:126

cf. **At 2,42-47:** “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação”.

At 4,32-35: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. E todos eles gozavam de grande aceitação. Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; depois, ele era distribuído a cada um conforme a sua necessidade”.

Nota:127

cf. **Ef 4,5:** “há um só Senhor, uma só fé, um só batismo”.

Nota:128

Concílio Vaticano II, *Lumen gentium*, n. 32: “A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. “Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco, embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros” (Rm 12,4).

O povo de Deus é uno: “um só Senhor, uma fé, um só batismo” (Ef 4,5). A dignidade dos membros é a mesma, em virtude da regeneração em Cristo. A graça filial e a vocação à perfeição são também as mesmas. Uma salvação, uma esperança, uma e indivisível a caridade. Não há, portanto, em Cristo e não deve haver na Igreja nenhuma diferença de raça ou nação, de condição social ou de sexo, “não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois, todos vocês são um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28; cf. Cl 3,11).

Na Igreja, embora nem todos sigam pelo mesmo caminho, são todos chamados à santidade e herdeiros da mesma fé, segundo a justiça de Deus (cf. 2Pd 1,1). Todos são iguais em dignidade. A ação de todos os fiéis em vista da edificação do corpo de Cristo é comum a todos. No entanto, em benefício do conjunto, o próprio Cristo constituiu alguns como doutores, pastores e dispensadores dos mistérios de Deus. A distinção estabelecida pelo Senhor entre os ministros sagrados e os outros membros do povo de Deus exige a união, pois, vincula uns aos outros, pastores e fiéis. Os pastores devem se colocar a serviço uns dos outros e dos fiéis, à imitação do

Senhor. Os fiéis, por sua vez, devem colaborar alegremente com os pastores e doutores. Na própria diversidade, todos dão testemunho da admirável unidade do corpo de Cristo. A variedade das graças, dos ministérios e das atividades congrega os filhos de Deus na unidade, pois, “é sempre o mesmo e único Espírito que tudo opera” (1Cor 12,11).

Cristo, Senhor de todas as coisas, veio para servir e não para ser servido (cf. Mt 20,28). Os leigos o têm pois como irmão, graças à misericórdia divina. São também irmãos dos que estão encarregados do ministério sagrado. É pela autoridade de Cristo que apascentam a família de Deus, ensinando, santificando e dirigindo-a, para que seja cumprido por todos o novo mandamento da caridade. Agostinho o diz com rara felicidade: ‘Assusta-me ser de vocês, consola-me estar com vocês. Sou de vocês como bispo, estou com vocês como cristão. Bispo é nome de função; cristão, o nome da graça. Um representa perigo, o outro, salvação’.

Nota:129

cf. **GS, n. 38:** “O Verbo de Deus, pelo qual todas as coisas foram feitas, fazendo-se homem e vivendo na terra dos homens, entrou como homem perfeito na história do mundo, assumindo-a recapitulando-a. Ele revela-nos que “Deus é amor” (1 Jo 4,8) e ensina-nos ao mesmo tempo que a lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo, é o novo mandamento do amor. Dá assim, aos acreditam no amor de Deus, a certeza de que o caminho do amor está aberto para todos e que o esforço por estabelecer a universal fraternidade não é vão. Adverte, ao mesmo tempo, que este amor não se deve exercitar apenas nas coisas grandes, mas, antes de mais, nas circunstâncias ordinárias da vida. Suportando a morte por todos nós pecadores, ensina-nos com o seu exemplo que também devemos levar a cruz que a carne e o mundo fazem pesar sobre os ombros daqueles que seguem a paz e a justiça. Constituído Senhor pela sua ressurreição, Cristo, a quem foi dado o poder no céu e sobre a terra, atua já pela força do Espírito Santo nos corações dos homens; não suscita neles apenas o desejo da vida futura, mas, por isso mesmo, anima, purifica e fortalece também aquelas generosas aspirações que levam a humanidade a tentar tornar a vida mais humana e a submeter para esse fim toda a terra. Sem dúvida, os dons do Espírito são diversos: enquanto chama alguns a darem claro testemunho do desejo da pátria celeste e a conservarem-no vivo no seio da família humana, chama outros a dedicarem-se ao serviço terreno dos homens, preparando com esta sua atividade como que a matéria do reino dos céus. Liberta, porém, a todos, para que, deixando o amor próprio e empregando em favor da vida humana todas as energias terrenas, se lancem para o futuro, em que a humanidade se tornará oblação agradável a Deus.

O penhor desta esperança e o viático para este caminho deixou-os o Senhor aos seus naquele sacramento da fé, em que os elementos naturais, cultivados pelo homem, se convertem no Corpo e Sangue gloriosos, na ceia da comunhão fraterna e na prelibação do banquete celeste”.

Outros textos relevantes são *Gaudium et Spes, n.78b* e *Gaudium et spes, n. 92* (o diálogo em vista da fraternidade, respeitando a diversidade de etnias, culturas e religiões). A fraternidade universal é ressaltada também como fim do anúncio de Cristo (*Ad gentes, n. 8*) e do apostolado dos cristãos leigos (*Apostolicam actuositatem, n. 14*) e fundamento da oposição da Igreja a toda forma de discriminação das pessoas humanas (*Nostra Aetate, n.5*).

GS 78b: “A paz não é ausência da guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas ou resulta duma dominação despótica. Com toda a exatidão e propriedade ela é chamada “obra da justiça” (Is 32,7). É um fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça. Com efeito, o bem comum do gênero humano é regido, primária e fundamentalmente, pela lei eterna; mas, quanto às suas exigências concretas, está sujeito a constantes mudanças com o decorrer do tempo. Por esta razão, a paz nunca se alcança duma vez para sempre, antes deve estar constantemente a ser edificada. Além disso, como a vontade humana é fraca e ferida pelo pecado, a busca da paz exige o constante domínio das paixões de cada um e a vigilância da autoridade legítima.

Mas tudo isto não basta. Esta paz não se pode alcançar na terra a não ser que se assegure o bem das pessoas e que os homens compartilhem entre si livre e confiadamente as riquezas do seu espírito criador. Absolutamente necessárias para a edificação da paz são ainda a vontade firme de respeitar a dignidade dos outros homens e povos e a prática assídua da fraternidade. A paz é assim também fruto do amor, o qual vai além do que a justiça consegue alcançar.

A paz terrena, nascida do amor do próximo, é imagem e efeito da paz de Cristo, vinda do Pai. Pois o próprio Filho encarnado, príncipe da paz, reconciliou com Deus, pela cruz, todos os homens; restabelecendo a unidade de todos em um só povo e num só corpo, extinguiu o ódio e, exaltado na ressurreição, derramou nos corações o Espírito de amor.

Todos os cristãos são, por isso, insistentemente chamados a que “praticando a verdade na caridade” (Ef 4,15), se unam com os homens verdadeiramente pacíficos para implorarem e edificarem a paz.

Levados pelo mesmo espírito, não podemos deixar de louvar aqueles que, renunciando à ação violenta para reivindicar os próprios direitos, recorrem a meios de defesa que estão também ao alcance dos mais fracos - sempre que isto se possa fazer sem lesar os direitos e obrigações de outros ou da comunidade.

Na medida em que os homens são pecadores, o perigo da guerra ameaça-os e continuará a ameaçá-los até à vinda de Cristo; mas na medida em que, unidos em caridade, superam o pecado, superadas ficam também as lutas, até que se realize aquela palavra: “com as espadas forjarão arados e foices com as lanças. Nenhum povo levantará a espada contra outro e jamais se exercitarão para a guerra”(Is 2,4)”. (a fraternidade universal é condição da paz)”.

GS 92: “Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo e de reunir em um só Espírito todos os homens, de qualquer nação raça ou cultura, a Igreja constitui um sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero.

Isto exige, em primeiro lugar, que, reconhecendo toda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a estima, respeito e concórdia mútuas, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o povo de Deus, pastores ou fiéis, um diálogo cada vez mais fecundo. Porque o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade.

Abracemos também em espírito os irmãos que ainda não vivem em plena comunhão conosco, e suas comunidades, com os quais estamos unidos na confissão do Pai, Filho e Espírito Santo e pelo vínculo da

caridade, lembrados de que a unidade dos cristãos é hoje esperada e desejada mesmo por muitos que não crêem em Cristo. Com efeito, quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e de paz. Unamos, pois, as nossas forças e, cada dia mais fiéis ao Evangelho, procuremos, por modos cada vez mais eficazes para alcançar este fim tão alto, cooperar fraternamente no serviço da família humana, chamada, em Cristo, a tornar-se a família dos filhos de Deus.

Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e segui-los com ardor.

Por nossa parte, o desejo de um tal diálogo guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu Autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem. Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a sermos irmãos. Por isso, chamamos com esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo”.

AG 8: “Também com a própria natureza humana e suas aspirações tem íntima conexão a atividade missionária. Com efeito, ao dar a conhecer Cristo, a Igreja revela, por isso mesmo, aos homens a genuína verdade da sua condição e da sua integral vocação, pois Cristo é o princípio e o modelo da humanidade renovada e imbuída de fraterno amor, sinceridade e espírito de paz, à qual todos aspiram.

Cristo e a Igreja que d’Ele dá testemunho pela pregação evangélica, transcendem todos os particularismos de estirpe ou de nação e, por isso, não podem ser considerados estranhos a ninguém e em nenhuma parte. O próprio Cristo é aquela verdade e aquele caminho que a pregação evangélica a todos abre ao levar aos ouvidos de todos as palavras que Ele mesmo disse: “Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Porém, como quem não crê já está julgado (cf. Jo 3, 18), as palavras de Cristo são, ao mesmo tempo palavras de juízo e de graça, de morte e de vida. É que só infligindo a morte ao que é velho podemos ter acesso à novidade de vida: e isto que vale, em primeiro lugar, das pessoas, vale também para os diversos bens deste mundo que estão marcados tanto pelo pecado do homem como pela benção de Deus: “porque todos pecaram e estão na necessidade da glória de Deus” (Rm 3,23). Por si mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado e se eleve acima de si mesmo, ninguém absolutamente que se liberte a si mesmo da sua enfermidade, da sua solidão ou da sua escravidão, mas todos precisam de Cristo como modelo, mestre, libertador, salvador, vivificador. De fato, na história humana, mesmo sob o ponto de vista temporal, o Evangelho foi um fermento de liberdade e de progresso e apresenta-se sempre como fermento de fraternidade, de unidade e de paz. Não é sem razão, por isso, que Cristo é celebrado pelos fiéis como “o esperado das nações e o seu salvador”.

AA 14: “Abre-se um campo imenso de apostolado na ordem nacional e internacional, onde os leigos, sobretudo, são ministros da sabedoria cristã. Na piedade para com a pátria e no fiel cumprimento dos deveres civicos, os católicos sintam-se obrigados a promover o verdadeiro bem comum e, assim, façam valer o peso da sua opinião, para que o poder civil se exerça com justiça e as leis estejam de acordo com os preceitos morais e com o bem comum. Os católicos peritos nos negócios públicos e devidamente firmados na fé e na doutrina cristã não recusem exercer cargos públicos, uma vez que, por meio deles, exercidos devidamente, podem promover o bem comum e simultaneamente abrir o caminho ao Evangelho.

Procurem os católicos cooperar com todos os homens de boa vontade na promoção de tudo o que é verdadeiro, de tudo o que é justo, de tudo o que é santo, de tudo o que é amável (cf. Fl 4-8). Travem diálogo com eles, indo até eles com prudência e delicadeza, e investiguem como aperfeiçoar as instituições sociais e públicas segundo o espírito do Evangelho.

Entre os sinais do nosso tempo, é digno de menção especial esse crescente e inelutável sentido de solidariedade de todos os povos. É dever do apostolado dos leigos promovê-lo solicitamente e convertê-lo em sincero e verdadeiro afeto fraterno. Além disso, os leigos devem tomar consciência do campo internacional e das questões e soluções, quer doutrinárias quer práticas, que nele surgem, sobretudo quanto aos povos que se esforçam por progredir.

Lembrem-se todos os que trabalham noutras nações ou lhes prestam auxílio de que as relações entre os povos devem ser um verdadeiro intercâmbio fraterno, em que cada um dá e recebe ao mesmo tempo. Os que se deslocam por causa de trabalhos internacionais, ou de negócios, ou de descanso, recordem-se de que são, em toda a parte, também mensageiros itinerantes de Cristo e como tais se devem comportar em verdade”.

Nota: 130

Os textos de Puebla sobre a comunhão são numerosos: a comunhão na Trindade (212, 215); comunhão com Cristo: “**212.** Revela-nos Cristo que a vida divina é comunhão trinitária. Pai, Filho e Espírito vivem, em perfeita intercomunhão de amor, o mistério supremo da unidade. Daqui procede todo o amor e toda comunhão, para a grandeza e dignidade da existência humana.

213. Por Cristo, único Mediador, participa a humanidade da vida trinitária. Cristo hoje sobretudo por sua atividade pascal, nos leva a participar do mistério de Deus. Por sua solidariedade conosco, nos torna capazes de vivificar pelo amor nossa atividade e transformar nosso trabalho e nossa história em gesto litúrgico, isto é, de sermos protagonistas com ele da construção da convivência e das dinâmicas humanas que refletem o mistério de Deus e constituem sua glória que vive.

214. Por Cristo, com ele e nele, chegamos a participar da comunhão de Deus. Não há outro caminho que leve até ao Pai. Vivendo em Cristo, chegamos a ser seu corpo místico, seu povo, povo de irmãos, unidos pelo amor que derrama em nossos corações o Espírito. Esta é a comunhão à qual chama o Pai por Cristo e por seu Espírito. Para ela se orienta toda a história da salvação e nela se consuma o desígnio amoroso do Pai que nos criou.

215. A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária”.

273. Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do

Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem”, fundamento da dignidade humana.

326. Através da unidade indissolúvel destes três planos aparecem melhor as exigências de comunhão e participação que brotam desta dignidade. Se no plano transcendente se realiza em plenitude nossa liberdade pela aceitação filial e fiel de Deus, entramos em comunhão de amor com o mistério divino e participamos de sua própria vida. O contrário é romper com o amor filial, repelir e desprezar o Pai. São duas possibilidades extremas que a revelação cristã chama graça e pecado. Elas, porém, não se realizam a não ser estendendo-se simultaneamente aos outros dois planos, com imensas conseqüências para a dignidade humana”.

Nota:131

Puebla, n. 327: “O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, “ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê” (1 Jo 4,20). Todavia a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na AL amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural como serviço e promoção dos grupos humanos e dos tratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais”.

Nota:132

João Paulo II, Discurso para os bispos dos Regionais Oeste 1 e Oeste 2, 21/9/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil, Paulinas, São Paulo, 2003, n. 2, p. 40: “A visita *ad limina* dos sucessivos e numerosos grupos de pastores que formam o episcopado do Brasil vai marcando o caminho e realizando uma forte experiência de comunhão, afetiva e efetiva, através de muitos e enriquecedores diálogos, que quis ressaltar no precedente encontro com o grupo amazonense. Constato com satisfação o esforço que estais realizando, tanto de maneira conjunta como nas diversas dioceses, por forjar uma comunidade eclesial repleta de vitalidade e evangelizadora, que vive uma profunda experiência cristã alimentada pela Palavra de Deus, pela oração e pelos sacramentos, coerente com os valores evangélicos na sua existência pessoal, familiar e social. Dentro da vasta e empolgante responsabilidade que vos é própria, quero deter-me hoje sobretudo na colaboração dos fiéis leigos na vida diocesana, mas sobretudo no sagrado ministério dos sacerdotes. Não é uma novidade o fato de que vosso país conta o maior número de batizados na Igreja Católica no mundo inteiro. Na esteira do Concílio Vaticano II, do Sinodo dos Bispos de 1987 e da Exortação Apostólica *Christifideles laici*, que é o seu fruto, houve um destaque a propósito da identidade dos leigos, fundada na “radical novidade que promana do batismo” (n. 10). A chamada feita a todos os membros do Corpo Místico de Cristo, a participar ativamente na edificação do povo de Deus, ressoa continuamente nos documentos do Magistério (cf. *Lumen gentium*, n. 3; Decr. *Apostolicam actuositatem*, n. 24)”.

Nota:133

Na Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*, o Papa fala de “crise generalizada e radical” (cf. n. 47).

Nota:134

cf. **Estudos da CNBB**, n. 65: *Pastoral familiar no Brasil*. São Paulo, Paulus, 1993 (2001, 13. Ed.), especialmente n.71-82.

Nota:135

cf. **CNBB, Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome, doc. 69**, São Paulo, Paulinas, 2002, 30p.: “66. Um dos primeiros sinais de efetiva evangelização, no início deste milênio, será a eliminação da fome decorrente da miséria, em nosso país. Em espírito de conversão, a CNBB convoca a todos para um grande *Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome*, como resposta ao imperativo do Evangelho: “Daí-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37).

67. Para vencer tamanho desafio, associando-nos a todas as pessoas de boa vontade da Igreja Católica, de outras Igrejas cristãs e grupos religiosos, dos movimentos populares, dos sindicatos, instituições e poderes Públicos, imploramos as bênçãos de Deus e a proteção de Maria”.

Nota:136

A CNBB apóia a iniciativa ecumênica – no Brasil animada pelo CONIC – “Década para superar a violência: 2001-2010” (cf. a respectiva Cartilha e as informações na página do CONIC). Outras indicações contra a violência e pela paz se encontram no texto-base da Campanha da Fraternidade de 2000.

Nota:137

cf. **acima, n. 111 destas Diretrizes.**

Nota:138

cf. algumas indicações em **CNBB, Igreja e comunicação rumo ao Novo Milênio, doc. 59, nn. 24-35:** “24. Centrar o conceito de comunicação na comunidade. Criar instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular.

25. Valorizar a presença na comunidade local de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as a integrar os projetos na área da pastoral da comunicação

26. Desenvolver a pastoral da acolhida na Igreja e da visita domiciliar bem preparada.

27. Capacitar, em todos os níveis, os (as) catequistas como comunicadores que devem ser pessoas conhecedoras dos processos da comunicação humana e estar habilitados a integrar recursos como músicas, vídeos, teatro e outras linguagens para expressar a fé.

28. Aproximar a catequese dos meios massivos de comunicação para o desenvolvimento de projetos de catequese a distância, com adequado uso de recursos e metodologias apropriadas.

29. Incluir, nos programas de catequese, a análise das margens produzidas pelos grandes meios, promovendo a leitura destes dados à luz da mensagem evangélica.

30. Renovar a linguagem da liturgia: Um dos espaços privilegiados de comunicação é o encontro litúrgico semanal: eucaristia, celebrações comunitárias, cultos. Para que ele seja, de fato, comunicacional, a equipe litúrgica deve ter cuidado com a *linguagem*, uma vez que toda liturgia está marcada pelo simbólico: o espaço físico, os gestos, as vezes, as cores, a ornamentação, a palavra proclamada, o canto e o silêncio.

31. Rever as posturas dos comunicadores na liturgia. Quem exerce algum ministério, de modo particular o da presidência, faça-o em espírito de serviço à comunidade e não como “dominador” da celebração litúrgica.

32. Renovar as homilias: As homilias devem ser breves, bem preparadas, inseridas no contexto vivido pela comunidade, feitas em linguagem simples que explicita o ministério que se celebra.

33. Usar nas celebrações litúrgicas, inclusive na homilia, de acordo com as normas da Igreja, recursos e técnicas de comunicação, tais como: teatro, audiovisuais, retroprojeto etc... Utilizar o canto adequadamente e sintonizado com a celebração, com os seus momentos e tempos litúrgicos. O coral não deve substituir o povo, embora haja necessidade dele em algumas celebrações. Os instrumentos devem ser usados devidamente para não abafar o canto, mas sustentá-lo.

34. Incentivar os momentos fortes de mobilização popular, tais como: romarias,, concentrações, procissões, passeatas, caminhadas e alvoradas, entre outras.

35. Incentivar jovens e adolescentes que têm algum tipo de atuação em teatro, para que assumam o compromisso de colocarem a sua arte a serviço da evangelização. Que este trabalho seja organizado dentro do critério litúrgico e que se garanta a dignidade e a dimensão sacramental, orante, celebrativa da liturgia. Que se garanta, também, a sua continuidade”.

Nota:139

cf. o nosso documento 59, *Igreja e Comunicação rumo ao Novo Milênio* (1997).

Nota:140

Concílio Vaticano II, Declaração *Nostra aetate*, n. 5: “Não podemos invocar a Deus como Pai de todos se não consideramos irmãos os seres humanos criados à imagem de Deus. As relações com Deus Pai e com os seres humanos, como irmãos, são inseparáveis, a ponto de a Escritura reconhecer que ‘quem não ama não conhece Deus’ (1Jo 4,8).

Toda teoria ou prática, pois, que sustenta qualquer diferença radical entre as pessoas ou grupos humanos, quanto à dignidade pessoal e aos direitos dela provenientes, é absolutamente destituída de qualquer fundamento.

A Igreja rejeita como contrária ao pensamento de Cristo toda discriminação ou perseguição por causa das diferenças de raça, cor, condição ou religião. Seguindo o exemplo dos apóstolos Pedro e Paulo, o concílio pede que “nossas relações humanas sejam sempre as melhores” (1Pd 2,12), vivendo a paz com todos os seres humanos, como verdadeiros filhos do Pai que está nos céus”.

Nota:141

cf. **Novo millennio ineunte, n. 48:** “Depois, como não mencionar a urgência de fomentar a comunhão no âmbito delicado o *empenho ecumênico*? Infelizmente, os tristes legados do passado vão acompanhar-nos ainda para além do limiar do novo milênio. A celebração jubilar registrou algum sinal verdadeiramente profético e tocante, mas há ainda tanto caminho a percorrer!

Na realidade, o Grande Jubileu, levando-nos a fixar o olhar em Cristo, fez-nos tomar mais viva consciência da Igreja como mistério de unidade. “Creio na Igreja uma”: isso que afirmamos na profissão de fé tem o *seu fundamento último em Cristo, no qual a Igreja não está dividida* (cf. 1 Cor 1,11-13). Enquanto Corpo de Cristo, na unidade realizada pelo dom do Espírito, a Igreja é indivisível. A realidade da divisão forma-se no terreno da história, nas relações entre os filhos da Igreja, em consequência da fragilidade humana, para acolher o dom que continuamente dimana de Cristo-Cabeça para seu Corpo místico. A oração de Jesus no cenáculo - “que todos sejam um; como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também eles estejam em nós” (J 17,21) - é simultaneamente revelação e invocação. Revela-nos a unidade de Cristo com o Pai, como lugar frontal da unidade da Igreja e dom perene que ela receberá misteriosamente dele até o fim dos tempos. Essa unidade, que não deixa de realizar-se concretamente na Igreja Católica, apesar dos limites próprios do ser humano, manifesta-se também, em diversa medida, nos numerosos elementos de santificação e de verdade que se encontram no seio das outras Igrejas e comunidades eclesiais; tais elementos, enquanto dons próprios da Igreja de Cristo, impelem-nas incessantemente para a unidade plena”.

Nota:142

João Paulo II, Discurso aos bispos amigos do Movimento “Focolari”, de 13 de fevereiro de 2003, n. 3. – Para os princípios católicos do ecumenismo, cf. **Concílio Vaticano II**, Decreto *Unitatis redintegratio*, e **João Paulo II**, Encíclica *Ut unum sint* (1995).

Nota:143

cf. **Ut unum sint, n. 22:** “Pelo sacramento do batismo, sempre que for devidamente conferido segundo a instituição do Senhor e recebido com a devida disposição de alma, o homem é verdadeiramente incorporado em Cristo crucificado e glorificado, e regenerado para participar na vida divina, segundo esta palavra do Apóstolo: “Com Ele fostes sepultados no batismo e nele fostes conressuscitados pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dos mortos” (Cl 2,12 cf. Rm 6,4).

O batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por ele. O batismo, porém, de per si é o início e o exórdio, pois tende à consecução da plenitude de vida em Cristo. Por isso, o batismo ordena-se à completa profissão de fé, à íntegra incorporação na obra da salvação, tal como o próprio Cristo o quis, e finalmente à total inserção na comunhão eucarística.

Embora falte às comunidades eclesiais de nós separadas a unidade plena conosco proveniente do batismo, e embora creiamos que elas não tenham conservado a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da ordem, contudo, quando na santa Ceia comemoram a morte e a ressurreição do Senhor, elas confessam ser significadas a vida na comunhão de Cristo e esperam o Seu glorioso advento. É, por isso, necessário que se tome como objeto do diálogo a doutrina sobre a Ceia do Senhor, sobre os outros sacramentos, sobre o culto e sobre os ministérios da Igreja”.

Nota:144

Declaração Nostra aetate, n. 4: “Sondando o ministério da Igreja, este sagrado Concílio recorda o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de Abraão.

Com efeito, a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professora que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé, estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio desse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia, estabelecer a antiga aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos de oliveira brava, os gentios. Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo.

Também tem sempre diante dos olhos as palavras do Apóstolo Paulo a respeito dos seus compatriotas: “deles é a adoção filial, a glória, a aliança, e legislação, o culto e as promessas; deles os patriarcas, e deles nasceu, segundo a carne, Cristo” (Rm 9,4-5), filho da Virgem Maria. Recorda ainda a Igreja que os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do povo judaico, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo.

Segundo o testemunho da Sagrada Escritura, Jerusalém não reconheceu o tempo em que foi visitada; e os judeus, em grande parte, não receberam o Evangelho; antes, não poucos se opuseram à sua difusão. No entanto, segundo o Apóstolo, os judeus continuaram ainda, por causa dos patriarcas, a ser muito amados de Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento. Com os profetas e o mesmo Apóstolo, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos invocarão a Deus com uma só voz e, “o servirão como um só homem” (Sf 3,9 cf. Is 66,23; Sl 65,4; Rm 11,11-32).

Sendo assim tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus, este sagrado Concílio quer fomentar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com o diálogo fraterno.

Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte, não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou. E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e o espírito de Cristo.

Além disso, a Igreja, que reprova quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada do seu comum patrimônio com os judeus, e levada não por razões políticas mas pela caridade religiosa e evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de anti-semitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso promoveu contra os judeus.

De resto, como a Igreja sempre ensinou e ensina, Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é, portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e fonte de toda a graça”.

Nota:145

cf. **Pontifícia Comissão Bíblica.** *O povo judeu e as suas sagradas escrituras na Bíblia cristã.* São Paulo, Paulinas, 2002. 244 p.: “Sendo o Novo Testamento essencialmente uma proclamação de cumprimento do desígnio de Deus em Jesus Cristo, ele se encontra em forte desacordo com a grande maioria do povo judeu, que não crê nesse cumprimento. O Novo Testamento exprime, portanto, ao mesmo tempo, o seu vínculo com a revelação do Antigo Testamento e o seu desacordo com a sinagoga. Esse desacordo não pode ser qualificado de “antijudaísmo”, pois trata-se de um desacordo no nível da crença, fonte de controvérsias religiosas entre dois grupos humanos que, partilhando da mesma base de fé no Antigo Testamento, mais tarde se dividem sobre o modo de conceber o desenvolvimento posterior dessa fé. Por mais profundo que possa ser, tal dissensão não implica em absoluto hostilidade recíproca. O exemplo de Paulo em Romanos 9-11 demonstra que, pelo contrário, uma atitude de respeito, de estima e de amor pelo povo judeu é a única atitude verdadeiramente cristã nesta situação que misteriosamente faz parte do desígnio, totalmente positivo, de Deus. O diálogo permanece possível porque judeus e cristãos possuem um rico patrimônio comum que os une, e é algo que se deve fortemente almejar, a fim de eliminar progressivamente, de ambas as partes, preconceitos e incompreensões, para favorecer um melhor conhecimento do patrimônio comum e para reforçar os vínculos recíprocos”.

Nota:146

João Paulo II, Centesimus annus, n. 46: “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da “subjetividade” da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo cético constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a *verdade cristã*. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem

se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionamentos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. *Jo* 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer".

Nota:147

Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo* (1993), n. 23.: "Os católicos são convidados a corresponder, seguindo as orientações dos seus pastores, com solidariedade e gratidão, aos esforços empreendidos por muitas Igrejas e Comunidades Eclesiais e organizações em que cooperam para restabelecer a unidade dos cristãos. Onde não houver qualquer trabalho ecumênico, que os católicos se esforcem em promover. Onde este trabalho encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias ou atividades que levam a divisões ainda maiores entre os que confessam o nome de Cristo, que os católicos sejam pacientes e perseverantes. Os Ordinários do lugar, os Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e as Conferências Episcopais terão, por vezes, de tomar medidas especiais para ultrapassar o perigo de *indiferentismo* ou *proselitismo*. Será às jovens Igrejas, especialmente, que estas advertências se dirigem. Os católicos devem atuar com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos em todos os contatos com membros de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Esta forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria a ruína do verdadeiro espírito ecumênico".

Nota:148

S. Justino, *Apologia segunda*, VIII, 1.

Nota:149

A Igreja tem mostrado empenho na defesa dos direitos dos povos indígenas por meio da ação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), mas também procurando criar, em seus pastores e fiéis, uma nova consciência desses valores e direitos através inúmeros pronunciamentos dos bispos e mais recentemente da Campanha da Fraternidade de 2002.

Nota:150

cf. **Cnbb, Diretrizes gerais...**, cit., doc. 61, n. 210: "No contexto brasileiro e latino-americano, é urgente, antes de tudo, assegurar a *subsistência das diversas culturas indígenas*, discernindo nelas os verdadeiros valores, nos quais a Igreja reconhece a presença de "sementes do Verbo". A Igreja, com seus pastores e fiéis, particularmente através de dedicados e corajosos missionários, empenha-se para que as comunidades indígenas tenham seus direitos reconhecidos, suas terras demarcadas e protegidas, suas culturas preservadas dentro do dinamismo que lhes é próprio".

Nota:151

cf. **Gl 3,28**: "Não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos vós sois um só, em Cristo Jesus".

cf. também **CNBB, Vida e ministério dos presbíteros (1981), doc. 20, n.142-144**: "Essa atitude que valoriza a responsabilidade de todos é confirmada pelo empenho com que a comunidade cristã luta contra as discriminações.

143. Numa sociedade cheia de conflitos e injustiças, a Igreja não faz distinção de idade, de sexo, de nação, nem de classe social. Empenha no seu ministério tanto os livres como os escravos (1 Cor 7,22-23), os judeus como os gregos (Gl 3,28; 6,15), os anciãos (At 15,2; 20,17; 1 Tm 5,17) como os jovens (At 5,6; 1 Tm 5,1; 1 Jo 2,13), os homens como as mulheres.

144. É bem verdade que a tradição judaica impõe, nas comunidades eclesiais, fortes restrições à mulher, o que levou o próprio Paulo a buscar soluções de compromisso entre os seus princípios (Gl 3,28; 1 Cor 11,5) e a paz na Igreja (1 Cor 11,16; 14,34). Paulo, contudo, é testemunha indiscutível da participação ativa das mulheres cristãs na evangelização e edificação da Igreja (cf. Rm 16,1-15; 1 Cor 16,19; Cl 4,15). Lucas mostra, como fundamento desta conduta das Igrejas paulinas, a própria atitude de Jesus para com as mulheres (cf. Lc 8, 1-3; 10,38-42). Elas são as primeiras a anunciarem a Ressurreição (Lc 24, 1-11)".

Nota:152

Mt 28,19: "Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".

Nota:153

cf. **Mt 12,48-50**: "Jesus perguntou àquele que tinha falado: Quem é minha mãe e quem são meus irmãos? E, estendendo a mão para os discípulos, Jesus disse: Aqui estão minha mãe e meus irmãos, pois todo aquele que faz a vontade do meu Pai que está no céu, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe".

Mt 23,8: "Quanto a vocês, nunca se deixem chamar de mestre, pois um só é o Mestre de vocês, e todos vocês são irmãos".

Nota:154

cf. **Mt 23,8**: "Quanto a vocês, nunca se deixem chamar de mestre, pois um só é o Mestre de vocês, e todos vocês são irmãos".

Nota:155

1Cor 14,25: "e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês".

Nota:156

Sobre o **ministério da Palavra**, cf. acima nn. 20-25.

Nota:157

Puebla, n. 368: "Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, **ad gentes**. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua

religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar”.

cf. também **CNBB, Igreja: comunhão e missão, doc. 40, n.119**: “Por isso mesmo, uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais”.

Nota:158

cf. **João Paulo II, Exortação apostólica Christifideles laici** (1988), que concluiu o Sínodo sobre “Vocação e Missão dos leigos” (1987), especialmente n. 30: “É sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de *claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento* das agregações laicais, também chamados “critérios de eclesialidade”.

Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária os seguintes:

- *O primado dado à vocação de cada cristão à santidade*, manifestado “nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis” como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.

Nesse sentido, todo e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando “uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé”.

- *A responsabilidade em professar a fé católica*, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

- *O testemunho de uma comunhão sólida e convicta*, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o bispo, “princípio visível e fundamento da unidade” da Igreja particular, e na “estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja”.

A comunhão com o Papa e com o bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

- *A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja*, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes”.

Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma delas, um entusiasmo missionário que as tome, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

- *O empenho de uma presença na sociedade humana* que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque a serviço da dignidade integral do homem.

Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos *frutos concretos* que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar dos programas e das atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados ‘afastados’”.

Nota:159

cf. **CNBB, Missão e ministérios dos cristãos..., doc. 62, n. 87**: “Na reflexão teológica e pastoral, têm-se distinguido os seguintes grupos de ministérios: a) ministérios simplesmente “reconhecidos” (às vezes, impropriamente, chamados ministérios “de fato”), quando ligados a um serviço significativo para a comunidade, mas considerado não tão permanente, podendo vir a desaparecer, quando variarem as circunstâncias; b) ministérios “confiados”, quando conferidos ao seu portador por algum gesto litúrgico simples ou alguma forma canônica; c) ministérios “instituídos”, quando a função é conferida pela Igreja através de um rito litúrgico chamado “instituição”; d) ministérios “ordenados” (também chamados apostólicos ou pastorais), quando o carisma é, ao mesmo tempo, reconhecido e conferido ao seu portador através de um sacramento específico, o sacramento da Ordem, que visa a constituir os ministros da unidade da Igreja na fé e na caridade, de modo que a Igreja se mantenha na tradição dos Apóstolos e, através deles, fiel a Jesus, ao seu Evangelho e à sua missão. O ministério ordenado, numa eclesiologia de totalidade e numa Igreja toda ministerial, não detém o monopólio da ministerialidade da Igreja. Não é, pode-se dizer, a “síntese dos ministérios”, mas o “ministério da síntese”. Seu carisma específico é o da presidência da comunidade e, portanto, da animação, coordenação e - com a indispensável participação ativa e adulta de toda a comunidade - do discernimento final dos carismas. Fruto de um dom do Espírito - o protagonista da missão - que se reconhece e se comunica poderosamente no ato sacramental da ordenação, o ministro ordenado está a serviço do Espírito, que deve ser sempre de novo reconhecido e acolhido, na Igreja e no mundo, e a serviço de Cristo, Servo e Cabeça da Igreja. Os ministérios “reconhecidos”, “confiados” e instituídos” - tomados em conjunto - formam os *ministérios não-ordenados*, isto é, que não exigem a ordenação”.

Nota:160

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 46: “Esta perspectiva de comunhão está intimamente ligada à capacidade que tem a comunidade cristã de dar espaço a todos os dons do Espírito. A unidade da Igreja não é uniformidade, mas integração orgânica das legítimas diversidades; é a realidade de muitos membros unidos

num só corpo, o único Corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12, 12). Por isso, é necessário que a Igreja do terceiro milênio estimule todos os batizados e crismados a tomarem consciência da sua própria e ativa responsabilidade na vida eclesial. Ao lado do ministério ordenado, podem florescer outros ministérios - instituídos ou simplesmente reconhecidos - em proveito de toda a comunidade, ajudando-a nas suas diversas necessidades: da catequese à animação litúrgica, da formação dos jovens às várias expressões da caridade.

Um generoso empenho certamente há de ser posto - sobretudo mediante uma oração insistente ao Senhor da messe (cf. Mt 9,38) - na *promoção das vocações ao sacerdócio e de especial consagração*.

Trata-se de um problema de grande importância para a vida da Igreja em todo o mundo. Mas, em alguns países de antiga evangelização, tal problema tornou-se dramático em razão da alteração do contexto social e da aridez religiosa causada pelo consumismo e pelo secularismo. É necessário e urgente estruturar uma vasta e capilar *pastoral vocacional*, que envolva as paróquias, os centros educativos, as famílias, suscitando uma reflexão mais atenta sobre os valores essenciais da vida, cuja síntese decisiva está na resposta que cada um é convidado a dar ao chamado de Deus, especialmente quando este pede a total doação de si mesmo e das próprias forças à causa do Reino.

Nesse contexto, aparece em todo o seu valor cada uma das vocações, radicadas na riqueza da vida nova recebida no sacramento do batismo. Em particular, é preciso descobrir cada vez mais a *vocação própria dos fiéis leigos*, que são chamados, enquanto tais, a "procurar o Reino de Deus, tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus", e têm também "um papel próprio a desempenhar na missão do inteiro povo de Deus, na Igreja e no mundo [...], com a sua ação para evangelizar e santificar os homens".

Nessa mesma linha, reveste uma grande importância para a comunhão o dever de *promover as várias realidades agregativas* que, tanto nas suas formas mais tradicionais como nas mais recentes dos movimentos eclesiais, continuam a dar à Igreja uma grande vitalidade que é dom de Deus e constitui uma autêntica "primavera do Espírito". É, sem dúvida, necessário que associações e movimentos, tanto da Igreja universal como das Igrejas particulares, atuem em plena sintonia eclesial e obediência às diretrizes autorizadas dos pastores. Mas a todos é dirigida, de forma exigente e peremptória, a advertência do Apóstolo: "Não extingais o Espírito, não desprezeis as profecias. Examinai tudo e retende o que for bom" (1Ts 5,19-21)".

Nota:161

João Paulo II, Ecclesia de eucharistia, n. 40: "A Eucaristia *cria comunhão e educa para a comunhão*. Ao escrever aos fiéis de Corinto, são Paulo fazia-lhes ver como as suas divisões, que se davam nas assembléias eucarísticas, estavam em contraste com o que celebravam - a Ceia do Senhor. E convidava-os, por isso, a refletirem sobre a verdadeira realidade da Eucaristia, para fazê-los voltar ao espírito de comunhão fraterna (cf. 1Cor 11,17-34). Encontramos um válido eco desta exigência em santo Agostinho quando, depois de recordar a afirmação do Apóstolo "vós sois corpo de Cristo e seus membros" (1Cor 12,27), observava: "Se sois o corpo de Cristo e seus membros, é o vosso sacramento que está colocado sobre a mesa do Senhor; é o vosso sacramento que recebeis". E daí concluía: "Cristo Senhor [...] consagrou na sua mesa o sacramento da nossa paz e unidade. Quem recebe o sacramento da unidade, sem conservar o vínculo da paz, não recebe um sacramento para seu benefício, mas antes uma condenação".

Nota:162

Puebla, n.273: "Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem".

Nota:163

Com pequenas oscilações, ambos os grupos se apropriam de 12 a 14% da renda nacional. Os 10% mais ricos se apropriam de cerca de 50% da renda nacional. cf. Henriques, Ricardo, org. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA, 2000. pp. 21-47.

Nota:164

O Índice de Desenvolvimento Humano é estabelecido pela ONU com base nos indicadores de renda, educação e saúde, de tal forma que meça o desenvolvimento de um país ou de uma comunidade de um ponto de vista mais amplo, não somente econômico.

Nota:165

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Nota:166

Um breve resumo do empenho da Igreja na solidariedade com todos se encontra em **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n. 188-194:** "188. O novo Testamento afirma claramente que os primeiros cristãos sentiram-se chamados por Deus a prestar um *serviço (diakonia)* aos pobres, dentro e fora da comunidade eclesial. O ideal, inspirado pelo Antigo Testamento, é que não haja necessitados entre eles. Mesmo quando se recomenda uma atenção prioritária aos "irmãos na fé", não falta o apelo a "fazer o bem a todos". E se, dentro das circunstâncias da época, houve pouca participação política dos cristãos, eles não faltaram às suas obrigações civis e não deixaram de rezar pelos governantes, mesmo os perseguidores. Nisto os primeiros cristãos têm consciência de seguir o exemplo de Jesus, enviando para evangelizar os pobres e, Ele mesmo, exemplo de pobreza voluntária.

189. A *solidariedade* com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje, cidadãos de uma sociedade muito mais complexa que a do tempo de Jesus, uma exigência igualmente irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus, Pai de todos. É o que afirma o Concílio Vaticano II na abertura da *Gaudium et Spes*: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo". Por outro lado, o Concílio afirma - juntamente com a exigência da solidariedade - o respeito da justa autonomia das realidades terrestres ou temporais.

190. A evolução do Magistério eclesiástico, nos anos seguintes, trouxe novas acentuações, que complementam as teses do Concílio. Já o Sínodo dos Bispos de 1971 afirma que "a ação pela justiça e a participação na

transformação do mundo aparecem claramente como dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão". A *Evangelii Nuntiandi* do Papa Paulo VI, à luz do Sínodo de 1974, retoma a tese e explica seus fundamentos. Mostra os laços de ordem antropológica, teológica e evangélica que unem evangelização e promoção humana (ou libertação, ou desenvolvimento integral). Outros esclarecimentos foram dados pelas Instruções *Libertatis nuntius* (1984) e *Libertatis conscientia* (1986). No mesmo período, o Episcopado brasileiro explicitou as consequências da ética social cristã para a sociedade e apontava desde as *Exigências cristãs da Ordem Política* (1977) até os princípios *Por uma nova Ordem Constitucional* (1986) e as *Exigências Éticas da Ordem Democrática* (1989). O documento de Santo Domingo não hesitou em definir a promoção humana "como dimensão privilegiada da nova evangelização". Recentemente, o Papa, ao referir-se ao fenômeno da globalização, ampliou o compromisso da Igreja com a promoção do bem comum e com a solidariedade, conclamando toda a Igreja da América a não só "criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade, mas também a colaborar com todos os meios legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores das culturas locais a favor de uma mal entendida homogeneização". E, afirmando a atualidade da Doutrina Social da Igreja, sublinha que com ela, "a Igreja oferece uma válida contribuição para a problemática que atual economia globalizada apresenta. Sua visão moral nessa matéria apóia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade".

191. Junto com a reflexão sobre a responsabilidade da Igreja na promoção do desenvolvimento "do homem todo e de todo homem", avançou também a consciência da evangélica *opção preferencial pelos pobres*. Ela encontra uma primeira expressão no n. 8 de *Lumen Gentium*, é explicitada nas Conferências do Episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), confirmada em Santo Domingo (1992) e assumida pela Igreja no Brasil. A opção pelos pobres se revela como tendo dupla motivação e finalidade: 1) ela é condição necessária e irrenunciável do caráter *evangélico* da ação da Igreja, ou seja, de sua fidelidade a Cristo que se "fez pobre... para nos enriquecer com sua pobreza"; 2) ela é condição necessária para *discernir criticamente* entre as políticas sociais, que se pretendem ao serviço de todos, mas freqüentemente beneficiam apenas os mais fortes e descuidam dos últimos e dos excluídos, os "preferidos de Deus".

192. Essa perspectiva está presente na Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in América* quando o Papa João Paulo II diz: "Essa constante dedicação aos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e de opressão. Trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes mediante ações individuais ou esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária. Assim, o Santo Padre reitera o dever da Igreja em relação aos pobres, afirmando que o mesmo decorre da sua fidelidade à Palavra de Deus: "É necessário intensificar e estender quanto já se vem fazendo neste campo, com o fim de alcançar o maior número de pobres. A Sagrada Escritura lembra que Deus escuta o grito dos pobres (cf. Sl 34 [33], 7) e a Igreja deve permanecer atenta ao grito dos mais necessitados. Escutando a sua voz, ela deve viver com os pobres e participar dos seus sofrimentos. [...] Com seu estilo de vida, suas prioridades, suas palavras e suas ações, ela deve dar testemunho de que permanece em comunhão e solidariedade com eles". "O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio 'para anunciar aos pobres a Boa Nova' (Lc 4, 18). Se realizado com esse espírito, torna-se uma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade".

193. As urgências do desenvolvimento e da promoção humana no plano mundial têm sido objeto de análises pertinentes e apelos dramáticos da parte dos últimos Papas. As urgências da promoção humana em nosso País têm sido objeto de cuidado do Episcopado brasileiro e das pastorais sociais, desde os primeiros movimentos de renovação pastoral.

194. À luz da análise da atual situação sócio-econômica e ético-política, parece-nos que os *serviços* mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão e a contribuição para a criação de um novo sentido de responsabilidade na ética pública".

Nota:167

cf. **CNBB, Manual da Campanha da Fraternidade de 1995, pp. 97-103:** "159. Para seguir a Jesus é preciso repetir a sua prática de misericórdia. E isso se faz não só de maneira individual, mas também na comunidade. A ação pessoal, individual e isolada é válida. Mas a Igreja só será a comunidade dos seguidores de Jesus, se for comunidade de misericordiosos, a comunidade daqueles que desfrutaram do amor entranhável de Deus e são testemunhas desse amor no seu agir. Ela também deve ser "movida a (pela) misericórdia".

160. Uma comunidade de seguidores de Jesus vive a misericórdia entre os seus membros. É uma comunidade assim que Paulo desenha na carta aos Romanos: acolhe, perdoa, desculpa, sempre devolve o bem...

161. Ela é "sinal e instrumento" do amor entranhável de Deus para com o mundo. O seu objetivo é a realização plena do Reino de Deus: onde Ele é o Pai e todos são irmãos.

162. Essa preocupação estava bastante presente nas primeiras comunidades cristãs. "Não esqueçam os pobres" foi o pedido de Tiago, Pedro e João para Paulo. E isso ele fez com muito cuidado. A Bíblia registra as consequências da vivência desse ideal: "não havia necessitados entre eles".

163. Quando a Igreja se revela "movida pela misericórdia"? Numa descrição sucinta, podemos dizer que é quando:

- se torna presente e sensível às necessidades dos "pequeninos";
- não oculta o sofrimento, não o justifica, nem aceita justificativas;
- não oprime nem provoca exclusão;
- solidariza-se com os valores e os sofrimentos dos pequeninos";
- denuncia os mecanismos de exclusão e luta contra eles;
- toma como seus sofrimentos dos excluídos;
- identifica-se como Igreja dos pobres;

- devolve a posição digna ao pobre, aos mudos, aos excluídos por qualquer causa;

orna os “pequenos” sujeitos da ação misericordiosa em favor da salvação de todos.

164. Como discípula amada do Mestre, a Igreja continuará, até o fim dos tempos, a obra da misericórdia e da integração dos excluídos. Isto ela o faz pelo testemunho, pela evangelização, pela catequese, pela celebração e pelo exemplo. A prática das Obras de Misericórdia é uma das expressões mais claras da caridade organizada da Igreja bem como da vivência do amor fraterno entre os cristãos. Já nas primeiras comunidades essa preocupação era fundamental. Quando surge a primeira controvérsia séria entre Pedro e Paulo, o assunto é resolvido, mas a grande recomendação é lembrar dos pobres. Isso Paulo diz que tem feito com muito cuidado (Gl 2,10ss cf. At 2,42ss).

165. Desde os primórdios da Igreja, os Santos Padres como Ambrósio, Agostinho, João Crisóstomo, Clemente de Alexandria e outros deram-nos testemunhos vivos de amor misericordioso para com os excluídos.

166. Santo Ambrósio (+397), bispo de Milão, é dos mais salientes defensores dos pobres. Se existe um ponto de honra na moral social da Igreja Primitiva é a defesa dos mais fracos.

167. De acordo com o Santo, a esmola, a beneficência, a misericórdia, a liberalidade, não significam somente dar dinheiro ou alimentos. Elas abrangem a hospitalidade, a redenção dos cativos, a libertação de prisioneiros e escravos e o pagamento das dívidas do pobre.

168. Dizia o bispo milanês que era função também do bispo socorrer os mais fracos, defender os oprimidos, interceder pelos condenados e redimir os cativos. Para os pobres tinha assistência caritativa e queria que esta fosse bem organizada. Foi defensor natural dos mais fracos contra os fortes; dos indivíduos, das cidades contra o Estado.

169. Aristides de Atenas (+130) em seu livro *Apologia* sobre os cristãos, dirigido ao Imperador Trajano, afirma: “Amam-se uns aos outros. Não desprezam as viúvas. Protegem os órfãos dos que os tratam com violência. Possuindo bens, dão sem inveja aos que nada possuem. Assim que avistam o forasteiro, introduzem-no na própria casa e se alegram por ele, como se fora verdadeiro irmão: pois se dão o apelido de irmão, não segundo o corpo, mas segundo o espírito em Deus. Se um pobre passa deste mundo, e alguém o sabe, encarregam-se na medida de suas forças de dar-lhes sepultura. Se conhecem um encarcerado ou oprimido por causa do nome de seu Cristo, ficam solícitos a seu respeito, sendo possível, libertam-no. Quando um pobre ou necessitado surge entre eles e não possuem abundância de recursos para ajudá-lo, jejuam dois ou três dias para obter o necessário para seu sustento”.

170. Na história da Igreja a presença de santos e heróis agraciados com o dom da misericórdia sempre foi constante. Entre os múltiplos exemplos, vale lembrar:

- São Francisco de Assis e sua presença entre os pobres e marginalizados;

- São Pedro Nolasco e sua dedicação à redenção dos cativos;

- São Vicente de Paulo e o apostolado entre os prisioneiros e pobres, cujo exemplo foi seguido por Frederico Ozanam, fundador das Conferências Vicentinas;

- São Camilo de Lélis, São João Batista Cottolengo e cuidado misericordioso dos enfermos mais necessitados;

- São Damião, uma vida dedicada aos leprosos da ilha de Molokai;

- Os servos de Deus João Batista Scalabrini e Madre Cabrini e o acompanhamento dos migrantes;

- Charles de Foucauld e seu amor aos tuaregues e mulçumanos;

- Alberione e Orione e a preocupação evangélica com os negros;

- Dom Bosco, Murialdo e Guanella e a promoção educacional da juventude pobre e abandonada;

- Madre Paulina e sua obra de assistência aos doentes;

- Irmã Dulce em socorro dos doentes na Bahia.

171. Muitos desses apóstolos fundaram inclusive famílias religiosas, cujos membros são chamados nesta Campanha da Fraternidade a reavivar o carisma de seus Institutos.

172. O povo de Deus também se sente atraído pela misericórdia, o que se pode verificar pelas práticas devocionais na sexta-feira santa, na via-sacra e na religiosidade popular.

173. Também no Brasil, a história da Igreja é marcada pela prática da misericórdia, que na fase inicial era exercida, principalmente, pelos leigos.

174. Já no século XVI, haviam sido implantadas as irmandades da misericórdia, cujos membros, recrutados entre a classe senhorial, tinham como finalidade específica a prática de obras de caridade. A mais destacada delas era a fundação das Santas Casas de Misericórdia. Como extensão do atendimento aos enfermos, a confraria oferecia também um serviço de funerais e enterros.

175. Outra obra típica da irmandade era a assistência aos presos. Além de rações alimentares, suplemento necessário para sobrevivência de muitos, a Mesa Diretora oferecia, posteriormente, dotes para o casamento, a fim de evitar desregramentos morais.

176. Além das irmandades da misericórdia, outros membros do laicato e do clero também se preocuparam em fundar “recolhimentos” para amparar jovens com risco de se prostituírem, ou mesmo aquelas já decaídas, conhecidas como madalenas.

177. Merecem especial destaque as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e outras confrarias de negros: além de prover um sepultamento digno para seus membros, preocupavam-se também com a alforria de escravos, reunindo as quantias necessárias para sua libertação.

178. Durante a época imperial destacou-se no nordeste o padre José Maria Ibiapina (1806-1883), com a fundação de mais de vinte casas de caridade destinadas a meninas pobres e órfãos, além de dois hospitais para os enfermos necessitados. O atendimento era feito por leigos consagrados inteiramente às obras de misericórdia.

179. Já desde o século passado começaram a ter significativa importância as Conferências de São Vicente de Paulo. Os irmãos vicentinos inspiravam-se na fundação de Frederico Ozanam, cuja finalidade era minorar os males das famílias pobres, marginalizadas pela nova organização burguesa da sociedade. Por isso, a visita semanal às famílias necessitadas e com membros enfermos constituía a prática caritativa fundamental dos vicentinos.

180. A partir de meados do século passado a atuação caritativa organizada da Igreja passou a constituir uma característica das Congregações religiosas.

181. O Instituto feminino mais destacado durante o segundo reinado foi o das filhas da caridade ou irmãs vicentinas, de origem francesa, que assumiram com frequência a direção das antigas santas casas de misericórdia. Além do cuidado dos doentes, as religiosas procuraram também atender às necessidade dos órfãos e dos velhos. A partir de então, a expressão “irmã de caridade” passou a ser a designação geral das religiosas.

182. Além de escolas e hospitais, muitas congregações femininas fundaram também na época republicana asilos, albergues e abrigos para crianças órfãs, menores carentes e velhos desamparados.

183. Alguns Institutos religiosos especializaram-se no atendimento de doenças que na época provocaram exclusão social em vista do risco de contágio, como a lepra e a tuberculose.

184. a presença de Congregações religiosas, sobretudo as femininas, tanto de origem européia como brasileira, por todas as regiões do território nacional, fez com que se tornasse bem visível a dimensão caritativa da Igreja.

185. Mais recentemente, sem deixar de exercer amplo serviço de amparo aos carentes, a ação da Igreja tem assumido novas formas.

186. Na época atual, a exclusão social tomou uma forma radical. Antes, os pobres, os doentes e os portadores de carências graves faziam parte da sociedade e da Igreja que deles cuidavam. Hoje, a sociedade moderna, cada vez mais, prescinde deles. Já não têm mais lugar, já não contam mais. São a sobra e, como tal, excluídos da vida social.

187. Essa situação nova levou ao surgimento de movimentos de autodefesa e promoção entre os próprios excluídos que passaram a se organizar. Contemporaneamente a esses movimentos e, com frequência, como inspiradores seus, foram se afirmando as várias pastorais sociais. Através delas, a Igreja age para superar a exclusão social incentivando os próprios excluídos a se organizarem e se tornarem sujeitos de sua história, cidadãos e membros da comunidade cristã.

188. a variedade das pastorais sociais ajuda-nos a visualizar as muitas faces da exclusão: pastoral da terra, pastoral da criança, pastoral do menor, pastoral da mulher marginalizada, pastoral carcerária, dos migrantes, dos pescadores, dos nômades, das favelas e cortiços, pastoral operária, do povo de rua, da saúde, da AIDS, dos idosos, dos drogados, dos alcoólatras etc. Todas elas atuam junto e para além dos movimentos existentes em vários desses campos”.

Nota:168

cf. **CNBB, Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome.** São Paulo, Paulinas, 2002. doc.69, n.57: “A CNBB empenhar-se-á em dar suporte às coordenações de ação social nas Dioceses, especialmente por meio da Cáritas, a fim de que o *Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome* seja o elemento unificador de seus programas e projetos sociais. Para isso, faz-se necessário constituir uma Comissão Episcopal que articule as iniciativas necessárias, em âmbito nacional e regional. A proposta se estende a outras Igrejas e Tradições Religiosas, às organizações e instituições da sociedade brasileira, a fim de construirmos juntos o Mutirão Nacional”.

Nota:169

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n. 199:** “Nossa participação na transformação social e no serviço aos pobres seja feita em colaboração com outras *instituições da sociedade civil* e em parceria com instituições públicas, em todos os níveis, começando a *nível local*. O trabalho social deve promover a organização dos movimentos sociais ou populares, visando a que os oprimidos e excluídos tornem-se sujeitos da sua própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade”.

Nota:170

O papa **João Paulo II, na *Novo millennio ineunte*, n.50**, exorta os cristãos a uma “fantasia da caridade”, que atenda às novas necessidades: “No nosso tempo, de fato, são muitas as necessidades que interpelam a sensibilidade cristã. O nosso mundo começa o novo milênio, carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana. Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar?”.

Nota:171

Dados e análises sobre a ação social católica se encontram em CERIS, *Obras Sociais da Igreja Católica*, Loyola, 2000. Outros dados foram divulgados mais recentemente, como no dossiê do mesmo CERIS: *Obras sociais das paróquias*: recorte por estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (setembro de 2002). cf. www.ceris.org.br.

Nota:172

Santo Domingo, n. 195: Segundo o recente ensinamento de João Paulo II (cf. *Centesimus annus*), é lícita a livre atividade dos indivíduos no mercado. Isto não significa que o mercado possa oferecer todos os bens que a sociedade requer nem que esta possa pagar muitos bens necessários. A economia de mercado deve ter em conta estes limites.

Por isso os ensinamentos do Santo Padre assinalam a necessidade de ações concretas dos poderes públicos para que a economia de mercado não se converta em algo absoluto ao qual se sacrifique tudo, acentuando a desigualdade e a marginalização das grandes maiorias. Não pode haver uma economia de mercado criativa e ao mesmo tempo socialmente justa, sem um sólido compromisso de toda a sociedade e seus atores com a solidariedade através de um marco jurídico que assegure o valor da pessoa, a honra, o respeito à vida e a justiça distributiva, e a preocupação efetiva com os mais pobres”.

Nota:173

cf. **CNBB, Brasil – 500 anos: diálogo e esperança (2000), doc. 65.** Essas mesmas reivindicações foram apresentadas em forma mais resumida no doc. 67 da CNBB, *Eleições 2002 – Propostas para reflexão*.

Nota:174

cf. **CNBB, Exigências evangélicas e éticas..., cit., doc. 69, n. 39:** “Garanta-se o livre acesso de todos os seres humanos às *fontes de vida*. A terra, a água, o ar, as sementes e a tecnologia, bens comuns a serviço de todos, devem ser objeto de regulamentação pelo poder público, e não podem ficar à mercê da propriedade privada e do mercado, como ocorre com as leis de patenteamento. Neste sentido:

- afirmamos a atualidade e a pertinência da oposição entre *terra de trabalho e terra de negócio*;
- invocamos a urgência da Reforma Agrária e de uma política agrícola, como meios para a redistribuição da terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas;
- condenamos a proposta de mercantilização das águas;
- recomendamos uma política pública de distribuição de sementes e difusão de tecnologias agrícolas adequadas, contra todo monopólio de patentes na área alimentar”.

Nota:175

João Paulo II, Centesimus annus (1991), n. 34: “Tanto a nível da cada Nação, como no das relações internacionais, *o livre mercado* parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder eficazmente às necessidades. Isto, contudo, vale apenas para as necessidades “solúveis”, que gozam da possibilidade de aquisição, e para os recursos que são “comercializáveis”, isto é, capazes de obter um preço adequado. Mas existem numerosas carências humanas, sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e que pereçam os homens por elas oprimidos. Além disso, é necessário que estes homens carenciados sejam ajudados a adquirir os conhecimentos, a entrar no círculo de relações, a desenvolver as suas aptidões, para melhor valorizar as suas capacidades e recursos. Ainda antes da lógica da comercialização dos valores equivalentes e das formas de justiça, que lhe são próprias, existe algo que é devido ao homem porque é homem, com base na sua eminente dignidade. Esse *algo* que é devido comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e de dar um contributo ativo para o bem comum da humanidade.

No contexto do Terceiro Mundo, conservam a sua validade, (em certos casos é ainda uma meta a ser alcançada) aqueles mesmo objetivos indicados pela *Rerum novarum* para evitar a redução do trabalho humano e do próprio homem ao nível de simples mercadoria: o salário suficiente para a vida da família, seguros sociais para a anciandade e o desemprego, a tutela adequada das condições de trabalho”.

Nota:176

Conferir o material produzido para a Campanha da Fraternidade de 2004, “Água fonte da vida”.

Nota:177

João Paulo II, Exortação Christifideles laici (CfL), n. 42: “A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da *justiça*: uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efetivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições.

Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos *não podem absolutamente abdicar da participação na “política”*, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente *o bem comum*. Como repetidamente afirmaram os padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absenteísmo dos cristãos pela coisa pública.

Pelo contrário, é muito significativa a palavra do Concílio Vaticano II: “A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, a serviço dos homens”.

Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu *critério de base na busca do bem comum*, como bem de *todos* os homens e do homem *todo*, bem oferecido e garantido para ser livre e responsabilmente aceito pelas pessoas, tanto individualmente como em grupo: “A comunidade política - lemos na Constituição *Gaudium et spes* - existe precisamente em vista do bem comum; nele ela encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.

Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua *linha constante de ação na defesa e na promoção da justiça*, entendida como “virtude” para a qual todos devem ser educados e como “força” moral que apóia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano.

No exercício do poder político é fundamental o *espírito de serviço*, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar “transparente” ou “limpa” a atividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida a superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com miras de clientela, o uso de meios equívocos ou ilícitos para a todo custo conquistar, conservar e aumentar o poder.

Os fiéis leigos empenhados na política devem certamente respeitar a autonomia das realidades terrenas, retamente entendida, como lemos na Constituição *Gaudium et spes*: “É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralista, que se tenha uma concepção exata das relações entre a comunidade política e a Igreja, e ainda que se distingam claramente as atividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que eles exercem em nome da Igreja e em união com os seus pastores. A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é, ao mesmo tempo, o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana”. Simultaneamente - e hoje sente-se-o com urgência e responsabilidade -, os fiéis leigos devem dar testemunho daqueles valores humanos e evangélicos que estão intimamente ligados à própria atividade política, como a liberdade e a justiça, a solidariedade, a dedicação fiel e desinteressada ao bem de todos, o estilo simples de vida, o amor preferencial pelos pobres e pelos últimos. Isso exige que os fiéis leigos sejam cada vez mais animados por uma real participação na vida da Igreja e iluminados pela sua doutrina social. Para isso poder-lhes-á ser de apoio e de ajuda a familiaridade com as comunidades cristãs e com os seus pastores.

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a *solidariedade*: esta pede a *participação* ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, a solidariedade “não é um sentimento

de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a *determinação firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos*”.

A solidariedade política deve hoje realizar-se num horizonte que, superando uma simples nação ou um simples bloco de nações, assuma uma dimensão mais propriamente continental e mundial.

O fruto da atividade política solidária, a que todos tanto aspiram, e, todavia, sempre tão imperfeito, é a *paz*. Os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos e indolentes diante de tudo o que negue ou comprometa a paz: violência e guerra, tortura e terrorismo, campos de concentração, militarização da política, corrida armamentista, ameaça nuclear. Antes, como discípulos de Cristo “Príncipe da paz” (Is 9,5) e “nossa Paz” (Ef 2,14), os fiéis leigos devem assumir o dever de serem “construtores da paz” (Mt 5,9), tanto com a conversão do “coração”, como a ação em favor da verdade, da liberdade, da justiça e da caridade que são fundamentos irrenunciáveis da paz.

Colaborando com todos aqueles que procuram verdadeiramente a paz e servindo-se dos específicos organismos e instituições nacionais e internacionais, os fiéis leigos deverão promover uma capilar ação educativa destinada a neutralizar a dominante cultura do egoísmo, do ódio, da vingança e da inimizade e a desenvolver a cultura da solidariedade em todos os níveis. Tal solidariedade, com efeito, “*é caminho para a paz e simultaneamente para o progresso*”. Nesta ordem de idéias, os padres sinodais convidaram todos os cristãos a recusar formas inaceitáveis de violência, a promover comportamentos de diálogo e de paz e a empenhar-se na instauração de uma ordem social e internacional justa”.

Nota:178

“Num sistema político democrático, a vida não poderia processar-se de maneira pródica sem o envolvimento ativo, responsável e generoso de todos, ‘mesmo na diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades’”. cf. **Congregação para a Doutrina da Fé, Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política**, n.1, que cita, CFL, n. 42.

Nota:179

cf. **Concílio Vaticano II, GS, n. 36**: “No entanto, muitos dos nossos contemporâneos parecem temer que a íntima ligação entre a atividade humana e a religião constitua um obstáculo para a autonomia dos homens, das sociedades ou das ciências.

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acordo com a vontade do Criador. Pois, em virtude do próprio fato da criação, todas as coisas possuem consistência, verdade, bondade e leis próprias, que o homem deve respeitar, reconhecendo os métodos peculiares de cada ciência e arte. Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus. Antes, quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza, é mesmo quando disso não tem consciência, como que conduzido pela mão de Deus, o qual sustenta todas as coisas e a faz ser o que são. Seja permitido, por isso, deplorar certas atitudes de espírito que não faltaram entre os mesmos cristãos, por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da ciência e que, pelas disputas e controvérsias a que deram origem, levaram muitos espíritos a pensar que a fé e a ciência eram incompatíveis.

Se, porém, com as palavras “autonomia das realidades temporais” se entende que as criaturas não dependem de Deus e que o homem pode usar delas sem as ordenar ao Criador, ninguém que acredite em Deus deixa de ver a falsidade de tais acertos. Pois, sem o Criador, a criatura não subsiste. De resto, todos os crentes, de qualquer religião, sempre souberam ouvir a sua voz e manifestação na linguagem das criaturas. Antes, se esquece Deus, a própria criatura se obscurece”.

Nota:180

O papa João Paulo II afirmou recentemente: “A Igreja não deve e não entende envolver-se com escolhas de opção política ou partidária, como também não expressa preferências por uma ou outra solução institucional ou constitucional, desde que seja respeitosa da autêntica democracia”. Mas o cristão também, por sua própria consciência, iluminada pela fé, será levado a procurar na política a realização de valores tais como “os princípios da doutrina social da Igreja sobre a pessoa e o respeito da vida humana, sobre a família, a liberdade da escola, a solidariedade, a promoção da justiça e da paz” (João Paulo II, *Discurso ao 3º Congresso Católico Italiano*, 23.11.1995, n. 10).

Nota:181

Puebla, n.513: “A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto relevante da convivência humana. Possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Mas nem por isso esgota a gama das relações sociais”.

Nota:182

Congregação para a Doutrina da Fé, Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política, n. 6, que cita GS, n.76.

Nota:183

cf. **CNBB, Exigências éticas da ordem democrática** (1989), doc. 42, especialmente nn. 88-101: “**88**. O reconhecimento da dignidade da pessoa humana e a atuação da solidariedade são, hoje, universalmente considerados como exigências éticas fundamentais, mesmo que muitas vezes não sejam efetivamente praticados.

89. A fé cristã, apesar das falhas dos próprios cristãos, contribui decisivamente para o reconhecimento dessas exigências. Pois no centro da fé cristã encontra-se uma afirmação sem igual da dignidade da pessoa humana: criatura que ocupa lugar eminente na obra do Criador (cf. Gn 1,25-26), ela é chamada ao diálogo, à amizade e à comunhão com o próprio Deus. Vítima do pecado, ele é resgatada pelo sacrifício do Filho de Deus, que para isso se faz homem e eleva a humanidade a participar da vida divina. O Novo Testamento reflete, de diversas formas, a experiência que os discípulos de Jesus fizeram do amor de Deus, manifestado em Cristo, expressando

a gratidão e o louvor tanto ao Pai, que “não poupou o próprio Filho” (cf. Rm 8,32), como ao Filho, que os “amou até o fim” (Jo 13,1), e ao Espírito Santo, que suscita no coração dos filhos o amor ao Pai (Rm 8,16).

90. A experiência, que os primeiros cristãos fizeram da revelação divina, leva-os a reconhecer em Deus a Trindade Santa: O Pai, o Filho e o Espírito Santo. Deus aparece então como comunhão de pessoas, perfeitamente solidárias entre si, que se realizam na comunicação e no amor que as unem. Esta comunhão revela-se, também, como razão última da criação e da História: a humanidade é chamada a realizar-se como povo de Deus, como comunhão de pessoas, que na comunicação e no amor entre si e com o próprio Deus encontram a plenitude do seu ser.

91. Dessa experiência profunda da fé brotaram consequências sociais visíveis, as quais contribuíram para a afirmação de valores éticos que o mundo moderno reconhecerá como bases da convivência na sociedade:

92. – o chamado à liberdade dos filhos de Deus, em posição à condição de servidão (cf. Gl 4,1-5,1);

93. – a igualdade fundamental de toda pessoa humana, sem discriminação racial ou social, que Paulo expressou na fórmula incisiva: “Desse modo, não há diferença entre judeus e não-judeus, entre escravos e livres, entre homens e mulheres: todos vocês são um só por estarem unidos com Cristo Jesus”. (Gl 3,28);

94. – a fraternidade pela qual os filhos do mesmo Pai se reconhecem irmãos (cf. Mt 23,8) e fazem da solidariedade (‘Koinonia’, comunhão) o princípio de seu relacionamento, visando alcançar o ideal bíblico: “Entre vós não haverá nenhum necessitado” (Dt 15,4; cf. At 4,35).

95. Num mundo marcado por desigualdade, ódio e injustiça, os cristãos enfrentam oposição a seus ideais. Respondem com a prática, ainda mais radical, da nova lei. Amor ao próximo significa para os cristãos não apenas amar o irmão de fé, o vizinho, o conterrâneo, mas aquele que está marginalizado ou inferiorizado, e mesmo o adversário e o perseguidor.

O cristão não se limita a amar o próximo. Faz-se próximo do outro (cf. Lc 10,36-37). O pequeno e o pobre tornam-se para ele o rosto do próprio Senhor (cf. Mt 25,31-45). Paradoxalmente, os rejeitados tornam-se privilegiados no “Reino de Deus” (cf. Mt 5,1-10; Lc 6,20-23).

96. Ainda que não cheguem sempre a um testemunho radical de despojamento e de entrega, os primeiros cristãos cultivam o bom relacionamento com os outros, buscam a paz e o entendimento com todos os cidadãos (1 Ts 5,15; Gl 6,10), mostram-se ativos no trabalho e cooperam na edificação da cidade terrestre (2Ts 2,10-12; Lc 3,10-14). Integram-se na convivência social e submetem-se às autoridades civis (Rm 13,1-7; 1Pd 2,13-17), mesmo quando afirmam corajosamente sua fé e reivindicam a liberdade de “obedecer a Deus, antes que aos homens” (cf. At 4,19).

97. Durante séculos, estes princípios inspiraram, efetivamente, a vida cristã. Mais tarde, contudo, o exercício do poder levou certos cristãos a esquecerem o valor da liberdade, pela qual derramaram seu sangue muitos mártires. As guerras dos povos cristãos contra outros, aos poucos, se tornaram agressivas, abrindo espaço para a conquista, o colonialismo, a discriminação racial. A escravidão dos vencidos: fatos que mancham o comportamento das nações cristãs no início da época moderna, especialmente na América Latina.

98. Certamente contribuiu para isto a separação que o mundo moderno criou entre ética e religião, de um lado, política e economia, do outro. A consciência moral parece restringir-se ao âmbito das questões individuais, à esfera íntima da pessoa. As decisões no campo econômico e político obedecem unicamente à lógica do lucro e do poder, escapando ao juízo ético. Esta separação pesa até hoje sobre a sociedade brasileira e pode explicar, em grande parte, o fato de que o Brasil um dos maiores países católicos está entre os que apresentam as maiores desigualdades sociais e trágica ausência de ética cristã na organização sócio-econômica, nas instituições e costumes políticos.

99. Diante de certas reivindicações modernas da democracia, que surgiram num contexto de crítica violenta e unilateral das tradições religiosas e sociais, a Igreja Católica reagiu bastante negativamente, rejeitando juntamente os princípios do capitalismo liberal, com sua calamitosa consequências sociais, e os princípios democráticos, que deveria mais tarde reconhecer como essenciais para a convivência civil. A participação na luta contra as diversas formas de autoritarismo e totalitarismo do século XX levou os cristãos a assumirem mais claramente a defesa dos direitos humanos e o valor da democracia. A revisão das posições históricas dos cristãos e a formulação sistemática da doutrina da Igreja com relação ao regime democrático foram feitas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), à luz também, do magistério pontifício, particularmente dos papas Pio XII, João XXIII e Paulo VI.

100. Também no Brasil, a Igreja Católica tem procurado adequar melhor às exigências evangélicas os princípios que norteiam sua presença na sociedade. Na República, da qual celebramos o Centenário (1889-1989), após um momento inicial de interrogações sobre o novo regime, a Igreja reconheceu o valor da liberdade religiosa e da oportunidade de participar autonomamente da convivência civil, numa sociedade pluralista. Durante a República Velha e o Estado Novo, a Igreja continuou prestando relevantes serviços à sociedade, especialmente no campo da educação e da promoção humana, sem contestar o caráter elitista ou autoritário do regime.

101. Mas, com a experiência histórica da Igreja universal em luta contra os totalitarismo, o Catolicismo brasileiro, especialmente após o Concílio Vaticano II e a Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), se aproximou das aspirações populares e ofereceu crescente resistência ao regime autoritário instalado no País, a partir de 1964, interpretando os anseios de grande parte da sociedade pela democratização e por transformações sociais profundas. Neste compromisso com a democracia, assumido sempre mais decididamente, a Igreja católica tem somado forças com igrejas não-católicas e outras instituições. Hoje, a Igreja faz forte apelo aos cristãos e a todos os outros cidadãos brasileiros para que participem ativamente da edificação de uma sociedade verdadeiramente democrática”.

Nota: 184

cf. **CNBB, Igreja: comunhão e missão (1988), doc. 40, n.188:** “O fato da presença da Igreja no mundo da política é inevitável, mas a natureza e a qualidade dessa presença dependem de sua consciência evangélica e profética, do momento histórico e do próprio conceito de política. É a vocação evangélica que norteia seu modo de proceder na política. Ela é permanente e definitiva, mas suas implicações e consequências no plano político devem ser pensadas num determinado momento histórico. Nesse sentido, cabe sempre, de novo, refletir sobre a fé e a política, já que os eventos históricos nascem da novidade da liberdade humana no entrechoque com as situações mutáveis”.

Nota:185

CNBB, Exigências éticas da ordem democrática (1989), doc. 42, n.72: “A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação”.

Nota:186

João Paulo II, Ecclesia in America, n. 55: “O complexo fenômeno da globalização, como lembrei anteriormente, é uma das características da nossa época, verificável especialmente na América. Dentre esta variada realidade, o aspecto econômico assume grande importância. Com a sua doutrina social, a Igreja oferece uma válida contribuição para problemática que apresenta a atual economia globalizada. Sua visão moral nesta matéria «apóia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade». A economia globalizada deve ser analisada à luz dos princípios da justiça social, respeitando a opção preferencial pelos pobres, que devem ser colocados em condições de defender-se numa economia globalizada, e as exigências do bem comum internacional. Na verdade, «a doutrina social da igreja é a visão moral que visa estimular os governos, as instituições e as organizações privadas para que projetem um futuro compatível com a dignidade humana. Nesta perspectiva, pode-se considerar as questões relacionadas com a dívida externa, a corrupção política interna e a discriminação tanto dentro das nações como entre elas». A Igreja na América é chamada não só a promover uma maior integração entre as nações, contribuindo assim a criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade, mas também a colaborar com todos os meios legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores das culturas locais a favor de uma mal-entendida homogeneização”.

cf. **João Paulo II, Discurso aos bispos dos Regionais Sul 3 e Sul 4, 26/11/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil**, Paulinas, São Paulo, 2003, n.6, p.95: “O novo cenário internacional, devido à globalização, impõe aos Estados importantes decisões quanto à sua capacidade de intervir na vida econômica também na tentativa de corrigir desequilíbrios e injustiças sociais. Já em 1967 meu venerado predecessor Paulo VI chamava a atenção sobre a crescente interdependência dos povos e sobre a impossibilidade de os países viverem isolados; ressaltava-se então que este processo de interdependência poderia ser equacionado por uma globalização solidária, na qual as nações mais fortes garantissem certas vantagens financeiras e comerciais às mais débeis, a fim de ajudar a nivelar, na medida do possível, o marco internacional de referência ou, pelo contrário, poderia servir para acentuar as distorções (cf. *Populorum progressio*, nn. 54-55). Infelizmente, ainda hoje a globalização age muitas vezes a favor do mais forte, fazendo com que as vantagens decorrentes do desenvolvimento tecnológico sejam vinculadas ao quadro normativo internacional.

Vosso país está também condicionado pelo entorno internacional, como os demais Estados, mas possui uma economia suficientemente forte que até hoje, permitiu enfrentar as recorrentes crises financeiras globais. A população, aliás, tem confiança na própria moeda e no funcionamento das instituições. Deve-se agradecer a Deus, portanto, que existem no conjunto da sociedade os elementos básicos para resolver os problemas sociais, à margem dos condicionamentos externos. É possível trabalhar no Brasil por uma sociedade mais justa, e o compromisso nesse trabalho faz parte das exigências derivadas da difusão da mensagem evangélica”.

Nota:187

João Paulo II, Novo millenio ineunte, n. 55: “Nessa perspectiva, coloca-se também o grande desafio do *diálogo inter-religioso*, no qual temos de continuar empenhar-nos no novo século, segundo a linha traçada pelo Concílio Vaticano II. Nos anos de preparação para o Grande Jubileu, a Igreja tentou, com encontros de notável relevo simbólico, delinear *uma relação de abertura e diálogo com expoente de outras religiões*. Como esquecer o grande “ícone” de Assis no ano de 1986 e o encontro na praça de São Pedro com representantes de muitas religiões não cristãs no dia 28 de outubro de 1999, já às portas do Jubileu? O diálogo deve continuar. Na condição de um pluralismo cultural e religioso mais acentuado, como se prevê na sociedade de novo milênio, isso é importante até para criar uma segura premissa de paz e afastar o espectro funesto das guerras de religião que já cobriram de sangue muitos períodos na história da humanidade. O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: *um nome de paz, um imperativo de paz*”.

Nota:188

cf., neste documento, os n.163-167.

Nota:189

Para algumas indicações neste sentido, cf. **Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Aetatis novae**, 1992.

Nota:190

João Paulo II, Discurso aos bispos dos Regionais Sul 3 e Sul 4, 26/11/2002, Palavra de João Paulo II aos bispos do Brasil, São Paulo, Paulinas, 2003, n.8, p.97-98: “Deve-se, por isto, trabalhar incansavelmente para a formação dos políticos, de todos os brasileiros que têm algum poder decisório, grande ou pequeno e, em geral, de todos os membros da sociedade, de modo que assumam plenamente as próprias responsabilidades e saibam dar um rosto humano e solidário à economia.

É preciso formar nas classes políticas e empresariais um autêntico espírito de veracidade e de honestidade. Quem assume uma liderança na sociedade deve procurar prever as conseqüências sociais, diretas e indiretas, a curto e a longo prazo, das próprias decisões, agindo segundo critério de maximização do bem comum, em vez de procurar ganâncias pessoais. Os cristãos devem estar dispostos a renunciar a qualquer vantagem econômica ou social, se não for por meios absolutamente honestos, não somente de acordo com as leis civis, mas segundo o excelso padrão moral marcado pelo próprio nome de cristãos, que seguem o rasto de Cristo sobre a terra”.

Nota:191

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n. 200:** “Num mundo de reestruturação produtiva e de aceleradas mudanças, há que estar atento à grande rotatividade de migrantes em busca de trabalho e moradia. As estruturas pastorais devem adaptar-se aos que vivem na mobilidade forçada e não se enquadram nos limites e esquemas territoriais de paróquias e Dioceses. Igualmente merecem atenção os novos migrantes estrangeiros, em busca de sobrevivência, sobretudo latino-americanos sem documentação, que se encontram em situação de não cidadania e discriminação. Em relação a eles, há de haver uma atitude hospitaleira e

acolhedora, que os estimule a se inserir na vida eclesial, ressalvadas sempre sua liberdade e a peculiar identidade cultural. Para tanto, é muito vantajosa a colaboração entre as dioceses de onde eles provêm e aquelas em que são acolhidos”.

Nota:192

cf. **João Paulo II**, *Evangelium vitae*, 1995; **Congregação para a Doutrina da Fé**, Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política, 2002.

Nota:193

Informações em www.conic.org.br. cf., acima, nota 76 do cap. III destas Diretrizes.

Nota:194

cf. **CNBB, Brasil – 500 anos: diálogo e esperança, doc. 65, n.17-22; 58-59**: “No passado, na era colonial e do Império, teve grande influência a lei do Padroado. Ligou trono e altar, cruz e espada. Se a intenção era boa, de fato, porém, criou dificuldades para a formação humana e cristã do povo brasileiro.

18. Os povos indígenas, em sua maioria, acabaram sendo escravizados e foram aos poucos dizimados pelo trabalho pesado, pelas doenças, pela desestruturação cultural, por guerras e massacres. Fracassada e escravidão indígena, os colonizadores importaram pessoas da África negra para o trabalho escravo nas fazendas e nas minas. Este foi um dos aspectos negativos da colonização. Sempre que não se respeita o ser humano, todos se prejudicam.

19. Externamos profunda gratidão à providencial ação dos missionários. Ela foi sólida e fecunda, de sorte que, parafraseando o Papa João Paulo II, a verdade sobre Deus e o homem pregada por eles ganhou um tal espaço a ponto de se constituir em uma espécie de tribunal de acusação dos responsáveis daqueles abusos (*Santo Domingo, Discurso inaugural* 4). Eles conseguiram criar uma cultura permeada de valores cristãos, dotada de profunda religiosidade, acolhedora e aberta à diversidade étnica, marcada por forte sensibilidade humana, sobretudo entre os mais humildes da população. Vale a pena recordar, que aos poucos, surgiram Irmandades entre nossos irmãos e irmãs de origem africana. Obtiveram notáveis resultados no testemunho da fé, virtudes sólidas e manifestações artísticas originais em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo, de Nossa Senhora e de santos e santas.

20. O período republicano trouxe a separação jurídica entre Igreja e Estado. A Igreja deixou de ser reconhecida como religião “oficial”. Em lugar da aliança Trono-Altar, surgiu a aliança Igreja-Povo. Esse fato trouxe para a Igreja maior liberdade e vida. As Ordens foram restauradas e vieram para o Brasil numerosas Congregações religiosas, que deram valiosa contribuição no campo da educação e da saúde. Foram também retomadas as missões nas mais difíceis e abandonadas regiões, Amazônia e Centro-Oeste. A Igreja pediu aos católicos maior empenho social e político.

21. Não obstante muito aspectos positivos do passado, ficaram marcas negativa, fruto também de erros dos cristãos. Sem pretender culpar nossos antepassados, sentimos a necessidade de pedir perdão daquilo que objetivamente foi contra o Evangelho e feriu gravemente a dignidade humana de muitos irmãos e irmãs nossos. Aos índios foram tiradas as terras, a vida e até mesmo a razão de viver. Dos negros foi violentada a liberdade e a eles foi dificultada a conservação de sua cultura e memória, e até hoje, não lhes foi restituída a condição da plena cidadania. É ainda de extrema carência a situação de parte do povo. Ela tem as suas raízes na longa história de exclusão da sociedade brasileira. A população pobre, juntamente com índios e negros, é credora de uma imensa dívida social, acumulada durante os séculos da formação de nosso povo.

22. Diante dessas situações dolorosas, que perduram em nossos dias, pedimos perdão a Deus e a esses nossos irmãos e irmãs. Este pedido exige, de cada um de nós, que somos cidadãos e cidadãs desta pátria – mais ainda por sermos cristãos –, o sincero arrependimento e o desejo de reparar o mal feito, decidindo-nos a viver no espírito do Evangelho e a ser, hoje, instrumentos de reconciliação e de edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

58. É preciso efetivar outro aspecto da democracia em nosso país: a convivência pacífica das diversas etnias, culturas e expressões religiosas, o respeito das legítimas diferenças, a valorização daquela parte da população até hoje discriminada.

59. A Igreja católica, também, é chamada a uma séria revisão dos pensamentos e atitudes. Não podemos tolerar formas de discriminação, opressão e violência contra seres humanos, que reconhecemos irmãos, filhos do mesmo Pai celeste. Nem podemos aceitar uma concepção depreciativa da mulher, quando exaltamos a Imaculada Mãe de Deus e a reconhecemos como padroeira do Brasil. Cabe-nos não somente revisar nossas atitudes, mas acolher, com abertura de espírito, as justas reivindicações de movimentos – indígenas, da consciência negra, das mulheres e outros – que representam, de forma organizada, os anseios dos grupos humanos discriminados no passado e em luta pela igualdade de direitos no presente. Sentimos a obrigação de nos empenhar na defesa das diferenças culturais, com especial atenção às populações afro-brasileiras e indígenas. Assumimos o compromisso de exigir a observância da disposição constitucional de demarcar e regularizar as terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos”.

Nota:195

cf. **Diálogo católico-pentecostal, Relatório sobre a quarta fase (1990-1997)**, n. 129: “Acreditamos que pentecostais e católicos podem atuar juntos na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana. Seguindo o espírito de Mateus 25,31-46, podemos lutar juntos contra o pecado na promoção da dignidade humana e da justiça social. Com o tempo, outras questões surgirão,mas já existem muitas com as quais podemos trabalhar juntos. Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência e refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto, à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis. Em algumas partes do mundo, os pentecostais já colaboram com os católicos em muitos desses problemas e outros mais, mas ainda há muito em que cooperar, sobretudo na América do Norte. Por que fazemos separados o que podemos fazer juntos?”.

Nota:196

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n.242**: “Outro caminho aberto passa pelo *diálogo sobre as grandes questões de ética*, levantadas por uma sociedade que precisa sempre mais urgentemente escolher entre a insensatez de um egoísmo desenfreado e a racionalidade de uma ordem social construída sobre valores universais ou, em última instância, sobre o reconhecimento da dignidade de toda pessoa humana, criada e amada por Deus como filha, e sobre a preservação do meio ambiente, condição de vida dos seres humanos”.

Nota:197

Puebla, n. 437: “Sem dúvida, as situações de injustiça e de pobreza extrema são um sinal acusador de que a fé não teve a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis da liderança ideológica e da organização da convivência social e econômica de nossos povos. Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiças. Estas, que estão em conexão com o processo de expansão do capitalismo liberal e em algumas partes se transformam em outras inspiradas pelo coletivismo marxista, nascem das ideologias de culturas dominantes e são incoerentes com a fé própria de nossa cultura popular”.

cf. **Santo Domingo, n. 44, 48 e 161**: “44. A consequência de tudo isto é uma falta de coerência entre a fé e a vida em muitos católicos, incluídos, às vezes, nós mesmos ou alguns de nossos agentes pastorais. A falta de formação doutrinal e de profundidade na vida da fé faz de muitos católicos presa fácil do secularismo, do hedonismo e do consumismo, que invadem a cultura moderna e, em todo caso, os incapacita de evangelizá-la.

48. Tal evangelização de Cristo e de sua vida divina em nós deve mostrar a exigência iniludível de fazer corresponder a conduta ao modelo que Ele nos oferece. A coerência da vida dos cristãos com sua fé é condição da eficácia da nova evangelização. Para isso é necessário conhecer bem as situações concretas vividas pelo homem contemporâneo para oferecer-lhe como elemento iluminador. Isto supõe também uma clara pregação da moral cristã que abarque tanto a conduta pessoal e familiar como a social. A prática de pequenas comunidades pastoralmente bem assistidas constitui um bom meio para aprender a viver a fé estreita comunhão com a vida e com projeção missionária. Neste campo é muito significativa a contribuição dos movimentos apostólicos.

161. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países, porque os cristãos não souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica e política de nossos povos. ‘Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça’ (Puebla, 437)”.

Nota:198

cf. **1Pd 3,15**: “Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês”.

Nota:199

cf. **Mt 5,3-12**: “Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu. Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês”.

Nota:200

cf. **João Paulo II, Ecclesia in America, n.72**: “Para eficácia da nova evangelização, é fundamental um profundo conhecimento da cultura atual, na qual têm grande influência os meios de comunicação social. Por isso, é indispensável conhecer e servir desses meios, tanto nas suas formas tradicionais como nas formas introduzidas mais recentemente pelo progresso tecnológico. A realidade atual requer que se saiba dominar a linguagem, a natureza e as características da mídia. Utilizando-os de maneira correta e competente, pode-se levar a termo uma autêntica inculturação do Evangelho. Por outro lado, estes mesmos meios contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo, pelo que os agentes no campo dos instrumentos de comunicação social devem ser destinatários de uma especial ação pastoral.

A esse respeito, os Padres Sinodais apontaram numerosas iniciativas concretas para uma presença eficaz do Evangelho no mundo dos meios de comunicação social: a formação de agentes pastorais para esse âmbito; o incremento de centros de produção qualificada; o uso prudente e atento de satélites e das novas tecnologias; a formação dos fiéis para que sejam usuários «críticos»; a união de esforços para adquirir e depois gerir em conjunto novas emissoras e redes televisivas, e também para coordenar as que já existem. Quanto às publicações católicas, estas merecem ser apoiadas e têm necessidade de alcançar, como desejado, um progresso qualitativo.

É preciso animar os empresários para apoiarem economicamente os produtos de qualidade que promovem os valores humanos e cristãos. Mas, um programa tão vasto supera amplamente as possibilidades de cada uma das Igrejas particulares do Continente americano. Por isso, os Padres Sinodais propuseram a coordenação inter-americana das atividades existentes no campo dos meios de comunicação social, que ajude ao recíproco conhecimento e cooperação nas realidades já em ato no setor”.

Nota:201

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, nn. 243 e 244**: “Os meios de comunicação de massa são dominados, na grande maioria, por interesses econômicos e por uma mentalidade “secularistas”. A Igreja mantém, com seus, fiéis, uma boa comunicação em nível interpessoal. Goza também de grande estima na opinião pública Mas a presença da Igreja nos meios de comunicação ainda é insuficiente, apesar dos notáveis progressos conseguidos nos últimos anos, e o tratamento que deles recebe é ambíguo. É necessário continuar na busca de soluções realistas e eficazes. Devemos interrogar-nos sobre nossa própria *linguagem*, que conserva traços de uma cultura em grande parte alheia à modernidade e que está sobrecarregada de elementos secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo hoje arrisca fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação.

244. Outro questionamento inevitável origina-se da reivindicação moderna da *liberdade de informação*, da democratização do acesso aos meios de comunicação, da formação da consciência crítica, da exigência de veracidade e transparência. É desejável que haja uma presença católica mais coordenada e eficaz nos grandes meios de comunicação. No Brasil, a presença de instituições religiosas é forte no campo das editoras e do rádio. Em áreas onde a presença é mais fraca, é preciso criatividade para desenvolver atividades compatíveis com a escassez de recursos financeiros (programas televisivos específicos, agência de notícia etc.). Além disso, o desenvolvimento tecnológico facilita a cooperação (criação de redes) e a *multiplicação de pequenas iniciativas locais*, onde Dioceses, paróquias, congregações ou movimentos podem produzir informativos, subsídios didáticos e catequéticos, especialmente vídeos, atividades alternativas de formação da consciência crítica, visando aperfeiçoar gradativamente a tecnologia, a pedagogia e o conteúdo evangelizador. As Igrejas Particulares precisam investir na *formação de comunicadores* de inspiração cristã, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral”.

Nota:202

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n. 234 e 235:** “Especial destaque merece a *pastoral urbana*, com a criação de estruturas eclesiais novas que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje. As divisões entre as paróquias devem ser flexibilizadas, colocando o bem do povo acima de uma concepção territorial estreita e inadequada à realidade da cidade grande. Equipes pastorais podem servir mais eficazmente áreas urbanas compostas por várias comunidades.

235. Na cidade encontram-se em gestão as novas formas da cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a pastoral urbana. Por um lado, é preciso *multiplicar e diversificar*, segundo as especificidades do meio urbano, dentro de interesses e necessidades grupais, *comunidades eclesiais* que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço dos irmãos. Por outro lado, é preciso criar ou desenvolver pólos ou *centros de evangelização*, que atendam à mobilidade da população urbana, que ofereçam oportunidades múltiplas de contato com a mensagem evangélica e a experiência eclesial, que possam tecer uma *rede de contatos* com aqueles cidadãos que dificilmente conseguem ligar-se de forma permanente com uma comunidade estável”.

Nota:203

cf. **Paulo VI, Evangelii nuntiandi, n. 48:** “Neste ponto, tocamos um aspecto de evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com freqüência vai sendo designada nos nossos dias, com os termos religiosidade popular.

É um fato que, tanto nas religiões onde a Igreja se acha implantada, há séculos, quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé.

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje, mais ou menos por toda parte o objeto de uma redescoberta. Os Bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que merecem destaque.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se freqüentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com freqüência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si tal sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes de terem expressões de generosidade e predispõe-nas ao sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam em outros casos no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção etc. Em virtude desses aspectos, nós a chamamos de bom grado “*pietade popular*”, no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo”.

Nota:204

João Paulo II, Christifideles laici, n.46: “O Sínodo quis prestar uma *atenção especial aos jovens*. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a metade numérica do próprio povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um *grande desafio para o futuro da Igreja*. Nos jovens, efetivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como “*esperança da Igreja*”.

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, em 31 de março de 1985, lê-se: “A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, *vê-se a si mesma nos jovens*, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua *Primeira Carta* podem dar disso um especial testemunho: ‘Escrevo a vós, *jovens*, porque *vencestes o Miligno*. Escrevi-vos a vós, filhinhos, porque *conecestes o Pai*... escrevi-vos a vós, *jovens*, porque *sois fortes*, e a palavra de Deus *habita* em vós’ (1Jo 2,13ss)... Na nossa geração, ao fim do segundo milênio depois de Cristo, também a Igreja *vê-se a si mesma nos jovens*”.

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objeto da solicitude pastoral da Igreja: são de fato e devem ser encorajados a ser sujeitos ativos, *protagonistas da evangelização e artífices da renovação social*. A juventude é o tempo de uma *descoberta* particularmente intensa do próprio “eu” e do próprio “projeto

de vida", é o tempo de um *crescimento* que deve realizar-se "em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens" (Lc 2,52).

Como disseram os padres sinodais, "a sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem à qualidade da vida e à conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações próprias do seu estado".

A Igreja deve reviver o amor de predileção que Jesus mostrou ao jovem do Evangelho: "Jesus, olhando para ele, amou-o" (Mc 10,21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal ("Vem e segue-me" [Mc 10,21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens têm tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílio diz: 'A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo'".

cf. também **CNBB, Diretrizes gerais..., doc. 61, nn. 236 e 237**: "Atenção especial merecem *os jovens*, seja em consideração da sua situação social e religiosa, seja em consideração da *opção preferencial* assumida pela Igreja latino-americana em Puebla e retomada com ênfase em Santo Domingo. Os jovens "são um grande desafio para o futuro da Igreja". Eles não são apenas destinatários da evangelização, mas dela devem tornar-se sempre mais sujeitos ativos, "*protagonistas da evangelização e artífices da renovação social*". A Pastoral da Juventude, portanto, deve estar entre as principais preocupações dos pastores e das comunidades.

237. Por ser muito diversificada, a situação dos jovens exige respostas adaptadas às necessidades concretas e aos meios específicos. A título de exemplo, indicamos algumas ações que a Igreja deve privilegiar ou reforçar:

- atuação junto aos menores abandonados e às situações de miséria, visando oferecer a crianças e adolescentes - junto com os serviços públicos, muitas vezes precários - oportunidades de educação e cuidados com a saúde, especialmente através da prevenção de doenças;
- atuação pastoral, propiciando oportunidades de conscientização e de ação aos grupos de jovens mais abertos aos valores cristãos e mais dispostos a um empenho coletivo para a transformação da sociedade; essa atuação visará a ajudar, também, no crescimento humano-afetivo e, sobretudo, tornar esses jovens evangelizadores, protagonistas da evangelização;
- atuação evangelizadora e missionária voltada para a juventude urbana, especialmente para os jovens mais influenciados pela cultura do individualismo e mais isolados, menos apoiados pela família ou a escola, mais afastados dos padrões morais e religiosos tradicionais".

Nota:205

cf. **Concílio Vaticano II, GS, n.1**: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real intimamente ligada ao gênero humano e à sua história".

Nota:206

cf. **Mc 10, 45**: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Nota:207

cf. **1Cor 11,17-34**: "Dito isso, não posso elogiar vocês, porque as suas assembléias, em vez de ajudá-los a progredir, os prejudicam. Antes de tudo, ouço dizer que, quando estão reunidos em assembléia, há divisões entre vocês. E, em parte, eu acredito nisso. É preciso mesmo que haja divisões entre vocês, a fim de que se veja quem dentre vocês resiste a essa prova. De fato, quando se reúnem, o que vocês fazem não é comer a Ceia do Senhor, porque cada um se apressa em comer a sua própria ceia. E, enquanto um passa fome, outro fica embriagado. Será que vocês não têm suas casas onde comer e beber? Ou desprezam a Igreja de Deus e querem envergonhar aqueles que nada têm? O que vou dizer para vocês? Devo elogiá-los? Não! Nesse ponto não os elogio.

De fato, eu recebi pessoalmente do Senhor aquilo que transmiti para vocês: Na noite em que foi entregue, o Senhor Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, o partiu e disse: "Isto é o meu corpo que é para vocês; façam isto em memória de mim." Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim." Portanto, todas as vezes que vocês comem deste pão e bebem deste cálice, estão anunciando a morte do Senhor, até que ele venha.

Por isso, todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Portanto, cada um examine a si mesmo antes de comer deste pão e beber deste cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação. É por isso que entre vocês há tantos fracos e enfermos, e muitos morreram. Se nós examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; mas, o Senhor nos corrige por meio de seus julgamentos, para que não sejamos condenados com o mundo.

Em resumo, irmãos, quando vocês se reúnem para a Ceia, esperem uns pelos outros. Se alguém tem fome, coma em sua casa. Assim vocês não estarão se reunindo para a própria condenação. Quanto ao resto darei instruções quando aí chegar".

CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n.195: "Os documentos citados contêm orientações práticas que se estendem às numerosas áreas em que atuam nossas pastorais sociais: o cuidado com as crianças e as gestantes, a assistência aos menores abandonados, a defesa dos direitos de índios e posseiros, o apoio a movimentos sociais e sindicais, a pastoral da saúde e as obras educacionais, os cuidados específicos a doentes,

idosos, drogados, aidéticos, vítimas da prostituição etc. A tarefa do serviço ou *diakonia*, contudo, não deve ficar restrita às pastorais sociais ou a grupos especializados, mas deve ser assumida por toda a comunidade eclesial - CEB, paróquia, Diocese, movimentos...- como sinal privilegiado do seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido. Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos é um contra-testemunho, e celebra indignamente a liturgia”.

Nota:208

cf. **CNBB, Diretrizes gerais..., cit., doc. 61, n.197:** “O empenho da Igreja pela promoção humana e pela justiça social exige também um amplo e decidido esforço para *educar os católicos* ao conhecimento da Doutrina Social da Igreja, para que penetre nas consciências como decorrência ética impreterível da própria fé cristã. É lamentável que a ética social cristã apareça a muitos, mesmo entre o clero, apenas como opção facultativa ou generoso empenho de poucos. Ela deve ocupar lugar de destaque em nossos programas de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho”.

Nota:209

João Paulo II, Novo millennio ineunte, n.15: “Estas apenas algumas das linhas resultantes da experiência jubilar. Desta ficam-nos gravada tantas recordações; se quiséssemos circunscrever o núcleo essencial do grande legado que ela nos deixa, não hesitaria em vê-lo *na contemplação do rosto de Cristo*: considerando-o nos seus traços históricos e no seu mistério, acolhendo-o com a sua multiforme presença na Igreja e no mundo, confessando-o como sentido da história e luz do nosso caminho.

Agora, devemos olhar para a frente, temos de “fazer-nos ao largo”, confiados na palavra de Cristo: “*Duc in altum!*”. O que realizamos neste ano jubilar não pode justificar uma sensação de saciedade nem nos induzir a uma atitude de relaxamento. Pelo contrário, as experiências vividas devem *suscitar em nós um dinamismo novo*, que nos leve a investir em iniciativas concretas aquele entusiasmo que sentimos. O próprio Jesus nos adverte: “ Quem, depois de pôr a mão ao arado, olha para trás, não é apto para o Reino de Deus” (Lc 9,62). Na causa do Reino, não há tempo para olhar para trás, menos ainda para dar-se à preguiça. Há muito trabalho à nossa espera; por isso, devemos pôr mãos a uma eficaz programação pastoral pós-jubilar.

Mas é muito importante que tudo o que com a ajuda de Deus nos propusermos esteja profundamente radicado na contemplação e na oração. O nosso tempo é vivido em continuo movimento que muitas vezes chega à agitação, caindo-se facilmente no risco de “fazer por fazer”. Há que resistir a essa tentação, procurando o “ser” acima do “fazer”. A tal propósito, recordemos a censura de Jesus a Marta: “Andas inquieta e perturbada com muitas coisas; mas uma só é necessária” (Lc 10,41-42). Com esse espírito desejo, antes de propor à vossa consideração algumas linhas de ação, partilhar qualquer tópico de meditação sobre o mistério de Cristo, fundamento absoluto de toda a nossa ação pastoral”.

Nota:210

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 38:** “No âmbito da programação que nos espera, apostar com a maior confiança numa pastoral que contemple o devido espaço para a oração pessoal e comunitária significa respeitar um princípio essencial da visão cristã da vida: *o primado da graça*. Há uma tentação que sempre insidia qualquer caminho espiritual e também a ação pastoral: pensar que os resultados dependem da nossa capacidade de agir e programar. É certo que Deus nos pede uma real colaboração com a sua graça, convidando-nos por conseguinte a investir, no serviço pela causa do Reino, todos os nossos recursos de inteligência e de ação; mas aí de nós, se esquecermos que, “sem Cristo, nada podemos fazer” (cf. Jo 15,5).

É a oração que nos faz viver nessa verdade, recordando-nos constantemente o primado de Cristo e, conseqüentemente, o primado da vida interior e da santidade. Quando não se respeita esse primado, não podemos nos maravilhar se os projetos pastorais se destinam a falir e deixam na alma um deprimente sentido de frustração. Repete-se então conosco aquela experiência dos discípulos narrada no episódio evangélico da pesca milagrosa: “Trabalhamos durante toda a noite e nada apanhamos” (Lc 5,5). Esse é o momento da fé, da oração, do diálogo com Deus, para abrir o coração à onda da graça e deixar a palavra de Cristo passar por nós com toda a sua força: *Duc in altum!* Na pesca de então, foi Pedro que disse a palavra de fé: “A tua palavra, lançarei as redes” (Lc 5,5). Neste início de milênio, seja permitido ao Sucessor de Pedro convidar toda a Igreja a este ato de fé, que se exprime num renovado compromisso de oração”.

Nota:211

Lc 24,35: “Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como tinham reconhecido Jesus quando ele partiu o pão”.

Nota:212

Jo 20,25: “Os outros discípulos disseram para ele: Nós vimos o Senhor. Tomé disse: Se eu não vir a marca dos pregos nas mãos de Jesus, se eu não colocar o meu dedo na marca dos pregos, e se eu não colocar a minha mão no lado dele, eu não acreditarei”.

cf. **João Paulo II, Novo millennio ineunte, n. 59:** “Amando irmãos e irmãs! O símbolo da Porta Santa fecha-se atrás de nós, mas para deixar mais escancarada ainda a porta viva que é Cristo. Não é a uma vida cotidiana cinzenta que regressamos, depois do entusiasmo jubilar. Ao contrário, se foi autêntica a nossa peregrinação, esta terá como desentorpecido as nossas pernas para o caminho que nos espera. Devemos imitar o entusiasmo do apóstolo Paulo: “Avançando para o que está adiante, prossigo em direção à meta, para obter o prêmio a que Deus nos chama em Cristo Jesus” (Fl 3,13-14). Ao mesmo tempo, havemos de imitar a contemplação de Maria, que, terminada a peregrinação à cidade santa de Jerusalém, voltava para a casa de Nazaré meditando no seu coração o mistério do Filho (cf. Lc 2,51).

Possa Jesus ressuscitado - que se põe a caminho conosco pelas nossas entradas deixando-se reconhecer, como sucedeu aos discípulos de Emaús, “ao partir do pão” (Lc 24,35) - encontrar-nos vigilantes e prontos para reconhecer o seu rosto e correr a levar aos nossos irmãos o grande anúncio: “Vimos o Senhor!” (Jo 20,25).

É este o fruto tão desejado do Jubileu do ano 2000, o jubileu que apresentou novamente ao vivo, diante dos nossos olhos, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus e Redentor do homem.

Enquanto o mesmo se encerra deixando aberto para nós um futuro de esperança, suba ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo, o louvor e a gratidão de toda a Igreja.

Com estes votos, a todos envio do fundo do coração a minha bênção”.